

Silvia Lúcia Ferreira
Ivía Alves
Ana Alice Costa
(Organizadoras)

CONSTRUINDO INTERDISCIPLINARIDADES: Estudos de Gênero na Bahia

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA



2008

COLEÇÃO BAHIANAS, 11

Sílvia Lúcia Ferreira
Ívia Alves
Ana Alice Costa
(Organizadoras)

CONSTRUINDO INTERDISCIPLINARIDADES:

Estudos de Gênero na Bahia

Coleção Bahianas, 11

Salvador, Bahia
2008

Silvia Lúcia Ferreira
Ivia Alves
Ana Alice Costa
(Organizadoras)

ENTIDADE ORGANIZADORA

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM/
UFBA
PPG NEIM

COMISSÃO EDITORIAL

Alda Britto da Motta
Ana Alice Alcântara Costa
Cecília M.B. Sardenberg
Enilda R. do Nascimento
Ivia Alves
Silvia Lúcia Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Nádia Pinho Fast Design

REVISÃO

Ivia Alves
Vanda Bastos
Silvia Lúcia Ferreira

C758 Construindo interdisciplinaridades: estudos de gênero na Bahia / Sílvia
Lúcia Ferreira,
Ivia Alves, Ana Alice Costa, organizadoras. - Salvador. UFBA/
Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
238 p. (Coleção Bahianas, 11).

1. Mulher- Trabalho. 2. Mulher - Mídia. 3. Mulher Movimento
Social. 4. Feminismo. 1. Ferreira, Silvia Lúcia. II. Alves, Ivia. III.
Costa, Ana Alice Alcântara.

CDD - 305.4

Impresso no Brasil - dezembro de 2008

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....

PARTE I

“SOLTEIRO(A), MAS NÃO SOZINHO(A)”: AS PESSOAS SOLTEIRAS E SUAS REDES DE RELAÇÕES SÓCIO-AFETIVAS EM SALVADOR

Darlane Silva Vieira Andrade

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM “IDEAL” DA MULHER NA MÍDIA CONTEMPORÂNEA

Helena Miranda dos Santos

CORPOS EM EVIDÊNCIA: IMAGENS DE MULHERES NAS PROPAGANDAS DE CERVEJA

Sabrina Uzêda

TERRITÓRIOS MARGINAIS: DISCIPLINA E DESEJOS NA CIDADE DE SALVADOR (1900-1958)

Eric Ferreira Souza

PARTE II

O MOVIMENTO DE MULHERES E A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO NO BRASIL E NA BAHIA

Virginia Falcão de Seixas

LUTAR, MOBILIZAR E RESISTIR: A GREVE DAS/OS TECELÃS/ÕES EM SETEMBRO DE 1919 (SALVADOR /BAHIA)

Vanessa Cristina Santos Matos

PATRIARCADO E TRAJETÓRIAS FEMININAS

Silmária Souza Brandão

AS MULHERES NOS DOCUMENTOS DA IGREJA: DE VATICANO II AO NOVO CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO

Ana Lúvia Vieira Rodrigues

DIVISÃO ETÁRIA E SEXUAL DO TRABALHO: O SEXO E A IDADE NA DINÂMICA DO CAPITAL FLEXÍVEL: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO UMA UNIDADE PRODUTIVA DE CALÇADO EM IPIRÁ-BA

Zilmar Alverita da Silva

NANCY CHODOROW: Não se nasce mãe

Ana Regina Reis.....

AUTOR/AS

APRESENTAÇÃO

O sonho de criar um programa de Pós Graduação tendo como tema “Mulheres, Gênero e Feminismo” não nasceu agora. Fez parte dos ideais do Feminismo Acadêmico desde que este entrou nos espaços das universidades e foi construído através de uma militância engajada, comprometida e responsável.

Essa forma de fazer militância, por muito tempo, foi marcada pela invisibilidade. Invisibilidade por parte da comunidade científica, que não reconhecia “os estudos sobre a mulher” como científicos, como área do saber e, portanto, considerava-os sem relevância social; dos órgãos financiadores, que não entendiam a necessidade de investigar esses temas; dos colegas de trabalho, que estranhavam o fato de professoras universitárias defenderem os direitos da mulher quando deveriam defender a humanidade; das estudantes, que não entendiam essa rebeldia, mas que achavam interessante porque, afinal de contas, a rebeldia era uma forma de identidade.

Invisibilidade, também, por parte do próprio movimento feminista, que foi para as ONGs, para os sindicatos, para os partidos, para ocupar cargos em organismos governamentais, não governamentais, etc. e que se referiam ao feminismo acadêmico como “teórico” contrapondo-o ao prático, esse sim, o verdadeiro feminismo, e às feministas da academia como “acadêmicas”, “teóricas” e “notórias”, em uma clara contraposição a essa forma de atuar.

Com o passar do tempo, esse saber produzido no âmbito acadêmico passou a ser reconhecido porque analisava e legitimava as práticas, ampliava as possibilidades de compreensão da realidade, ao incorporar novas categorias de análise, e a partir daí dava rumos à intervenção política. Além disso, permitia o diálogo com outros saberes e a interlocução com outras formas de atuação, ao tempo que ia ampliando e fortalecendo um campo específico de saber, consolidado através do women’s study, em diversos países.

É importante destacar que algumas iniciativas sucumbiram, outras resistiram. O NEIM não só resistiu como desafiou, cresceu e se transformou, apostando, desde o seu surgimento, na institucionalidade e na formação de recursos humanos. Foi criado em 1983, como parte do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, e tornou-se um órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, em 1995, no reitorado do Prof. Felipe Serpa.

As primeiras diretoras dessa nova estrutura universitária, (Elizete Passos, diretora, Silvia Lúcia Ferreira, vice) apostaram em novos formatos de militância acadêmica, criando o Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre a Mulher e Relações de Gênero, com a

participação das universidades do interior da Bahia, evento que vem, a cada ano, incorporando novas pessoas com interesse nos estudos sobre o tema. O espaço Gênero em Debate, mensalmente, apresentava um(a) pesquisador(a) para debater suas pesquisas, criando, também, um compromisso de capacitação e formação de novas lideranças, já que assegurava a participação fora do âmbito universitário.

Formado, inicialmente, por um pequeno grupo de professoras e alunas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o NEIM logo passou a contar, também, com a participação de docentes vinculadas a outras unidades de ensino e pesquisa da UFBA. Buscando realizar e incentivar o ensino e a pesquisa no campo dos Estudos sobre Mulheres e Relações de Gênero, o NEIM constituiu-se, desde o início, como grupo interdisciplinar e indissociado da comunidade, participando com ela numa multiplicidade de eventos e programas. Sua equipe tem marcado presença nos meios científicos e feministas locais, nacional e mesmo internacional pela intensa atividade de cunho prático, político e acadêmico.

É importante registrar que a experiência com os cursos de pós-graduação lato sensu, no particular, cursos de especialização na área de estudos sobre mulheres e relações de gênero, tem propiciado à equipe desenvolver um trabalho interdisciplinar conjunto, também, em termos de ensino.

No caso específico da pós-graduação stricto sensu, a equipe de professoras/pesquisadoras do NEIM, formada por diferentes áreas do conhecimento, criou, desde o início da década de 90, linhas de pesquisa, orientou trabalhos e ofereceu disciplinas no campo dos estudos sobre mulheres e relações de gênero em diferentes programas de pós-graduação. Assim, Cecília e Alda eram vinculadas ao Mestrado e Doutorado em Antropologia, Sociologia e Ana Alice, vinculada às Ciências Políticas, posteriormente, transferiu-se para História; Ivia, em Letras, Silvia e Enilda, em Enfermagem, e Elizete, em Educação. Esse grupo de professoras tem orientado teses, desenvolvidas no Mestrado de Desenvolvimento Rural (Escola de Agronomia), Geografia e Belas Artes, todas no âmbito da UFBA, como, também, em outras universidades, tais como a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Estadual do Sudeste (Ilhéus). Do mesmo modo, a equipe do NEIM tem participado em muitas bancas julgadoras de dissertações de mestrado e teses de doutorado voltadas para os estudos sobre mulheres e relações de gênero, não apenas no Estado da Bahia, como também em universidades do Norte, Nordeste e Sul do país.

Essa estratégia foi fundamental para estimular o crescente interesse de estudantes pela análise das questões de gênero e da condição feminina nesses diferentes campos do

conhecimento. O resultado dessa estratégia tem sido a produção de monografias (na graduação e especialização), dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em meados de 1996, foram realizadas reuniões de trabalho para formalizar uma proposta de pós-graduação. O projeto, batizado, secretamente, pela equipe de “baby doll lilás”, não conseguiu o apoio da PRPPG, sob a justificativa de que um novo programa esvaziaria os outros aos quais a equipe do NEIM estava vinculada. O amadurecimento dessas experiências, aliado a um projeto político pedagógico arrojado no reitorado de Naomar Almeida, resultou na criação deste Programa, em 2006.

A equipe do NEIM convidou outras(os) professoras(es) da UFBA, que também têm desenvolvido estudos e pesquisas nesse campo temático e trabalhado em diferentes atividades, para integrar o seu Corpo Docente Permanente. Além disso, o Programa conta com uma equipe de professoras convidadas, de renome nacional e internacional, que trazem uma importante colaboração a essa pós-graduação.

O PPGNEIM está vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, mas, como foi “idealizado” pelo corpo docente do NEIM, é também estruturalmente ligado a esse Núcleo.

Essa dupla vinculação traz para esse Programa diversas vantagens: dialoga com outros programas de pós graduação e grupos de pesquisa da FFCH, além dos demais programas e grupos nos quais o seu corpo docente está inserido e, ao mesmo tempo, dialoga com a sociedade civil através dos vários projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo NEIM com seu corpo de pesquisadoras e pesquisadores associados, técnicos de projetos e corpo discente da graduação.

Elaborada pelas professoras Silvia Lúcia Ferreira, Cecília Maria Bacellar Sardenberg, Ana Alice A. Costa, Ivya Iracema D. Alves e Enilda Rosendo do Nascimento, a proposta foi submetida e aprovada na Câmara de Ensino de Pós Graduação da UFBA, em 8 de junho de 2005, sob o Parecer 138/05, e daí seguiu seu caminho para a Capes. Ficamos, aqui, na torcida: ora felizes e confiantes, por algum comentário mais esperançoso, ora tristes e desiludidas, por comentários pessimistas. O parecer de aprovação, emitido em 15 de setembro de 2005, cuja proposta foi bem avaliada em todos os itens, nos deu a noção exata da vitória e da responsabilidade que a partir daí assumíamos, ao ingressar, oficialmente, no Sistema de Pós-Graduação Brasileiro. O primeiro Colegiado e a primeira coordenadora foram eleitos em outubro desse mesmo ano para organizar o rápido e criterioso processo seletivo. O lançamento oficial foi feito no dia 6 de dezembro, durante a abertura do *1 Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*, pelo Magnífico Reitor e pela Coordenadora Profa. Silvia Lúcia Ferreira.

Em 2006, o 8 de março do feminismo acadêmico brasileiro comemorava sua mais recente forma de militância: o ingresso de Beth, Simone, Mirian e Renato no Doutorado e Ana Regina, Zilmar, Eric, Darlane, Ana Livia, Silmária, Sabrina, Helena, Virgínia e Vanessa, no Mestrado. O primeiro Programa de Pós-graduação sobre Estudos Feministas, cora esse formato e com esse tema, no Brasil e na América Latina, apresenta aqui seu primeiro produto, cora textos produzidos a partir das dissertações defendidas por essa primeira turma.

Os ensaios foram subdivididos em duas partes: a primeira reúne os artigos que constituem a área de Gênero, Identidade e Cultura do PPGNEIM, estudos que estão voltados para a sociedade baiana nas suas relações da cultura com as estruturas sociais de poder e seus efeitos nas expressões identitárias, articulando as categorias de gênero, classe, geração e etnia.

Tendo como pano de fundo as mudanças que estão ocorrendo na contemporaneidade, com a globalização, as mudanças no sistema capitalista, as profundas modificações nos meios de comunicação decorrentes dos avanços tecnológicos, o estudo de *Darlane Silva Vieira Andrade*, “Solteiro(a), mas não sozinho(a): as pessoas solteiras e suas redes de relações sócio-afetivas em Salvador” procura evidenciar como tais transformações passam a estar presentes nos diversos modos de viver e de se relacionar em sociedades urbano-industriais, bem como em suas relações sócioafetivas, caracterizadas pelo imediatismo, fluidez, mudanças nas noções de tempo e espaço, noções de risco e incerteza, narcisismo, individualismo, consumo, descartabilidade, pluralidade e diversidade. Para sua análise, a autora toma como procedimento as teorias de poder e gênero enfocando uma amostragem de pessoas solteiras, das camadas médias, que vivem na cidade de Salvador.

Helena Miranda dos Santos, em “A construção da imagem ‘ideal’ da mulher na mídia contemporânea”, faz um estudo de quatro revistas para constatar como o discurso dominante se estabelece sobre os corpos das mulheres na sociedade contemporânea, tomando como base a mídia escrita e de imagens. Segundo a autora, os discursos da mídia assumem um importante papel na formação de opiniões e na construção de identidades, atuando sob duas lógicas: a lógica econômica, que objetiva fabricar um produto competitivo no mercado, e a lógica semiológica (linguagens, imagens e sinais), que atua como máquina produtora de signos e sentidos. A cultura da mídia e a cultura de consumo operam juntas, selecionando imagens e informações sobre aquilo que acredita ter uma venda maior, enquanto, as revistas servem de respaldo para promover o reiterado discurso dominante sobre juventude+beleza+saúde.

Já o artigo intitulado “Corpos em evidência: imagens de mulheres nas propagandas de cerveja”, de *Sabrina Uzêda*, trata, como o próprio título se refere, da utilização dos corpos das mulheres ou de partes deles, relacionando-os ao prazer e ao sexo. O texto evidencia como o

sistema simbólico alimenta determinadas estereotípias. Tomando como exemplo a reiteração da assimetria de gênero na campanha de propaganda de uma determinada marca de cerveja, na sua campanha de 2007, veiculada na televisão (veideoclip) e em fotografias divulgadas para toda a mídia impressa, a autora se interessa em investigar como tal publicidade se torna um exemplo patente da violência simbólica contra as mulheres.

Encerrando esse grupo de artigos, *Eric Ferreira Souza* vai tratar, em “Territórios marginais: disciplina e desejos na cidade de Salvador”, do centro antigo da cidade, na primeira metade do século XX, de como essa área teve, na época, uma dupla significação. Durante o dia, significou a área do trabalho e de circulação dos trabalhadores da cidade enquanto à noite se transformava em um espaço de facilitação para o prazer, resistindo, assim, à implantação das normas hegemônicas da cidade Moderna. Como o próprio autor comenta: ali, àquela hora da noite, estão bares e boates (invisíveis, durante o dia), bem como toda uma rede de relacionamentos de pessoas que vivem neste mundo da noite e que os registros policiais expõem à luz de qualquer pesquisador atento. Essas duas configurações (territorializações) passam a conviver durante o período focado, mostrando como a vida marginal se torna uma forma de resistência de sobrevivência naquela área.

A segunda parte reúne artigos cujas dissertações tratam de análises relativas ao trabalho e de como este está perpassado pelas relações assimétricas de gênero; também são examinadas certas reivindicações de grupos sociais na intenção de compreender como as relações de gênero perpassam o poder (o Estado, o governo e as outras instituições e suas práticas políticas). Seja no contexto da Bahia, seja em uma abrangência maior, as reflexões postas ali enfatizam as relações da sociedade com um determinado grupo e suas iniciativas.

“O movimento de mulheres e a política de abrigamento no Brasil e na Bahia”, de *Virgínia Falcão de Seixas* se propõe a recuperar as providências tomadas, desde o início, pelas primeiras organizações feministas em defesa da violência contra a mulher. Pela combatividade das feministas, o tema tornou-se pauta da mídia escrita e falada. Das ações políticas dessas militantes várias experiências apareceram, como a criação de casas de acolhimento para as mulheres que vêm enfrentando grandes desafios. As políticas públicas, a partir de 1996, assumiram a questão da violência contra a mulher e essa ação deu viabilidade para a criação e preservação das casas abrigo sob a responsabilidade dos Estados. A autora examina, enfim, a situação de funcionamento das casas abrigo até agora existentes, dando maior ênfase à experiência de Salvador.

Por outro lado, *Vanessa Matos* retorna às primeiras décadas do século XX para examinar a greve das(os) tecelãs(ões) acontecida em 1919, em Salvador. A autora dá ênfase ao contexto históricopolítico da época, evidenciando como a introdução do trabalho

assalariado, nessa cidade, vai conviver com o trabalho escravo e, mesmo, com os pequenos negócios explorados por um segmento livre - formado por brancos, mulatos e negros livres - no final do século XIX. A criação de um parque industrial por esta época e o final da 1ª Grande Guerra geraram a diminuição de possibilidade de liquidez das fábricas de tecidos; seus donos vão, então, se utilizar de várias estratégias que vão resultar no aumento de horas de trabalho com a diminuição de salários. A greve do setor têxtil (integrado por uma maioria de mulheres) aconteceu em setembro daquele ano, como consequência das insatisfações da classe trabalhadora e conseguiu agregar outros setores, graças à greve geral acontecida meses antes. São as repercussões dessa greve do setor têxtil que a autora vai examinar em seu artigo. Ela procura analisar as reivindicações dos(as) grevistas pela imprensa e como as mulheres ali inseridas, não são destacadas, nem mesmo citadas, pela imprensa local.

Já *Silmária Souza Brandão*, em “Patriarcado e trajetórias femininas”, apresenta, basicamente, a situação das mulheres viúvas de lojas comerciais ou de mulheres que mantinham pequenos negócios ou, mesmo, de retalhistas que viveram na cidade de Salvador do século XIX e quais as suas estratégias para assegurar o seu ponto comercial e o seu sustento assim como o da sua família dentro de um contexto excessivamente patriarcal e latifundiário-escravocrata.

Passando para a segunda metade do século XX, “As mulheres nos documentos da Igreja: de Vaticano II ao novo código do direito canônico (1961-1983)”, escrito por *Ana Lúvia Vieira Rodrigues*, trata dos movimentos das mulheres católicas promovidos para a ordenação de mulheres e a insistência e estratégias do Vaticano para não deixar vir à tona esse tipo de reivindicação.

Voltando ao tempo presente, o artigo de *Zilmar Alverita daSilva*, intitulado “Divisão etária e sexual do trabalho: o sexo e a idade na dinâmica do capital flexível”, estuda, partindo dos discursos de trabalhadores entrevistados, como uma unidade de calçados, implantada em Ipirá, no interior da Bahia, se utiliza do “modelo de capital flexível”, passando a explorar ainda mais os jovens e, especialmente, as mulheres. O mesmo salário para homens e mulheres apenas disfarça as distorções encontradas em procedimentos que reiteram a divisão sexual do trabalho.

Fechando essa coletânea, *Ana Regina Reis* recupera, em seu artigo “Nancy Chorodow: Não se nasce mãe”, nas perspectivas atuais, a importância dos conceitos construídos por Nancy

Chorodow sobre a maternagem, descolando a dependência entre mulher e ser mãe.

Aqui está, portanto, mais uma “prestação de contas” sobre o que fazemos e como fazemos. Estes trabalhos representam o coroar de uma prática acadêmica militante em prol da

transformação da condição de vida das mulheres e das relações de gênero. Eles são a manifestação de um saber construído sobre e para as mulheres, um caminho possível para tirá-las da invisibilidade, dar-lhes um lugar visível e valorizado enquanto cidadãs, de trazê-las para a história: uma História que certamente estamos ajudando a construir.

Salvador, 2008.

Silvia Lúcia Ferreira

Ivia Alves

Ana Alice Costa

PARTE 1

“SOLTEIRO(A), MAS NÃO SOZINHO(A)”:

AS PESSOAS SOLTEIRAS E SUAS REDES DE RELAÇÕES SÓCIO-AFETIVAS EM SALVADOR

Darlane Silva Vieira Andrade

INTRODUÇÃO

Neste texto¹, apresento uma descrição dos modos de viver e das relações sócio-afetivas de vinte pessoas solteiras, adultas, de ambos os sexos, que residem em Salvador, compondo uma amostra integrante da minha dissertação de mestrado (ANDRADE, 2007) em que discuti, a partir de uma perspectiva feminista de gênero e de modo exploratório, a maneira pela qual distintas transformações sociais da contemporaneidade estão presentes na vivência sócio-afetiva de pessoas solteiras de diferentes segmentos da classe média, em Salvador. O estudo se insere no bojo das análises que vêm sendo travadas no campo das Ciências Humanas e Sociais acerca das transformações na contemporaneidade.

A era atual – que alguns autores arriscam chamar de “pós-modernidade” (VAITSMAN, 1994; EAGLETON, 1996) – é marcada por mudanças velozes e significativas, nos diversos âmbitos, acarretadas pelas transformações no sistema capitalista, pelo *boom* da globalização, pelos avanços tecnológicos, principalmente, nos setores de comunicação e por mudanças na forma de pensar e de construir o conhecimento. Assim, traz características sociais, econômicas e no campo das ciências que repercutem nos modos de viver e nas relações sociais. Democracia, imediatismo, fluidez, mudanças nas noções de tempo e espaço, as noções de risco e incerteza, narcisismo, individualismo, consumo, descartabilidade, pluralidade e diversidade são algumas dessas características. (EAGLETON, 1996; JAMESON, 1997; SEVERIANO, 2001; GIDDENS, 2000; e outros autores).

Nesse campo de transformações, a família, que seguia um modelo patriarcal², agora, apresenta outras configurações. Autores como Vaitsman (1994) e Castells (1999) apontam para a diversidade com que famílias e lares se constituem na contemporaneidade. Diversos

¹ O título deste texto representa o Capítulo 3 da dissertação de mestrado “Refletindo sobre estilos de vida de pessoas solteiras adultas em Salvador”. Uma primeira versão se encontra publicada em Anais do II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM) e II Encontro Internacional Política e Feminismo, realizado em Belo Horizonte, em 2008 (CD-Rom).

² Esse modelo trazia regras e funções bem definidas para homens e mulheres, segundo as quais à mulher cabia o papel de cuidadora do lar e, ao homem, o de provedor, dentro de uma configuração heterossexual de família.

dados sinalizam mudanças significativas, como a diminuição no número de membros e o aumento do número de lares monoparentais (constituídos por crianças e um dos pais) e unipessoais (formados por uma pessoa), principalmente nos países desenvolvidos (CASTELLS, 1999), ganhando visibilidade as pessoas solteiras, também, aqui no Brasil, segundo dados do último censo³.

Reportagens como a da revista *Veja*, de 25 de abril de 2005, trazem uma imagem das principais capitais do país cujo número de mulheres solteiras é expressivo, apontando Salvador e cidades do interior da Bahia no topo da lista. O jornal *A Tarde* de 10 de agosto de 2008 exibiu reportagem afirmando que, em Salvador, 45% da população acima dos dezoito anos está sozinha⁴. Marcelo Neri (2005) esperava que, por efeitos demográficos derivados da estrutura etária da população feminina adulta, esse número caísse, na faixa etária dos vinte anos, como costumava acontecer, há poucas décadas atrás. No entanto, observa, esse percentual aumentou nos últimos anos e os dados o levaram a crer que esse aumento se deu, possivelmente, por efeitos comportamentais. Estilos de vida, questionamento dos papéis tradicionais e identidades de gênero, assim como mudanças na religião, aumento da escolaridade das mulheres, independência financeira, aumento da longevidade e uma série de outros fatores estariam contribuindo para a conformação de novos cenários.

Autores como Castells (1999) apontam o impacto do crescimento de uma economia informacional global e das mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e nos modos de comunicação; e os impulsos promovidos pelos movimentos sociais, principalmente os movimentos das mulheres, dos gays, das lésbicas e o feminista como principais explicações para essas transformações de comportamentos e mentalidades. Para Jablonski (1998), também incidem os seguintes elementos: a diminuição da religiosidade e a difusão da psicanálise, com maior impacto no aumento do sexo pré-marital e de vidas sexuais mais livres (em especial, para as mulheres), na comunicação mais franca entre as pessoas, além do desenvolvimento e da maior divulgação dos estudos sobre temas relacionados à sexualidade.

³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao censo demográfico dos anos de 1991 e 2000 têm mostrado que, no Brasil, a família vem diminuindo a quantidade de seus membros (de 3,9, em 1991, para 3,5, em 2000), assim como o número de famílias nucleares (constituídas por casal e filhos) que passou de 65,3%, em 1991, para 61,1%, em 2000. Ao mesmo tempo, aumenta o número de famílias unipessoais, sendo o tipo de família que mais cresceu, no mesmo período, numa proporção de 32,5%, passando de 6,5% (2,4 milhões) do total de famílias, em 1991, para 8,6% (4,1 milhões), em 2000, sendo que 15% dessas famílias são constituídas por mulheres (NERI, 2005). Aumentou, também, o número de homens e mulheres solteiros/as: na faixa etária dos 30 aos 34 anos, as pessoas solteiras representam 26% da população. A partir de 35 anos, a distância entre as taxas de “solidão conjugal” das mulheres e as dos homens cresceu um ponto, anualmente. (NERI, 2005).

⁴ Dados apresentados no jornal “A Tarde”, na reportagem “Salvador é a capital com mais solteiros no País”, com base em pesquisa do Instituto Ipsos/Marplan/EGM, realizada em nove cidades brasileiras entre os anos de 2007 e 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=931592>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

Há consenso entre os diversos autores e perspectivas em reconhecer, também, a importância da entrada maciça das mulheres burguesas no mercado de trabalho, a partir dos anos 1960. Atualmente, as mulheres correspondem a 32,1% da força de trabalho, em termos globais (CASTELLS, 1999). Para Vaitsman (1994), esse fato, além de outros associados às conquistas democráticas de autonomia e igualitarismo, tem contribuído para mudanças de perspectivas e para que as mulheres construam projetos de vida não vinculados, exclusivamente, à esfera privada, abrindo caminho para redefinições nas relações de gênero. O casamento e a maternidade fazem parte, agora, de mais uma dimensão da vida das mulheres – e, também, dos homens – juntamente com outros projetos e aspirações pessoais, como o investimento no campo profissional. Autores como Guerreiro & Abrantes (2005) sinalizam para uma tendência ao adiamento da vida familiar e conjugal devido a esse investimento na profissão, em um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Nesse contexto de transformações, as pessoas solteiras têm ganhado visibilidade na mídia e nos estudos, que começam a desconstruir velhos estigmas relacionados à “solteirice” principalmente, com relação às mulheres que agora não são mais vistas como “encalhadas” ou “mal amadas” e sim como pessoas “autônomas”, “independentes”, “donas do seu destino” (GONÇALVES, 2007), abrindo espaço para “novas pessoas solteiras” que vislumbram a possibilidade de relacionamentos fora dos padrões tidos como “convencionais”, como o engajamento em relacionamentos informais, o sexo sem compromisso, o “ficar” (CHAVES, 1997; ANDRADE, 2004) e, no campo da maternidade e paternidade, a adoção de filhos ou a reprodução independente, dentre outras possibilidades, como apontam Beck & Beck-Gernsheim (1990), Giddens (1992), Amorim (1992) e Mansur (2003). Essas possibilidades advêm de questionamentos sobre o que era considerado como “natural”, no ciclo de vida: o casamento e a constituição de família, com filhos e, também, como marco de entrada para a fase adulta – somado à saída da casa dos pais e à consolidação da entrada no mercado de trabalho. (GUERREIRO; ABRANTES, 2005).

O casamento tradicional – patriarcal, com papéis de gênero rígidos e estereotipados – tem sido alvo de críticas, o que abriu a possibilidade para a emergência de novas alternativas de relacionamentos, com o aumento do número de divórcios⁵ e separações. Outros elementos passam a valer como critérios para o engajamento em uma relação amorosa que, agora, se pauta no desejo individual, no sentimento de amor e na não obrigatoriedade, social e

⁵ Nos Estados Unidos, o número de casamentos ainda é grande, mas cerca de 50% destes resultam em divórcios ou separações (CASTELLS, 1999). No Brasil, o fenômeno do aumento do número de divórcios foi mais freqüente na década de 80, segundo Chaves (1997). Em 1994, há um divórcio para cada quatro casamentos, segundo dados divulgados pelo *Anuário Estatístico Brasileiro*, editado pelo IBGE, em 1996, dos quais a grande demanda de separação é feminina: 71% de separações judiciais não consensuais encerradas em primeira instância, foram requeridas por mulheres. (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

econômica, do casal ficar junto “até que a morte os separe”, de permanecer em um relacionamento insatisfatório, prevalecendo a premissa do “que seja eterno enquanto dure”.

A maior visibilidade e legitimidade das pessoas solteiras na sociedade e o aumento do número de divórcios e de separações mostram, ainda, uma tendência de mudanças importantes, embora pouco exploradas em estudos realizados no âmbito dos relacionamentos amorosos: apesar do aumento do número de divórcios e da tendência de as pessoas permanecerem mais tempo solteiras, o relacionamento amoroso é, ainda, almejado, haja vista a procura pelo casamento ou recasamento, assim como a busca por alternativas de relacionamentos, como o “ficar”, o “morar junto” ou o casamento em casas separadas, dentre outras configurações.

Essas transformações se localizam nas sociedades urbano-industriais ocidentais atuais, marcadas pelos processos de subjetivização e individualização, que caracterizam, especificamente, as classes médias urbanas (VELHO, 1989) que estão, cada vez mais, construindo escolhas e projetos desvinculados de uma coletividade, tendo o “eu” como referência, traço peculiar de uma cultura narcísica⁶ (LASCH, 1983), intimista e individualista. Isso porque as regras sociais, as tradições e as instituições, que davam um sentido de unicidade e segurança ao “eu” e eram pautadas em modelos lineares e estáveis, agora, na contemporaneidade, encontram-se marcadas pela pluralidade, diversidade, instabilidade e transitoriedade. (SEVERIANO, 2001; GIDDENS, 2000).

O fortalecimento da democracia – desencadeado a partir de lutas de movimentos sociais de caráter emancipatório, com destaque para o movimento feminista, que objetivavam, dentre outros aspectos, a igualdade de direitos entre os sexos – tem contribuído para escolhas mais livres e relações amorosas mais igualitárias, como assinala Giddens (1992), ao se referir ao “relacionamento puro” no qual a horizontalização na relação se estabelece pela própria relação e sua continuidade depende do nível de satisfação que cada pessoa considera satisfatório para si, permitindo, assim, a expressão da individualidade, a autonomia e o crescimento pessoal.

Por outro lado, no mesmo contexto, há a exacerbação do individualismo e a incorporação de características da época atual, como o imediatismo, a velocidade e o

⁶ Narcisismo é um termo trazido da psicanálise para referir o desenvolvimento do ego. É definido como um estado psíquico que se origina do retorno dos investimentos objetivos em direção ao ego, aludindo, sempre, a um fenômeno pelo qual um indivíduo elege a si próprio como objeto de amor. O termo é utilizado por críticos sociais, como Lasch (1983), como referência à característica da sociedade atual, porque, segundo esse autor, o tipo de neurose que tem se apresentado, atualmente, diz respeito às “desordens do caráter” do tipo narcisista, cujos distúrbios de personalidade estão, freqüentemente, associados a sentimentos de vazio e de falta de sentido. Fátima Severiano (2001) defende o narcisismo como um elemento fundamental na constituição da subjetividade de sujeitos contemporâneos que elegem a si mesmos como objetos de amor e são fígados pela venda de ideais, estilos de vida e produtos, cada vez mais personalizados, reconhecendo-se como sujeito no próprio ato de consumir.

hedonismo, que podem afastar as pessoas do contato com a alteridade, conforme Guillebaud (1999), e do investimento em relações mais duradouras e estáveis, o que pode gerar sentimentos de insegurança, incerteza e solidão, nesse terreno “pantanosos” – e, ao mesmo tempo, diversificado – que tem se tornado o campo das relações amorosas.

O feminismo, nesse contexto “pós-moderno”, está entre os movimentos sociais que contribuíram para mudanças de perspectivas, influenciando comportamentos e lutando para dar voz e vez às diversidades identitárias através dos questionamentos sobre os modelos hegemônicos de relação e instituição que promoviam a desigualdade e a opressão. As idéias propagadas pelo movimento feminista multifacetado adentraram na academia, a partir dos anos oitenta, favorecendo a emergência de uma nova forma de construção de conhecimento, fazendo uma crítica ao androcentrismo, dando voz às mulheres e minorias sociais, privilegiando, nas pesquisas, metodologias qualitativas e, dentre outros aspectos, reconhecendo a subjetividade no processo de construção de conhecimento (RAGO, 1998). A categoria gênero nasceu nessa perspectiva e é central para a análise das relações sociais. Ela permite uma análise mais complexa das relações interpessoais, na medida em que “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, 1998, p. 27).

Gênero implica em uma leitura social das diferenças sexuais, envolve relações de poder, símbolos, ideologias, tem caráter subjetivo, discursivo e “performático” (BUTLER, 2003), para citar os principais aspectos teorizados por diferentes autoras como Joan Scott (1988), Tereza De Lauretis (1994), Jane Flax (1992) e Judith Butler (2003). Assim, essa categoria envolve não somente a mulher e a construção da feminilidade, como, também, o homem e a construção da masculinidade. Nessa direção, a perspectiva de gênero é utilizada para analisar os significados sociais e culturais atribuídos ao sexo, corpo e sexualidades, de uma forma localizada e interseccionalizada, entendendo que, para se compreender as relações de gênero é preciso relacioná-las com outras categorias como raça, classe, localidade, geração, para que o sujeito não seja seccionado e possa ser visto em sua complexidade.

A PESQUISA: OBJETIVOS E METODOLOGIA

Partindo das questões postas sobre as transformações sociais e no campo da intimidade – família e relacionamentos – e seguindo preceitos de uma ciência feminista, foram estudadas as práticas, vivências e significados atribuídos à experiência de ser solteiro/a, para homens e mulheres, a partir de narrativas de reconstrução de trajetórias por intermédio de entrevistas e histórias de vida, considerando as diferenças de gênero e orientação sexual, assim como as

construções e posicionamentos de gênero adotados por pessoas solteiras de diferentes segmentos de classe média, em Salvador. (ANDRADE, 2007).

Os principais subsídios para esse estudo foram os elementos referentes a estilos de vida, relacionamentos amorosos e identidade. Neste ensaio, trago parte dos resultados relativos ao estilo de vida dessas pessoas solteiras que residem em Salvador tais como tipos de moradia e elementos que fazem parte da rotina: as atividades domésticas, o trabalho, o lazer, as redes de relações sócio-afetivas e os projetos para o futuro.

O estudo se fundamentou em uma perspectiva interdisciplinar e feminista, que parte do princípio do questionamento do androcentrismo da ciência, das categorias binárias e excludentes, abrindo a possibilidade de construção de conhecimento “feminino, tendencialmente libertário e emancipatório” (RAGO, 1998, p. 31). Com abordagem predominantemente qualitativa, os dados foram levantados pela combinação de observação de campo, entrevistas semidirigidas (vinte pessoas, dez de cada sexo) e histórias de vida⁷, realizadas em uma subamostra (quatro pessoas, duas de cada sexo) que foram gravadas e transcritas, e analisados à luz da teoria social e da teoria feminista. Participaram do estudo pessoas solteiras (que não estavam casadas nem eram noivas), adultas, de ambos os sexos, pertencentes à classe média soteropolitana, que serão apresentadas adiante.

O CONTEXTO ETNOGRÁFICO: SALVADOR

Salvador, capital da Bahia, é destacada pela sua beleza natural, arquitetônica, pela cultura e pelo jeito de viver da sua gente. Tem 2.714.118 habitantes (estimativa de 2006⁸), o que a coloca como a terceira cidade mais populosa do país e a primeira do Nordeste. Nessa cidade, onde diferentes estilos de vida se encontram em múltiplos espaços, a diversidade se expressa nos aspectos étnico-raciais, sexuais, geracionais, de classe e de culturas e crenças religiosas. A cultura carnavalesca aí presente, com o clima de permissividade sexual e de expressão de identidades, fala de um espaço onde as pessoas solteiras têm livre trânsito; a cultura do “ficar”, um tipo de relacionamento afetivo-sexual com características de descompromisso e transitoriedade (CHAVES, 1997; ANDRADE, 2004), é visível entre

⁷ As entrevistas envolveram os seguintes itens: dados pessoais, rotina, reconstrução de perfil afetivo-sexual e projetos para o futuro. A entrevista de História de Vida foi feita a partir dos eixos: infância, adolescência e iniciação sexual, vida adulta e relacionamentos amorosos, trajetórias laboral e escolar, trajetória religiosa, migração e vida de solteiro/a atual. A observação de campo foi feita em espaços de lazer que pessoas solteiras de classes médias costumam frequentar, em Salvador, como bares, boates, praias e, também, no Carnaval. Essas observações foram registradas em diário de campo.

⁸ Dados disponíveis no endereço eletrônico: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_(Bahia))>. Acesso em: 3 fev. 2007 e <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

jovens e adultos e é praticado em espaços de lazer como bares, boates, praias e nas diversas festas, lugares que proporcionam o encontro sexual momentâneo.

A classe média, em Salvador, segmento no qual estão inseridas as pessoas participantes deste estudo, pode ser pensada a partir dos conceitos de classe de Weber (1974), de estilo de vida e *habitus*⁹ de Bourdier (2003) e da perspectiva de Velho (1989), que retrata as classes médias urbanas na atualidade. Weber (1974) trata das relações econômicas e de dominação, dimensionadas pelo poder de aquisição de bens por parcelas da população. Bourdier (2003) complementa com o conceito de estilo de vida, definido como “gosto” ou “preferências sistemáticas” que correspondem às diferentes posições nos espaços sociais. Esse é um princípio distintivo de classificação social por meio do qual é possível demarcar gostos e preferências por determinados bens culturais, mediante análise das diferentes posições ocupadas por indivíduos ou grupos nos espaços sociais. O estilo de vida é a expressão da força integradora do *habitus* e de sua capacidade de aplicação a distintos campos da prática.

Para Velho (1989), as camadas médias urbanas trazem características do próprio processo de transformação social atual no qual a individualização, a psicologização, o poder de consumo, o uso de tecnologias – principalmente, as de comunicação – e os novos espaços emergentes nos grandes centros urbanos fazem parte do cotidiano de uma parcela da população que tem poder de consumo. Nas camadas médias, prevalece a ideologia individualista e os critérios de autonomia e liberdade são pontos de partida para se estabelecerem laços sociais diversos. Dessa forma, modos de vida incorporam elementos como o tipo de trabalho, o poder de consumo e a educação, que são elementos definidores de classe, incluindo elementos de valores, cultura e significados em torno dos tipos de trabalho (o não-manual define, predominantemente, as classes médias) e profissão.

Seguindo esses pressupostos, as pessoas solteiras participantes deste estudo pertencem às camadas médias da população de Salvador, considerando aspectos econômicos ligados ao poder de consumo, a localização geográfico-espacial dentro da cidade (onde certos bairros representam essa parcela da população), nível de escolaridade, ocupação e os hábitos de classe, assim como origem familiar, cultural e os lugares de lazer que costumam frequentar, que são, geralmente, frequentados por pessoas brancas, apesar de haver, atualmente, uma ascensão social de pessoas negras a esse universo.

⁹ O *habitus* é um sistema de esquemas inconscientes ou profundamente internalizados; são disposições duráveis, mas não imutáveis e, assim, sofrem transformações, sendo responsáveis por orientar escolhas que, embora não sejam deliberadas, não deixam de ser sistemáticas. Variantes estruturais do *habitus* podem ser o gosto ou o estilo pessoal de cada um em relação à família, à classe, a uma época. (BOURDIER, 2003).

APRESENTAÇÃO DE UMA AMOSTRA DE PESSOAS SOLTEIRAS EM SALVADOR

Os dez homens e as dez mulheres participantes da pesquisa possuem idades que variam entre 23 e 46 anos – média de 35,6 anos. São de diferentes orientações sexuais: sete homens e oito mulheres são heterossexuais; dois homens e uma mulher, homossexuais; e um homem e uma mulher, bissexuais. Quanto a cor, têm cor parda¹⁰, cinco mulheres e seis homens; branca, quatro mulheres e três homens; e negra, duas pessoas (uma de cada sexo). No que diz respeito à origem: doze nasceram na Bahia, oito pessoas no interior, e quatro, na capital; cinco pessoas são de capitais de outros estados, como São Paulo e Porto Alegre; uma mulher é do interior de Minas Gerais; e um homem e uma mulher são naturais de grandes cidades da Argentina e Espanha, respectivamente.

A migração dessas pessoas para Salvador aconteceu por motivos de trabalho, estudo, pela busca de uma vida mais tranqüila (para quem migrou de capitais maiores) ou por identificação com a cultura local. A disposição para a migração esteve vinculada ao estilo de vida adotado em outras grandes cidades – uma vida de independência e focada em projetos individuais –, incentivada, também, pela família de origem e está relacionada à característica de nomadismo¹¹ dos sujeitos contemporâneos. (BAUMAN, 2001).

Todas as pessoas entrevistadas são graduadas: oito mulheres têm cursos de Pós-Graduação (variando entre Especialização e Doutorado) e duas têm cursos de formação. As mulheres têm profissões na área de humanas e os homens na de ciências exatas, com exceção de um homem, que tem formação na área de arte (mas atua como professor), e uma mulher, que é industriária. Os homens investiram em cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (três homens, em cada modalidade) e um dos entrevistados cursa Doutorado. Os outros três têm planos de fazer uma Pós-Graduação, em um futuro próximo. Um dos entrevistados é recém-formado e tem uma proposta de trabalho no interior da Bahia.

Todos exercem atividade remunerada – como profissionais autônomos, três mulheres e cinco homens; quatro pessoas estão empregadas no setor privado; seis mulheres e um homem trabalham no setor público (por concurso, contrato ou bolsa de pesquisa) – e se mostraram satisfeitas no trabalho, por adquirirem, assim, independência financeira e satisfação pessoal.

¹⁰ Como pessoas pardas foram consideradas as que têm traços mestiços. Muitos estudiosos utilizam a junção das categorias ‘pardos’ e ‘negros’ do censo, para designar as populações de descendência da raça negra ou africana. (HITA-DUSSEL, 2004).

¹¹ O nomadismo é referido por Bauman (2001) para falar da grande possibilidade de deslocamento das pessoas, na contemporaneidade, graças aos avanços nos meios de transporte e a mobilidade das pessoas nos centros urbanos, onde emergem novos lugares e é, também, relacionado à construção identitária que tem se tornado cada vez mais móvel e não-fixa, na contemporaneidade.

Os trabalhos referidos permitem a flexibilidade de horário, o desenvolvimento da criatividade e o constante aperfeiçoamento. A insatisfação no campo laboral se refere à falta desses atributos, principalmente, para quem está próximo da aposentadoria.

COMO VIVEM AS PESSOAS SOLTEIRAS DA AMOSTRA

As pessoas solteiras entrevistadas residem em bairros considerados de classe média por Cunha (1979) e Duccini (2005), como Graça, Pituba e Rio Vermelho, e têm um estilo de moradia que tende à diversidade: das doze pessoas que moram sozinhas, oito são homens; cinco mulheres residem com colegas; uma mulher, com a irmã; e dois homens, com os pais.

Essa diversidade carrega características sociais atuais, em diferentes aspectos. No domicílio unipessoal, foram percebidos os aspectos de individualismo, a personificação do ambiente, próprio de uma sociedade culturalmente “narcísica”, a flexibilidade de papéis de gênero, a busca da liberdade e flexibilidade na rotina, do prazer e do conforto, o uso de tecnologias de comunicação (como a internet e o telefone) para o estabelecimento e a manutenção de relações de todo tipo.

André¹² retrata o aspecto de liberdade que a moradia unipessoal proporciona:

– As facilidades [de morar sozinho]... é o fato de você ser independente, você não precisar de ninguém, você não ter que dar satisfação a ninguém. Então, posso dormir e acordar às três horas da madrugada num sábado e falar, eu vou sair e... se quiser, chegar sete horas da manhã do outro dia e não preciso falar com ninguém. E ter minhas coisas, ter minha independência. Festinha, se eu quiser fazer, na hora que eu quiser fazer, eu posso. E, e eu acho que já teve... assim... já teve um encaminhamento pra eu ter uma vida assim, independente e eu me amarro! Eu acho ótimo. (ANDRÉ, 28 anos, homossexual, soteropolitano, pardo, dentista).

Morar sozinho/a é também um desafio, por não haver com quem compartilhar as tarefas domésticas e, nesse aspecto, aparecem diferenças de gênero importantes entre homens e mulheres, que assumem as funções domésticas e encontram alternativas para superar as dificuldades advindas dessas funções que, historicamente, são atribuídas às mulheres. Alguns homens entrevistados rompem com esse ciclo e aprendem a cozinhar e a organizar a casa. Alguns o fazem porque gostam, outros, por necessidade, já que não podem arcar com as despesas de ter uma empregada doméstica. Aqueles que têm melhor poder aquisitivo¹³

¹² Todos os nomes aqui referidos são fictícios, utilizados com o objetivo de preservar a identidade das pessoas entrevistadas.

¹³ As pessoas da amostra faziam parte de diferentes segmentos das classes médias, definidos também pelo tipo de trabalho realizado, mesmo todas tendo formação superior. Na amostra, há pessoas que precisam

utilizam equipamentos eletrodomésticos; outra alternativa é o consumo de alimentos enlatados e de comidas congeladas ou, ainda, fazer as refeições em restaurantes. J

Já as mulheres mostram repulsa às funções domésticas, apesar de realizá-las. E nesse fazer, exercem, também, atribuições ditas masculinas como trocar a resistência do chuveiro, consertar objetos na casa, etc. O significado negativo dado pelas mulheres às tarefas domésticas mostra o caráter de obrigatoriedade dessas funções a elas atribuídas, desde a infância, agora, somadas à vida fora do lar. Na amostra, enquanto os homens encontram alternativas para não lidar com alguns afazeres domésticos, como cozinhar recorrendo à ajuda de aparatos eletrônicos, por exemplo, ou por *hobby*, algumas mulheres não têm condição financeira para recorrer a outros aparatos e vivem sobrecarregadas de tarefas, como Daniela:

– Porque você morar sozinha é muito... é muito desgastante, você vê, todas as atividades, além de trabalhar e de estudar, eu ainda tenho a casa inteira pra administrar. Então, fazer a conta, fazer feira, limpar a casa, lavar roupa, cozinhar, tudo sou eu que faço. (DANIELA, 29 anos, heterossexual, baiana, branca, enfermeira).

Morar sozinho/a traz a possibilidade de, no espaço do lar, construir um espelho, refletindo a personalidade de cada pessoa, traço característico de uma sociedade culturalmente “narcísica” (SEVERIANO, 2001; LASCH, 1983). Nas palavras de Felipe:

– Você transforma o ambiente do jeito que você gosta [...] quando você entrar aqui na minha casa, você já começa a perceber como é que eu sou. Pelos CD’s, pelos livros, pela forma como eu coloco as coisas, pela planta, pela bicicleta... então, a casa tem muito... diz muito sobre você. (FELIPE, 29 anos, homossexual, baiano, negro, jornalista).

A liberdade de estar sozinho/a também gera um desafio que é lidar com o “eu”, em momentos de angústia e solidão; e esse desafio, que pode significar um crescimento pessoal, tem sido vivenciado pelas pessoas entrevistadas, de forma positiva, porque morar sozinho/a foi uma opção individual. Algumas pessoas sinalizaram que não sentem solidão porque estão acostumados/as a lidar com os afazeres do cotidiano e estão, sempre, “acompanhados/as” de livros, internet, telefone, filmes, CD’s e outras atividades do lazer e do trabalho, além dos grupos de amigos/as e das relações afetivo-sexuais fortuitas, desconstruindo a idéia de que as pessoas solteiras e que moram sozinhas são “solitárias” e infelizes. Nas palavras de Paulo:

compartilhar a moradia para dividir as despesas e pessoas que moram sozinhas e que não têm uma renda que lhes permita, por exemplo, comprar equipamentos domésticos para auxílio na manutenção do lar ou frequentar locais de lazer mais caros na cidade. Outras pessoas têm uma melhor remuneração e fazem viagens frequentes para fora do estado ou fora do país, frequentam lugares de lazer mais caros e equipam a casa com eletrônicos que auxiliam nas funções domésticas. Assim, são diversos os aspectos relacionados ao modo de viver, que se vinculam ao poder de consumo e fazem com que se pense em diferentes segmentos de classes médias.

– Eu sou solteiro, estou morando só, mas não estou sozinho, não faltam pessoas pra ficar comigo, seja relacionamento sexual, seja amizade, mas, eu nunca estou só, sempre estou com alguém, o tempo todo, todos os dias, seja fisicamente, o contato, seja por telefone, mas eu não fico um dia sem ter contato com alguém, então, eu não estou só. (PAULO, 34 anos, heterossexual, baiano, pardo, economista).

Por outro lado, algumas pessoas sinalizaram que sentem falta de alguém para conversar e compartilhar momentos de dificuldades e que, para esses momentos, criaram algumas estratégias: fazer alguma atividade que gostem, como ouvir músicas, ler livros, sair com amigos para beber cerveja e conversar ou, simplesmente, dormir. Evitar o contato com sentimentos negativos é uma característica da contemporaneidade, como se pode ver pela propagação do ideário de alegria, felicidade e prazer e, nesse meio, aumenta a busca por elementos que tragam o prazer imediato. Antônia retrata essa reflexão:

– Quando sinto solidão [...] ou eu vou dormir, ou eu vou ler alguma coisa, ou eu boto alguma música pra ouvir, ou eu saio [...], dou uma volta sem parar o carro ou eu vou parar em algum lugar em que o chegar sozinha não seja comprometedor, seja, assim, uma coisa mais tranqüila. Já tiveram muitos dias que eu fui pra um bar, de noite, sozinha. (ANTÔNIA, 38 anos, heterossexual, baiana, parda, industriária).

As pessoas que residem com parentes ou colegas, quando se referiram à solidão, esse sentimento esteve relacionado à falta de uma companhia amorosa, já que havia sempre com quem conversar e dividir as tarefas e as dificuldades do cotidiano.

A moradia compartilhada tem uma dinâmica diferente do morar sozinho e, também, reflete algumas características da contemporaneidade, como o individualismo e a personificação do ambiente – possível quando as pessoas possuem quartos individuais –, o uso de tecnologias da comunicação e o exercício da democracia e cooperação quando o grupo se organiza para a manutenção da casa, mas vai se diferenciar pelo tipo de relação estabelecida: de maior proximidade e identificação, quando as pessoas moram com amigos, e de hierarquia, nas relações parentais.

Morar com outras pessoas permite a manutenção de relações de importante valor para as pessoas solteiras, pelos laços de ajuda mútua, amizade e compreensão, o que acontece, também, quando se mora com irmãos. Quem divide apartamento com os colegas tem a vantagem de conviver em grupo, aprender a solucionar conflitos decorrentes dessa convivência, compartilhar as atividades domésticas e as despesas. Residir com os pais traz a tranqüilidade do aconchego, a diminuição das despesas com aluguel e dos trabalhos domésticos e, também, apresenta a função de cuidar dos pais idosos, atribuída ao/à filho/a adulto/a que não se casou, como acontece com Marcos, 43 anos, empresário, solteiro,

soteropolitano que, apesar de afirmar que gosta de morar com os pais, sente falta da liberdade que tinha quando morava sozinho e não tinha restrições em casa para realizar festas e encontros amorosos, por exemplo.

O “EU” EXPRESSO NOS CUIDADOS COM O CORPO E A MENTE

Os cuidados com o corpo e a mente fazem parte dos modos de viver nas sociedades atuais. Para Giddens (1992), o voltar-se ao eu em detrimento do coletivo é uma característica do momento atual, percebida nesta pesquisa pelo pouco engajamento das pessoas nas questões políticas. Somente duas mulheres entrevistadas têm um engajamento político, em movimentos feministas e partidos políticos de esquerda.

O eu, em uma sociedade consumista e individualista, é visto como um projeto reflexivo – “uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro” (GIDDENS, 1992, p. 41) – conduzido por recursos como terapias, manuais de auto-ajuda, tv, revistas e outros. Cinco entrevistados fazem terapia, atualmente e dois homens já passaram, em algum momento na vida, por esse processo que auxilia no movimento de reflexividade sobre as experiências da vida.

Os cuidados com o corpo aparecem com a prática de esportes. Doze entrevistados/as praticam esportes, como musculação, dança, natação e caminhada. Desses, oito são homens. O investimento no corpo e a busca do autoconhecimento são elementos envolvidos na auto-estima e funcionam como dispositivos que motivam as pessoas a se relacionarem, também, sexualmente. O corpo, para Giddens (1992), é o domínio da sexualidade, é portador de auto-identidade e está integrado nas decisões individuais do estilo de vida.

Em uma outra perspectiva, o corpo é pensado dentro do contexto de uma cultura mercadológica globalizada, sendo visto como objeto de consumo e instrumento de prazer, vendido como um atrativo importante para encontros sexuais momentâneos, já que esses são focados no interesse imediato e no desejo suscitado pela primeira impressão, pela *química*, pelo *feeling*, como discutem Chaves (1997) e Andrade (2004). Esse corpo como atrativo sexual é, também, criticado porque pode perder seu valor se não atender aos ideais de uma cultura que prega o corpo jovem e malhado como ideal para um encontro sexual. Grace sinaliza esse aspecto em referência ao mundo gay:

– Alguns [homens *gays*] que estão mais velhos e que perderam, entre aspas, o valor de mercado deles, aparentam mais idade, ou não têm um corpão, né? Porque a moeda é juventude, beleza, é ter um corpo malhado, roupa da moda. A moeda que eu falo é do meio

gay que eu convivo, né? (GRACE, 37 anos, homossexual, baiana, parda, produtora de eventos).

OS ESPAÇOS DE LAZER PARA AS PESSOAS SOLTEIRAS

O lazer é um aspecto em torno do qual se constrói a identidade e está vinculado aos ideais de consumo, signos e imagens na contemporaneidade (VAITSMAN, 1994). Como parte imprescindível na vida das pessoas solteiras que dispõem de tempo para tal, é um dos critérios que definem as especificidades relativas às classes médias e aos estilos de vida, havendo a opção por freqüentar programas culturais, como teatro, cinema, bares e shows, voltados para um público de artistas e intelectuais e que, geralmente, são programas mais baratos ou seguir os modismos locais: bares, boates e praias, que estão no “circuito da moda” e que, geralmente, têm preços elevados. A amostra se divide entre esses dois grupos. O trânsito entre um ou outro espaço vai depender não somente do poder aquisitivo, mas, também, do estilo de vida, dos gostos pessoais. Por exemplo, Luana (37 anos, heterossexual, paulista, branca, cientista social) tem preferência por freqüentar bares e cinemas “alternativos” e, eventualmente, viajar para fora do país.

Os espaços de lazer retratam, ainda, identidades, nos aspectos sexuais e geracionais, havendo locais destinados a pessoas gays e lésbicas e a pessoas adultas, mais jovens e mais maduras, e funcionam como construção de redes de sociabilidade e solidariedade entre as pessoas solteiras que têm o mesmo objetivo de se divertir, se relacionar com amigos/as e encontrar pessoas disponíveis para um encontro afetivo-sexual.

Os bares e as boates que são freqüentados pelas pessoas solteiras das diversas identidades sexuais proporcionam o movimento da paquera pela disposição física, que favorece a exposição de corpos que se encontram e trocam olhares e expressões, além do movimento corporal da dança estimulado pelo tipo de música, que são elementos que favorecem e facilitam o encontro sexual, segundo Chaves (1997). A escolha do local é feita para encontrar um tipo de paquera adequado à idade, classe social e estilo pessoal específicos, como relata Daniela:

– Olha, primeiro, pra uma pessoa ir pra uma boate ela tem um nível socioeconômico mais elevado, né? Porque pra ir pr'um barzinho, tomar uma cerveja, qualquer pessoa pode ir [...] Primeiro, existe uma seleção de idade [na boate], não entram pessoas menores de vinte e um anos de idade, então, isso já é uma vantagem. Tem alguns lugares que você vai, que tem só [...] menino muito novo e tal, né? muito abaixo da sua idade, então, realmente num é interessante. Então quando você vai pra um show... um teatro... né? alguma coisa mais, mais

cultural ou uma boate, que são... é um outro nível de pessoas que freqüentam. Acho que tanto na... no... tanto no nível socioeconômico e cultural, né? E quanto na questão da idade, também. Então, eu acho que a probabilidade é maior de você encontrar alguém do seu perfil. (DANIELA, 29 anos, heterossexual, baiana, branca, enfermeira).

A atuação das pessoas solteiras segue a regra da paquera, que é a mesma entre as pessoas dos diferentes sexos¹⁴ e orientações sexuais, a busca por sexo sem compromisso, como relatou um homem homossexual: “Normalmente é isso que acontece: quando eu tô solteiro, a gente sai, beija na boca, sexo casual, um abraço e tchau” (ANDRÉ, 28 anos, homossexual, baiano, pardo, dentista). Por outro lado, diferenças de gênero existem quando a função de freqüentar esses locais é buscar um namorado ou uma namorada. As mulheres entrevistadas que querem encontrar um namorado acreditam que, nesses locais, encontrarão um parceiro ideal. Porém, os homens entrevistados afirmaram que as mulheres que freqüentam lugares para pessoas solteiras não têm um perfil para namorar pois estão disponíveis para um encontro momentâneo; acreditam que as mulheres ideais para namorar têm um perfil mais tradicional (mulheres mais recatadas, dependentes e cuidadoras), diferente das mulheres contemporâneas, mais “autônomas” e “independentes”. Descompassos e desafios para essas mulheres...

Apesar da livre circulação das pessoas solteiras nos diversos espaços, há incômodo quando não estão no seu “território”. Por exemplo, a circulação de pessoas gays por ambientes públicos fora dos seus guetos requer restrições de contato físico, limitando os espaços sociais e gerando mal-estar, pelo sentimento de não pertencimento e pelos olhares preconceituosos de uma hegemonia heterossexual, relatado, de forma marcante, pelos entrevistados homossexuais. O mesmo sentimento está presente nos adultos mais maduros, que encontram poucas opções de lazer direcionadas para esse público, já que predominam na cidade bares e boates voltados para um público mais jovem, como observaram as pessoas entrevistadas na faixa dos quarenta anos. Já os homens nessa mesma faixa de idade não sentem a mesma dificuldade e transitam em bares e boates onde também se encontram pessoas mais jovens porque eles se relacionam com mulheres mais jovens, ao contrário das mulheres mais maduras que preferem os homens de mesma faixa etária ou mais velhos.

¹⁴ Na amostra, há mulheres que praticam o sexo sem compromisso e as que objetivam conhecer alguém para um relacionamento estável e o “ficar”, por exemplo, funciona como um meio de encontrar esse parceiro ideal. As mulheres que não querem namorar estão mais dispostas e satisfeitas com o sexo sem compromisso, diferente das que querem um namorado. Já os homens, apesar de estarem divididos entre os que procuram uma namorada e os que se relacionam casualmente, sentem-se à vontade na prática do sexo sem compromisso, porque, socialmente, é uma prática legitimada entre eles. Essa prática, no entanto está começando a fazer parte do cotidiano de muitas mulheres, atualmente, como algumas da amostra, que rompem com antigas regras que envolvem a sexualidade feminina.

AS REDES DE RELAÇÕES SÓCIO-AFETIVAS

a) As relações de amizade

As redes de relações com amigos e colegas são construídas nos diversos espaços sociais e temporais: nos locais de esporte, de lazer, no local de moradia e no trabalho; com amigos de infância e os atuais. Há grupos de amigos divididos por orientação sexual e por estado civil (os solteiros e os que têm relacionamento estável, comumente chamados de “casados”). Esses diferentes grupos de amigos/as funcionam como apoio nas diversas situações, com destaque para o grupo de amigos divididos por “estado civil”.

A situação de estar solteiro/a ou namorando possibilita tipos de apoios diferentes para as pessoas, opiniões diferentes sobre a situação de “solteirice” e o tipo de programa que se faz. Com os/as amigos/as solteiros/as, freqüentam-se os bares e as boates voltados para esse público sendo a permanência na vida de solteiro/a estimulada porque, nessa, as redes de amizades têm mais espaço. Já os/as amigos/as que estão namorando estimulam o abandono da vida de solteiro/a e com eles/as os programas são outros: restaurante, bares para “casais”, etc.

As redes de amigos/as têm, ainda, valor equivalente aos familiares, em termo de relevância para a vida de cada pessoa, como retrata Felipe:

– É como eu falo: amigos é terapia, é brincadeira... [...] Então, é uma família que a gente escolhe. [...] Você determina aqueles que você quer se relacionar, né? Eu acho importante, por causa disso. (FELIPE, 29 anos, homossexual, baiano, negro, jornalista).

Em uma sociedade em constante abertura para novas redes de sociabilidade, “as amizades podem ser tão ou mais significativas do que os parentes, em termo de freqüência de contato, apoio cotidiano e compartilhar de dificuldades” (VELHO, 1989, p. 28), o que permite abranger o universo relacional das pessoas em sociedades urbano-industriais contemporâneas.

b) As relações familiares

As famílias dos/as participantes têm características diversas, condizentes com as tendências sociais atuais, a começar pela redução do número dos seus membros e pela presença de divórcios e recasamentos. A perda de um ou dos dois pais, que é realidade para algumas pessoas, gera um re-arranjo nesse sistema: os filhos precisam ser cuidados por avós ou, se adultos, buscar a sua independência.

Os papéis de gênero se mostraram diversos e flexíveis nessas famílias nas quais umas mulheres ocupam ou ocuparam (se falecidas), somente, as funções de mães e cuidadoras e

outras somam essas funções às de trabalhadoras fora do lar. Já os pais tinham como principal função a de provedor e pouco participavam da vida afetiva/familiar. A qualidade da relação com a família de origem varia de acordo com o posicionamento de seus membros que adotam ou buscam adotar posturas, emocional e financeiramente, mais autônomas, ou, por outro lado, apresentam posturas de maior dependência emocional (principalmente, no caso dos homens mais jovens da amostra).

A busca por independência e autonomia faz parte da realidade da maioria das pessoas entrevistadas, o que é esperado de pessoas adultas. As que moram com amigos/as e as que moram sozinhas buscaram nesses estilos de moradia e, concomitantemente, no estilo de vida, ser independentes e autônomas. Para alguns, a relação de distância emocional com a família de origem contribuiu para esta postura de independência.

Foram percebidas diferenças em relação a crenças sobre família e casamento aprendidas com a família de origem: as famílias interioranas valorizam e cobram, de seus filhos/as solteiros/as, o casamento, diferente das provenientes das capitais, principalmente daquelas maiores do que Salvador, que educaram seus filhos ensinando-lhes a privilegiar a carreira profissional e a não priorizar a vida conjugal. As diferenças entre essas famílias podem ser expressas nas falas de Luana e Mariana:

– A minha mãe fez a minha cabeça contra o casamento desde pequenininha. Ela dizia que [...] casamento acabava com sua liberdade, que casamento não deixava você aprender (risos) a ser independente, que você tinha que ter uma carreira, que tinha que ter uma carreira, ter seu dinheiro, ser independente, ter seu trabalho, fazer suas coisas, fazer tudo sozinha. (LUANA, 37 anos, heterossexual, paulista, branca, cientista social).

– A minha mãe me diz ainda hoje que estava bêbada, que estava fora da lucidez dela ter me deixado sair de casa, porque lá é muito comum as mulheres saírem de casa casadas. (MARIANA, 33 anos, heterossexual, baiana, interiorana, parda, pesquisadora).

c) *As relações afetivo-sexuais*

Nas suas trajetórias de vida, as pessoas entrevistadas se engajaram em relações afetivo-sexuais de diferentes estilos variando entre namoros longos (mais de dois anos) – três mulheres e três homens, e, desses, uma mulher e um homem moraram juntos com o/a parceiro/a, dois homens foram noivos e um homem foi casado – e namoros curtos, que duraram poucos meses (cinco mulheres e quatro homens), além do “ficar”, que é praticado por todos/as da amostra quando não estão envolvidos/as em um relacionamento estável.

Nas suas trajetórias afetivas, as pessoas, também, intercalaram ciclos de namoros longos e curtos, como vivenciaram dois homens e duas mulheres; algumas seguiram a tendência de permanecer maior período de tempo com namoros longos, como Ricardo (30 anos) e Cristiane (32 anos); e outras, com namoros curtos, como Luana (37 anos) e Isadora (46 anos). São práticas atuais o “ficar” ou o “pegar”, praticados por quinze pessoas e dessas, duas são amantes. Três homens e duas mulheres namoram.

O “ficar” foi mencionado como um encontro casual – que envolve beijos, troca de carícias e pode chegar ao ato sexual – desprovido de compromisso e de envolvimento emocional, prevalecendo o desejo momentâneo e o sentimento de paixão, como descrevem Chaves (1997) e Andrade (2004). Geralmente, esse encontro acontece em locais de festa ou outro ambiente de lazer. Luana se refere ao fato de transar com alguém que conheceu em uma boate:

– Você sai, tudo bem, paquera, bate papo, volta pra casa e pronto. [...] se eu achar que uma segunda vez vale a pena para uma avaliação, eu troco telefone. (LUANA, 37 anos, heterossexual, paulista, branca, cientista social).

Outra modalidade do “ficar” é vivenciada por três pessoas da amostra que tem um/a “ficante” mais “estável”, ou seja, alguém com quem, esporadicamente, se encontram para um relacionamento afetivo-sexual, que pode estar funcionando como uma ponte para o namoro, mas que ainda não tem o comprometimento e a fidelidade que o namoro exige. Nos relatos, as mulheres apontam estar satisfeitas com esta modalidade relacional. Esse tipo de relação, por romper com a idéia de que sexo está vinculado a amor ou a uma relação estável, permite a flexibilidade de gênero e coloca a mulher, principalmente, como autônoma na escolha de parceiros e mais flexível, também, no lidar com sua sexualidade.

Os estilos de relação “ficar”, “pegar” e “ser amante” se aproximam, apesar de suas especificidades, e têm um papel central nesses estilos de vida mais contemporâneos porque atendem ao desejo de envolvimento rápido, veloz, sem comprometimento, com liberdade de escolha de parceiros e flexibilidade de exercício da sexualidade, para homens e mulheres, das diferentes identidades sexuais, e também se aproximam das premissas de Giddens (1992) e outros autores, no que concerne às relações amorosas contemporâneas.

As pessoas que namoram estão, há pouco tempo, nessa relação (dois ou três meses), salvo dois homens, que namoram há mais de um ano. Há diferenças nos namoros de homens e mulheres: no namoro dos homens, não há fidelidade; já as mulheres procuram estabelecer regras na relação que favoreçam a manutenção da autonomia pessoal de cada um e negociações para que a individualidade seja respeitada.

Outra forma citada de se relacionar foi a relação mediada pela internet, que possibilita o anonimato podendo o encontro se estender para a “vida real”. Dois homens e três mulheres experimentaram esse tipo de relacionamento, mas preferem conhecer pessoas na “vida real”. Tem sido prática comum o uso de sites de relacionamento, como o *orkut*, para manter contatos com amigos/as, para relações de trabalho e, também, para conhecer pessoas disponíveis para relacionamentos eventuais; o *messenger*, que permite a conversa em tempo real; e os *blogs*, sites personalizados como se fossem diários, que facilitam as relações virtuais e, também, a construção de identidades, conforme pesquisas de Romão-Dias & Nicolaci-da-Costa (2005).

Segundo as pessoas estrangeiras entrevistadas, em Salvador, as pessoas estão mais disponíveis para o sexo e mostram isso através de seus comportamentos. Por outro lado, apesar da imagem de que na Bahia tudo é permitido, oito participantes naturais de outras capitais brasileiras, apontaram o quanto Salvador, também, é uma cidade conservadora e preconceituosa, como Marcelo, que observou no seu ciclo de convívio social, aspectos voltados para uma cultura com desigualdades de gênero ainda marcantes:

– Em São Paulo, a mulher tá muito mais igual ao homem, em termos de comportamento [...] Aqui [em Salvador] as pessoas estão mais independentes, os dois trabalham [o homem e a mulher], mas o conceito [de coronelismo] existe disfarçado, tipo, o homem manda. (MARCELO, 44 anos, heterossexual, paulista, pardo, engenheiro).

PROJETOS PARA O FUTURO

As pessoas entrevistadas não constroem projetos para longo prazo, corroborando com o que apontam alguns autores acerca do imediatismo, que colabora para a prevalência do tempo presente, na contemporaneidade (SEVERIANO, 2001; EAGLETON, 1996). Os projetos citados nas entrevistas foram de caráter imediatista e focados no trabalho e em atividades que promovam o bem-estar pessoal: há o desejo de continuar na carreira, pessoas que querem mudar para um trabalho que promova a flexibilidade de horários e todos/as querem investir no bem-estar pessoal visando o lazer e outras atividades prazerosas. Para retratar o imediatismo dos projetos para o futuro, Marcelo faz referência ao cantor Zeca Pagodinho:

– Eu tava vendo uma entrevista aí de Zeca Pagodinho. Pô, (risos), pô, daí ele fala assim, ‘deixa a vida me levar’. Eu sou meio assim, eu nunca acabei traçando nenhum objetivo na minha vida, não. De falar assim, ‘Pô, agora eu vou fazer isso aqui, agora eu vou conquistar isso’. Talvez, de momentos mais imediatos, né? Nada muito a longo prazo, nada muito de

planejar. [...] É muito de imediatismo, muito de deixar acontecer, depois você vê o andamento da coisa. (MARCELO, 44 anos, heterossexual, paulista, pardo, engenheiro).

Em relação ao futuro da vida de solteiro/a, as opiniões se dividem a partir das experiências e práticas em torno da “solteirice” e das crenças sobre a vida conjugal e familiar. No geral, não têm “engessado” um projeto de vida que envolva o fim ou a continuidade da vida de solteiro/a, porque não querem se fechar para novas experiências, apesar de sinalizarem algumas expectativas.

A vida de solteiro/a se mostra satisfatória para sete pessoas, que não têm planos quanto a casamento e/ou engajamento em qualquer tipo de relacionamento estável. Isadora (46 anos), Luana (37 anos) e Grace (37 anos), por exemplo, rompem com o que é comumente esperado para as mulheres (o casamento) e rejeitam, também, a maternidade; o mesmo para Felipe (29 anos) e Alex (37 anos) que não têm planos para casar ou ter filhos. Por outro lado, sete pessoas almejam ter um relacionamento estável e, por não estarem engajadas em um, no momento, se mostram insatisfeitas com esse aspecto da vida amorosa, apesar de haver boa satisfação em outros aspectos, como no campo do trabalho e com as redes de relações de amizade fortalecidas. Duas pessoas, Mariana (33 anos) e Rui (34 anos) não têm plano definido de casar ou ter filhos e deixam essa possibilidade em aberto, acreditando que, com ou sem uma parceria amorosa, podem estar felizes. As pessoas que tem namorado/a estão satisfeitas com a relação e não fazem planos quanto ao futuro relacional.

Dentro das expectativas em torno da manutenção da “liberdade” pessoal, independência, autonomia e flexibilidade na vida afetiva, as pessoas referiram como o relacionamento mais adequado ou ideal, o casamento (ou relacionamento) em casas separadas e o relacionamento “aberto” (com possibilidade de diálogo e, até, da inclusão de terceiros na relação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados construídos retratam questões de gênero importantes e mostram, a partir das pessoas solteiras, que alguns elementos característicos da era atual passam a integrar modos de viver e de se relacionar em sociedades urbano-industriais dentre as quais, principalmente, estão presentes a diversidade e a flexibilidade nos diversos campos da vida: o individualismo, a flexibilidade na rotina e nos papéis de gênero – presente nos afazeres domésticos e nas relações afetivo-sexuais –, a personificação do ambiente – possível em uma cultura “narcísica” ou voltada ao “eu” –, presentes, também, nos instrumentos de autocuidado e nos planos individuais, no crescimento pessoal e profissional desvinculado da constituição de

família, do casamento e de qualquer outra forma de relacionamento estável, para boa parte das pessoas entrevistadas.

Aquelas que almejam um relacionamento amoroso estável encontram em si, nas próprias características dos relacionamentos atuais (efêmeros, com pouco compromisso e voltados para o prazer imediato) e nas relações de gênero (em que alguns estereótipos ainda prevalecem, como o homem considerar que há mulheres ideais para o engajamento em uma relação estável e para um relacionamento efêmero), impasses para que isto aconteça. Mas a angústia da espera e o movimento de busca de uma parceria amorosa não impedem que as relações de amizade, o trabalho e outros campos da vida caminhem bem.

A partir de diferentes lugares, as pessoas adultas solteiras constroem seus estilos de viver e suas identidades, em um grande centro urbano como Salvador, que carrega em si as próprias contradições e diversidades que caracterizam as sociedades urbano-industriais contemporâneas nas quais convivem modelos novos e antigos que são percebidos pelas pessoas que aí residem. As cobranças por uma vida com mais compromisso (que implica o casamento e a constituição de família), oriundas, principalmente, das famílias interioranas, caminham lado a lado com perspectivas de mudanças, quando homens e mulheres, nesse grande centro urbano, assumem funções que eram destinadas ao sexo oposto, como as atividades domésticas e a exploração do mundo público, trabalho, lazer, e outras perspectivas que vão além de um projeto de vida conjugal e familiar e passam por outras redes de relações construídas.

Desde uma escolha individual, as pessoas buscam o bem estar pessoal, nos diversos âmbitos da vida, incorporando a flexibilidade aos elementos que compõem a rotina e as relações sócio-afetivas, o que permite importantes reflexões sobre as relações de gênero contemporâneas, no momento em que homens e mulheres de diferentes orientações sexuais encontram a possibilidade do exercício da sexualidade sem compromisso e com liberdade de escolha levando, assim, uma vida adulta mais “solta” e fluida, o que não quer dizer que seja imatura ou irresponsável. Porém, essa liberdade, no que se refere às mulheres, ainda é criticada pelos homens.

Elementos novos de sociabilidade como o uso da internet, as relações de amizades com valor similar ao das relações familiares e as novas formas de organização do espaço privado, com o uso de tecnologias e a flexibilização nas funções e papéis de gênero, para citar alguns dos principais elementos aqui discutidos, são incorporados nos estilos de vida não-lineares das pessoas solteiras participantes deste estudo.

É importante ressaltar a constatação do rompimento das noções sobre pessoas solteiras que agora passam a ser vistas no campo da diversidade de opções de viver e de se relacionar,

o que não implica em solidão ou negatividade, mas, sim, em outras possibilidades de viver em sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Nádia. *Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova identidade*. Maceió: UFAL, 1992.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira. Conceitos e significados acerca do estilo relacional “ficar”: uma análise de discurso entre adultos jovens. *CienteFico*, ano 4, v. 3, 2004. Disponível em: <http://www.cientefico.frb.br/2004.2/especial_tcc/esp_tccs.andrade.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2005.
- ANDRADE, Darlane Silva Vieira. *Dando voz à diversidade: um estudo sobre pessoas solteiras de classes médias em Salvador*. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BAUMAN, Zigmund. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *El normal caos del amor*. Barcelona: El Roure, 1990.
- BOURDIER, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). *A sociologia de Pierre de Bourdier*. São Paulo: Olho D’Água, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2, Cap. 4.
- CHAVES, Jaqueline. *“Ficar com”*: um novo código entre jovens. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- CUNHA, Mercedes. *Dados para uma avaliação de currículo do curso de Psicologia da UFBA: caracterização do aluno, análise das condições de ensino oferecidas pela Instituição*. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- DUCCINI, Luciana. *Diplomas e decás: re-interpretações e identificações religiosas de membros de classes médias do candomblé*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1998, v. 11, n. 2, p. 379-394. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2002.

- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres só” no Brasil contemporâneo*. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.
- GUILLEBAUD, Jean-Claud. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *RBCS*, v. 20, n. 58, jun. 2005.
- HITA-DUSSEL, Maria Gabriela. *As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.
- JABLONSKI, Bernardo. Crenças e credices sobre a sexualidade humana. *Psicologia teoria e pesquisa*, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 209-218, set./dez. 1998.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Tradução Ernani Pavareli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- MANSUR, Luci Helena Baraldo. *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- NERI, Marcelo. Sexo, casamento e solidão. *Conjuntura nacional*, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fgv.br/ibre/cps/artigos/Conjuntura/2005/Sexo,%20casamento%20e%20solidao.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2005.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (Orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. p. 21-42.
- ROMAO-DIAS, Felipea; NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. “Eu posso me ver como sendo dois, três ou mais”: algumas reflexões sobre a subjetividade contemporânea. *Psicol. Cienc. Prof.* v. 25, n. 1, mar. 2005.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].
- SEVERIANO, Maria de Fátima V. *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais de consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001.
- VAITSMAN, Jane. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans; MILLS, C. Wright (Org.). *Max Weber: ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEINBERG, Monica; MIZUTA, Erin. Capitais da solidão. *Revista Veja*, ed. 1902, 27 abr. 2005. Comportamento.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM “IDEAL” DA MULHER NA MÍDIA CONTEMPORÂNEA

Helena Miranda dos Santos

A proposta deste ensaio é expor algumas considerações apresentadas no Capítulo 3 da minha Dissertação de Mestrado intitulada “Corpos Perfeitos: o ‘ideal’ de beleza das mulheres construído na contemporaneidade”¹, por acreditar que é preciso desvelar os discursos hegemônicos sobre a beleza como uma forma de dar vez e voz a formas alternativas (e originais) de comportamento e apresentação (física) em nossa sociedade.

Na sociedade contemporânea, os discursos da mídia assumem um importante papel na formação de opiniões e na construção de identidades, pois, a todo momento, trazem experiências mediadas da vida das pessoas, sendo, portanto, responsáveis pela construção e reprodução, no plano simbólico, da cultura e da vida social. Nesse processo de construção, a participação da mídia é exercida através de uma manipulação tácita realizada por meio da veiculação de mensagens baseadas no discurso dominante, cujos alvos principais são o corpo e os cabelos. Trata-se, portanto, de uma discussão bastante atual e que, ainda, carece de atenção por parte de pesquisadoras/es que atuam na área de gênero e cultura.

Pode-se afirmar, conforme explicita Giani David Silva (2002), que essa atuação da mídia se dá sobre duas lógicas: a lógica econômica, que objetiva fabricar um produto competitivo no mercado e a lógica semiológica (linguagens, imagens e sinais) que atua como máquina produtora de signos. Assim, a cultura da mídia e a cultura de consumo (que oferece e induz à aquisição de um conjunto de bens e serviços) operam juntas, selecionando imagens e informações sobre aquilo que se acredita ter maior poder de venda e reportando-se a assuntos atuais, na intenção de seduzir uma grande quantidade de pessoas que, assim, vão sendo estimuladas ao consumo constante de bens e de serviços.

Para Nara Widholzer (2005), a indústria da comunicação representa o principal instrumento de dominação/submissão e é setor estratégico nos campos econômico, político e cultural, por disseminar discursos impregnados de conteúdos ideológicos cuja linguagem respalda os projetos idealizados pela elite dominante. As propagandas fornecem modelos de identidade e corroboram a ordem social vigente, reiterando velhos padrões, a exemplo da

¹ SANTOS, Helena Miranda dos. Corpos perfeitos: o “ideal” de beleza das mulheres construído na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Ivira Iracema Alves.

imagem da mulher como objeto de consumo. Desse modo, as informações veiculadas pela mídia pressupõem a manipulação de uma minoria detentora desses veículos sobre todas as outras pessoas², o que remete a uma intervenção consciente sobre algo definido, com um propósito determinado, corroborando a existência de uma parcialidade no discurso daquele que informa e que tem o poder de voz em nossa sociedade.

Concordo com Vera Vieira (2004) quando observa que vivemos em uma época onde prevalece o *slogan* “estou na mídia, logo existo” e com Cristina Brandão (2007) que, também, denuncia, na contemporaneidade, a “mídiatização total” em que quase tudo na cidade acontece como a mídia diz e quer. Nessa “democracia” audiovisual, o real é produzido pelas imagens geradas na mídia, reestruturando a vida urbana, já que, como afirma Naomi Wolf (1996), em um mundo saturado pela mídia, as imagens não só afetam a história; elas são/constroem a história. Sobre esse aspecto, acrescente-se, ainda, a idéia que traz Baudrillard (1980), citado por Ann Kaplan (1993), de que, com a imagem da televisão, o nosso corpo se torna uma tela de controle, monitorado e fiscalizado pela publicidade.

A mídia constrói e normatiza bens simbólicos com sentidos hegemônicos sobre o masculino e o feminino ao fomentar a “ditadura da estética”, conforme reconhecido e intitulado por Iara Beleli (2007), auxiliando na composição de uma ordem disciplinadora dos corpos. Assim, as mulheres que não atendem aos padrões de beleza exigidos pela sociedade e veiculados na publicidade, insatisfeitas com a sua aparência, tornam-se susceptíveis à compra, às tecnologias, ao adestramento³ de seus corpos, induzidas pela possibilidade de “aquisição” desse modelo “ideal”.

Nesse sentido, é preciso tornar visíveis, como colocam Susana Funck & Nara Widholzer (2005), as relações de gênero, que nos interpelam através da mídia e proporcionam espaços para que se vislumbrem novos discursos.

Entendendo que, dentro de uma certa cultura, a mídia funciona como um construtor de sentidos, é preciso analisá-la tomando como base a sociedade ocidental e patriarcal em que vivemos e que permeia todo o processo de construção e de atribuição de significados à aparência dos corpos. Desse modo, torna-se importante e necessário proceder a uma análise crítica com uma postura atenta e questionadora sobre as informações que são veiculadas na

² Isso se agrava, no caso do Brasil onde as propriedades da televisão de sinal aberto e de rádio (grandes veículos de informação acessados pela população) encontram-se nas mãos de poucos grupos familiares (cerca de doze famílias).

³ Remete-se, aqui, a Foucault para conferir sentido ao “adestramento dos corpos”, tomando o corpo como objeto e alvo de poder – um corpo dócil ou obediente que é manipulado e modelado por meio de diversas instituições sociais (escola, quartel, hospital, etc.). Para esse autor, as instituições dominam os corpos “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (1987, p. 119). Nesse sentido, a sociedade impõe ao corpo limitações e proibições sujeitando-o através da disciplina, ou seja, de métodos que permitem o controle minucioso de suas operações.

mídia, problematizando as ideologias presentes nos discursos e na linguagem. Essa análise, à luz de uma perspectiva de gênero, torna-se fundamental para o entendimento desse contexto no qual o desejo de *status* (consagração pública) e o desejo afetivo são envolvidos pelo consumo de objetos.

Na tentativa de revelar esse discurso hegemônico voltado para a beleza da mulher, que é difundido por veículos midiáticos e acessado e internalizado pelas mulheres como uma “autoridade invisível” que embasa o seu comportamento na busca pelo padrão de beleza, foi feita uma análise junto a quatro revistas dirigidas a mulheres, *Nova*, *Cláudia*, *Boa Forma* e *Corpo a Corpo*. Cumpre esclarecer que não houve a pretensão de uma análise minuciosa, que essa é uma análise descritiva realizada, apenas, a partir das chamadas das capas e dos títulos de algumas matérias de apenas uma edição de cada revista⁴.

O fato de ter analisado apenas uma edição de cada revista torna difícil definir, de modo preciso, para quais mulheres (pensando em termos de classe social, geração e raça/etnia) a venda desses periódicos se destina. Entretanto, pela sua organização e pelas matérias e propagandas trazidas afiguram-se destinados a um público “feminino”⁵ pertencente às camadas médias urbanas e à classe alta, não apenas pelos interesses, que giram em torno do modelo de beleza e aparência como, também, pelo poder econômico e aquisitivo necessário para que se disponham a realizar investimentos, adquirindo produtos ou fazendo intervenções, até mesmo cirúrgicas, sobre o corpo.

Com relação à faixa etária, foram identificadas variações, em decorrência das matérias trazidas no interior de cada revista. Enquanto a *Boa Forma* e a *Corpo a Corpo* trazem artigos sobre dieta, nutrição, beleza, corpo, academias de ginástica e moda e parecem se direcionar a mulheres na faixa etária entre vinte e trinta anos, a *Cláudia* traz matérias sobre família e filhos enquanto a *Nova* tematiza sobre trabalho e carreira, ambas atendendo mulheres casadas e/ou profissionais, inclusive solteiras, acima dos trinta anos.

Esse direcionamento para públicos distintos também pôde ser percebido no vestuário exposto nas imagens (tanto em artigos como em propagandas) que se encontram no interior dessas revistas.

Jean-Charles Zozzoli (2005) afirma que as revistas dirigidas a mulheres estão entre os maiores promotores de uma beleza fundada na juventude e na magreza através do incentivo a cirurgias plásticas e técnicas/exercícios para trabalhar o corpo. Segundo o autor, nelas são

⁴ A pesquisa realizada para a Dissertação se deteve em um único exemplar, do mês de março de 2007, de cada uma delas.

⁵ O termo “feminino” encontra-se apado como uma forma de se distanciar do sentido tradicionalmente empregado, pelo senso comum, em nossa sociedade, de “mulher feminina” e, portanto, frágil, delicada, submissa, passiva, etc.

apresentados dez vezes mais matérias e anúncios publicitários sobre essa temática do que em revistas equivalentes cujos leitores, predominantemente, são homens.

Desse modo, mais de três quartos das capas dessas revistas, de acordo com Zozzoli (2005), têm um título que se refere à melhor maneira de mudar a aparência física. Gomes & Silva (2005) enfatizam que essas chamadas das capas utilizam, geralmente, verbos no imperativo, diminuindo a liberdade de escolha das leitoras e persuadindo-as a entrarem pela trilha dos desejos não satisfeitos e acreditados como possivelmente alcançáveis.

Com relação às capas das revistas analisadas, exponho, a seguir, algumas das chamadas presentes, a exemplo de:

“Virou mania! Silicone para aumentar o bumbum” (BOA FORMA).

“213 produtos testados e aprovados: ganhe a pele e o cabelo que você sempre sonhou” (CORPO A CORPO).

“A nova pílula antibarriga” (NOVA).

“Injeção paralisa as rugas” (NOVA).

Esses títulos aguçam a curiosidade das leitoras que, com o objetivo de alcançar a imagem construída, como o padrão “ideal” de corpo a ser seguido, são incentivadas a ler as matérias no interior das revistas nas quais encontram a indicação de produtos.

Um outro aspecto que estimula as leitoras à aquisição de bens e de produtos diz respeito à utilização de imagens de profissionais da mídia (tanto nas capas como nas matérias no interior dessas revistas) que funcionam como padrões de beleza a serem desejados e buscados.

A *Boa Forma*, com artigos situados na fronteira entre modelo de beleza e saúde, trouxe, na capa do mês de março de 2007, a foto da atriz Isis Valverde⁶, de 20 anos. Tanto ela quanto a atriz Paola Oliveira⁷, de 24 anos, capa da *Nova*, estão na faixa etária dos vinte anos e podem funcionar, em termos geracionais, como modelos de beleza a serem seguidos por outras jovens.

As revistas *Corpo a Corpo* e *Cláudia*, que trazem na capa duas profissionais da mídia com idades entre trinta e quarenta anos (a apresentadora de TV Luciana Gimenez⁸ e a jornalista Renata Vasconcelos⁹, respectivamente), abordam os cuidados com a beleza e a redução de peso como uma necessidade para essa faixa etária. Percebe-se, aí, a busca de uma

⁶ Isis Valverde é solteira, nascida no interior de Minas Gerais e atriz da Rede Globo.

⁷ Paola Oliveira é solteira, nascida na cidade de São Paulo e atriz da Rede Globo.

⁸ Luciana Gimenez tem 37 anos, nasceu em São Paulo e é mãe de um filho com o vocalista da banda Rolling Stones, Mick Jagger. Desde fevereiro de 2001, é apresentadora do Programa *SuperPop* da Rede TV, já tendo exercido a profissão de modelo de passarela.

⁹ Renata Vasconcelos tem 35 anos, nasceu em São Paulo, é casada e mãe de dois filhos. É formada em jornalismo e trabalha como apresentadora do Jornal *Bom Dia Brasil* da TV Globo, exibido pela manhã de segunda a sexta. Uma vez por mês, apresenta o Jornal *Nacional*, exibido em horário nobre, pela mesma emissora.

influência direta sobre as mulheres que são potenciais ou efetivas mães de família e/ou apenas profissionais, incidindo sobre essas a ideologia, que faz parte do discurso hegemônico sobre o corpo e a beleza, de que não se deve descuidar da aparência, mesmo ultrapassada a fase da juventude e tendo prestígio consolidado no trabalho. À medida que as matérias voltadas para essa faixa avançam, elas vão trazendo as mães para dentro da indústria de consumo voltado para a beleza, modificando a imagem que havia sido construída sobre a mulher doméstica que usava avental e “bobe” nos cabelos e que, agora, também deve se moldar.

Não apenas revistas, mas, também, as propagandas, os programas de TV, *outdoors*, entre outros veículos midiáticos, utilizam como modelos figuras de profissionais da mídia – cujos corpos estão sendo constantemente moldados ao “ideal” de beleza da época –, visando despertar em todas as mulheres o desejo de possuírem tais características, de modo que essas, a partir da identificação do padrão de aceitabilidade de seu grupo, consumam, na indústria de cosméticos, produtos que possam aliviar as insatisfações que o próprio modelo-exemplo instiga. Essa é uma maneira sutil de dirigir as mulheres para o consumo de uma indústria voltada para elas mesmas e que envolve bilhões de reais, atentando para o direcionamento a determinadas faixas etárias. E sob essa estimulação reiterativa, aquelas que têm condições de investir e que internalizam tal construção discursiva seguem o padrão construído, na busca desenfreada pela modelagem dos seus corpos, enquanto que as que não dispõem de recursos financeiros para tais investimentos podem se sentir frustradas.

Chama, ainda, a atenção, nessas revistas, a alusão a *personal trainers* que comandam e direcionam os exercícios aeróbicos e de musculação realizados por muitas profissionais da mídia, conforme observado na matéria sobre a atriz Ísis Valverde: “Com a *personal* Valéria França (que também tem entre suas alunas as artistas globais Paola Oliveira e Joana Balanguer), Isis aprendeu a otimizar o tempo na academia” (BOA FORMA, p. 68).

Com esse “direcionamento”, as jovens vão sendo estimuladas a frequentar academias de ginástica e a ter, tal como essas atrizes – no caso daquelas que dispõem de recursos financeiros para isto –, o auxílio dessas/es profissionais na realização de exercícios físicos individuais e específicos que podem ser realizados em sua própria casa. Assim, a idéia de que as profissionais da mídia têm um corpo “perfeito” porque dispõem de atenção particular e de exercícios físicos adequados a seu corpo, com um/a profissional atento/a às especificidades de sua constituição física, pode estar sendo fabricada, colaborando para a construção do desejo, por parte das mulheres comuns, de possuir tal acompanhamento.

Considerando que essas atrizes e modelos utilizam o corpo e a aparência física como instrumentos de trabalho, a modelagem da sua imagem (e, possivelmente, de comportamento e de vestuário) se dá quando a sua vida privada se torna pública e as leitoras (que não são

profissionais da mídia) passam a desejar possuir uma imagem semelhante à dessas profissionais, apesar de seus corpos não serem o seu próprio instrumento de trabalho.

A exposição da vida íntima de atrizes e modelos é veiculada pela indústria da beleza, que tira proveito de suas imagens, mas, diferentemente das mulheres “normais”, que não atuam na mídia, essas profissionais não são manipuladas, pois, além da remuneração que recebem pelo trabalho profissional que desenvolvem, é comum que elas, ainda, ganhem brindes pela propaganda do produto.

Um outro aspecto observado na análise dessas revistas é a grande quantidade de matérias voltadas para a redução de peso ou o incentivo ao corpo magro, esguio. Tal fato vem repercutindo na saúde de muitas jovens que, na ânsia de possuírem um corpo “ideal”, que quer dizer, segundo essas revistas, manequim 36 ou 38, não importando altura, biótipo, etc., estão desenvolvendo, conforme já constatado pela área médica, transtornos alimentares, a exemplo da bulimia e da anorexia.

Entre as revistas pesquisadas, o incentivo ao corpo magro pode ser percebido, de modo específico, na matéria da *Corpo a Corpo* sobre a apresentadora Luciana Gimenez, quando afirma que ela está dez quilos abaixo de um peso saudável, pois “não mede esforços para exibir-se linda de morrer... pernas torneadas, barriga sequinha, seios firmes e curvas bem marcadas” (CORPO A CORPO, p. 38). O interessante é que não são mencionados, na revista, quaisquer prejuízos à saúde por ela estar abaixo de um peso considerado, atualmente, pela Medicina como saudável. Ao contrário, tal constatação aparece como um ganho, já que ela se esforça, despense tempo e recursos financeiros para alcançar esse “ideal” através de diversos procedimentos da indústria da beleza – “malhação, boca fechada, cremes para celulite, drenagem linfática e xampu específico para seu tipo de cabelo”.

Esse incentivo ao emagrecimento, frequentemente utilizado no discurso dominante, parece estar pautado na relação estabelecida entre o corpo e a saúde, que aponta o corpo magro como saudável e belo, agregando-se, aos exercícios físicos, a prática de dietas alimentares. Entretanto, tal relação é distorcida, em virtude do corpo “ideal” estar, cada vez mais, sendo identificado como aquele que se encontra abaixo do peso reconhecido como saudável pela Organização Mundial de Saúde (OMS), comprometendo o bem-estar daquelas que se dispõem a buscar esse padrão.

Assim, como o peso do “corpo-modelo” vem deixando de ser o peso saudável, as revistas estimulam as leitoras a irem mais além, na luta para alcançar o padrão de corpo magro ou, até mesmo, esquelético. Na matéria “Magra x Saudável: dá pra empatar esse jogo?”, a colunista da *Nova*, Ângela Senra, considera, “Nós, mulheres, não vamos desistir da beleza sem luta” (NOVA, p. 160), estimulando as mulheres a superarem os seus próprios limites (até

mesmo em detrimento da saúde) para alcançar esse padrão. Outros artigos sobre redução de peso cujos títulos chamaram a atenção, nessas revistas, também ratificam a relação, socialmente construída, entre beleza e corpo magro:

“Passe do manequim 40 ao 38 andando” (BOA FORMA).

“Essa é fácil, 1kg a cada 7 dias sem fazer dieta” (CORPO A CORPO).

“Qual o peso do seu prato”? (CORPO A CORPO).

Há, ainda, matérias que enfatizam o emagrecimento de modo lúdico como as que se seguem, todas encontradas na *Boa Forma*:

“Dieta, emagreça comendo o que gosta”.

“Vamos andar! Diminui um número do manequim em 15 dias”.

“Dance com Shakira e Madonna e torra calorias”.

“Dançar, malhação divertida, cabeça boa e corpo feliz”.

Trata-se de uma variação de opções que visa a atender a todos os gostos, induzindo o maior número possível de mulheres a se exercitarem em academias, realizarem exercícios lúdicos e fazerem uso de alimentos *lights* para se enquadrarem no referido padrão.

Essa preocupação em ter e manter o corpo magro parece estar presente em muitas fases da vida da mulher, inclusive na gravidez. Isso pode ser percebido na *Boa Forma*, que trouxe um especial sobre a apresentadora Cynthia Howlett¹⁰ que, aos oito meses de gravidez, mantém exercícios físicos diários, um indicativo da necessidade de cuidados com o corpo também durante esse período em que o aumento do peso deve ser o estritamente necessário para a saúde do bebê, conforme evidenciado neste trecho da matéria: “Apesar de ter ganho 11 quilos até agora (de 58 quilos foi para 69 quilos, para 1,72 metro de altura), a impressão é que Cynthia só ganhou barriga” (BOA FORMA, p. 83).

É claro que o aumento de peso, durante a gravidez, não se restringe ao abdômen, estende-se a outras partes do corpo, o que é confirmado pela própria fala da apresentadora, mais adiante, no mesmo texto: “[...] meus quadris alargaram um pouco, meu bumbum cresceu e minhas coxas ficaram mais fortes. Os seios também aumentaram um número e devem crescer mais quando eu for amamentar. Mas meu rosto inchou pouco e meus braços não mudaram” (BOA FORMA, p. 83).

Isso evidencia, portanto, a escamoteação por parte do discurso da revista – o que mostra que é a linguagem que dá sentido à imagem – que induz a leitora a acreditar que o

¹⁰ Cynthia Howlett tem trinta anos, nasceu no Rio de Janeiro, Brasil, é formada em Direito e em Jornalismo e casada com um ator brasileiro da Rede Globo. Na época em que foi escrita essa matéria (março de 2007), estava grávida de oito meses de seu/sua primeiro/a filho/a. Apresenta diariamente, pela manhã, o programa *Saúde Paradiso*, na Rádio *Paradiso FM*, já tendo sido também apresentadora do programa *SporTV* da Rede Globo.

aumento de peso da apresentadora se concentrou, apenas, na barriga em virtude dos exercícios físicos que ela desenvolveu durante toda a gravidez.

Para as mulheres que não gostam de realizar exercícios físicos e não possuem renda disponível para se submeterem a intervenções cirúrgicas que, segundo se afirma nessas revistas (desconsiderando os riscos de tais procedimentos), promovem um efeito imediato, a *Cláudia* discorre sobre a oportunidade de realizar um tipo de ginástica que envolve menos tempo e mais esforço, em matéria intitulada “Ginástica para quem odeia ginástica” (CLÁUDIA, p. 150). Afinal, o importante é não se descuidar nem ficar de fora desse “esquema” ou “estratégia” (utilizando os termos bélicos, comumente encontrados nessas revistas) para alcançar o corpo “ideal”, sendo os investimentos diversos.

A aplicação de recursos financeiros mais elevados para formatar o corpo ao padrão também foi evidenciada nas seguintes matérias: “Bye bye celulite e flacidez, tecnologia de radiodifusão” e “Cirurgia a preço justo” (ambas em *Corpo a Corpo*).

Há, ainda, na *Boa Forma*, um artigo com quatro médicos, intitulados de especialistas em estética (três dermatologistas e um cirurgião plástico), que abordam novas técnicas de lipoaspiração, rejuvenescimento através de luz intensa pulsada, pílulas da beleza (que são suplementos alimentares) e aparelho de radiofrequência para tratar da celulite e da flacidez, alcançando, assim, uma classe mais alta ou pessoas que se sacrificam, por não disporem de renda suficiente para fazerem valer o seu desejo (construído pela mídia) de realizar tais tratamentos. Novamente, um desconhecimento dos reais riscos para a saúde, primeiro, porque alguns dos produtos ou tratamentos são novos e, portanto, não têm garantia, fazendo tais pessoas de cobaias e, segundo, porque ainda não se sabe os efeitos colaterais de todos esses procedimentos no organismo.

A *Boa Forma*, em comparação às outras três revistas analisadas, é a que mais traz temáticas sobre academias de ginástica e musculação. Esse tema é abordado, nessa revista, também, com a utilização de profissionais da mídia como modelos a serem seguidos, conforme pode ser observado nas seguintes matérias:

“O que aumenta seu pique para malhar? Perguntas a celebridades”.

“Ana Paula Tabalipa¹¹ – mantenho a forma com apenas 30 minutos de malhação”.

“Corpo de estrela – Jennifer Lopez¹² malha com fé”¹³.

¹¹ Ana Paula Tabalipa, brasileira, é atriz da TV Record, tem 29 anos e é mãe de três filhos com idades de 7, 4 e 3 anos.

¹² Jennifer Lopez é atriz e cantora norte-americana de ascendência porto-riquenha. Na revista *Boa Forma*, afirmava-se que ela tinha 34 anos, embora existam mais dois registros diferentes para a sua idade: 38 e 39 anos. Vide os sites: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jennifer_Lopez>; <<http://musica.terra.com.br/interna/OOI2044552-EI1267,00.html>>, respectivamente, ambos acessados em 11 de novembro de 2007. Ela é casada e, em março de 2008, se tornou mãe, pela primeira vez, dando à luz filhos gêmeos.

Considerando que tais revistas são sustentadas pela indústria da beleza, os altos recursos financeiros empregados pelas propagandas de bens e produtos nelas veiculadas chegam a interferir no direcionamento das matérias. Não é por acaso que tanto as propagandas quanto as matérias das revistas pesquisadas contribuem para a naturalização do conceito de que o corpo “ideal” é o corpo magro e induzem à aquisição de produtos voltados para a redução de peso.

Entre as propagandas que corroboram o “ideal” de corpo magro, selecionei apenas duas, expostas na *Boa Forma*, a título de exemplificação: a propaganda do medicamento Roche – “E você, o que você faria com alguns quilos a menos?” – e a propaganda de um tipo de produto, Racco – “A bebida que ajuda você a entrar em forma” –, induzindo, até, uma competição entre as mulheres: “Equilibre seu corpo e desequilibre o de suas amigas”.

Esse último título, inclusive, dá margem a uma reflexão mais específica sobre a formatação do modelo de beleza, sobre o fato de as mulheres se moldarem para conquistar um par afetivo-sexual e remete a uma construção, em nossa sociedade, de que as mulheres necessitam ter uma aparência física que, ao menos, se aproxime do padrão de beleza vigente, o que as torna aptas a se lançarem na busca por um par afetivo. Desse modo, as outras passam a ser vistas como rivais, sendo constantemente comparadas e avaliadas. Também, acreditando que as imagens utilizadas pela publicidade despertam, nas mulheres, o desejo de ser e, nos homens, o desejo de ter mulheres com tais características, nesse discurso midiático, a mulher assume, ao mesmo tempo, a função de consumidora e de produto de consumo.

É nesse sentido que tais revistas trazem matérias que dão voz aos homens para falar sobre e para as mulheres, com o intento de fortalecer a idéia de que elas precisam se enquadrar a certos padrões para conseguirem conquistá-los, articulando o estarem belas à atração física que exercem sobre eles e, dessa forma, justificando a constante avaliação realizada pelos homens, no cotidiano, sobre a aparência física das mulheres.

Além da “beleza-padrão”, essas matérias, que tratam de relacionamentos afetivos homem-mulher, enfatizam o fato de a mulher ser *sexy* e atender aos desejos e ao imaginário do homem. Paralelamente, também destacam que se trata de uma mulher não leviana e que serve para casar – temas abordados em revistas dirigidas a mulheres na década de 50 e que permanecem em evidência, ainda hoje, como um reflexo do *backlash*¹⁴.

Nesse contexto, de acordo com Ivia Alves (2005), a mulher deve ser, ao mesmo tempo, uma amante sedutora e esposa dedicada e passiva: dois modelos de mulher que são aceitos e reiterados pela classe dominante e que, agregados, compõem a imagem da futura

¹³ É interessante notar que os artigos não só se referem a profissionais brasileiras, mas, para referendar tal preocupação com o corpo, fazem menção a uma atriz e cantora latino-americana que faz sucesso nos EUA.

¹⁴ V. definição de *backlash*, adiante, neste ensaio.

esposa. Um dos modelos se constrói sobre o significado religioso da representação da Virgem Maria que agrega os sentidos de mulher casada (mãe cuidadosa, restrita à esfera doméstica, tímida e obediente) e de mulher solteira (virgem e casta). O outro modelo está pautado nas deusas Vênus e Afrodite¹⁵ e traz o sentido de amor, beleza e sedução sobre os homens. Na contemporaneidade, os dois modelos se atravessam na tentativa de criar um novo modelo “sensual”, mas, também, dócil, que corresponde à mulher ideal para o casamento e a procriação.

No que se refere à imagem física indicada nessas revistas, o modelo idealizado pelos homens parece corresponder àquele que as mulheres desejam alcançar na atualidade: o “ideal” de corpo magro, mas com partes específicas mais volumosas (ou os glúteos ou os seios ou as pernas, dificilmente os três ao mesmo tempo, para que o corpo se mantenha visivelmente magro), sinalizando a sexualização do corpo da mulher em partes fragmentadas.

Ao que parece, trata-se da fusão de duas imagens: a imagem da mulher com o corpo mais volumoso, com curvas bem delineadas (que, há poucos anos atrás, era o modelo “ideal” de mulher no Brasil) e o modelo de mulher com o corpo mais magro e reto, baseado na imagem das modelos de passarela. Agora, esses modelos parecem se articular para conformar o “ideal” a ser alcançado pelas mulheres, veiculado pela mídia e desejado pelos homens.

Essas considerações, tanto sobre a aparência física quanto no que diz respeito ao aspecto comportamental, permitem considerar que esse é o discurso dominante que vem sendo veiculado pela mídia e naturalizado e assumido como verdade sobre as mulheres:

A mulher deve ser *sexy* (porém, recatada) e a sua aparência deve revelar a sua auto-satisfação, felicidade e bem-estar consigo mesma. Para tanto, deve estar bem maquiada, sem excessos (ou melhor, saber se maquiar) e usar roupas da moda (que delineiam o seu corpo, mas que não a deixem vulgar). O uso de saltos altos também contribui para configurar o modelo “ideal” de corpo esguio semelhante ao das modelos de passarela.

O seu corpo deve ser aparentemente jovem e mostrar a sua esplêndida saúde que é reconhecida, nessas revistas, através do corpo magro (manequim 36 a 38) com músculos bem delineados, sem ser excessivamente musculoso; a barriga deve apresentar o menor percentual de gordura possível a ser obtido com o emprego de exercícios em academias de ginástica e o uso de alimentos *diet* ou *light*. Ela também não deve esquecer que a sua juventude é passageira e que, previamente, deve tomar cuidados utilizando produtos anti-rugas, anticelulite e antiestrias.

¹⁵ Segundo Ivia Alves (2005), a deusa Afrodite (da mitologia grega) se assimila à deusa Vênus (da mitologia latina) a partir do século II d.C.

A pele do rosto e do corpo também deve ser cuidada. Para isso, existem especialistas (dermatologistas ou outros profissionais que trabalham em clínicas de estética) e produtos de beleza para cada parte do corpo, que são encontrados em lojas específicas.

Os cabelos são vistos como a moldura do rosto e, não importa a sua etnia, devem ser lisos escorridos (caso seja necessário, deverão ser utilizados produtos químicos para os alisamentos ou tinturas) e tratados, periodicamente, com massagens hidratantes.

Existindo qualquer imperfeição que não possa ser corrigida pela realização de exercícios físicos, há, ainda, outros investimentos, que incluem desde tratamentos realizados em clínicas até intervenções cirúrgicas para o implante de silicone em várias partes do corpo. Independentemente de idade, etnia e geração, todos esses investimentos são válidos para a mulher que deseja ter um conjunto socialmente construído e identificado como belo. É desse modo que as idéias sobre a beleza das mulheres vêm sendo construídas e propagadas em veículos midiáticos, respaldadas por inúmeras fotografias e, ainda, em uma programação intensa na televisão aberta ou fechada, em seus vários canais.

Entretanto, como podemos acreditar que essas fotografias retratam imagens reais? Hoje em dia, com a utilização de programas específicos de computador, que permitem realizar correções estéticas em fotografias digitais – os *photoshops* –, as fotos que são veiculadas na mídia, principalmente em *outdoors*, revistas e anúncios em geral, estão sendo previamente modificadas. A exigência desses efeitos de imagem cresce tanto que já podemos observar os créditos concedidos aos profissionais que trabalham nessa área, “melhorando” a imagem de atrizes e modelos que aparecem nas capas e no interior de revistas.

A Figura 1 evidencia o reparo em imagens feito por meio de processos de edição computadorizada. Utilizando o recurso do *Photoshop*, o especialista em trabalhos com imagens digitais, nesse caso, reduziu o volume do abdômen e modificou a tonalidade/textura da pele da mulher (nome desconhecido):

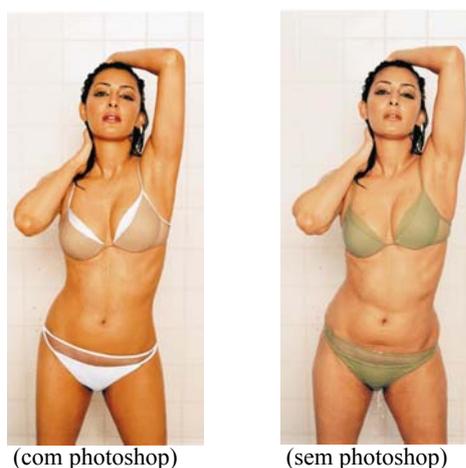


Figura 1 – Edição de fotografia por meio de *photoshop*

Assim, os padrões de corpo vendidos como “ideais” se distanciam da realidade, o que implica em uma dificuldade, por parte das mulheres, de avaliarem objetivamente o seu corpo e o seu peso. Soma-se a isso o fato de que, para cada imagem (de modelo ou atriz) selecionada para ser exposta em uma revista, são retiradas centenas de fotos por um/a fotógrafo/a profissional, com efeitos de luz e de sombra, entre outros recursos utilizados que não estão ao alcance do público. As pessoas que lêem ou vêem tais fotos em revistas e que desconhecem a existência dos bastidores na criação e seleção das imagens pensam que foi tirada apenas uma única foto, instantânea, não percebendo criticamente o trabalho do/a autor/a da foto e o tempo gasto pela modelo para se expor à máquina fotográfica.

Assim, as mulheres se sentem feias quando comparam o seu corpo ao das profissionais da mídia sem terem a consciência de que almejam algo impossível de ser atingido: uma beleza virtual, um corpo fantasmático. Isso desconstrói a idéia de “imagens perfeitas” que é veiculada nas revistas dirigidas a mulheres.

Partindo da atual normatização realizada pela sociedade sobre as mulheres, percebe-se que as regras de beleza podem ser alcançadas por todas aquelas que dispõem de recursos financeiros porque implicam em investimentos/ferramentas sobre o seu corpo. Isso se reverte no consumo de artigos, referendado pela mídia, o que faz circular muito investimento financeiro para a indústria da beleza e da moda na qual são veiculadas massivamente as informações de como se obter o corpo “ideal”, que são obtidas de modo diverso: na Medicina, nos discursos de algumas especialidades médicas sobre a saúde e sobre o corpo; na área de educação física, com diversas formas de exercícios físicos encontrados em academias; na área de nutrição, com a exibição de produtos alimentícios; passando pelas propagandas sobre todos os tipos de produtos a serem ingeridos/adquiridos e incluindo a área de vestuário e moda.

Trata-se de uma mudança bem demarcada sobre o conceito de beleza que deixa de ser considerada inata, como o era até por volta da década de 1950, e passa a ser passível de aquisição por meio de investimentos diversos. Daí a famosa frase: “Se você não está bonita [entenda-se: dentro do padrão] é por que não quer”, o que também acaba criando um sentimento de culpa e/ou de frustração entre as próprias mulheres.

O interessante é que todos esses controles dirigidos ao corpo das mulheres, que exigem dispêndio de tempo e de dinheiro, surgem no momento em que essas passam a participar mais ativamente do mercado de trabalho, da política e do conhecimento acadêmico. É nesse sentido que Susan Faludi (2001) traz o conceito de *backlash*, ou refluxo antifeminista, que corresponde a um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, iniciado por volta dos anos 80, como estratégia política para enfraquecer as conquistas do Movimento Feminista: um retorno à “feminilidade”, como um renascimento da natureza da mulher, que é construída com

base na beleza, passividade e obediência. Em bancas de jornal, programas de televisão, anúncios, filmes, consultórios médicos, publicações acadêmicas, etc. são lançadas informações que objetivam prender a mulher aos papéis de boa filha e de esposa dedicada e romântica, seja como procriadora ativa ou como passivo objeto sexual.

A partir dos anos 90, esse discurso modelador (*backlash*) vem com maior força, na mídia, através de revistas que utilizam muitas imagens e poucos textos, culminando com o discurso dominante, no início do século XXI, quando modelos e atrizes da mídia voltam a ser o centro do “ideal” de beleza para a mulher. Desse modo, as revistas dirigidas a mulheres passam a exercer um importante papel na veiculação de informações dessa natureza, segundo Naomi Wolf (1992). Os manequins passam a definir os padrões de beleza e as mulheres começam a segui-los, abrindo caminho para uma estética doentia.

Esse ataque maciço às mulheres por meio de vários discursos é cooptado, sendo interconectadas formações discursivas, por vezes contraditórias, mas que se adaptam no discurso midiático, formando um discurso pronto e sólido que impõe o “ideal” de aparência estética, cada vez mais internalizado e naturalizado, e remete à estabilidade de um modelo que está praticamente reforçando e moldando os corpos de modo tão automático que as mulheres não se dão conta de que estão corroborando o padrão construído que atende aos múltiplos interesses da sociedade de consumo. Dessa forma, as mulheres vão internalizando o novo código de beleza que apresenta formações discursivas de vários outros discursos, (principalmente, corpo e saúde) mas que se tornam articulados em um único discurso naturalizado.

É preciso atentar para o fato de que os modelos de beleza surgem atendendo aos interesses da sociedade de consumo, da indústria da beleza, que, com o apoio dos diversos veículos midiáticos, disseminam um único modelo a ser seguido, subjugando todas as mulheres, de diferentes etnias e idades, a seguirem-no de modo naturalizado e acrítico.

Desse modo, fica claro que a mídia é a grande responsável pela propagação de informações de beleza, pela razão mais simples de que são as indústrias que a sustentam através da publicidade. É uma rua de duas mãos onde uma (a indústria de consumo) financia e a outra (a mídia) veicula. Assim, tanto a indústria quanto as revistas atuais aliam-se para que as mulheres absorvam o padrão e procedam à modelagem de seus corpos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivia. *Interfaces: ensaios críticos sobre escritoras*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. The implosion of meaning in the media and the implosion of the social in the masses. In: WOODWARD, K. (Org.). *The myths of information: technology and postindustrial culture*. Madison: Coda Press, 1980.
- BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Revista Estudos Feministas*. v. 15, n. 1. Florianópolis jan./abr. 2007.
- BRANDÃO, Cristina. *A imagem da mulher na mídia: televisão e cultura: ficção, crítica, história e teatro na TV*. Disponível em: <<http://www.oclick.com.br/colunas/brandao35.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.
- FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A palavra e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres, 2005.
- GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; SILVA, José Carlos de Melo. Ciência, saúde e beleza nas revistas femininas. *Revista Digital Comunicação e Saúde*. v. 2, n. 3, dez. 2005.
- KAPLAN, Ann (Org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias, práticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- Revista Boa Forma*, ano 22, n. 3, ed. 238, mar. 2007.
- Revista Cláudia*, ano 46, n. 3, mar. 2007.
- Revista Corpo a Corpo*, ano 20, n. 219, mar. 2007.
- Revista Nova*, ano 35, n. 3, mar. 2007.
- SILVA, Giani David. A informação entre a realidade e a ficção. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato de (Orgs.). *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2002.
- VIEIRA, Vera. O consumo de imagens e palavras estereotipadas pode reforçar padrões comportamentais. *Revista do Idec – Consumidor S. A.* n. 79, São Paulo, jun. 2004.
- WIDHOLZER, Nara. A publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero: abordagem linguístico-discursiva. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres, 2005.
- WOLF, Naomi. *Fogo com fogo: o novo poder feminino e como o século XXI será afetado por ele*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- ZOZZOLI, Jean-Charles Jacques. Corpos de mulheres enquanto marcas na mídia: recortes. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *O corpo em revista: olhares interdisciplinares*. EDUFAL: Alagoas/Maceió, 2005.

CORPOS EM EVIDÊNCIA: IMAGENS DE MULHERES NAS PROPAGANDAS DE CERVEJA

Sabrina Uzêda

Este artigo é resultado da minha dissertação no Programa de Pós Graduação do Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares sobre as mulheres – PPGNEIM¹. Em toda a minha vida acadêmica o meu interesse de estudo sempre esteve voltado para a discussão das relações de gênero e poder e sobre as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade contemporânea. Neste artigo, volto-me para a investigação e análise das imagens e representações sobre as mulheres veiculadas pela mídia televisiva, particularmente no que se refere aos usos do corpo feminino nas propagandas de cerveja. Num plano mais amplo, este estudo se insere na temática da *violência simbólica de gênero*.

Por violência simbólica de gênero, entende-se aqui “(...) toda e qualquer forma de ameaça e ou constrangimento físico ou moral, que tenha por base a organização social dos sexos, e que impetrado contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido a sua condição de sexo ou orientação sexual” (SARDENBERG, 1998, p. 01). A violência simbólica de gênero diz respeito aos constrangimentos morais impostos por representações sociais de gênero, ou seja, no que tange à construção do masculino e feminino. Por força da ordem patriarcal que caracteriza a nossa sociedade, são sobretudo as mulheres (e os homossexuais) que se vêem mais comumente na situação de objetos/vítimas desse tipo de violência (SARDENBERG, 1998). São muitas as piadas, canções, comerciais, filmes, novelas, etc., que disseminam imagens degradantes e constrangedoras das mulheres, a exemplo dos comerciais e anúncios que reforçam a imagem da “mulher objeto”.

Nessa perspectiva, a manutenção das relações sociais é garantida pela atuação de instituições como a Igreja, O Estado, a família, as escolas e, especialmente nos dias de hoje, a mídia. É interessante constatar que a mídia, assim como as demais instituições, sofre influência do meio social para construir suas representações, e, concomitantemente, as constroem ou desconstroem, constituindo um processo relacional dialético. Desta maneira, é relevante uma análise crítico-feminista sobre as representações veiculadas nas propagandas de cerveja.

¹ Título da dissertação: “Corpos em evidência: imagens de mulheres nas propagandas de cerveja”, orientada pela Profa. Dra. Cecília Sardenberg.

Os movimentos feministas, junto a outros movimentos sociais e setores da sociedade mais amplos, vêm fazendo um trabalho de conscientização e crítica da forma como os usos dos corpos femininos são abordados na mídia. Leis estão sendo discutidas e formuladas para que se coíba a veiculação e associação da mulher, e mais precisamente do seu corpo, com o consumo da cerveja. Este artigo tem o propósito de contribuir para os debates em torno dessa questão, a partir da análise das propagandas de cerveja. No particular, o estudo propõe investigar e analisar, a partir de um olhar antropológico feminista, de que forma e em que medida as representações veiculadas nas propagandas de cerveja reiteram os valores dominantes, sexistas, sobre as mulheres dentro da sociedade contemporânea. O meu questionamento visa compreender qual o motivo por que essas representações sobre as mulheres continuam a encontrar ampla aceitação na sociedade brasileira. E como elas se contrapõem aos novos papéis assumidos pelas mulheres na nossa sociedade.

Acredito que a construção de saberes, produzidos sobre as mulheres, é de fundamental importância para nós, mulheres e homens, no combate à subordinação e opressão das mulheres e das desigualdades de gênero. O desafio é inserir o debate sobre as formas de representação das mulheres na mídia, dando visibilidade à violência simbólica e propondo políticas públicas que desmontem as desigualdades de gênero.

Parto do pressuposto de que as representações sobre as mulheres veiculadas nas propagandas de TV, jornais e revistas fazem parte de um discurso dominante, no qual as elas ainda podem ser vendidas e “consumidas” ao bel prazer masculino, reiterando as desigualdades de gênero. São muitas as possibilidades de olhares e leituras sobre essa problemática a serem percebidas. Meu estudo caminhou para a confirmação de que se trata, assim, de uma forma de violência: a violência simbólica. Um tipo de violência que é sutil e que passa despercebida no meio social.

As imagens nos remetem a múltiplas interpretações, a minha leitura está orientada para as análises das construções de gênero, ou seja, que dizem respeito ao ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea. Neste sentido, devo ressaltar que além de pesquisadora, sou sujeito social, posicionada dentro das relações sociais e, portanto também influenciada à força do imaginário social e compartilhamentos dos *habitus* da minha classe social, profissional e sexual. Procuo, assim, utilizar a perspectiva antropológica como forma privilegiada de interpretação deste universo de imagens, idéias, significados. A análise das imagens buscou apreender a utilização de “padrões” que ora constroem, ora desconstroem representações já estabelecidas que “circulam” no imaginário coletivo, indagando quais são as suas possíveis repercussões sociais e políticas na contemporaneidade.

UM OLHAR ANTROPOLÓGICO E FEMINISTA SOBRE A MÍDIA.

O artigo trabalha com as representações sociais que são construídas nas práticas sociais dos indivíduos. Essas práticas sociais são construções simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significado incorporados a essas práticas. A cultura, portanto, é o contexto onde as práticas sociais, os acontecimentos, as instituições tomam forma, e onde os agentes sociais estão inseridos, consistindo em estruturas de significados socialmente estabelecidas (GEERTZ, 1989). Cabe à Antropologia, enquanto uma ciência interpretativa, apreender os significados que são construídos nas práticas sociais e nas estruturas da sociedade. Concordo com Geertz (1989, p. 15) quando afirma que “[...] o homem é um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu, eu considero a cultura como aquelas teias e sua análise sendo, portanto, não uma ciência experimental à procura de leis mais uma ciência interpretativa à procura de significados”.

Segundo Sabat (2005, p. 93), “estar no mundo é estar produzindo cultura e estar sendo produzida por ela”. É a partir dela que os significados e as representações são elaborados e ganham sentidos. São os significados que atribuímos às coisas, às pessoas, aos acontecimentos que constituem marcas de igualdade e de diferença entre grupos sociais.

Dentro dessa perspectiva, as representações sociais são imagens construídas sobre o real, pontos de vista que são elaborados a partir de uma determinada posição no espaço social. Concordo com Jodelet (2002) e Minayo (1995) quando afirmam que as representações sociais são leituras e interpretações sobre a realidade. Elas se referem à dimensão da relação (comportamentos, práticas sociais, discursos) dos sujeitos com a cultura e seu universo simbólico, e dos sujeitos entre si. A sua origem está nas relações sociais e, portanto, ela é uma produção coletiva, que opera entre o individual e o coletivo. Segundo Jodelet (2002, p. 22), as representações sociais são “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais são as atribuições de significados e visões de mundo de uma realidade, em um determinado contexto histórico, no qual os agentes sociais constroem através das suas práticas e ações sociais, e onde as relações de gênero estão inseridas.

Gênero torna-se, portanto, uma maneira de indicar as práticas e ações – a construção social dos significados relacionados aos homens e às mulheres. As propagandas utilizam imagens associadas à idéia de masculinidade e feminilidade, o gênero ultrapassa o corpo

sexuado, pois a interpretação dos produtos é definida por uma relação que utiliza o imaginário sexual do telespectador.

A MÍDIA E SUAS COMPLEXIDADES EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Podemos afirmar que vivemos em um mundo visual, em uma sociedade de imagens, em uma cultura da mídia. Na atualidade, as concepções do efêmero, do rápido e do passageiro fazem com que as imagens ganhem vida própria. Para Borges e Rodrigues (2000, p.117) “A imagem sempre foi motivo de fascínio e encantamento, uma vez que tem o poder de permanecer diante dos olhos e da memória”. Por este motivo, atualmente, a mídia tem despertado um crescente interesse em estudos, análises e reflexões no meio acadêmico. De fato, para quem vive imerso em uma sociedade da mídia e consumo, é importante aprender como entender, interpretar e criticar os seus significados e suas imagens para resistir à sua manipulação.

Numa cultura contemporânea, dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebidas de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar e agir, em que acreditar, o que temer e desejar – e o que não. (KELNNER, 2001, p. 10).

Acredito que a partir da abordagem de gênero podemos discutir a construção da masculinidade e da feminilidade, e, principalmente, das relações que se efetuam entre homens e mulheres dentro da nossa sociedade. Para a reflexão sobre as imagens na mídia, me debrucei sobre as dimensões de relações de gênero desenvolvidas por Scott (1989). O gênero, segundo Scott, é elemento constitutivo das relações sociais fundado sobre as diferenças construídas sobre o sexo, e implica em quatro aspectos: 1) símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; 2) conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas e científicas; 3) instituições e organização social; e 4) a identidade subjetiva. Entendo a mídia como uma instituição que dissemina os valores para a sociedade, normatizando o mundo simbólico através das representações sobre mulheres e homens. Dentro dessas quatro dimensões que se inter cruzam, analiso inicialmente a dimensão institucional – a mídia - que constrói ou desconstrói, através dos seus discursos, as desigualdades de gênero; em seguida a dimensão normativa, a mídia normatiza o simbólico a partir das representações inseridas nos comerciais; e, por fim, o estudo do simbólico inserido nos discursos dos comerciais. Scott (1989) enfatiza a importância dos significados nos estudos de gênero, pois permite perceber as maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido das práticas e ações sociais.

A Mídia², segundo Scott (1989) é uma dimensão organizacional, pois traduz o mundo simbólico em normas e valores, mobilizando o desejo do telespectador para certos modos de pensamento, comportamento e modelos que servem para a construção ou desconstrução dos valores tradicionais e dominantes. Ela é uma instituição social que funciona como um espelho, refletindo os conceitos e as idéias que estão inseridas no cotidiano social, produzindo discursos que fazem parte do imaginário coletivo, permeando e invadindo as nossas vidas, na medida em que existe um transbordamento de um mundo midiático, deixando transparecer uma nova forma de percepção e interpretação da realidade.

Desse modo, a produção dos comerciais é alimentada por essas imagens que circulam na sociedade contemporânea. Essas imagens se fixam em nossa mente, através de uma divulgação exaustiva de determinados modelos com o intuito de seduzir o telespectador levando-o a identificar-se com certas opiniões, atitudes, sentimentos e disposições.

A bibliografia brasileira que discute mídia, produzida pelas Ciências Sociais, independente da abordagem utilizada, está voltada para a premissa da qual compartilho, de que a propaganda é um meio divulgador da cultura. Ou seja, de forma dialética a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder e, simultaneamente, fornecem suporte para a construção e fortalecimento de resistência e luta. Entender o porquê da popularidade e repetição de certas “fórmulas” utilizadas nas propagandas pode elucidar o meio social em que elas nascem e circulam. À proporção que associam comportamentos, valores, atitudes a um ou a outro gênero, as representações midiáticas ajudam a formular o que reconhecemos como feminilidade e masculinidade.

De acordo com Kellner (2001, p. 76), para analisar adequadamente a mídia, os objetos de análise devem ser situados dentro do sistema de produção e de distribuição e consumo, nos quais são produzidos e recebidos. “Ler politicamente a cultura da mídia significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como seus códigos genéricos, a posição dos observadores, suas imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos”.

Neste sentido a propaganda analisada constrói representações sobre as mulheres, através dos seus discursos e das suas imagens dominantes. Segundo Jodelet (2000) representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, ou um acontecimento; pode ser real ou imaginário, porém não existe representação sem objeto.

² Mídia é entendida aqui como os meios (ou o conjunto dos meios) de comunicação: jornais, revistas, televisão, rádio, cinema, etc.

Baseado nessa discussão o senso comum é fundamental na interpretação e na análise das representações. Ele é construído na cultura e parte do pressuposto de que a sociedade, homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, negros, indígenas, mulatos, homossexuais dentre outros, compartilham de significados culturais comuns. O senso comum é sempre munido de valores existentes na sociedade. Sua construção ocorre de forma relacional e dialética. A mídia, por estar presente no cotidiano das pessoas, contribui de maneira eficaz para a formação do senso comum. Os publicitários evocam nos comerciais, a partir das diferenças, os variados “senso comuns” inseridos no cotidiano, para criar intimidade com o consumidor, universalizando a diversidade dos sujeitos.

A mídia, ao elaborar comerciais que utilizam o corpo feminino na vendagem dos produtos, normatiza certas representações sobre as mulheres. Existe a valorização de determinados corpos, situações, faixa etária, que contribuem para as construções do que é ser homem e ser mulher, o estar no mundo agindo e relacionando-se consigo e com os outros no meio social. Estudos realizados em culturas diversas apontam que não existe um modo inato de ser homem e ser mulher, sendo esta construção social e simbólica. As representações perpassam os corpos masculinos e femininos, que são historicamente datados e culturalmente construídos a partir do gênero. Sabemos que o gênero é utilizado como uma categoria de diferenciação desses corpos. De fato, é importante perceber que as representações sobre as mulheres nos contextos históricos estão relacionadas aos significados atribuídos aos seus corpos.

Segundo Jodelet (2001, p. 17) as representações “circulam nos discursos, são trazidas nas palavras e veiculadas por mensagens e imagens midiáticas”. Como se vê, o discurso produzido sobre o corpo feminino continua a reproduzi-lo voltado para o desejo e a satisfação do prazer, sendo um espaço de controle social: um corpo objetificado. A cultura inscreve-se no corpo modelando-o nas regras e normas estabelecidas socialmente. Neste momento a reflexão de gênero e poder se faz necessária, pois é a partir da perspectiva de sexo/gênero que são construídos os discursos sobre as mulheres e por extensão o seu corpo.

A MULHER FRAGMENTADA: SEU CORPO NA ATUALIDADE

As propagandas com imagens das mulheres são predominantes na publicidade brasileira. A utilização da imagem feminina para a venda de produtos faz parte de uma fórmula há muito utilizada pela publicidade. Produtos dos mais variados estilos, aspectos e utilidades como remédios, gêneros alimentícios, utensílios domésticos, vestuários, bebidas,

carros, celulares, cigarros, produtos de limpeza, dentre tantos outros já estiveram nas mídias associados à imagem feminina (BELELI, 2007).

Na propaganda analisada a utilização da imagem feminina vai além da exibição de corpos esculturais, magros e esbeltos, que exalam juventude, passando a determinar o “padrão” de beleza aceito socialmente, determinando normas do que é belo e principalmente “ditando” e estabelecendo relações de poder sócio-culturais entre os gêneros. Hoje os corpos, masculinos e femininos, fazem parte de uma ordem disciplinadora e controladora. A valorização desses corpos jovens, esbeltos e de cor clara compõe na publicidade um padrão de beleza e de relações de poder na nossa sociedade. A beleza é um definidor de feminilidade para a publicidade desde o século XIX. Ainda que as imagens masculinas estejam pautadas também nos padrões de beleza, não é na beleza que se constrói a masculinidade (BELELI, 2007).

A construção do modelo de beleza afirmado no século XXI está fundamentada no controle e na manipulação para atingir a “beleza ideal”, e não a “beleza real”. O corpo manipulado, controlado e disciplinado é construído para atingir o “ideal” de beleza exigido. Esta busca pelo “ideal” de beleza é oriunda das construções no imaginário coletivo do que é a sedução, do desejo e do prazer sexual. Cabe às mulheres atrair o público masculino, através da sedução e da associação dos seus corpos com o prazer.

Além da imposição de padrões de beleza, a mídia pode hoje ser considerada pela produção da realidade: o que sai no jornal é real; o que não sai, não existe. Portanto, se as mulheres representadas nos meios de comunicação social seguem um padrão praticamente único, tudo o que está fora deste padrão é invisível. As propagandas escolhidas utilizam uma linguagem que reitera os valores dominantes, ou seja, apesar das propagandas trazerem novos olhares, novas formas de abordagem sobre a sociedade, nos seus discursos estão as construções da masculinidade e da feminilidade no modelo estrutural sexista, racista e homofóbico.

Ser do sexo masculino e do sexo feminino está associado, portanto, à materialidade que seus corpos assumem no meio social. No que se refere ao corpo feminino a sua construção no imaginário coletivo está associada com a sedução, o desejo e o prazer. Estes atributos são explorados pela publicidade. O apelo das propagandas está na proposta de “conquistar” o telespectador remetendo no geral aos padrões socialmente aceitos. Estes padrões nos remetem a concepções essencializantes e naturalizadas do que é ser homem e ser mulher na nossa sociedade, existindo uma reiteração destes padrões.

No comercial analisado a proposta para o consumidor é a identificação através de um tipo de masculinidade e feminilidade. A partir do gênero, a propaganda distingue categorias

de pessoas e orienta modos de ser e viver, centrando na eficácia e na atenção disputada para atingir o telespectador, deste modo a utilização da persuasão, da sedução e da erotização, que passa pelo corpo da mulher e pelo desejo do homem, informa um modo de organização social no qual as relações entre mulheres e produtos são as mesmas entre homens e mulheres, onde estas parecem tomar em algumas propagandas o lugar do produto.

A propaganda denominada “*a fábrica*” da cerveja *Kaiser* foi exibida em agosto de 2007 na emissora Bandeirantes e tem duração de 30 segundos. Ela tem início com a entrada do “baixinho da *Kaiser*”, garoto-propaganda da cerveja, na fábrica, junto com duas mulheres, de pele clara, loiras, altas, vestidas de branco, decotado e curto. Eles entram no saguão da fábrica, fazendo a vistoria da fabricação, onde estão dez mulheres trabalhando na produção da cerveja *Kaiser*. As garotas têm de 25 a 30 anos, corpos esbeltos, magros e torneados, a pele clara, cabelos loiros ou escuros, sendo predominante a presença de loiras. Estão usando roupas curtas, shorts, saias, tops, saltos altos ou botas vermelhas. São roupas insinuantes que desenham e exibem seus corpos. Em alguns momentos do comercial, as garotas olham para a câmera sedutoramente, lábios entreabertos.



Fonte: Internet

A utilização dos seus corpos, as vozes sussurrantes e os gemidos ultrapassam o imaginário da sedução, tendo uma associação visual direta com as boates onde jovens dançam em barras de ferro para a conquista dos homens no local. Em uma das cenas finais, as mulheres estão dentro de um tubo de vidro transparente (ou garrafa – que se assemelha a um objeto fálico) segurando a garrafa da cerveja de forma sensual. A imagem dá ênfase ao decote, ao olhar sedutor e a boca entreaberta. As imagens exibidas estão relacionadas à beleza, a sensualidade e ao erótico feminino. Em toda a propaganda as modelos que trabalham na fábrica trajam roupas decotadas e insinuantes, nas cores vermelhas ou brancas. Cores,

associadas ao rótulo da cerveja. Além disso, a cor vermelha representa, no imaginário coletivo, a sedução, a paixão e a sensualidade.



Fonte: Internet

No comercial analisado existe a menção à ordem simbólica remetendo a reiterações de alguns atributos que definem tipos de feminilidade – voltadas para o corpo como um capital cultural. As características atribuídas a esses corpos pelas propagandas acabam por determinar atribuições de feminilidade e de masculinidade dentro da sociedade. A feminilidade é construída a partir de um olhar sedutor, uma boca entreaberta, um corpo magro, torneado, definido, esbelto e claro, com seios e bundas sendo exibidos em trajes curtos e colados no corpo.

Existe a construção e a disseminação de uma imagem de mulher sexualmente desejável. Ela é identificada como aquilo que todos os homens devem aspirar a possuir, podendo ser incorporada pelas mulheres como aquilo que elas devem ser ou se tornar para poder obter uma valorização social. Nas propagandas de cerveja veiculadas pela mídia não existe a preocupação em se ter um discurso crítico sobre a utilização do corpo feminino. São imagens “jogadas” para os telespectadores, que assumem uma visão passiva da problemática em questão. A discussão “passiva” do telespectador diz respeito à falta de tempo para traduzir, processar e interpretar a quantidade de imagens emitidas pela televisão. Assim, as imagens transmitidas pelos meios de comunicação como televisão, jornais e revistas reproduzem representações de mulheres modernas, dinâmicas e independentes... e “coisificadas”. No que se refere à construção da masculinidade é acionada através do despertar do desejo, e ao sugerir a relação de coerência entre sexo, gênero e desejo reafirma as representações sobre as mulheres sob a égide de um modelo sexista e racista. Ou seja, as relações de gênero estabelecem o “lugar” de cada um dos personagens no comercial. Os homens não estão nos lugares de sedutores e sim de consumidores da cerveja.

Uma abordagem genérica menospreza a distinção entre tipos de prazer e entre modos como o prazer pode atar os indivíduos a posições conservadoras, sexistas ou racistas. O prazer não é natural nem inocente. Ele é apreendido e por e está intimamente vinculado ao poder e ao conhecimento. Aprendemos o que apreciar e o que evitar. Pode existir um condicionamento de prazeres sancionados socialmente ou não.

Os discursos dominantes veiculadas nas propagandas de cerveja contribuem para que a dominação masculina, perpetue, acarretando uma discriminação da própria mulher no âmbito público e principalmente no privado, pois ela é vista somente como um corpo bonito e desejável. Os sujeitos sofrem ao mesmo tempo a ação das relações sociais e agem sobre elas, construindo individualmente ou coletivamente, suas vidas, por meio das práticas sociais. Apesar das mudanças sociais decorrentes da emancipação feminina, o discurso que vigora é o essencializante, de que as mulheres são sedutoras, naturalmente preparadas para a maternidade e socializadas para o casamento. As mulheres continuam com estereótipos de 50 anos atrás, e agora elas carregam também a sexualidade exacerbada, um dos fardos da sociedade pós-revolução sexual, que liberou as correntes que prendiam os desejos femininos, porém trouxe o corpo à tona, na publicidade e na mídia em geral.

Os resultados da análise comprovam as desigualdades de gênero, a presença de estereótipos e preconceitos que, durante tantos anos, circulam em nossa sociedade. Os discursos midiáticos e, sobretudo, os discursos publicitários, ajudam a criar e a manter não só as identidades de gênero, mas também modelos de comportamento que reforçam disparidades. Cabe à publicidade refletir a forma como os padrões estabelecidos socialmente estão instaurados.

De fato, as propagandas adquirem relevância tanto na construção como na desconstrução das representações das mulheres. “Tanto a produção de significados, quanto as narrativas que ‘contam’ as identidades culturais não são processos que se constituem e se estabelecem de forma tranqüila. Elas ocorrem em meio a conflitos, são negociados em meio à luta por hegemonia” (SABAT, 2005, p.93). Cabendo a nós o processo de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM OLHAR DENTRE TANTOS OUTROS...

Nos últimos vinte anos as imagens produzidas pelas propagandas que evocam as diferenças de gênero já não exibem somente um cenário de domesticidade, mães felizes, esposas realizadas e donas de casas eficientes. Os arranjos da contemporaneidade realizam a desconstrução dos limites entre o público e o privado, ao trazer a cena imagens de mulheres como chefãs de casa, trabalhando na esfera pública, administrando suas vidas de forma

autônoma e independente. Porém, apesar dessas novas representações sobre as mulheres, como emancipadas e detentoras de poder, ainda perpetua-se a reprodução de modelos tradicionais, que estão inseridos em uma nova roupagem, em outros contextos sociais. Os tipos de discursos construídos nas propagandas não são excludentes. Nos comerciais existe um recorte de imagens passadas e as recolocam justapostas às imagens do presente, reiterando as posições ideológicas conservadoras no presente.

A discussão sobre as relações de gênero nos permitiu teorizar sobre as relações de poder estabelecidas dentro da sociedade. Para Scott (1989, p.14) gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Concordo com Costa (1998) quando afirma que as relações de poder se mantêm porque os vários atores, dominadores e dominados, “aceitam” as versões da realidade social que nega a existência de desigualdades. Ou seja, ser mulher e ser homem, nos insere em um contexto relacional de poder, que historicamente tem sido diferenciado e desigual para homens e mulheres. Desse modo, as representações sociais são também relações de poder produzidas ou realizadas em circunstâncias sócio-históricas particulares, por indivíduos possuidores de diferentes graus de poder, servindo em situações específicas, para manter ou romper estas relações, estando sujeitas a múltiplas, e talvez divergentes e conflitantes, interpretações pelos agentes sociais que as recebem e as percebem no curso da sua vida cotidiana.

Nos últimos quinze anos, o movimento feminista atuou de maneira intensa no campo da comunicação informativa, como forma de pautar suas bandeiras de luta e também denunciar esta imagem estereotipada da mulher veiculada na grande mídia. A discussão perpassa um trabalho de conscientização e crítica da forma como as imagens das mulheres estão sendo abordadas. No âmbito acadêmico existe uma produção considerável sobre a imagem da mulher na mídia (FUCK, BISOL, SABAT, 2005).

Durante a preparação das mobilizações do dia 8 de Março do ano de 2007, diversas entidades feministas apostaram numa ação estratégica pela visibilidade da mulher na mídia. Depois da coleta de mais de 500 assinaturas, apresentaram ao Ministério Público Federal um pedido de uma semana de direito de resposta nos canais de TV, em função da discriminação sofrida cotidianamente pelas mulheres por parte das emissoras abertas. O processo resultou na realização de uma audiência pública com representantes das empresas e numa comissão. A proposta foi fazer um acordo para a veiculação de campanhas e programas específicos, voltados à valorização da diversidade na imagem da mulher veiculada pela mídia.

As emissoras representadas por suas associações de classe (Abert e Abra), se recusaram a assinar qualquer compromisso. Alegaram que sempre estiveram abertas a

sugestões, mas que não aceitavam qualquer “interferência em sua programação”. As negociações ainda estão em andamento, mas desta iniciativa nasceu a Articulação Mulher e Mídia, que reúne entidades do movimento de mulheres de todo o estado de São Paulo. A articulação atuou fortemente na II Conferência Nacional na defesa do eixo específico de comunicação no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e agora pretende se tornar um espaço nacional de debates e ações em torno do tema.

Atualmente temos debates sobre controle dos conteúdos veiculados na televisão, sobre classificação dos programas por faixa etária ou sobre a instituição do direito de resposta na televisão. As televisões comerciais reagem a tudo isto usando a linguagem das lutas sobre liberdade de imprensa para criar antipatia pública diante de qualquer tentativa de controle social dos meios de comunicação. A meu ver é necessária a inclusão do controle de conteúdo, desconstruindo a idéia de censura, que vem à tona quando se fala de monitoramento da programação.

Para o *Instituto Patrícia Galvão*³ “Há ações exemplares, de justiciabilidade, sobretudo em relação às propagandas abusivas. Uma delas, promovida pelo Cladem (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), tirou de circulação em 2003 um comercial de uma cervejaria, cujo *slogan* era: “mulher e Kaiser, especialidade da casa”. Foi instaurado um inquérito civil pelo Ministério Público Federal e firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a publicação de um anúncio em um jornal e uma revista e a realização de seminários regionais sobre o tema, financiados pela empresa” (<http://www.patriciagalvao.org.br>). Porém, atualmente a cervejaria *Kaiser* tem promovido propagandas com o mesmo teor preconceituoso e estigmatizante sobre as mulheres. Outro processo está correndo no Ministério Público Federal e diz respeito à campanha “Musa de Verão”, da cervejaria *Skol* (2006). Uma escultura de uma mulher em tamanho natural, cartonada, reproduz a foto de uma modelo trajando biquíni e o texto sugere clonagem, oferecendo o “produto” para que clientes o levem para casa. A propaganda foi suspensa dos canais de televisão, embora ainda possa ser vista no *YouTube*. (<http://www.patriciagalvao.org.br>).

No último encontro *Mulher e Mídia 4*, realizado em setembro de 2007, no Rio de Janeiro e promovido pelo *Instituto Patrícia Galvão*, pude observar como as discussões e questionamentos necessitam ser organizados de forma relacional. O desafio, agora, na avaliação do Instituto, é combinar diversas estratégias, de forma complementar. Promover uma política de conscientização de gênero para homens e mulheres; incentivar as mulheres

³ Organização não governamental criada em 2001 que tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa.

como produtoras de conteúdo, fazendo um mapeamento do que já existe em termos desta produção, oferecendo formação para a atuação no campo audiovisual, investir em pesquisas sobre a representação da imagem da mulher na mídia, e conhecer melhor as formas de recepção dessas imagens, estes foram os aspectos levantados no encontro.

Na esfera das propagandas, alguns publicitários têm trazido para o debate o papel social das propagandas. Segundo eles as propagandas criam desejos, e intensificam coisas boas e ruins da sociedade. Os profissionais de propagandas podem, e devem influenciar em uma mudança de atitude por parte dos sujeitos, não apenas em se preocupar em criar peças éticas, mas também em transmitir mensagens que contribuam para uma maior conscientização em relação a várias questões sociais, como a diversidade cultural e racial, as questões de etnia, gênero, geração, opção sexual, política dentre outras.

O estudo refletiu sobre os discursos inseridos nas propagandas de cerveja transmitidos pela mídia. Acredito que as representações veiculam noções existentes na sociedade, reproduzindo crenças, valores e identidades sociais, retratando alterações históricas, e contribuindo para a perpetuação ou transformação das relações sociais. As propagandas transmitem imagens que transitam significados que se fazem públicos, nas quais se impõe o consenso de ideologias dominantes que precisam ser revistas e transformadas. A proposta é tornar visível as relações de gênero e de poder que nos interpelam através da mídia, e proporcionar espaços para que se vislumbrem novos discursos.

A afirmação das diferenças e subjetividades, das identidades de gênero, étnicas e raciais, é uma das tendências da contemporaneidade. Neste contexto, os meios de comunicação, em resposta ao seu papel de formação da opinião pública e de difusão de informações e valores, poderiam inovar e incentivar essa pluralidade. No sentido contrário, segue a prevalência na mídia da homogeneização das representações nacionais e da imposição de padrões sociais. As representações significam por elas mesmas e representam coisas que podem ser vistas como “naturais”, a reiteração do já estabelecido, do discurso dominante.

Acredito que só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da violência simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção, das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista do dominante,

Se é verdade que a dominação simbólica é uma dominação que se exerce com a cumplicidade do dominado, ou, mais precisamente, com a cumplicidade das estruturas que o dominado adquiriu na confrontação prolongada com as estruturas de dominação e pela incorporação dessas estruturas, é evidente que não é suficiente tomar consciência dessas estruturas. (BOURDIEU, 1999, p. 37).

Vale ressaltar que somos nós, consumidores, os produtores dos significados que circulam no mundo. As mulheres estão com um poder de decisão na sociedade de consumo, e

anúncios e anunciantes não podem ou não devem correr o risco de desagradar este segmento. De forma que se faz urgente uma sensibilização para as mulheres e homens sobre a violência simbólica de gênero. É necessário se atentar que as propagandas constroem concepções conservadoras, que são reproduzidas no meio social, reificando as desigualdades de gênero. “As histórias que contamos e o modo como imaginamos e nos representamos têm fortes implicações políticas, uma vez que o discurso é um importante lugar de contestação de práticas sociais naturalizadas.” (FUNCK, 2005, p.10). Ao agirem assim, acabam por acarretar a violência simbólica. “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-las ou de sofrê-las” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Como discutido anteriormente as propagandas utilizam imagens associadas e idéia de masculinidade e feminilidade, e o gênero ultrapassa o corpo sexuado, pois a interpretação da cerveja e do seu consumo é definida por uma relação que utiliza o imaginário sexual. A associação do corpo feminino com os produtos está voltada para o desejo e o prazer sexual, existindo uma objetificação do corpo feminino. Esta objetificação acarreta duas situações de violência simbólica, a violência simbólica da própria mulher com o seu corpo, em busca de um corpo ideal e perfeito e a violência simbólica nos homens associando as mulheres a objetos sexuais.

Os meios de comunicação constituem uma esfera necessária para a comunicação não distorcida e debate para a constituição de uma democracia baseada na capacidade organizada de reconciliar identidades múltiplas e conflitantes, criticar e viver com interpretações contraditórias da realidade. “Tanto a produção de significados, quanto as narrativas que ‘contam’ as identidades culturais não são processos que se constituem e se estabelecem de forma tranqüila. Elas ocorrem em meio a conflitos, são negociados em meio à luta por hegemonia” (SABAT, 2005, p.93). Deste modo, a necessidade de um controle de qualidade nos comerciais de televisão, e na mídia em geral, como uma forma de garantir uma melhor representatividade da especificidade identitária que existem na sociedade brasileira é de extrema importância para um respeito a heterogeneidade. Além disso, através do controle de qualidade, situações ou imagens de agressão e violência física e/ou simbólica e a constroem de estereótipos sobre determinados grupos sociais, como os negros, homossexuais, deficientes, idosos e as mulheres, poderão ser trabalhados de forma mais consciente e política na mídia.

Deste modo, a ação feminista consiste em avaliar criticamente os discursos construtores de uma teia de significados, de uma visão de mundo socialmente construída que

historicamente tem excluído e estigmatizado as mulheres. Nas propagandas a mulher e o produto se fundem através de qualidades comuns, ela própria é delineada como um objeto de consumo. É desta forma que se expressa a violência simbólica de gênero. Sabemos que toda relação social e toda prática é um *locus* de reprodução tanto quanto um *locus* de mudança. A mídia incorpora elementos da realidade, mas também pode modular, redimensionar e recriar essa mesma realidade. Desta forma as propagandas adquirem relevância tanto na construção como na desconstrução das representações sobre nós, mulheres.

REFERÊNCIAS

- BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. *Rev. Estud. Fem*, v. 15, n. 1, p. 193-215, jan./abr. 2007. (ISSN 0104-026X).
- BISOL, Ana Lídia Weber. Representações de gênero na publicidade turística. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 71-92.
- BORGES, Dulcina Tereza Bonati; RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Imagens femininas e a liberação do desejo: mídia e sexualidade. In: CABEDA, Sonia T. Lisboa; CARNEIRO, Nadia Virginia B.; LARANJEIRA, Denise Helena P. (Orgs.). *O corpo ainda é pouco: seminário sobre a contemporaneidade*. Feira de Santana, BA: NUC/UEFS, 2000. p. 15-29.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 149-168.
- COSTA, Ana Alice A. *As donas do poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher – NEIM/UFBA, 1998.
- FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara. (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GALVÃO, Instituto Patrícia. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br>>.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.
- SABAT, Ruth. Imagens de gênero e produção de cultura. In: FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 93-118.
- SARDENBERG, Cecília. A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”. In: FERREIRA, Silvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 51-68. (Coleção Bahianas, v. 7).

SARDENBERG, Cecília. *Vergonha de ser mulher?* a violência simbólica de gênero nas embalagens de absorventes femininos. Trabalho apresentado ao IV Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, realizado pelo NEIM/UFBA, de 14 a 16 de outubro de 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 2, n. 20, jul./dez. 1995.

TERRITÓRIOS MARGINAIS: DISCIPLINA E DESEJOS NA CIDADE DE SALVADOR (1900-1958)¹

Eric Ferreira Souza

Fazer, nos dias atuais, o percurso entre a zona do Comércio, na parte baixa da cidade de Salvador, e a Praça Castro Alves, na parte alta da cidade, pela secular Ladeira da Montanha, é deparar-se com uma profusão de antigas portas do que um dia foi uma residência ou um ponto comercial, hoje, isoladas por alvenarias toscas, tanto no lado da encosta, como no lado do mar.

Nessa paisagem, que remete à idéia de decadência e abandono daquela que foi uma das mais movimentadas artérias da cidade, algumas portas abertas nos permitem, em um rápido olhar, perceber toda a casa e a Baía de Todos os Santos, que, ao se fundir – como se fosse um quintal – se constitui no cenário que incita ao desvelamento da história de algumas das seculares moradoras do local – as decaídas – flagradas no seu cotidiano, sentadas em cadeiras dispostas nas calçadas à espera dos clientes.

Assim, entre um copo de bebida, uma tragada de cigarro, um rosário de queixas e o exercício de resistência, materializando a existência e rompendo a invisibilidade à qual, aparentemente, estavam destinados, essas mulheres e os outros sujeitos que por ali transitam emergem e surgem como sobreviventes de um dos mais antigos circuitos de prazeres da cidade.

Se o percurso for realizado atravessando o centro comercial paralelo ao porto até a Praça da Inglaterra – o antigo território dos trapiches, do Cais das Amarras e do Mercado do Ouro, reduto de marinheiros, capoeiristas, cafetinas e malandros, assim como de homens “de bem” – serão vistos, sob as árvores e em torno dos quiosques, homens e mulheres que continuam a construir suas redes de sociabilidades regadas a bebidas, alimentadas por comidas típicas e animadas por música e dança.

Em uma das extremidades da praça, um velho mercado foi transformado em um museu onde ecoam os midiáticos tambores de Carlinhos Brown que ampliam o potencial sociabilizador da área na qual emblemáticos representantes das camadas médias urbanas da

¹ O presente texto é constituído de um conjunto de notas acerca da dissertação “Errância dos desejos: territórios e sujeitos marginais no centro da Cidade de Salvador”, defendida em julho de 2008, no PPGNEIM, sob a orientação do Prof. Dr. Edward John Baptista das Neves MacRae.

cidade dividem o território com alguns dos menos emblemáticos representantes da boemia e do trabalho noturno, os travestis e michês, que materializam, com propriedade, a liminaridade física do território, nas suas relações de gênero, vivenciadas nos seus deslocamentos de trabalho e prazer.

O caminhar pelo corredor que une o Centro Histórico, a Praça Municipal, a Praça Castro Alves e a Rua Carlos Gomes, principalmente, durante a noite, ocorre em meio a calçadas transformadas em territórios para o *trottoir* mais ou menos explícito de prostitutas e michês, à procura e espera de clientes, preferencialmente estrangeiros, reprisando cenas de continuidade histórica.

Além das calçadas, das mesas colocadas nas ruas e becos e dos pontos de espera por transportes coletivos, outros territórios, quase invisíveis durante o dia, se abrem e se iluminam durante a noite. São pequenos bares, boates gays e casas de *striptease* feminino que reafirmam a tradição da área como um território facilitador de sociabilidades do prazer cada vez mais marginais.

Como essas áreas, muitas outras, nas suas circunvizinhanças, foram e continuam a ser territórios sujeitos a múltiplas cartografias, onde os diversos equipamentos do poder público, a ação de instituições religiosas, as normatizações jurídicas e as intervenções médico-sanitárias, cotidianamente, se friccionam, se imbricam e se confrontam com os movimentos de uma variada gama de indivíduos marcados por estigmas diversos.

Esses indivíduos, a partir dos seus movimentos e dos seus desejos, construíram mecanismos de resistência à ação disciplinadora do que se pretende hegemônico na sociedade, através da constituição de redes de sociabilidades marginais que, ao estabelecerem condições liminares de existência, asseguram não apenas a sobrevivência individual ou grupal de determinados sujeitos, mas, a presença de alteridades, que rompem ou colocam à prova, cotidianamente, os discursos, as intervenções e os olhares homogeneizantes e naturalizadores lançados sobre as minorias que, ao longo da história, numericamente, muitas vezes foram as maiorias.

A permanência da área central da cidade de Salvador, até os dias atuais, como um território facilitador de encontros para sujeitos que já se deslocavam por ela em busca de prazeres étlicos, sexuais, entre outros, justificou a realização desta pesquisa que, por sua vez, permitiu compreender os deslocamentos de diversos sujeitos marginais pela área, como em um contínuo movimento de des-reterritorialização do espaço público e dos seus próprios corpos e desejos, desvelando, em um recorte temporal específico, a primeira metade do século XX, e em um *continuum* histórico-temporal, a dinâmica desses movimentos, os diversos jogos de poder que determinaram permanências e superações de práticas e movimentos na área.

Assim, o objetivo central da pesquisa foi investigar os processos através dos quais diversos sujeitos, em diferentes condições de marginalidade, des-re-territorializaram o centro da cidade de Salvador, na primeira metade do século XX, contrapondo a cartografia oficial da área, de caráter físico-político, a uma outra cartografia construída nos trajetos de desejo e prazer desses sujeitos.

A compreensão das infinitas possibilidades de construção cartográfica que um espaço cidadão pode abrigar exigiu um constante exercício hermenêutico e interdisciplinar, ao longo da pesquisa, pois, como diz Barthes, “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a” (2001, p. 224). Assim, ao transformar a cidade em texto, Barthes torna todos os seus habitantes autores e leitores da sua escrita. Esses, ao se deslocarem pelos seus espaços, são expostos a incontáveis pontos de observação e enunciação, de forma que a cidade se abre em infinitos acessos para cada sujeito que queira vivenciar a aventura de lê-la.

Quando a cidade é colocada como um discurso que, nesse caso, vem sendo elaborado há, aproximadamente, 459 anos, a leitura, mesmo que seja de uma frase do seu secular texto, exige de quem quer fazê-la um profundo exercício de des-re-territorialização, para que os inúmeros escritores da frase a ser lida possam enunciar o texto que escreveram.

Os autores que, nos seus deslocamentos de desejo, escreveram parte do texto que deu existência à cidade de Salvador e que foram lidos na pesquisa, escreveram os textos das suas existências com giletes, navalhas, copos de cachaça, sexo, bofetadas, lágrimas e muita algazarra. Esses eram os marginais que habitavam o centro da cidade e que enfrentaram, de forma direta e violenta ou negociada e sutil, a enunciação de outros discursos proferidos, na mesma cidade, por sujeitos que construíram com ela outras relações existenciais.

Sobre o sítio da cidade, dois grandes processos de apropriação física e discursiva/simbólica do território foram estabelecidos.

O processo de apropriação física baseado no discurso da ordem, do progresso e da modernidade buscava construir uma cidade textualmente limpa, asséptica e, pretensamente, bela, que se materializaria nas largas avenidas, nas ruas iluminadas e nos comportamentos civilizados, dando existência a uma nova cartografia que valorizava a disciplina e procurava lançar ao esquecimento os velhos textos escritos sobre a cidade.

Por sua vez, o processo de apropriação discursiva da cidade se deu em um plano molecular, plural, por trazer as falas de múltiplos sujeitos que estavam em diferentes lugares de enunciação e que construíram uma cidade com base no desejo. Nesse plano, a cidade se

materializava onde o prazer pudesse ser buscado, onde o discurso do desejo pudesse subverter o da ordem, numa cartografia de desejos.

Assim, dois processos cartográficos foram estabelecidos sobre uma mesma área, assentados em discursos com diferentes pontos de enunciação: um dando origem a uma cartografia da disciplina, que materializava, na área, os interesses do poder público aliado a setores urbanos emergentes, e outro, à dos desejos, que viabilizava, na mesma área, os desejos e a busca de prazeres dos sujeitos marginais que por ela se deslocavam.

Portanto, a existência das duas territorializações implicava em antagonismos explícitos e violentos ou em complexas relações de conflitos e negociações que originaram a coexistência de múltiplas construções cartográficas ora oriundas de um plano oficial, hegemônico, ora surgidas das margens do sistema estabelecido.

AS CARTOGRAFIAS

A mudança na paisagem central da cidade, nas primeiras décadas do século XX, foi bastante expressiva, no trecho que se inicia na Praça da Sé e vai até a Avenida Sete de Setembro e rua Carlos Gomes, bem como no trecho da Cidade Baixa compreendido entre a Conceição da Praia e o Mercado do Ouro.

Paralelo ao aparecimento de novos prédios, abrigos para transportes coletivos, cafês, hotéis e diversas lojas, outros espaços desapareciam, tragados pelo avanço sobre a área de um elemento des-re-territorializador por excelência, o capital.

A construção de uma nova cartografia transcorreu à medida que as intervenções do poder público aprofundavam as des-re-territorializações da área, o que, no plano geográfico, ocorreu com as tentativas de suprimir a estrutura urbana colonial ou o que dela restasse, não importando se eram igrejas, casarões seculares ou casas populares. Porém, o processo des-re-territorializador empreendido pelo poder público não ficou restrito às construções arquitetônicas e urbanísticas; também, envolveu os sujeitos, ao impor aos seus corpos novos deslocamentos e novas territorializações para os seus desejos, que, por sua vez, deveriam estar disciplinados.

A implementação de um conjunto de reformas urbanísticas, no centro da cidade, realizada pelo poder público deve ser compreendida como parte do processo de transição do regime monárquico para o republicano, visível não apenas na ruidosa disputa entre os grupos políticos pela ocupação de lugares no poder, mas, também através de embates teóricos em torno da construção de um projeto de Nação.

No centro das discussões sobre modernidade, progresso e construção de um homem e de um mundo novo advindas com a nova ordem republicana, a velha ordem ainda se fazia presente, com suas velhas cidades, velhos símbolos, seus conhecidos pobres, miseráveis e seus velhos e perigosos costumes. A desterritorialização do que era velho tinha que ocorrer para que o novo se reterritorializasse e para isso era preciso sanear, higienizar, medicar, policiar e embelezar a sociedade e os seus territórios existenciais.

Na construção de uma nova cartografia no centro das velhas cidades, a higiene pública ocupou um lugar de destaque, chegando, em uma perspectiva médica da época, a ser considerada “como uma forma revolucionária de atuação na coletividade”, já que possuía como preocupação central “prevenir antes de curar” (SCHWARTZ, 1993).

Nesse momento, conectada à noção de higiene, aparecia a idéia de saneamento: caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam a população. No entanto, essa divisão entre sanitaristas – responsáveis pelos grandes projetos públicos – e higienistas – vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada – funcionou, muitas vezes, de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação apareceram de modo indiscriminado. (SCHWARTZ, 1993, p. 206).

O cuidado com a higiene e a saúde pública aparece em diversas ações do poder público e se concretizava no cotidiano dos sujeitos comuns que habitavam áreas “perigosas à saúde coletiva” ou mantinham comportamentos individuais que poderiam reverter em perigo para todo o corpo social. Dessa forma, foi sobre as áreas pobres do centro da cidade, com suas populações marginais, que o poder médico-sanitário foi mais invasivo.

As obras realizadas e os discursos que as justificaram permitiram que se usasse o processo de implantação do modelo urbanístico *haussmanniano*, como referencial para se compreender o que ocorreu em Salvador.

[A *haussmannização*] é uma expressão que comporta diversas acepções. Originalmente, refere-se às intervenções realizadas em Paris, no Segundo Império, por ordem de Napoleão III e sob a direção de seu prefeito, Haussmann. Entretanto, mesmo mantendo seu sentido original, o uso dessa expressão expande-se, para referir-se a uma forma de atuação, um estilo urbano, um episódio histórico, um modelo de intervenção urbana numa cidade, inclusive em momento anterior às reformas parisienses. (PINHEIRO, 2002, p. 65).

A reforma *haussmanniana* se caracteriza pela abertura de avenidas, pela demolição de velhas edificações e pelo deslocamento da população, a partir de uma ação conjunta do Estado com setores urbanos emergentes.

Os elementos centrais do modelo se fizeram presentes, em Salvador, no alargamento de ruas como a Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes e Rua Chile, na demolição de edificações, nas vias alargadas e outros espaços, e na associação do Estado com comerciantes, que estiveram presentes desde o início dos aterros da Cidade Baixa, no século XIX.

O surgimento de praças em lugares antes ocupados por vielas e cortiços ou em espaços que ficaram vazios por demolições, como ocorreu na Praça Municipal, junto com a renovação arquitetônica dos prédios públicos, terminou por caracterizar o modelo urbanístico.

As intervenções haussmannianas mudam a maneira de pensar a cidade, tomando como principal elemento a rua e criando uma rede viária composta por um tecido arquitetônico que destrói bairros insalubres e vielas. Expulsam a população residente, melhoram a higiene e a circulação, mudam a imagem da área central, e a cidade prepara-se para um novo modo de vida. (PINHEIRO, 2002, p. 77).

As intervenções urbanas baseadas nesse modelo primam pelo autoritarismo do Estado que, ao estabelecer a padronização, a supressão dos velhos espaços de sociabilidade, a extinção da pluralidade estética e o disciplinamento dos fluxos na cidade, ignoram os desejos individuais, em uma tentativa de bloquear os deslocamentos subversivos dos sujeitos, pois, a existência de sujeitos disciplinados em um espaço ordenado é o que se busca na urbanização haussmanniana. E isso foi mantido nas intervenções que a tomaram como modelo ou inspiração.

Assim, a adaptação do modelo haussmanniano à realidade das ruas, largos, praças e becos de Salvador, desde a utilização dos discursos médico-sanitários até a atuação policial, levou à construção de uma cartografia voltada para o disciplinamento dos sujeitos que, por sua vez, a subverteram com os seus deslocamentos de desejo.

A polícia, com as suas rondas motorizadas e novos métodos de controle social, foi um instrumento fundamental para que o poder público pudesse colocar em prática o seu projeto de reestruturação urbana e de construção de uma cartografia voltada para o disciplinamento da vida no espaço público.

Ao mesmo tempo em que o movimento da polícia revela o projeto disciplinador do poder público, revela, também, de que maneira, nos territórios expostos a essa vigilância, os vigiados receberam e reagiram a essas determinações. Assim, um dos acessos aos territórios marginais e à cartografia por eles constituída se revela ao se retomar o trajeto da força policial pelas ruas que compunham o centro e a sua vizinhança.

No caso desta pesquisa, o controle policial analisado foi aquele exercido sobre as aglomerações motivadas pela errância de sujeitos em busca de prazeres que os tornava tão ou mais perigosos à ordem pública do que os trabalhadores grevistas e os “indesejados” líderes anarquistas, proibidos de desembarcar no porto de Salvador.

É imprescindível perceber que o policial que reprimia a desordem era o mesmo que podia subverter a ordem, logo após a retirada da sua farda ou, até mesmo, ainda com ela. Portanto, ele era um dos construtores da cartografia marginal, ao se tornar alvo da instituição a qual pertencia.

A aparente ambigüidade na postura de muitos policiais era resultado da situação liminar que acompanhava as suas vidas, pois eles eram arregimentados nas camadas populares, continuavam a viver no mesmo território, a conviver com os seus antigos pares e a serem regidos pelos códigos do mundo da rua.

Para alguns sujeitos marginalizados, a polícia era o caminho para uma relativa ascensão socioeconômica e para a obtenção de um micro-poder dentro da sua comunidade, porém, este novo *status* não era suficiente para tirá-los do seu território identitário, que além de moradia, havia se convertido em território de trabalho.

TERRITÓRIOS, CORPOS E GÊNERO

Nos conflitos de rua, navalhas, canivetes e peixeiras eram comuns, quase extensões dos corpos dos “valentes” que perambulavam pelas ruas fazendo arruaças, disputando mulheres, jogando dados, bebendo e brigando com socos, golpes de capoeira ou navalhadas, o que preenchia diversas colunas nos jornais e nos livros de ocorrência policial. Porém, nesse universo violento e regido pela força física, comumente associada aos homens, também havia a presença de muitas mulheres que nele se territorializaram.

Observar alguns sujeitos marginais com os seus corpos e performances em linhas de fuga, ou nas suas des-re-territorializações, possibilita a percepção da real dimensão do gênero como uma categoria de análise, ao desconstruir o reduto mais sagrado das abordagens binárias, o da relação entre a materialidade dos corpos e a definição dos sexos, como destaca Butler.

Desconstruir o conceito de matéria ou de corpo não é negar ou recusar ambos os termos. Significa continuar a usá-los, repeti-los subversivamente, e deslocá-los dos contextos nos quais foram dispostos como instrumentos do poder opressor. Aqui é necessário obviamente declarar que as opções para a teoria não se exaurem **presumindo** materialidade de um lado e **negando** materialidade, de outro. É meu propósito exatamente não fazer essas duas coisas. Pôr um pressuposto em questão não é a mesma coisa que o suprimir; é antes libertá-lo de sua morada metafísica a fim de ocupar e servir a objetivos políticos muito diferentes. Se uma desconstrução da materialidade dos corpos suspende e problematiza o referente ontológico tradicional do termo, ela não congela, bane, torna inútil ou esvazia de sentido seu uso; ao contrário, proporciona as condições para **mobilizar** o significante a serviço de uma produção alternativa. (1998, p. 38).

O corpo convertido em território pode se des-re-territorializar à medida que é exposto a uma possibilidade infinita de agenciamentos ou quando sobre ele incidem os efeitos dos desejos buscados pelos sujeitos. Portanto, ele se constitui em um território de disputas, o que pode resultar no seu disciplinamento ou na sua inserção numa linha de fuga.

Quando inseridos em uma linha de fuga, os corpos dão sentido à existência dos territórios marginais nos quais as paixões, os impulsos, as transgressões e tudo o que é

condenado pela moral dominante passa a ganhar vida, a ser experimentado por sujeitos que se movimentam pelo que Park chamou de “região moral”². Perlongher chamou de ponto de fuga libidinal, a esses escapes

[...] onde “as paixões, instintos e apetites, incontrolados e indisciplinados”, os “impulsos selvagens”, reprimidos ou sublimados na ordem urbana da normalidade, encontrariam vazão. Simultaneamente, esses desejos proscritos, desterrados do corpo social, seriam reconhecidos, classificados, controlados, “reterritorializados”.³ (1987, p. 185).

O processo de des-re-territorialização capitalista valorizou socialmente os territórios relacionados ao mundo do trabalho, que se reconfiguravam com base na fábrica e no lar, ao mesmo tempo em que englobavam outros associados aos prazeres e diversões, porém, colocando-os num lugar muito específico, o da existência socialmente necessária a qual deveria estar sempre disciplinada.

Os centros de diversas cidades se tornaram esses territórios liminares, propícios à construção de sociabilidades alternativas, por possuírem múltiplas funções, a depender do momento do dia e dos desejos que moviam os sujeitos pelas suas ruas, cabarés, tavernas, quiosques, cinemas e dezenas de outros locais, sempre passíveis às tentativas de regulação do poder público.

TERRITÓRIOS, DESEJOS E SUJEITOS

No território central de Salvador, as prostitutas deslocavam seus corpos-territórios freqüentando lugares e usufruindo prazeres que comumente estavam associados ao mundo masculino, rompendo a naturalizada relação mulher/lar/privado/recato, a exemplo de quando ocupavam as mesas dos botecos, cantinas e *dancings* consumindo muita bebida alcoólica.

No dia 10 de janeiro de 1954, às 13:35 horas, hora em que muitas mulheres recolhidas ao lar cumpriam os afazeres domésticos relacionados ao almoço da família, na Rua das Laranjeiras, que era o epicentro de um território que Park, Castells, Perlongher e Guattari não teriam dificuldade em categorizar como um território marginal, uma “região moral”, uma cartografia de desejos, entre outras classificações, o guarda civil de nº 305 detinha e apresentava na Delegacia de Jogos e Costumes as decaídas Lucy Damasceno e Odete Souza que, embriagadas, promoviam desordens nessa rua⁴.

² Para um maior entendimento do conceito de “região moral” é indicada a leitura de Park e de outros sociólogos da Escola de Chicago, por terem inserido os espaços urbanos destinados a práticas consideradas desviantes ou marginais pela sociedade como passíveis de estudo.

³ Perlongher utilizou os estudos da Escola de Chicago, bem como de outros pensadores que se dedicaram às questões territoriais, como Castells e Guattari, para analisar o território da prostituição viril no centro de São Paulo, na década de 1980.

⁴ Delegacia de Jogos e Costumes – Setor Intermediário – livro de ocorrência iniciado em 1 de dezembro de 1953 e encerrado em 26 de janeiro de 1954, p. 153.

Alguns dias antes do registro mencionado, em 22 de dezembro de 1953, em uma área próxima, a proprietária da casa de nº 34, no Caminho Novo, no Julião, recorreu ao auxílio da polícia “solicitando providências no sentido de ser conduzida para esta delegacia a decaída Antônia Santos, que, totalmente embriagada cometia tropelias diversas na casa supra citada”, o que terminou com a camionete da Delegacia sendo enviada e a decaída detida. Vale ressaltar que essa ocorrência, como a anterior, se deu no turno matutino⁵.

No mesmo período, uma nova solicitação foi feita à Delegacia de Jogos e Costumes, para que fossem tomadas providências contra a casa de nº 4, da Rua Padre Vieira, onde “havia uma turma de mulheres praticando desordens”, o que foi feito pelo delegado Mário Lessa, que enviou o guarda civil nº 511 ao local, “sanando os abusos”⁶.

A presença de um grande número de mulheres, que viveram da prostituição nas ruas e casas de tolerância, na primeira metade do século XX, em Salvador, lutando cotidianamente pela sua sobrevivência, com o uso de estratégias que terminaram por recartografar a área que, para o poder público, precisava ser modernizada, é fundamental por demonstrar como, a todo instante, as micro-histórias de cada sujeito podem se converter em partículas de um grande processo social, a partir das quais

[...] a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social; [ela] torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra – a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. (LEVI, 2000, p. 15).

Visibilizou-se, na pesquisa, as mulheres que, dentro dos territórios marginais, não se submeteram, passivamente, aos mecanismos de controle do poder público ou dos jogos opressores de gênero, reagindo com mordidas, bofetadas, navalhadas, cacetadas, impropérios, compartilhamento de bebidas, e com sexo: uma opção política.

Entender o movimento das prostitutas pelos territórios físicos ou simbólicos construídos a partir dos seus deslocamentos, só é possível em uma abordagem relacional, na qual dois outros sujeitos possuem um papel de destaque, o cliente e o cáften, a cafetina, o rufião, a dona do castelo ou como se queira denominar quem explorava o trabalho das mulheres.

A relação entre as prostitutas e os seus agenciadores deve ser inserida em um contexto legal, já que o Código Penal de 1890, a Consolidação das Leis Penais de 1932 e o Código Penal de 1940, deixam muito claro o que estava criminalmente tipificado. A tipificação penal,

⁵ Delegacia de Jogos e Costumes – Setor Intermediário – livro de ocorrência iniciado em 1 de dezembro de 1953 e encerrado em 26 de janeiro de 1954, p. 63.

⁶ Id. *ibid.*, p. 269.

portanto, dava subsídios para que a ação policial fosse mais ostensiva sobre os cáftens e cafetinas, por serem esses os que poderiam ser enquadrados como criminosos.

Como acontecia com outros sujeitos marginalizados, havia a possibilidade de negociação entre cáftens e guardas civis, entre comissários e delegados que freqüentavam o território como clientes, amantes ou rufiões, borrando a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade.

A aproximação amigavelmente tensa entre os sujeitos era facilitada pela própria origem de parte do corpo policial que, arregimentado nas mesmas camadas populares de onde saíam as prostitutas e seus agenciadores, possuía uma existência tão liminar quanto a dos sujeitos que lhes cabia controlar e reprimir. Portanto, o território marginal do outro era também o seu território, já que era regido por codificações que lhes eram familiares, movimentado por indivíduos que, em diversas situações, eram seus pares.

Segundo Perlongher (1987, p. 68), o centro da cidade é um lugar privilegiado para intercâmbios, ponto de saturação semiológica e, também, o local da aventura, do acaso, da extravagância, das fugas, onde os fluxos de populações e dos desejos tornam a área predileta para sujeitos à procura de parceiros sexuais do mesmo sexo, ou não.

Dar visibilidade a sujeitos homossexuais que circulam nos centros das cidades nos dias atuais não é uma tarefa fácil, mesmo quando esse sujeito é contemporâneo do pesquisador. Isto se torna ainda mais difícil, se esse sujeito estiver a décadas de distância do pesquisador, o que ocorreu nesta pesquisa. Logo, o mergulho no seu território é ainda mais difícil, pois, é a partir das fontes que há a possibilidade dessa aproximação, e nelas esse sujeito está oculto e silenciado por ser no território marginal um dos mais liminares.

A busca pelos “perversos” pode ser ainda mais difícil se a pesquisa tiver como objetivo encontrá-los em trânsito, pois, os seus deslocamentos se davam em função de diferentes objetos de desejo e de diferentes níveis de exposição pública. Aqueles que possuíam melhores condições econômicas e estavam menos marcados pelo estigma se deslocavam de forma mais sutil e ficavam menos expostos às abordagens e detenção policial.

A ação policial associada ao poder médico e ao sistema jurídico, ao desempenhar uma função preventiva e disciplinadora, deve ser percebida não apenas como um exercício de repressão à desordem, mas, como uma forma de majoração ordenada das forças coletivas e individuais que visa:

[...] fortalecer e aumentar, pela sabedoria dos seus regulamentos, a potência interior do Estado e, como essa potência consiste não somente na República em geral, e em cada um dos membros que a compõem, mas ainda nas faculdades e talentos de todos aqueles que lhe pertencem, segue-se que a polícia deve ocupar-se inteiramente desses meios e fazê-los servir à felicidade pública. (FOUCAULT, 1999, p. 27-28).

Esse objetivo é alcançado com a regulação do sexo, feito com a formulação de discursos úteis e públicos, e não apenas com a aplicação de rigorosas ações proibitivas. Segundo Foucault (1999), é fundamental que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e com o uso que dele fazem. Também interessa ao Estado que cada um seja capaz de controlar sua prática, fazendo com que entre cada indivíduo e o Estado, o sexo se torne um objeto de disputa, que deve ocorrer no âmbito público e expresso através de toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções.

A análise de Foucault, associada às discussões de gênero, oferece um amplo instrumental para se pensar os sujeitos marginais e nas suas relações com as práticas discursivamente convertidas em “desviantes”, principalmente, as que envolviam sexualmente homens com outros homens.

Um desses sujeitos é o “perverso” ou “libidinoso” que, se prostituindo ou simplesmente vagando pelas ruas centrais de Salvador em busca de parceiros sexuais, dividiu com prostitutas, malandros e outros sujeitos marginais o mesmo território geográfico, que foi des-re-territorializado a partir dos seus desejos.

A passagem desses perversos pela área, de forma explícita ou velada, era geralmente tensa, por subverter a ordem com o uso de micropoderes que, vindos de baixo se convertem em mecanismos de resistência⁷. Logo, não estando em uma posição de exterioridade em relação ao poder, esse sujeito marginal está no poder⁸ e o exerce de forma relacional.

Os estudos de gênero, ao desconstruírem a mulher universal colocando-a em um contexto relacional, terminaram pluralizando-as, o que, inevitavelmente, também aconteceu com a universalidade do homem, que passou a existir pluralizado. Diante desses processos de desconstrução, as relações de poder associadas às relações de gênero produziram novos instrumentais para a análise das relações homem-homem, como as mantidas pelos “perversos”.

⁷ A resistência na visão foucaultiana não irradia de um ponto central, mas, de múltiplos pontos que se espalham por toda uma rede de poder, gerando uma pluralidade de resistências que podem ser possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício.

Porém, a pluralização não é sinônimo de fragilidade, muito pelo contrário, ao permitir que o sujeito se desloque de uma posição de total irreduzibilidade com o seu opositor, para uma de diálogo e acordo, ele estrategicamente conduz o embate a seu favor. Portanto, a pulverização das resistências em Foucault, implica na construção das linhas de fuga de Deleuze, ou nas des-reterritorializações de Guattari.

⁸ O estar no poder é possível, se o poder for concebido como uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação das leis, nas hegemônias sociais.” (FOUCAULT, 1999, p. 89).

Nessa pesquisa, os “pervertidos” ou “pederastas”, ao se deslocarem pelo centro da cidade e suas circunvizinhanças iam demarcando seus territórios geográficos de prazer, em paralelo à demarcação dos seus territórios no campo conservador das masculinidades. Nos dois territórios, os deslocamentos sempre foram marcados por fortes tensões, por ocorrerem na tênue fronteira entre a aceitação e a reprodução do modelo heteronormativo e a construção de linhas de fuga a esse modelo.

Prostitutas e pervertidos, por terem nos seus deslocamentos uma forte motivação sexual, o que torna a questão do desejo e do prazer mais visível nesses sujeitos, foram tomados como fios condutores, nesta pesquisa. Porém, é fundamental que se perceba que esses sujeitos estavam inseridos em uma rede relacional, na qual o seu movimento só faz sentido a partir do movimento de outros sujeitos que, ao construírem as suas linhas de fuga, ao enfrentarem os mesmos dispositivos disciplinadores do Estado, também estavam em um constante processo de des-reterritorialização.

Os menores que perambulavam pelas ruas vivenciavam, com os adultos, experiências permeadas por muita solidariedade, cumplicidade, sexo⁹, violência, álcool e o consumo de outras substâncias. Esse aprendizado era inconcebível, no moderno e asséptico mundo infantil que se constituía, porém, na maior parte das vezes, era isso que assegurava a sobrevivência desses menores no território hostil das ruas.

Registros, como o do recolhimento no dia 1º de janeiro de 1948, de um menor “completamente embriagado” na Rua do Sodré, área reconhecidamente marginal, que, após ter melhorado foi entregue “ao seu responsável de nome Joaquim Rangel, residente ao Sodré, 147”, pelos policiais da Delegacia de Jogos e Costumes, durante uma ronda diurna, eram comuns e demonstram o quanto esses sujeitos estavam inseridos em um universo muito particular.

No mesmo instante em que menores se prostituíam, furtavam, brigavam entre si, eram agredidos por adultos, construía, com esses, parcerias, outros se movimentavam nas ruas e praças, também gerando, diariamente, ocorrências policiais, com os jogos de futebol, ou trabalhavam nas ruas nas atividades mais alternativas, como o menor Valmer de Castro Dourado, de 16 anos, que foi detido em 12 de janeiro de 1948, por passar dias nas praças públicas engolindo vidros, pregos, metais e outros objetos.¹⁰

⁹ Sobre a questão sexual é aconselhável a leitura de Philippe Àries, por suas análises a respeito das mudanças ocorridas na abordagem da questão sexual pelos adultos em relação às crianças, nos discursos, brincadeiras, toques corporais e vestimentas. A análise parte de um exemplo anterior ao impacto do modelo moderno de infância, que é a educação de Luís XIII.

¹⁰ Delegacia de Jogos e Costumes – Setor Intermediário - Livro de ocorrência iniciado em 1 de dezembro de 1953 e encerrado em 26 de janeiro de 1954.

Nas praças e ruas por onde Valmer engolia pregos, Irênio aplicava golpes em incautos, Edite Santos prestava os seus favores sexuais, Antônio Dias seduzia e era seduzido por marítimos, Egidio e Agripino atentavam contra a moral pública, e o indivíduo Gesuino Rodrigues, era detido às 17 horas, em 14 de janeiro de 1954, no Terreiro de Jesus, com Cr\$ 65,00 e 21 tabelas, no exato momento em que segundo os policiais conduzia “um empolgante jogo de azar”.

Os jogadores, movidos pelo prazer que o imprevisto do jogo causa, pela possibilidade do ganho econômico fácil ou, ainda, para ocupar o tempo vago que, para muitos, eram dias e semanas inteiras, formavam outro conjunto de sujeitos que circulavam pelo mesmo território das prostitutas e homossexuais, já que o jogo, como a bebida, tem a capacidade de aglutinar pessoas, de estabelecer intimidades e de gerar conflitos, tendo, portanto, um papel fundamental na construção de sociabilidades marginais.

O controle do poder público sobre os trabalhadores de rua não se restringia aos jogadores e barraqueiros que trabalhavam com jogos; se dava, ainda, sobre uma profusão de vendedores ambulantes que mercavam pelas ruas centrais da cidade e que acabavam criando pontos de aglomeração que geravam muito barulho ao se misturarem os gritos dos vendedores, apregoando as qualidades das suas mercadorias, os preços mais baixos e uma infinidade de trocadilhos e obscenidades, com as falas dos compradores e de todos que faziam do local um espaço de confraternização, brigas, golpes, furtos e de aproximação sexual. Vistos dentro de um projeto de embelezamento de uma cidade, os vendedores ambulantes, com seus balaios e gamelas, frutas pelo chão e muita gritaria e pilhérias, com certeza, destoavam da paisagem que se pretendia construir. Mas, ainda existiam, dois outros sujeitos que destoavam mais que aqueles, por estarem muito mais desterritorializados nesse processo: os mendigos e os loucos.

Os mendigos retirados das ruas eram enviados para o Albergue Noturno ou permaneciam na Delegacia até a sua liberação no dia seguinte, como se verificou na noite de 13 de janeiro de 1948, durante um serviço de ronda da Delegacia de Jogos e Costumes na região central, quando foram encontrados dormindo nos bancos do jardim da praça, os mendigos, Antonio Mariano dos Santos, Izidro Pereira dos Santos e José Dutra Cruz, que foram recolhidos e liberados na manhã seguinte.¹¹

Ao se admitir a liquidez do termo mendicância para dar conta de uma profusão de sujeitos, outra classificação oferece um quadro ainda mais complexo, o da loucura, não apenas pela heterogeneidade dos sujeitos que podem ser inseridos no grupo, a depender das

¹¹ Delegacia de Jogos e Costumes – setor intermediário – Livro de Ocorrência iniciado em 10 de dezembro de 1947 e encerrado em 24 de abril de 1948.

avaliações médicas, mas, também, por ter sido a que serviu, de forma mais violenta, para retirar do espaço público um infinito número de marginais que não haviam perdido a tão valorizada “razão”, mas, que buscavam prazer e construía as suas linhas de fuga da forma mais radical possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lançamento de um olhar sobre o resultado textual da pesquisa assegurou que a proposta de abordagem interdisciplinar do tema foi alcançada, na medida em que instrumentais teórico-metodológicos de diferentes áreas de conhecimento foram utilizados harmonicamente para dar visibilidade aos sujeitos e processos em que esses estiveram envolvidos.

A abordagem interdisciplinar contribuiu para uma percepção mais rica do cotidiano dos sujeitos marginais na cidade do Salvador da primeira metade do século XX, ao permitir descrever os seus trajetos e analisar as formas de apropriação do território que deles resultaram.

Através da utilização de fontes históricas e da observação da área nos dias atuais, a compreensão dos aspectos mais subjetivos dos processos pesquisados foi facilitada ao se verificar que a área continua marcada por deslocamentos semelhantes aos que ocorriam no período recortado para a pesquisa.

A colocação, na pesquisa, de maior evidência na discussão de gênero foi, em parte, produto da percepção, na leitura das fontes, de que as tensões cotidianas ganhavam no território do gênero contornos muito mais complexos, o que foi confirmado com o aprofundamento das análises documentais.

As relações de gênero nos territórios marginais são investidas de uma carga desconstrucionista que lhes confere um perfil “revolucionário”, ao explicitar a impossibilidade de compreensão da dinâmica de poder e a lógica das sociabilidades marginais, ao reiterar os binarismos homem/mulher e masculino/feminino, e os atributos que, normalmente, lhes correspondem.

Verificou-se nos documentos que a transposição dessas fronteiras duais era comum: mulheres empunhando navalhas, dando socos, se embriagando em bares e homens intimidados por mulheres valentes ou assumindo performances femininas publicamente, em uma clara demonstração do papel da cultura na construção sexual e de gênero dos sujeitos.

Numa cartografia de desejos, o gênero é o elemento com a maior possibilidade de transgressão e, portanto, de oposição à ordem moral estabelecida pela cartografia da

disciplina. A confirmação do papel transgressor está na fluidez dos deslocamentos de dois sujeitos destacados na pesquisa, as decaídas e os “pervertidos”.

Quanto a pensar em um *continuum* histórico para se entender a relação do território com a marginalidade, a pesquisa demonstrou que essa é possível, pois a área ao longo do século XX se manteve em um processo de perda da sua importância econômica e social, permanecendo associada, mesmo que simbolicamente à decadência; muitos dos tipos marginais pesquisados podem ser vistos pelas ruas, adros de igrejas e bares, nos dias atuais, movidos por desejos semelhantes aos dos seus pares do início do século XX. A área continua receptiva a grandes contingentes de populares, que vivem ou freqüentam-na atraídos pela sua aura marginal, pelo acesso mais barato ao lazer e pela possibilidade de se socializar com base em códigos preservados há décadas no território.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, Campinas/SP: Unicamp, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PINHEIRO, Eloisa Petti. *Europa, França e Bahia; difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.
- SCHWARCZ, Lílían M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARTE 2

O MOVIMENTO DE MULHERES E A POLÍTICA DE ABRIGAMENTO NO BRASIL E NA BAHIA

Virgínia Falcão

Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “*Política de abrigo: Casa Abrigo na Bahia: histórico e análise de um difícil processo*”¹ que teve como proposta refletir sobre umas das ações do Programa de Políticas Públicas de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher, as casas abrigo, cujo objetivo é garantir a integridade física e ou psicológica de mulheres e de seus filhos menores, em situação de risco de vida em função da violência sofrida. Preconiza-se que esse atendimento deva ser temporário, sigiloso e integral, prestando-se, a essas mulheres e seus filhos, assistência médica, psicossocial e jurídica.

A metodologia utilizada nesse estudo privilegiou a abordagem feminista e interdisciplinar. Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental foram utilizados documentos institucionais pesquisados nos arquivos das Voluntárias Sociais da Bahia, da Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS), do Centro de Documentação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), arquivos de pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas na gestão do equipamento social casa abrigo, relatórios de pesquisa, publicações do movimento de mulheres e no material que nos foi gentilmente encaminhado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

A coleta de campo teve início em 17 de janeiro de 2007 e estendeu-se até 31 de janeiro de 2008. Os procedimentos utilizados constaram de entrevistas semi-estruturadas com pessoas diretamente envolvidas com a política de abrigo, análise dos prontuários de mulheres abrigadas na casa além da utilização da técnica de grupo focal realizada com mulheres usuárias do equipamento social casa abrigo para mulheres em situação de violência em Salvador.

Neste artigo, pretende-se resgatar o papel fundamental que teve o movimento feminista na origem da política pública de abrigo no Brasil e na Bahia, tendo sido o primeiro movimento social no país a tratar a questão específica do enfrentamento da violência à luz da sua própria experiência, construindo um discurso político e de exigência, para que o

¹ Realizada para o Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo, sob a orientação da Prof^a Dra. Ana Alice Alcântara Costa.

Estado, com suas características de conservadorismo e defesa de interesses patriarcais, implementasse uma política de segurança pública voltada para as mulheres brasileiras. Essa política foi gestada a partir da experiência iniciada quando da criação, na década de 80, dos SOS – MULHER no Brasil.

O primeiro serviço do tipo SOS foi criado no dia 10 de outubro de 1980, em um ato público realizado na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, por cerca de quinze mulheres que lançavam um protesto contra a violência. Nessa ocasião, um microfone foi aberto para as mulheres que desejassem denunciar publicamente a violência de que eram vítimas.

É importante lembrar que os agressores de mulheres contavam com a benevolência da lei através do mecanismo jurídico de “legítima defesa da honra”. Assim, viviam na impunidade, protegidos por mecanismos legais, e seus crimes, chamados de “passionais”, eram considerados como crimes contra os costumes e não contra as pessoas, o que servia de base para a impunidade.

O lançamento do SOS Mulher, em outubro de 1980, em São Paulo (VERARDO, 1983), constitui um marco no atendimento direto às mulheres no Brasil e um precioso campo de reflexão sobre o fenômeno da violência contra a mulher, além de demonstrar, na prática, a necessidade desse tipo de serviço para atender às mulheres em situação de violência.

O processo de implantação do primeiro SOS no Brasil, assim como, já depois de sua criação, em Campinas (SP) e nos Estados do Rio de Janeiro e Minas, foi de certa forma “atropelado”² e acelerado, diante de alguns fatos que deixaram perplexa parte da sociedade brasileira e que foram amplamente divulgados pela mídia, naquela época: a morte de mulheres de classe média e média alta, como Ângela Diniz, Eliane de Grammont, Sílvia Christel, e tantas outras, que foram assassinadas por seus companheiros com os quais já não mais desejavam conviver.

[...] então este ato público por causa das mortes acabou adiantando esse trabalho. Nós fundamos o SOS Mulher sem pensar exatamente como íamos trabalhar aquela violência toda que estava caindo sobre a nossa cabeça. Foi um processo muito desgastante, mas ao mesmo tempo nos deu a noção de que era um serviço necessário. (GREGORI, 1993).

Frente a esses fatos, o movimento feminista não se calou: apesar da falta de estrutura, começou a denunciar e a enfrentar a questão da violência em ações políticas nas ruas, na imprensa e nos tribunais. Denunciavam a expropriação e o controle do corpo feminino, ao

² O termo “atropelado” está aqui sendo usado para significar que as denúncias das mulheres acabaram por precipitar todo o processo de reflexão de como seriam os SOS, que estava sendo feito nos grupos de discussão, e influenciou para a sua formalização antecipada através de ato público de repúdio contra os assassinatos de mulheres que naquela época mobilizavam a sociedade brasileira.

tempo em que buscavam participação ativa na formulação e implementação de políticas públicas.

[...] trata-se da elaboração de uma prática inédita para o movimento de mulheres local, tanto no que diz respeito ao tema que mobilizava – a violência contra a mulher – como ao tipo de atuação desenvolvida. Uma atuação que acrescentou plantões de reflexão e de prestação de serviços mínimos (informações dos direitos e orientação jurídica gratuita) para mulheres vítimas de violência às manifestações públicas de denúncias e reivindicação. (GREGORI, 1993).

As iniciativas do movimento, que usava palavras de ordem como “quem ama não mata” (até hoje um marco da ação feminista no Brasil) terminaram por chamar a atenção da imprensa. Como consequência, a imprensa escrita, falada e televisada começou a pautar o tema da violência na sua programação por meio de reportagens, novelas, seriados, contribuindo, assim, para tirá-lo da invisibilidade.

A implantação do SOS revelou e tornou pública a questão da violência sofrida pelas mulheres, em especial no espaço privado, o descaso com que era tratada essa questão pelas autoridades responsáveis bem como a necessidade de lhes oferecer atendimento específico, enorme desafio que, ainda hoje, se configura na realidade brasileira.

Conforme Verardo (1983), em seu primeiro ano de existência, o SOS atendeu a cerca de setecentos casos que variavam desde espancamentos e ofensas morais até o incesto ou estupro. As mulheres se referiam a necessidades concretas relacionadas à falta de emprego e renda, moradia, creche, dentre outras, que possibilitassem a sua autonomia e facilitassem uma possível ruptura com a relação violenta. Essas demandas precisavam ser levadas em conta, para que as intervenções pudessem vir a surtir efeitos positivos.

Com dois anos de vida, o SOS Mulher fechou, pelo absoluto desgaste das suas participantes, devido a seu caráter voluntário e à falta de estrutura financeira frente às diferentes necessidades e demandas trazidas pelas mulheres usuárias desses serviços. Na prática, isso significou a ausência de uma política pública que reconhecesse a violência contra a mulher como uma situação de vulnerabilidade social.

Na sua análise sobre o fechamento do SOS Mulher, Gregori (1993) atribui esse fato a um conjunto de fatores dentre os quais a falta de apoio e estrutura, o isolamento da instituição e, ainda, as concepções feministas voltadas para a recusa ao assistencialismo, para a busca pelos direitos femininos e do seu processo de conscientização enquanto cidadãs capazes de buscar sua autonomia. Essas concepções, naturalmente, se conflitavam com os interesses e necessidades práticas de gênero trazidas pelas mulheres em situação de violência e que buscavam apoio no SOS.

A experiência do SOS serviu, sobretudo, no confronto direto com situações de violência extrema (de matar ou morrer), quando as feministas se viram obrigadas pelas

circunstâncias, a “acolher mulheres, informalmente” (GREGORI, 1993) como única alternativa para preservar as suas vidas. Sentiu-se a necessidade concreta da ação do Estado na construção de mecanismos de proteção às mulheres e de combate à violência. Dentre esses mecanismos, como uma saída extrema de proteção para as mulheres e seus filhos, estão as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) e as Casas Abrigo, que são objeto deste trabalho.

Quinze anos depois da criação do primeiro SOS, como resultado de muita pressão social e política por parte do movimento feminista, é criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, ligado ao Ministério da Justiça, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Lançado em março de 1996, em comemoração ao dia Internacional da Mulher, o Programa Nacional de Direitos Humanos elaborou o que inicialmente foi chamado de Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual.

Posteriormente, conforme explica Rocha (2007, p. 109), o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual teve revisto o seu nome, passando a ser denominado **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher**. A primeira denominação do programa era muito genérica, pois colocava a violência doméstica no mesmo patamar da violência sexual, sem definir o seu público alvo. O novo nome lhe conferia maiores precisão conceitual e especificidade quanto ao seu caráter de gênero e ao seu público alvo específico: **as mulheres**

Conforme explica Soares (1999), é o próprio movimento de mulheres que, na busca de solução para os problemas vividos por elas, produz novos saberes, revela e denuncia a violência contra a mulher, conferindo-lhe existência na medida em que se mostra capaz de desenhar seus contornos e determinar a sua magnitude. Essa capacidade de suscitar e legitimar o debate sobre a existência da violência permitiu que o fenômeno fosse revelado, fazendo com que certas ações, atitudes e comportamentos tradicionais fossem sendo desnaturalizados e percebidos ou classificados como crimes ou grave violação dos direitos humanos das mulheres.

O histórico pioneiro das Casas Abrigo revela o protagonismo feminino para a resolução dos problemas e das necessidades coletivas, bem como a utilização de recursos alternativos e comunitários. Revela, também, uma atitude reivindicatória diante da violência sofrida e na perspectiva de libertação, em um contexto de ausência de mecanismos legais e institucionais de proteção à mulher além de uma ruptura com o ambiente doméstico, território ideologicamente considerado como feminino e no qual ela, habitualmente, executa as tarefas que lhe são atribuídas no modelo de família patriarcal. Como afirma Soares:

Foi preciso um grande esforço para que o lado sombrio, enfim, viesse à tona. [...] As mulheres expuseram suas feridas, revelando a face sombria das suas vidas privadas. Na arena pública, nos abrigos, na mídia e na literatura as vítimas da violência se aliaram às ativistas (ou se transformaram em ativistas) para oferecer às mais diferentes platéias o testemunho das suas experiências. Reunidas em grupos, as mulheres trocaram experiências e compartilharam seus infortúnios: o sofrimento vivido na intimidade deixava de pertencer ao domínio das trajetórias individuais e se generalizava, sob a forma de uma violência comum, de uma vitimização que atingia as mulheres coletivamente. (SOARES, 1999, p. 29).

Para se avançar na formulação de políticas públicas levando-se em conta o princípio da igualdade para as mulheres, é necessário que essas políticas sejam pensadas e propostas a partir de uma perspectiva de gênero, por ser esse um instrumento analítico que permite entender melhor de que maneira diferentes sociedades em diferentes épocas constroem as diferenças e dão legitimidade às desigualdades entre os sexos, oferecendo, também, elementos para a sua superação (COSTA; SARDENBERG, 2002, p. 5).

Conforme Soares (1999), o primeiro abrigo para mulheres de que se teve notícia foi criado na Inglaterra, em 1971, e recebeu o nome de Refúgio de Chiswick³ (nome de uma cidade próxima a Londres). Ele foi pensado, inicialmente, por um grupo de mulheres⁴ que tinha o objetivo de propiciar o encontro de mulheres maltratadas, favorecendo a discussão em grupo e a busca de ajuda para a resolução dos seus problemas. Aos poucos, foi “abrigo das mulheres das redondezas que solicitavam proteção contra os maridos violentos” (DAGORD, 2003, p. 25).

A partir daí, outras casas dessa natureza foram sendo criadas em várias partes do mundo, desencadeando uma experiência internacional. Já na metade dos anos 70, eram construídos diversos abrigos na Grã Bretanha, Irlanda, Canadá, Estados Unidos, Austrália e vários países europeus.

Nos Estados Unidos, conforme Soares (1999, p. 80), o movimento teve início com um pequeno estudo conduzido em Maryland e depois relatado à *National Organization for Women* (NOW) que revelou que a prevalência de violência contra as mulheres esposas excedia em muito as expectativas. A partir da sua publicação pela NOW, em março de 1976, foi criada uma força tarefa, co-presidida pela ativista Del Martim, para lidar com o problema, em todo o país. O documento reivindicava pesquisas e abrigos para proteger as mulheres. (NATIONAL WOMEN ABUSE PREVENTIVE PROJECT, s/d; PAGELOW, 1984; BARNES; LA VIOLETTE, 1993; BERRY, 1995).

O primeiro abrigo foi criado em 1974, em St. Paul, Minnesota, também como fruto da participação de mulheres, recebendo o nome de *Women's Advocates Shelter* (Abrigo das

³ Ver em: <<http://userpages.umbc.edu/~korenman/wmst/battered.html>>, história do Refúgio de Chiswick.

⁴ Liderado por Erin Pizzey.

Defensoras das Mulheres). A existência desse abrigo foi precedida pela iniciativa de Sharon Rice Vauhan, sobrevivente de violência do seu marido. Sharon fundou a “Casa Segura para Mulheres Maltratadas”, que funcionou durante mais de um ano na sua própria casa, em resposta à necessidade de refúgio que era solicitado nos atendimentos pelo serviço telefônico de apoio às mulheres ligado ao programa Voluntárias da América.

No ano de 1980, segundo informações coletadas por Soares (1999, p, 81), já haviam 150 novos abrigos nos EUA e calcula-se que, em 1995 (BERRY, 1995), já existiam 1.300 abrigos.

Na América Latina, segundo Moraes (2003), o primeiro abrigo para mulheres em situação de risco de morte de que se tem notícia foi criado em 1979, em San Juan (Porto Rico) e recebeu o nome de Casa Protegida Júlia de Burgos. Em seguida, surge, no Peru, em 1982, o refúgio chamado “A Voz da Mulher”, criado por iniciativa de uma mulher indígena que transformou a sua própria residência em abrigo para mulheres.

No Brasil, segundo a pesquisa sobre “Casas Abrigo” realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), entre novembro de 2002 a março de 2003, a primeira experiência do gênero nasceu no ano de 1983, em São Paulo, vinculada à Fundação Francisca Franco. Trata-se de um equipamento social que tem como proposta atender mulheres em situação de abandono e seus filhos. Recebeu o nome de “Casa da Mamãe”, em função da demanda dos serviços para atender a mulheres em situação de risco por abandono. Em 1999, repensou o seu funcionamento, metodologia e mudou a natureza do seu atendimento, passando a receber mulheres em situação de violência.

A primeira instituição, já dentro da especificidade de Casa Abrigo para mulheres em situação de violência, foi, também, implantada em São Paulo, em 1986. Vinculada à Secretaria de Segurança Pública, com algum suporte da Secretaria de Promoção Social, recebeu o nome de Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência (COMVIDA), e após três anos de funcionamento o serviço foi desativado.

Em setembro de 1992, se dá a inauguração da Casa Apoio Viva Maria⁵, em Porto Alegre, dentro da rede pública de saúde, sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e, ainda no mesmo ano, a Casa do Caminho⁶, no Estado do Ceará, em Fortaleza, ligada ao Conselho Cearense dos Direitos da Mulher (CCDM), com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ceará. Já em 1993, a Casa Abrigo do Distrito Federal é inaugurada e, em

⁵ Inaugurada em setembro de 1992, é resultado da reivindicação do movimento feminista de Porto Alegre.

⁶ Experiência premiada pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Eaesp). Ver: FARAH, Marta Ferreira Santos; ALÉSSIO, Nelson Luis; FUGIWARA, Luis Mário; (Orgs.). *Experiência de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania. 1997/1998.

1996, inaugura-se a Casa Abrigo Sempre Viva, no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

A necessidade de abrigos para “mulheres em situação de violência” demonstra a desigualdade entre mulheres e homens na vida cotidiana e familiar. Essa necessidade se faz presente frente ao contexto político e econômico de exclusão social das mulheres, que seguem tendo os seus direitos humanos freqüentemente violados. Em muitos casos, os abrigos representam a única possibilidade de rompimento com a violência ou, até mesmo, a distância que existe entre manter viva ou deixar morrer uma mulher. O fato de alguns dos abrigos terem sido abertos e desativados demonstra o grau de dificuldade da implantação desse projeto dentro do aparato institucional da rede pública.

Esses fatos evidenciam a necessidade de políticas, programas, projetos e estratégias capazes de produzir mudanças na posição do lugar social ocupado pelas mulheres no mundo, conferindo-lhes afirmação enquanto sujeitos políticos e de direitos em igualdade com os homens.

Ainda hoje, a situação que motivou a criação das Casas Abrigo mudou pouco. A maioria das mulheres no Brasil vive em situação de desigualdade de gênero, violência, pobreza ou miséria absoluta. De acordo com os dados da pesquisa divulgada pela Anistia Internacional (2003), no Brasil, 2,1 milhões de mulheres são espancadas. Dentre essas, de 20% a 70% nunca revelaram a violência sofrida.

Ainda segundo dados da pesquisa divulgada pela Anistia Internacional, além da violência física, as mulheres brasileiras vivem submetidas a outros tipos de violência: recebem 60,7% dos salários recebidos pelos homens; 40% das trabalhadoras brasileiras ocupam posições precárias no mercado de trabalho e o emprego doméstico continua figurando como a sua principal fonte de ocupação. Os 45% das mulheres brasileiras que são negras (pretas e pardas) possuem nível de renda que as coloca na base da pirâmide socioeconômica.

O perfil das casas abrigo no Brasil, realizado por Rocha (2007)⁷, revela que do total de 70 casas abrigo existentes no nosso país, 81,40% encontram-se vinculadas ao poder público e 46,51% foram implantadas entre os anos de 2000 a 2003. Esse parece ser um dado positivo na medida em que acreditamos que o fenômeno da violência contra as mulheres deve ser percebido como uma questão pública, que carece de recursos governamentais e que demanda mudanças na legislação.

⁷ Rocha utilizou como fonte de dados os questionários utilizados quando da realização da pesquisa sobre casas abrigo, feita pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no período de novembro de 2002 a março de 2003. A autora utilizou também informações complementares contidas em entrevistas realizadas em 2004 com as coordenadoras de quatro das casas abrigo brasileiras, e mais ex-abrigadas desses equipamentos.

As verbas para a criação das casas-abrigo vêm de recursos do orçamento da União e são administradas pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria do Estado de Direitos Humanos, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) que efetiva o Programa Nacional de Combate à Violência. Os valores são repassados para estados e municípios que se candidatam com projetos para manutenção, instalação de equipamentos e construção e/ou reforma de casas-abrigo, sendo as propostas selecionadas com base no Termo de Referência⁸ que vem sendo atualizado e reformulado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

De modo geral, o termo de referência prevê que esse serviço ofereça atendimento integral e interdisciplinar nas áreas psicológica, social e jurídica; propõe a construção de redes de parceria através da articulação dos serviços, dentre os quais as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, os Conselhos de Direitos da Mulher, Centros de Atendimento à Mulher, Rede de Saúde, Hospitais, Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, Agências de Emprego, Polícia Militar e rede social; prevê a inserção social das mulheres e o seu acesso a programas de saúde, profissionalização, emprego e renda, dentre outros; preconiza um ambiente propício para que as mulheres possam resgatar a sua auto estima e auto imagem, que funcione como um suporte para a reflexão sobre a importância e o exercício da autonomia e o fortalecimento da consciência das mulheres e ofereça meios para que a violência possa ser compreendida como um fenômeno relacional, inserida em relações desiguais de poder entre homens e mulheres e que não respeita raça, classe, etnia ou geração. As casas deverão, ainda, oferecer suporte no que diz respeito a informações, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los; meios para o fortalecimento do vínculo mãe/filhos menores, favorecendo modos de convivência não-violentos.

Ainda segundo o termo de referência, o sigilo e a segurança das casas abrigo são condições essenciais para o seu funcionamento, devendo ser preservados através de medidas preventivas como a não divulgação do endereço em listas telefônicas ou outros indicadores públicos. A segurança exige a presença de um serviço de vigilância 24 horas, seja ele provido pelo próprio município ou Estado, e as informações e o acesso à Casa Abrigo devem ser prestados pelos Centros de Referência, Delegacias da Mulher, Defensorias Públicas, Serviços de Saúde, Promotorias, Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, Coordenadoria da Mulher ou Secretaria da Mulher e outras organizações da sociedade civil comprometidas com a questão da mulher e de seus direitos humanos.

⁸ Esse documento é fruto das reflexões iniciais das profissionais Lenira Mazoni (Casa Eliane de Grammont); Márcia Camargo (Casa Viva Maria) e Mônica Barroso (Centro de Orientação Jurídica). Ver termo de referência para implantação de Casas Abrigo no endereço eletrônico: www.presidencia.gov.br/spmulheres/

Sabe-se, porém, de outras experiências de acesso, a exemplo do que ocorre em Porto Alegre, em que a casa Abrigo Viva Maria é solicitada pelo telefone e providencia o deslocamento até a mulher para lhe prestar atendimento.

Outra questão que ganha destaque e merece registro é o trabalho de cunho voluntário que é realizado nas casas abrigo, em substituição àquele que deveria ser de responsabilidade do Estado, visando a formação pessoal/profissional das mulheres, para a sua inserção no mundo do trabalho.

Segundo a pesquisa de dados realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim), os abrigos existentes no Brasil possuem estrutura heterogênea. Oscilam entre aqueles que só dispõem de espaços indispensáveis para a estadia das mulheres e outros que contam com infra-estrutura capaz de oferecer serviços e conforto para as abrigadas, como quadra de esporte, piscina, brinquedoteca, biblioteca, berçário, dentre outros. Apenas 58,14% deles referem possuir veículo próprio. Os abrigos identificados como sendo os de melhor estrutura foram os do Distrito Federal, Goiânia, Campo Grande e Porto Alegre e os de maior precariedade, os de Manaus, Recife, Barra das Garças e Cascavel.

Na Bahia, a despeito de todo o histórico de reivindicação desse equipamento social pelos movimentos organizados de mulheres, até meados de 2000, a DEAM era o único equipamento específico, na estrutura do Estado, relacionado à violência contra as mulheres. Só em maio de 2000, na gestão de César Borges, foi criada a Casa Abrigo Pousada de Maria.

A implantação da Pousada de Maria foi fruto de um Convênio⁹ de Colaboração Técnica, que celebraram entre si as Voluntárias Sociais – entidade civil sem fins lucrativos e reconhecida de Utilidade Pública Estadual através da lei nº 2.699/69 – e o Estado da Bahia, através da Secretaria de Trabalho e Ação Social, (SETRAS), da Secretária de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria de Segurança Pública, (SSP), Delegacia Especial de Atenção à Mulher (DEAM), Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB/Ba) e a Federação de Mulheres de Salvador, visando possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao funcionamento e à operacionalização de atividades no âmbito do projeto.

Localiza-se no Município de Lauro de Freitas, em endereço sigiloso¹⁰, em área de 4.000m², bastante ampla e arborizada, e conta com 1.274 metros quadrados de área construída. Dispõe de quinze quartos, com capacidade para cinco pessoas cada, com dois beliches e um berço, e sanitários. A obra foi feita pela Superintendência de Construções

⁹ Ver minuta de convênio em anexo a este documento

¹⁰ Em concordância com o sigilo, preservamos também nesse trabalho o referido endereço.

Administrativas da Bahia (Sucab), conforme licitação¹¹ para reforma feita em 30 de julho de 1999.

Após um ano de funcionamento, em maio de 2001, a Pousada de Maria, segundo as informações coletadas no cadastro de internas da instituição, havia abrigado um total de 59 mulheres, 110 crianças, 13 adolescentes, perfazendo um total de 182 pessoas internas, sob a responsabilidade das Voluntárias Sociais, tendo à época como sua presidente a primeira dama, Sra. Tércia Borges¹², e como sua primeira coordenadora a Sra Janildes Oliveira de Lima.¹³

É importante salientar que a implantação da Casa Abrigo Pousada de Maria aconteceu sem uma participação ampla dos movimentos sociais. Teve início não como uma política de Estado com garantias para a sua sustentabilidade técnica e financeira, e sim como um projeto de caráter pessoal e prioritário da primeira dama, conforme as suas próprias palavras:

– Então ali eu tava como se fosse uma coisa realmente minha, particular, mas muito pessoal, eu queria ver se estava funcionando bem. Não que eu fosse mandar em nada. Apenas eu queria que funcionasse. (TÉRCIA BORGES).

Ao entrevistarmos a primeira gestora da casa, constatamos que a mesma não tinha nenhuma experiência anterior de gerenciamento, não teve oportunidade de conhecer outras experiências com mulheres abrigadas ou de receber algum tipo de capacitação antes de assumir a sua tarefa. A mesma situação se apresentou em relação à sua equipe técnica. Segundo informações coletadas, não existiu a preocupação em constituir uma equipe com experiência na temática, ou a preocupação em capacitar a equipe técnica:

– A minha experiência como gestora foi unicamente a Casa Abrigo... Eu cheguei quando ainda estava em construção, e lá fui pensando [...] essa questão de gênero eu mesma não tinha noção nenhuma, só sabia das necessidades das mulheres” (JANILDES LIMA).

A partir da afirmação acima, podemos ver que o projeto provavelmente não contemplava o olhar de gênero como potencial transformador das relações sociais entre homens e mulheres. Tudo leva a crer que o trabalho realizado estava voltado para atender às necessidades práticas das mulheres no dia a dia.

Ainda assim, durante o ano 2000 até meados de 2002, quando a presença do Estado foi maior nessa iniciativa, a casa tinha menos problemas, por tratar-se de um projeto de prioridade governamental, e isso se refletiu na sua ocupação que esteve quase sempre na sua

¹¹ Ver diário oficial de 30.07.1999 “Sucab abre licitação para as obras na Pousada de Maria”

¹² Presidente das Voluntárias Sociais e Primeira-Dama do Estado da Bahia. Todas as falas dessa entrevistada aqui trazidas foram colhidas em entrevista realizada em 5 de dezembro de 2007.

¹³ Indicada pela da Federação de Mulheres da Bahia, naquele instante em parceria governamental com as Voluntárias Sociais. Janildes Lima era moradora e participante de uma Associação de Mulheres de Mussurunga, e depois veio a ligar-se à Federação de Mulheres da Bahia, chegando a tornar-se secretária geral dessa entidade quando da sua indicação para ocupar a gestão da Casa Abrigo, feita pela Sra Rosa Melo, à época presidente da Federação das Mulheres da Bahia. Entrevista realizada em 6/2/07).

capacidade máxima, embora carecendo do devido controle ou fiscalização social sistemática, tão importante para um equipamento social dessa natureza.

Em meados de 2002, parece que, sobretudo, pela falta da sustentação política que lhe era dada anteriormente, a Casa Abrigo Pousada de Maria entra em crise, denunciando a ausência de uma **política de Estado** que lhe garantisse a devida continuidade, tanto técnica quanto financeira.

Com a crise, as notícias e denúncias vieram a público nos jornais. As albergadas procuraram o Fórum de Mulheres de Salvador e a Comissão de Direitos Humanos, buscando ajuda junto a representantes das diversas entidades ligadas aos movimentos de mulheres. As mulheres albergadas faziam denúncias e pediam providências quanto a “irregularidades que estariam sofrendo dentro da casa”. Diante da situação e das denúncias, entidades ligadas ao movimento de mulheres se mobilizaram, agendaram visita ao equipamento social onde constataram a necessidade urgente de intervenções, culminando com o fechamento da Casa Abrigo Pousada de Maria, em maio de 2003.

Com o fechamento da Pousada de Maria, a sua gestão, que até então estivera a cargo das Voluntárias Sociais, é repassada, pelo Governador do Estado, Sr. Paulo Souto, para a Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS), que teria a missão de reabri-la. Para concretização desse processo, a Superintendência de Ação Social (SAS), da SETRAS constituiu, através de portaria, em agosto de 2003, uma comissão multissetorial e multiprofissional com representações das instituições governamentais parceiras do projeto “Casa Abrigo” e representantes de entidades da sociedade civil organizada. Essa Comissão teve a função de redesenhar o projeto de estrutura e funcionamento da Casa Abrigo e construir as condições de viabilidade de sua operação.

A Comissão trabalhou de forma sistemática por onze meses seguidos, envolvendo-se em problemas tanto técnicos quanto administrativos e, ainda que tenha conseguido elaborar um documento final de qualidade, não conseguiu intervir no processo de implementação daquilo que o documento propunha. Esse permanece sendo um grande desafio para o processo de participação social nas definições do Estado e/ou Governo. Comissões mistas, com representações do Estado e da sociedade civil, são constituídas para propor instrumentos, serviços e ações estratégicas, mas não têm poder de fazer acontecer o que propõem; e isso é uma grande contradição, porque se vive num país que ainda não assume uma política como deveria ser: integrada, ampliada, acessível, diversificada, distribuída, ainda que, contraditoriamente, constitua uma comissão para pensá-la estrategicamente no sentido de fazê-la acontecer.

Não se pode esquecer a responsabilidade maior que deveria ter o Estado diante da violência contra as mulheres, por se tratar de uma questão pública, reconhecida como crime, e que precisa ser devidamente enfrentada por esse mesmo Estado. Mas não foi isso que aconteceu na Bahia. O Estado constituiu uma comissão para pensar estrategicamente e fazer voltar a funcionar o equipamento social casa abrigo. Contraditoriamente, após a reabertura da casa, então chamada de Casa Abrigo Mulher Cidadã, não foi isso o que aconteceu. A casa padeceu da falta de sustentação política, descontinuidades técnicas e financeiras. Os resultados aparecem na insuficiência da implementação desse equipamento social na nossa realidade, e se materializa, no dia a dia da Casa Abrigo, em forma de crises constantes que denunciam a falta de recursos humanos e financeiros, ausência de pessoal capacitado e problemas administrativos de toda a ordem, resultando na subutilização da casa abrigo.

O seu esvaziamento reflete o esvaziamento institucional da proposta e o descaso político com que as mulheres em situação de violência vêm sendo tratadas pelos órgãos do Estado. Essas mulheres revelam uma enorme vulnerabilidade social conforme levantamento do seu perfil até o final de 2006.

As abrigadas do nosso Estado são, em 85,4% dos casos, solteiras, mas viviam maritalmente com os seus companheiros. Possuem baixa escolaridade. Verifica-se que mais da metade delas, ou seja, 51%, têm apenas o Primeiro Grau e, ainda assim, incompleto São, em sua maioria, pardas, 54,5%, ou negras, 20,5% e estão na faixa etária entre 18 a 47 anos, sendo que 40% desse total encontravam-se na faixa etária de 25 a 31 anos quando do abrigamento. Verifica-se que 51,1% delas dizem professar a religião católica, 24,4% se dizem evangélicas e 17,6%, não ter religião. Sente-se, aqui, a ausência da referência das crenças afro-religiosas que, sabemos, tem um peso significativo na população baiana, em especial, na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Essas mulheres têm um número médio de filhos igual a 1,87%, ou seja, menos que dois filhos por mulher. Esse indicador, se relacionado com a idade declarada, leva a crer, que, essas mulheres faziam uso regular de metodologia contraceptiva, podendo regular a sua fertilidade. Elas sempre trabalharam realizando todas as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças. Ainda assim, buscam realizar tarefas informais que lhes possibilitem contribuir com algum recurso para o sustento da família. A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional das mulheres se refletem no fato, declarado por 53,5% delas, de não realizar nenhuma atividade remunerada. As demais atuam nas mais diversas tarefas.

Do total de mulheres abrigadas, 80,6% sofreram violência dos tipos física ou física/psicológica. Ainda segundo os registros, 45,5% das mulheres revelaram que seus companheiros faziam uso de substâncias psicoativas, mais especificamente, de álcool. Apenas

11,4% afirmam que os seus companheiros não apresentavam nenhuma dependência química. As demais relataram a utilização do álcool associado a outras substâncias psicoativas, sendo as mais freqüentemente utilizadas, a maconha, o crack e a cocaína.

Quanto ao tempo de permanência na Casa Abrigo, a variação foi muito alta, ou seja, de 1 a 228 dias, sendo que a média de permanência foi de 60 dias, portanto menos que o tempo previsto de 90 dias de abrigamento. Verifica-se que 35% delas permaneceram na casa por menos de um mês e por mais de 90 dias, 25%. Só um estudo mais aprofundado poderia verificar as motivações para a menor ou maior permanência das mulheres na casa.

Ainda assim, e, apesar das limitações e insuficiência dos serviços prestados na Casa Abrigo, as suas usuárias sinalizam a importância da sua existência, frisando que, em um momento crucial das suas vidas, foi o que lhes possibilitou a ruptura com o processo da violência por elas sofrida, viabilizando as transformações conseguidas após esse processo.

A partir da sua inauguração, em 2000, até 2006, o equipamento social Casa Abrigo — único na Bahia com a especificidade de acolher mulheres em risco de vida e, por isso mesmo, de extrema importância para as mulheres em situação de violência no Estado da Bahia — está vivenciando, nesse curto tempo de existência, o seu quarto processo de gestão governamental — governos de César Borges, Oto Alencar, Paulo Souto e, atualmente, Jacques Wagner — com todos os problemas e descontinuidades que isso representa. Vale ressaltar que, nesse momento, a casa se encontra, novamente, em processo de reestruturação e continua, até aqui, subutilizada.

As mulheres brasileiras, no seu ativismo político, seguem exigindo que o Estado Brasileiro implemente uma Política de Estado voltada para o abrigamento das mulheres brasileiras em situação de violência que, de fato, venha a atender as necessidades e demandas dessas mulheres, de forma integral e inclusiva.

É dever do Estado rever as suas políticas e práticas reducionistas para dar conta da plena cidadania e direitos humanos das mulheres, em especial, das mulheres em situação de violência, por estarem completamente destituídas desses direitos e, por isso mesmo, necessitando de abrigo e proteção do Estado.

Algumas outras questões se configuram como grandes desafios. São questões complexas, que geram tensões e são difíceis de conciliar, por exemplo: como assegurar o direito à privacidade das mulheres em espaços coletivos como os da casa abrigo? Como oferecer segurança e proteção sem restringir alguns dos seus direitos de liberdade? Como garantir o exercício pleno da sua sexualidade? Essas são, dentre outras, questões a serem discutidas e melhor aprofundadas com especialistas, profissionais envolvidos com abrigamento e mulheres abrigadas.

Necessária se faz a realização de encontros nacionais e internacionais que possibilitem a troca de experiências, à semelhança do ocorrido entre casas abrigo, no Brasil, em 2002. (ROCHA, 2007). O I Encontro Nacional de Casas Abrigo ocorrido no país foi realizado no período de 4 a 6 de novembro de 2002, em Maceió, promovido pela Secretária de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), órgão vinculado à Presidência da República, que, na ocasião, convidou representantes técnicos de 70 casas abrigo existentes no Brasil, naquele momento. Essa foi a primeira vez que representantes de todas as Casas-Abrigo se encontraram para trocar experiências, elaborar parâmetros nacionais de atendimento, responder à pesquisa sobre perfil das mulheres atendidas e propor um banco de dados.

Nessa oportunidade, foram debatidos e definidos critérios para apoio à criação de novas Casas Abrigo; foram debatidas normas e rotinas de funcionamento das casas, baseadas nas existentes; e foram apresentadas propostas de funcionamento em rede de parcerias diversas.

Durante o encontro, ficou muito clara a importância do trabalho multidisciplinar e da capacitação específica para o acolhimento e reintegração dessas mulheres e de seus filhos. Foram apresentadas experiências bem sucedidas de atendimento integrado durante a permanência das mulheres, no sentido de fortalecer a sua auto-estima e autonomia para o enfrentamento da vida e dos seus problemas, depois da saída do abrigo.

Infelizmente, o encontro não voltou a acontecer. É importante ressaltar que a articulação e a interlocução entre as casas abrigo parecem fundamentais e indispensáveis para a discussão e aprofundamento dessa política. Somente a articulação, o intercâmbio e a troca entre as casas abrigo permitirão a sua atuação em rede de parcerias e isso, certamente, contribuirá, em muito, para a resolução de possíveis problemas de segurança entre mulheres abrigadas. Algumas necessitam sair do seu próprio Estado por motivo de segurança, como é o caso de mulheres envolvidas com o crime organizado, só para citar um exemplo.

Parece impossível o enfrentamento da violência contra as mulheres através de ações isoladas, sejam elas governamentais ou não. No âmbito governamental, o combate à violência contra as mulheres exige uma política orçamentária que lhe garanta recursos específicos para o seu bom desempenho, bem como ações integradas que articulem diversas áreas como a Segurança, Saúde, Educação, Trabalho, dentre outras. São fundamentais as parcerias com a sociedade civil, para a prestação de serviços complementares considerados essenciais e a participação ativa do movimento de mulheres para o controle dessas práticas.

A libertação das mulheres do jugo da violência só se fará através de Políticas Públicas inclusivas e do controle social sobre o Estado, para que todas as mulheres possam exercer a sua condição de cidadãs livres, e de direitos.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. *Minuta do Convênio de Cooperação Técnica* que entre si celebraram o Estado da Bahia, através da Secretária de Trabalho e Ação Social e as Secretárias de Segurança Pública, Saúde, Educação, Justiça e Direitos Humanos, Secretarias Municipais de saúde de Salvador e Simões Filho e Secretária Municipal de Educação de Salvador. Ordem dos Advogados do Brasil / Conselho Seccional Bahia e Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.
- BAHIA. Secretária de Trabalho e Ação Social. *Projeto Casa Abrigo Mulher Cidadã*. 2003.
- BAHIA. Secretária de Trabalho e Ação Social. SETRAS Superintendência de Ação Social – SAS. Coordenação de Desenvolvimento Comunitário. *Regulamento da Casa Abrigo Mulher Cidadã*. 2004.
- BOMFIM, José. Pousada de Maria está quase desativada e única interna teme por segurança. *A Tarde*, Salvador, 30 jul. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 160p.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 322p.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Estratégias de igualdade: prevenção e combate à violência*. Disponível em <<http://www.mj.sedh/sndm/violência>>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária de Estado dos Direitos Humanos. Departamento dos Direitos Humanos. Gerência da Igualdade de Gênero e de Combate à Violência Contra a Mulher. *Termo de Referência Programa Casa Abrigo*. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/2001. *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Brasília, 2001.
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002.
- Criação de novas casas-abrigo para mulheres vítimas de violência: em 2001. Disponível em: <www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/304/prog304.htm>. Acesso em: 29 nov. 2007.
- DAGORD, A. L. de L. Viva Maria: 10 anos. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. 136p.
- GREGORI, Maria F. Cenas e queixas; um estudo sobre mulheres: relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro; São Paulo: Anpocs, 1993. 163p.
- Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. v. 6 n. 3 p. 747-757, jul. – set. 2000.
- MULHERES denunciam casos de maus tratos na Pousada de Maria. *A Tarde*, Salvador, 9 jun. 2002.
- MULHERES vítimas da violência têm paz na Pousada de Maria. *A Tarde*, Salvador, 17 set. 2000.
- PAGELOW, Lidred Daley. *Family violence*. New York: Praeger Publishers, 1984.
- ROCHA, L de M. L. N. *Casas de Abrigo no enfrentamento da violência de gênero*. São Paulo: Veras, 2007. (Série Temas 6).

ROCHA, L de M. L. N. *Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica*. São Luis: Centro de Ciências Sociais da UFMA 2005. Tese (Doutorado). Disponível em: <www.poiticasuece.com/mapps/arquivos/materias/mapps_6%20maria%20Jaqueline_58.pdf>. Acesso em: 7 set. 2008.

RODRIGUEZ, Almira. *Mulheres; movimentos sociais e partidos políticos*. Disponível em: <[www.cfemea.org.br/temas e dados/politicaepoder](http://www.cfemea.org.br/temas_e_dados/politicaepoder)>. Acesso em: 09 out. 2007.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002. p. 89-120.

SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis; violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 320 p.

TERMO DE REFERÊNCIA para implantação e implementação de casas-abrigo. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/termo.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2007.

VERARDO, Tereza. Do amor ao ódio. *Presença de mulher*, p. 30-36, jan./fev./mar. 1983. Seção Direito.

VOLUNTÁRIAS criam programa especial de atenção à mulher. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 5 mar. 1999.

LUTAR, MOBILIZAR E RESISTIR:

A GREVE DAS/OS TECELÃS/ÕES EM SETEMBRO DE 1919 (SALVADOR / BAHIA)

Vanessa Cristina Santos Matos

Para interpretar a realidade de opressão e exploração, estudiosas/os construíram conceitos ou categorias de análise, suporte para compreender as relações sociais humanas e os mecanismos de transformação dessas relações. Neste caso, em que procuramos retrair o cotidiano das lutas operárias, partimos do diálogo entre gênero e classe como produto das relações coletivas na dinâmica das relações sociais de produção de bens e serviços e da reprodução da força de trabalho para compreender os mecanismos de legitimação das assimetrias entre os sexos nas lutas operárias ocorridas em 1919¹.

A estrutura mercantil da economia baiana voltada para as atividades comerciais e para a prestação de serviços imprimiu um caráter bastante peculiar à composição social da força de trabalho baiana, ao passo em que a vigência, até 1888, do sistema escravista no Brasil imprimiu uma estrutura dual e bastante particular ao mercado de trabalho em Salvador.

Salvador era uma cidade eminentemente comercial, especializada no comércio exportador–importador e de distribuição de mercadorias no âmbito regional e inter-regional; essas atividades comerciais, acrescidas aos serviços que a cidade então oferece, geram oportunidades de emprego para a população trabalhadora de Salvador. (MATOSO, 1978).

O surgimento das primeiras fábricas, em meados do século XIX, ocorreu no contexto das relações escravistas. No período posterior a 1876 indo até 1887, se deu a fusão de várias unidades fabris, fundadas entre 1834 e 1886, que compunham a base da força de trabalho utilizada no processo produtivo.

Ao tratar do mercado de trabalho quer livre² quer escravo, em Salvador, identificamos as nuances comuns a ambas as formas de trabalho, assim como elementos específicos de cada categoria. Para começar, a força de trabalho livre era composta de brancos, pretos e mulatos. Os brancos detinham, em geral, as melhores oportunidades no mercado de trabalho; aqueles que tinham algum preparo ou instrução podiam ingressar no serviço público, privado ou no comércio, instituições de caridade, etc.; os que possuíam ofícios incorporavam-se aos serviços

¹ Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado intitulada “GÊNERO E TRABALHO: Um Olhar sobre as Greves Operárias de Junho e Setembro de 1919 (Bahia – Salvador)”, orientada pela profa. Dra. Ana Alice A. Costa.

² “Livre na terminologia, na prática, socialmente dominado, porque implica a existência de duas categorias de indivíduos: aqueles em condições de comprar a força de trabalho e os que são obrigados a vendê-la para assegurar a sua sobrevivência”. (SILVA, 1979, p. 101).

de pedreiro, carpinteiro, carteiro, pintor, ferreiro, serralheiro, dentre outros, assim como se integravam aos serviços considerados mais nobres como os de ourives, talhador, relojoeiro e marceneiro.

Em relação às mulheres brancas, essas poderiam ser empregadas como professoras e, principalmente, absorvidas em funções tradicionalmente definidas como femininas – bordadeiras, doceiras – e, de acordo com a necessidade, ainda exerciam o trabalho de lavadeiras ou engomadeiras. “Com exceção feita das professoras, das enfermeiras nas instituições hospitalares e de caridade, das regentes de casa de recolhimento, que recebiam um salário mensal, todos os trabalhos femininos são remunerados por tarefa feita [...]” (MATTOSO, 1978, p. 283-284).

Ainda segundo essa historiadora, na categoria de trabalhadores livres, encontramos os negros e mulatos que, por sua vez, ocupavam as funções mais baixas na estrutura do mercado de trabalho, pois trabalhavam como estivadores, saveiristas e marinheiros e, ainda assim, rejeitavam exercer ofícios que os nivelasse à população escrava:

A Bahia que possui uma numerosa população, contudo há dificuldade de conseguir-se de todos os obreiros livres, geralmente há queixa nisto; existem, Exmo. Sr. em meu poder mais de 60 pedidos para lugares de feitores, apontadores, mas ninguém para trabalhar, há repugnância, eis ai o exemplo mais evidente em que vivem, preferem, pois a vadiação a um trabalho honesto pelo qual conseguem o pão necessário para o sustento de suas famílias [...].³

Kátia Mattoso chama a atenção para a população livre que, na ausência de serviços que viabilizassem o sustento diário e melhores salários, na maioria das vezes, optava por se dedicar ao pequeno comércio ambulante, garantia de maior autonomia nos horários e tarefas a serem executadas, como era o caso das mulheres negras escravas colocadas no ganho pelos seus proprietários e das mulheres negras livres e libertas que, como ganhadeiras, garantiam o sustento próprio e o de seus filhos.

O mercado de trabalho ligado ao pequeno comércio era marcado por uma forte concorrência entre trabalhadores livres e cativos, sobretudo, à medida que crescia a população livre na cidade e determinadas atividades passavam a ser para essa direcionada. Isso vai se refletir no acirramento da disputa entre os escravos por uma colocação, no mercado, nas atividades então desprezadas. Dessa forma, os negros africanos, mulatos e negros nascidos no Brasil constituíam parte significativa dos trabalhadores encarregados dos serviços domésticos, os responsáveis pela execução dos trabalhos mais pesados e fisicamente extenuantes. No contexto de uma sociedade escravista, é problemático falar em um mercado de trabalho eminentemente assalariado, porém, com a abolição, ainda que de forma gradual e

³ Documento assinado pela junta administrativa de obras públicas. Ibidem, p. 285.

assistemática, vislumbramos a eminência de “novas” relações que se delineiam em confluência com as antigas.

O curto período de tempo transcorrido desde a abolição é um ponto de grande relevância histórica para a determinação da consciência do trabalhador no bojo das relações de classe, pois, a existência de uma emergente classe operária sem uma forte tradição de classe se deve a essa origem recente.

Pensemos! Existia no contexto das relações de solidariedade uma consciência da condição de ser pobre forjada pela identificação/origem comum, mas que ainda não havia se efetivado/transformado em uma consciência de classe (MATTOSO, 1978, p. 283-288), pelo menos, nesse momento. Para entendermos o processo de formação da classe operária, é preciso associá-lo à conjuntura, às estruturas e às transformações no mercado de trabalho vinculando-o à emergência do trabalho livre, ao longo passado, à sombra visível da escravidão. Um registro no livro de visitas feito, nos primeiros anos de funcionamento da Companhia Empório Industrial do Norte, por um visitante, evidenciam, de forma peculiar, as marcas da escravidão na dinâmica do trabalho fabril. Afirma esse visitante que dentre tudo, duas coisas lhe chamaram a atenção: o penteado das mulheres, de todas as idades, cores e tamanhos e os pés descalços das/os operárias/os. (DUMÊT, 1999, p. 69).

Na Bahia e, em particular, em Salvador e no Recôncavo, a dinâmica da crise da estrutura econômica mercantil que subordinou o desenvolvimento urbano-industrial promoveu a coexistência de relações escravistas com novas relações sociais decorrentes do trabalho livre (assalariado), criadas para atender à demanda de acumulação industrial. Nos limites da economia agro-exportadora, a transição das relações escravistas para as relações recriadas pelo mercado comercial combinava as condições de produção industrial. Assim “em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista” (FAUSTO, 1983, p. 16). A incipiente e débil implantação do trabalho assalariado, coexistindo com múltiplas formas de trabalho compulsório, mostrou-se insuficiente para possibilitar a criação de um mercado consumidor que viabilizasse o processo de industrialização (SAMPAIO, 1998, p. 57) e a isso se deve à debilidade do sistema produtivo e à precariedade das bases industriais na Bahia que se refletiu na formação, na consciência e nas lutas da classe operária baiana.

NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: CRISE ECONÔMICA E TENSÃO SOCIAL

No contexto do pós Primeira Guerra Mundial configurou-se uma instabilidade econômica que, por sua vez, se refletiu em descontentamento social (carestia dos gêneros de primeira necessidade, compressão salarial, especulação) e crise política (cisão interoligárquica), anunciando os conflitos que estavam por vir: as greves do início do ano que culminaram na greve geral de junho de 1919 e na de setembro do mesmo ano (CASTELLUCI, 2001). O encadeamento dialético dos condicionantes históricos determinou as possibilidades e os limites das lutas operárias e da participação feminina na Primeira Greve Geral de Salvador.

Não há dúvidas de que as conjunturas internacional e nacional exerceram forte influência sobre as ações do proletariado baiano. As lutas da classe trabalhadora no mundo e no Brasil faziam parte dos noticiários de todos os jornais em circulação, servindo aos interesses de uma disputa interna pelo controle político do Estado, que acontecia entre os setores oligárquicos e na qual os/as trabalhadores/as eram instrumento de barganha/disputa política.

As freqüentes flutuações econômicas aprofundadas com a crise de superprodução no imediato pós-guerra (1918/1919), com o cancelamento de encomendas e a suspensão dos pedidos às fabricas em virtude da existência de estoque não vendido para a comercialização, fez com que os industriais buscassem meios para enfrentar as contingências da guerra e reduzir os custos da produção. A alternativa encontrada foi a de potencializar e extrair a máxima capacidade produtiva nas fábricas através da superexploração da força de trabalho, estabelecendo como prática corrente, no período, para assegurar o lucro, o fechamento ou a paralisação de algumas fábricas pertencentes às companhias, seguido da contratação ou realocação de um número reduzido de operárias/os despedidas/os.

Em novembro de 1919, uma matéria no periódico *O Tempo* informava o recebimento de uma carta referente ao agravamento da realidade já acachapante das/os operárias/os da fábrica da Boa Viagem frente à atitude dos industriais pela baixa do algodão. De acordo com a mesma, o trabalho foi reduzido de seis para quatro dias, o que foi ratificado pelo relatório da Companhia: a “prolongação da crise de fins de 1918, que durou até maio de 1919 nos forçou a reduzir o trabalho a quatro dias na semana” (ARQUIVO..., 1920, p. 6), assim como, grande quantidade dos teares teve as suas atividades paralisadas, fazendo com que as/os operárias/os recebessem apenas o necessário para o pagamento do aluguel, que era descontado, automaticamente, no escritório, nada restando para comprar o pão: “a fome na Vila Operária era uma coisa incontestável, estando os operários, sujeitos às maiores privações”⁴. A carta conclui pontuando que, mesmo durante a guerra, período em que as indústrias tiveram seus

⁴ O Tempo, 11 de novembro de 1918.

lucros auferidos com ganhos consideráveis, a situação das/os operárias/os permaneceu idêntica. Ou seja, essa realidade de exploração independia da conjuntura, das perdas ou ganhos da empresa.

Nos momentos de instabilidade, em que se pretendia garantir a produtividade sem atingir os bolsos dos patrões, coube ao lado mais fraco, aos/às operários/as o ônus de toda a situação, mas, especialmente ao “sexo” destinado ou “naturalmente” identificado com as características do trabalho têxtil. Assim, para assegurar a dinâmica de produção e reprodução do capital foi realizada uma contratação massiva de mulheres e crianças e a ampliação da jornada de trabalho.

O fechamento de algumas fábricas e a diminuição dos dias e horas de trabalho afetou, diretamente, a vida da classe operária, com a precarização das condições e relações entre patrões e operárias/os que trabalhavam mais e recebiam salários ainda mais baixos, justificados pelo patronato como fruto da conjuntura vigente. Das seis fábricas da Companhia União Fabril, apenas a N. S. da Conceição manteve o funcionamento normal das atividades; as demais são Salvador, Nossa Senhora da Penha, S. A. do Queimado Modelo e Paraguaçu se mantiveram fechadas ou funcionando parcialmente:

Os efeitos negativos da crise gerada pela guerra foram sentidos de maneira mais intensa pelos operários têxteis nos anos de 1914 a 1917, quando a taxa de desemprego alcançou um nível muito alto em função da paralisação parcial ou total, temporária ou de longo prazo de pelo menos 8 das fábricas existentes. Das 14 unidades de produção deste setor, apenas 6 funcionaram de modo regular e ininterrupto de 1912 a 1920. (CASTELLUCI, 2001, p. 64).

O custo de vida no Estado da Bahia havia subido, sistematicamente, nos três anos mais agudos da Primeira Guerra Mundial (1916-1918), acentuando a crise econômica, o que gerou o crescimento da insatisfação social e política e o surgimento, em Salvador, de manifestações de rua contra a carestia. (TAVARES, 2001, p. 334). A penúria da população não era fenômeno recente; há tempos que a população em geral vivia em condições deploráveis. Assim, a Primeira Guerra Mundial só veio agravar uma situação há muito existente.

Dadas às circunstâncias e por estímulos externos (dos opositoristas), a multidão faminta bradava, assustadoramente, em frente do Palácio do Planalto. A situação, a cada dia, se tornava ainda mais insustentável; não havia personalidade, popularidade e carisma (no caso de Seabra), que pudesse conter o ímpeto da “massa” desesperada face ao crescente aumento do preço do pão, carne verde, charque e de outros gêneros alimentícios.

UMA HISTÓRIA DAS LUTAS OPERÁRIAS NA BAHIA

A greve geral de junho de 1919, que foi resultado de demandas objetivas e de uma profunda crise social orientando um extenso raio de ação por parte de um conjunto de categorias, praticamente, parou a cidade, dado o envolvimento massivo das/os operárias/os e a articulação de uma ampla pauta de reivindicação em que dialogavam questões mais gerais e questões específicas. Daí a tensão generalizada e a atenção dada em todos os setores (política, imprensa, comércio e indústria), que ocorre quando os/as trabalhadores/as integrados/as e organizados/as a uma causa resolvem lutar pelos seus direitos. Diz Fausto (1977, p. 159) que “a este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais” de forma que “a chamada questão social sai de um quase esquecimento e se tornava objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado” influenciando diretamente nos desdobramentos futuros das lutas sociais na Bahia.

A greve das tecelãs/ões, em setembro do mesmo ano, deve ser analisada a partir do acúmulo de forças proveniente do movimento anterior (greve geral), da consolidação das entidades representativas, das particularidades conjunturais, da dinâmica política e da conseqüente correlação de forças entre os setores da elite e o operariado. Mas, sem dúvida, foi o caráter particular da categoria têxtil, essencialmente feminina, que projetou uma identidade, mesmo que subliminar, de gênero, através dos laços de apoio e solidariedade construídos ao longo da greve, pois, não podemos perder de vista a responsabilidade das mulheres como reprodutoras e mantenedoras da força de trabalho, através da conservação da família.

A conjuntura política de 1919 foi permeada por uma série de nuances e conflitos interoligárquicos. O recrudescimento das violentas disputas nos municípios do interior coincidiu com a ascensão e os desdobramentos do movimento paredista de setembro deste ano e, para agravar a situação calamitosa da população, os surtos epidêmicos assolavam todo o Estado (febre amarela, no interior, e varíola, na capital) e, nas vésperas da eleição governamental, era bastante elevado o índice de mortes: 523 casos, por varíola, em apenas quinze dias, só em Salvador.⁵

Para uma melhor compreensão do cenário em que se desenrolava o movimento é fundamental identificar a composição social da categoria em ação. Para começar, o ramo da produção têxtil era essencialmente feminina. A análise da constituição social dessa categoria, na Bahia, de acordo com o Recenseamento Industrial de 1920, sinaliza a eminência da força de trabalho feminina que equivalia a 67,3% do conjunto entre negras e mestiças (sombras de um longo processo de escravidão) dado que a imigração na Bahia foi, essencialmente, irrelevante, portanto sem expressão eleitoral, sem apelo aos interesses políticos das oligarquias. As mulheres não participavam dos rumos políticos do Estado, em virtude do

⁵ Diário Oficial do Estado da Bahia, 13-16 jan. 1920 (apud SAMPAIO, 1998, p. 146).

“sexo”, visto que eram socialmente enquadradas como segundo sexo, e por serem, em sua maioria, analfabetas.

A movimentação operária se diferenciou, substancialmente, daquela da greve de junho, em primeiro lugar, por ser de uma categoria industrial; em segundo, porque ela não foi “apoiada”, ou melhor, disputada pelos jornais e políticos da oposição anti-seabrista: terceiro, por ter coincido com o recrudescimento das violentas disputas interclãs nos municípios do interior (SAMPAIO, 1998, p. 146); em quarto, pelo fato de não ter conseguido a adesão do conjunto das categorias envolvidas nas greves de junho; e, por fim, de ter sido sistematicamente reprimida pela união do governo com os patrões. (TAVARES, 2001, p. 337).

De acordo com o periódico operário *O Germinal*, a greve geral alterou, sensivelmente, a situação do operariado têxtil, pois, pelo menos, a princípio, o movimento de junho trouxe como vitória do operariado, algumas melhorias de ordem material e moral para os/as tecelões/ãs: aumento dos salários, diminuição da jornada de trabalho, reconhecimento da igualdade, para efeito de remuneração, para mulheres e homens⁶, o que, entretanto representava apenas parte do que ainda poderia ser conquistado.

Para fortalecer ainda mais a luta das operárias do ramo têxtil, em agosto de 1919, foi fundada a “Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia”⁷, afiliada à “Federação dos Trabalhadores Baianos”, unificando e integrando a categoria para a resistência. Dentre as associações de trabalhadores/as registradas pelo jornal operário *O Germinal*, essa era a única que possuía na direção executiva a participação de uma mulher.

A Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia representava a primeira afirmação da força e do despertar de uma identificação e, porque não dizer, de uma consciência de classe. Se, por um lado, o operariado começava a se organizar de forma mais combativa, aguerrida, por outro, se agitaram os industriais em movimentos que visavam estrangular e paralisar qualquer insurgente manifestação dos socialmente explorados e oprimidos, começando pelo combate a suas principais lideranças e associações.

Os industriais, articulados em torno da “Associação Comercial da Bahia” e do “Centro Industrial do Algodão”, ao perceberem a potencialidade da entidade na representação dos interesses das/os trabalhadoras/es, ainda de acordo com o jornal operário *O Germinal*, partiram para boicotar a organização nascente em pleno exercício de um direito universalmente acatado que era o de associação, passando a agir através de ameaças e perseguições (suspensões) às/aos operárias/os.

⁶ O que parece ter sido, adiante, contrariado. (AEL, *O Germinal*, 1 de maio de 1920).

⁷ Constituída por Francisco Paulo de Vasconcelos, Secretária Geral; Helena Soares do Santos, Primeira Secretária; José Eugênio de Oliveira, Segundo Secretário; Archimedes Polycarpo Fernandes, Tesoureiro.

Após o término da greve geral, a diretoria da “Companhia Empório Industrial do Norte” estabeleceu, em acordo com a categoria, as seguintes cláusulas: oito horas diárias de trabalho; pagamento de mil réis por meada de fio e mais 20% de aumento, para as/os operárias/os antigas/os; \$300 e mais 20% para as/os novas/os operárias/os, ficando, nessa última atuação, as/os trabalhadoras/es antigas/os dispensadas/os por qualquer motivo, que voltassem novamente ao trabalho.⁸ No entanto, a intransigência patronal e a intenção de intimidar as/os demais trabalhadoras/es levaram à dispensa de um contramestre que, não por acaso, era delegado da União Geral dos Tecelões da Bahia, o contramestre da Boa Viagem, Daniel José do Nascimento. Dadas as circunstâncias, essa era a motivação que faltava para que irrompessem manifestações e a greve da Boa Viagem.

As fontes empíricas analisadas indicam que essa foi a gota que faltava para extravasar o caldeirão de descontentamento das/os operárias/os pelo descumprimento dos acordos firmados durante as negociações. No início, a direção da Companhia cumpriu à risca o estabelecido, porém, decorridas algumas semanas do término da greve geral de junho, a direção se desviou das cláusulas do acordo, sobretudo, no que se referia às horas de trabalho, pois, diariamente, vinham sendo acrescidos cinco minutos na jornada de trabalho, já estando as/os operárias/os a trabalhar nove horas. Já não tolerando mais as arbitrariedades, a demissão do contramestre desencadeou a revolta operária contra as relações opressivas e a exploração no trabalho.

No dia 4 de setembro de 1919, o contramestre da fábrica da Boa Viagem, Daniel José do Nascimento, ao levantar-se do espaço de trabalho para dirigir-se ao banheiro, foi censurado pelo fiscal, Polycarpo, que lhe impôs uma multa de 2\$000. Indignado, protestou, dirigindo-se ao administrador da fábrica, João Tarquínio, a fim de se justificar e teve como resposta a sua demissão.⁹ A imprensa operária denunciou a atitude da fábrica da Boa Viagem acusando-a de retaliativa, já que Daniel era dirigente sindical e atuara ativamente na greve geral de junho de 1919. Ou seja, além de não cumprir os acordos, punia as lideranças, perseguindo-as.

Após a demissão, o contramestre dirigiu-se à sala dos teares comunicando às/aos demais operárias/os, o ocorrido: “um brado de revolta uníssono, repercutiu em todos os departamentos da fábrica porquanto a violência fora feita a pessoa de um dos operários mais estimados, motivando assim o abandono imediato do trabalho”.¹⁰

Explodiu, então, a greve da fábrica da Boa Viagem que amanheceu com suas atividades paralisadas. A fábrica Conceição, pertencente à mesma Companhia, após aderir ao movimento, nomeou uma comissão para se entender com o diretor-gerente, Otto Bittencourt,

⁸ APEB, O Tempo, 4 set. 1919.

⁹ Id., ibid.

¹⁰ APEB, O Tempo, 5 set. 1919.

a fim de expor as razões que acarretaram a paralisação do serviço. Esse, ao ter conhecimento do fato, dirigiu-se à fábrica Luiz Tarquínio, na tentativa de “dialogar” com as/os operárias/os ao mesmo tempo em que a polícia, formada por vinte praças de corpo da cavalaria sob o comando de um sargento, também seguiu para lá.

As/os operárias/os das fábricas Paraguaçu e Plataforma, ao tomarem conhecimento do fato, prontamente, se integraram à greve, sendo a última fechada por Álvaro Catharino.¹¹ No dia seguinte, todas as fábricas de tecido da capital baiana aderiram à greve, pela identificação à causa comum do operariado têxtil (em sua maior parte mulheres, violentadas em todos os sentidos: pela sua condição de gênero, classe, raça e geração) reforçando a sua disposição em garantir a unidade e afirmando o retorno ao trabalho caso ficasse sem efeito a demissão do contramestre.

A diretoria, através da ameaça de fechar as fábricas da Cia. Empório do Norte, permanecia intransigente frente à força que alcançava o movimento. Assim, desde o primeiro momento, forças policiais foram encaminhadas aos estabelecimentos fabris e lá se postaram piquetes da cavalaria, a cargo do delegado Lustosa e de Durval Trindade, com a finalidade de assegurar o direito à propriedade e reprimir qualquer perspectiva de greve geral. Do lado dos industriais, a reação também foi contundente: reunidos no Centro Industrial do Algodão, deliberaram pelo fechamento de todas as fábricas em greve.¹²

Ainda no primeiro dia do movimento, o Sindicato dos Pedreiros, presente na Assembléia dos Tecelões, foi indicado para compor a Comissão para a Entrega do Memorial de reivindicações. Na Assembléia do Sindicato dos Produtores de Marcenaria, realizada no dia 4 de setembro, foi aprovada uma moção de censura aos proprietários das fábricas da Boa Viagem, Tanque e Plataforma, em face da intransigência patronal, além de serem encaminhados telegramas solicitando a solidariedade dos operários cariocas.¹³

Pelas estimativas feitas chegavam a oito mil as/os operárias/os paradas/os que, tomados de grande expectativa, aguardavam a deflagração de uma nova greve geral, o que, por outro lado, também mobilizava os setores conservadores da sociedade, governo, comércio e industriais para conter, de forma sistemática, se fosse o caso com o uso da força, qualquer iniciativa que se encaminhasse nesse sentido e, assim, assegurar a propriedade e o “livre” exercício do trabalho.

No Centro Industrial do Algodão, os industriais das diferentes fábricas de tecidos de Salvador se reuniram para tratar dos assuntos referentes à greve operária. Nessa conferência, dentre outros assuntos, definiu-se o envio de ofícios ao Governador do Estado e ao Secretário

¹¹ APEB, O Tempo, 5 set. 1919.

¹² Id., *ibid.*

¹³ APEB, Jornal de Notícias, 5 set. 1919.

de Polícia, agradecendo as providências tomadas para garantir o patrimônio privado, com a permanência preventiva da polícia nas fábricas até que essas retomassem a atividade de produção. O documento expunha o mal causado à organização operária com a infiltração, no movimento, de elementos estranhos que pregavam, ostensivamente, a dissolução da família, a supressão das autoridades constituídas e a instabilidade social. Nesse sentido, conclamavam a todas/os que voltassem aos trabalhos dentro do regime definitivo de harmonia e cooperação, para o progresso do Estado

O que é interessante notar no documento é que o Centro Industrial do Algodão construiu um discurso em nome da unidade e da moral da família e que, para tanto, convocava o governo e a segurança pública (responsável pela forte repressão exercida sobre os/as trabalhadores/as) para preservá-la, ou seja, convocava os expropriadores do excedente (os proprietários das fábricas), aqueles que ditavam autoritariamente as regras nas relações de trabalho, os responsáveis pela opressão física e mental dos homens, e, essencialmente, de mulheres e crianças operárias, para “zelar” pelo “bem estar social”.

No dia 5 de setembro, em frente ao edifício da União dos Tecelões, foram realizados vários comícios, em especial o das 17 horas, que ocorreu em frente à sede da Sociedade dos Tecelões na Boa Viagem, que teve a participação de, aproximadamente, quatrocentos operários. Na ocasião, discursaram Aggripino Nazareth e o representante do Sindicato dos Marceneiros, Asterio dos Prazeres e Jorge Manoel da Rocha, secretário do Sindicato dos Pedreiros. O Secretário de Polícia, Álvaro Cova, em nome do governo, se pronunciou através de um boletim cujo conteúdo reiterava as providências tomadas pelo poder público para garantir o direito pleno da propriedade e o livre exercício dos que quisessem trabalhar.¹⁴

Reunidos, também, à Rua Vilela, na Boa Viagem, os sócios da Sociedade União dos Tecelões, com a presença de Aggripino Nazareth, advogado da classe, os membros constituintes da entidade construíram um Memorial para ser enviado ao Centro Industrial do Algodão estabelecendo as seguintes condições:

1. Readmissão de todos os trabalhadores despedidos por motivo de terem tomado parte na greve de junho. Ou por motivo de não quererem trabalhar além das oito horas por dia (trabalho extraordinário não remunerado).

2. Readmissão de Daniel do Nascimento, que foi despedido da Fábrica da Boa Viagem por haver repellido dignamente o fiscal que o havia prendido em termos insultuosos.

¹⁴ APEB, Diário de Notícias, 6 set. 1919.

3. Demissão e entrega do fiscal Augusto que, na Fábrica Paraguaçu, maltratou fisicamente uma menina, machucando-a, covardemente, com um punhal.¹⁵

4. Fixação definitiva da jornada de oito horas devendo o trabalho em todas as fábricas ter início às 7 da manhã e terminar às 16 horas, com intervalo de uma hora, entre as 12 e 13 horas, para o almoço.

5. Respeito absoluto ao direito de associação, ficando desde então reconhecida como única intermediária entre os operários de tecidos e os respectivos patrões a “Sociedade União Geral dos Tecelões”.

6. Nenhuma punição aos operários que, por delegação dos companheiros, paralisaram o trabalho nas fábricas.¹⁶

A Comissão Executiva da Sociedade, acompanhada de dois delegados de cada fábrica e da Diretoria do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, aliado da União Geral dos Tecelões, ficou com a responsabilidade de entregar ao Centro do Algodão o Memorial. O documento “sentenciava” os patrões ao cumprimento do mesmo, no prazo de 48 horas, caso contrário convocaria as demais associações operárias à decretação da greve geral na Bahia.¹⁷

A greve geral assinalou uma reorientação dos rumos do movimento operário baiano, construindo as bases para as greves futuras, tanto que, com a intenção de intimidar e coagir a categoria, o Manifesto dirigido pelos industriais baianos à sociedade não alcançou os objetivos esperados; ao contrário, unificou e fortaleceu, ainda mais, a categoria. Se não fossem as vivências e experiências adquiridas pela classe, no contexto da greve de junho, possivelmente, esse movimento teria caminhado em outro sentido; entretanto mesmo frente às fortes pressões sofridas, o operariado partiu para o enfrentamento, não cedendo às intimidações.

No dia 9 de setembro, o movimento amanheceu com maior intensidade se comparado aos dias anteriores. A resposta foi imediata; o operariado fez circular um boletim anunciando pela cidade que, conforme se encaminhava o “diálogo” com os poderes competentes, seria decretada a greve geral. O documento distribuído pela Sociedade União Geral dos Tecelões, “O Manifesto dos Tecelões” conclamava as demais “classes” a se incorporarem ao movimento e caso não fossem atendidas as reclamações, no prazo máximo de 48 horas, deveria ser deflagrada a greve geral.

¹⁵ No período, diversas eram as denúncias de agressões e maus-tratos cometidos por fiscais (mestres e contramestres), sendo as mulheres e crianças as principais vítimas das relações sociais de poder assentadas nas desigualdades entre os “sexos”, que legitimavam a condição de subordinação feminina.

¹⁶ APEB, O Tempo, 5 set. 1919.

¹⁷ APEB, 7 set. 1919.

Informam no Manifesto que em vista do aumento já exorbitante dos gêneros de primeira necessidade, foram forçados/as a juntar às primeiras, novas reivindicações que entendiam necessárias para a elevação dos salários, melhoria da qualidade de vida e trabalho com melhor preparação e distribuição do serviço nos vários setores das fábricas, assim resumidas e dispostas segundo o jornal *O Tempo*:

1. Aumento de 50% sobre as diárias e as empreitadas atuais;
2. Entrega de cinco pacotes a cada uma das caneleiras e enroladoras;
3. Distribuição diária de 30 quilos de fios para as enroladoras e caneleiras nas fábricas em que a mesma é feita a peso;
4. Distribuição eqüitativa das tarefas;
5. Melhoramento da reparação; e
6. Abolição das marcas de peça de pano, sendo os mesmos feitos por metragem.¹⁸

Concluem o Memorial afirmando que, para que as reivindicações se traduzissem em realidade esperavam a solidariedade das/os companheiras/os, das demais “classes”, igualmente tratadas/os com indiferença e hostilidade; que essas/es se integrassem à luta comum do operariado, unidas/os para a vida e para a morte, para que fossem atendidas as reclamações de todas/os que acompanhassem o movimento, bandeiras de luta que desfilaram durante o Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos ocorrido em 14 de julho de 1919 (auge de um processo de fortalecimento da estrutura sindical na Bahia, que contou com 16 sindicatos e 26 delegados).

Ao se recusarem a obedecer às normas vigentes de trabalho e aos ritmos impostos pelo capital, as/os operárias/os definiram uma contra-organização buscando estabelecer ou determinar novas regras no interior das fábricas, assumindo o controle e postulando uma autonomia no espaço de produção, o que perpassava a apropriação da fábrica e da organização do processo de produção, a destruição ou mudança das funções diretivas, a supressão da diferenciação salarial e a transformação das condições materiais de trabalho. (RAGO, 1985, p. 57).

Os setores da elite utilizaram uma sistemática ofensiva ideológica na imprensa, através da divulgação do Manifesto dos Industriais que, dentre outras questões analisadas, trazia a tentativa de desqualificar as instâncias de direção, organização, luta e as reivindicações operárias, expondo, de forma burlesca, a ineficácia da greve geral, negando que os frutos ou conquistas do pós-greve tenham sido resultado da unidade e ação das/dos trabalhadoras/es, como afirmam em um trecho do Manifesto:

¹⁸ *O Tempo*, 10 set. 1919.

Até o presente momento a greve nada conseguiu para o operário baiano. Na passada, os industriais não consideraram os seus operários grevistas [...]. O que ali foi concedido aos mesmos resultou de idéias previamente debatidas [...]. A prova está que nunca cedemos as ameaças, obedecendo só e só, ao espírito de justiça que aconselhava fosse a indústria ao razoável encontro das razoáveis aspirações do operariado.¹⁹

Já que tudo estava para ser resolvido por que tardou a ser selado um acordo? Por que tamanha inquietude da Associação Comercial que, em conferência com o Centro Industrial do Algodão, emitiu telegramas ao Presidente da República, juiz, imprensa nacional e associações varejistas e de comércio expondo o “caos”, a “anarquia” em que se encontrava a cidade com a paralisação de, praticamente, todos os serviços e cobrando providências. Então, se tinham a chave para o desfecho do problema (a greve) que, segundo os mesmos, só prejuízo trouxe, por que tardaram em fazê-lo? Por que optaram pelo “sacrifício” de uma classe despossuída, totalmente marginalizada?

O que esses não quiseram aceitar ou admitir era que o operariado estava se organizando em entidades que cresciam e potencializavam as suas ações no movimento (forjando uma identidade de classe) e fortalecendo a sua representatividade frente às categorias e ao operariado. A construção desses instrumentos organizativos (associações) da luta de classes causou verdadeiro pânico aos setores dominantes (os interesses patronais). Era, portanto, o adversário a ser combatido e aniquilado, destruindo qualquer possibilidade de organização da luta operária. Mesmo com o descumprimento dos acordos, a greve de junho representou uma grande vitória política, pois, dentre outras coisas, criou as condições para a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho de 1919.

O Manifesto procurava estabelecer um convencimento na sociedade, como se fosse possível viver com tranqüilidade sem condições de garantir o mínimo a si e aos familiares. Em tom de ameaça responsabilizava as/os operárias/os por aprofundarem a crise da indústria de tecidos na Bahia, pelo capital investido, pelos dias parados, mas, mesmo assim, faziam questão de frisar que eles seriam as/os principais prejudicadas/os (pelos dias de trabalho perdidos) dada a desorganização, as freqüentes paradas com a perturbação à “ordem pública” e à “normalidade” do trabalho não suportando a concorrência de outros centros de produção nacional.²⁰

O Tempo enunciou, em suas páginas, o acirramento proposital entre patrões e operárias/os incitado pelo manifesto que tinha por finalidade provocar a desarmonia e a desordem servindo à política de quem é sectário, numa referência a Lemos Britto, então diretor de *O Imparcial*.

¹⁹ APEB, *O Tempo*, 10 set. 1919.

²⁰ Id., *ibid*.

Reunidos no sindicato e sob a liderança de Aggripino Nazareth, os grevistas resolveram, por unanimidade, não tomar conhecimento do manifesto dos patrões, ao mesmo tempo em que conclamavam as demais categorias a declararem greve geral na cidade, assim como a ampliarem as reivindicações. Mesmo diante do cenário colocado e já não contando com a predisposição de muitas associações em apoiar o movimento, em uma reunião realizada no dia 8 de setembro foi aprovada a greve geral e, ainda assim, iniciada uma campanha de mobilização para a incorporação de novos setores.

Várias associações estiveram em Assembléia Geral, a fim de tomar conhecimento do apelo que lhes foi dirigido pela Sociedade União dos Tecelões para a decretação da greve geral. Mesmo assim, um grande número de Sociedades resolveu não aderir ao movimento.²¹

Mesmo com algumas baixas anunciadas, o dia 9 de setembro foi tomado de grandes expectativas, dado que essa era a data limite estipulada para a deflagração da greve geral, portanto, decisória para os rumos do movimento. Por isso, desde cedo, um grande número de operárias/os se dirigiu à sede da Sociedade União dos Tecelões, e lá reunidas/os e organizadas/os (formando um contingente de mais de três mil pessoas) realizaram, por volta do meio dia, uma grande passeata em direção à Cidade Baixa e se encaminharam para Itapagipe, percorrendo as fábricas, oficinas e conclamando as categorias a se incorporarem à greve na perspectiva de incorporar e consolidar adesões ao movimento.

Ao final da tarde, operárias/os da fábrica de Calçados Gama & Gama, fábricas de vidros, de várias obras de construção e dos estaleiros da Companhia Transportes Marítimos suspenderam as suas atividades. A União Defensora dos Sapateiros solidarizou-se à “situação de extrema exploração” vivida pelos/as operários/as das fábricas de tecidos aderindo à greve e comunicando sua reivindicação de aumento salarial de 50%, “dado o aumento dos gêneros de primeira necessidade autorizado pelo ‘Comissariado de Alimentação Pública’”²², além de exigirem respeito e providências dos poderes públicos.

Confirmaram, também, a adesão, os Sindicatos dos Pedreiros e Carpinteiros, grande parte dos Padeiros e dos Produtores de Marcenaria, que reivindicavam a abolição das empreitadas, aumento de 50% semanal e nenhuma dispensa em função da greve, e o reconhecimento do Sindicato dos Produtores de Marceneiros como intermediário nas questões de interesse recíproco.²³ Durante o percurso, os grevistas conseguiram que algumas casas comerciais fossem fechadas, alcançando a adesão de seus respectivos funcionários. Logo depois foram para a Cidade Alta. De lá, Aggripino Nazareth falou aos operários, resolvendo nomear comissões operárias para negociar com os patrões.

²¹ APEB, O Tempo, 8 set. 1919.

²² Id., ibid.

²³ APEB, Diário de Notícias, 10 set. 1919.

A formação de um grupamento representativo misto, ou seja, constituído por mulheres e homens, deve ser entendido a partir do perfil essencialmente feminino da categoria, mas, também, como resultado de um acúmulo de forças oriundas de um processo anterior que permitiu a transposição dos espaços, ocupando lugar de destaque no decorrer das negociações e possíveis acordos. Diferente da greve geral, em que o Comitê Central era, em sua totalidade, masculino, aqui evidenciamos as mulheres como “sujeitos” em todo o processo. E, por assim ser, decorrências foram sinalizadas, em se tratando de resgatar a trajetória política das relações entre os “sexos”, numa sociedade patriarcal. As fontes históricas e, em especial, os jornais, se orientavam nessa perspectiva. Os homens como “o eixo” ou “centro” de poder em que orbitavam todas as relações de prestígio e dominação, independentemente da classe social. Mesmo estando o setor têxtil na vanguarda do movimento, havia uma omissão de parte dos órgãos de imprensa quanto à participação das mulheres, maioria no setor, buscando deslegitimar a sua ação no processo, condicionando-as a um “papel” secundário de facilmente manobráveis e influenciáveis, dada a sua “incapacidade” de pensar e agir em movimentos políticos. Para circunscrever as tecelãs “em seu lugar comum” como dóceis, passivas e ordeiras, atribuía-se, cotidianamente, a autoria do movimento grevista à existência de indivíduos alheios e infiltrados na categoria que seriam os responsáveis pela quebra da “ordem”.

Resistindo às investidas patronais, as/os operárias/os estabeleceram, no conjunto das categorias, uma rede de solidariedade, através do recebimento de auxílios às necessidades básicas para que pudessem se manter ativos na luta. Essa característica do movimento, no momento de acirramento da luta de classes se associa com fortes relações construídas pelas operárias e pela identificação à causa comum, mesmo com os regulamentos internos que visavam limitar as formas de expressão das/os operárias/os, buscando “bloquear toda troca que pudesse reforçar a solidariedade e a formação da consciência de classe” (RAGO, 1985, p. 24).

Há, ainda, uma característica que precisa ser registrada, que foi a capacidade das tecelãs de ousar fazer diferente (consolidando relações), radicalizando as suas ações. Os auxílios recebidos, tais como o fornecimento de contribuições econômicas (de origens variadas) com a finalidade de fornecer alimentos às famílias, tinham uma significância e uma origem identitária classista, mas, essencialmente, de gênero pois, enquanto as elites e suas instâncias agiam no sentido de assegurar a suspensão da greve, as/os operárias/os realizavam uma série de atividades programadas para arrecadar fundos para sustentar as/os grevistas e o movimento, articulando com as sociedades diretamente envolvidas ações para garantir a

manutenção do mesmo, com listas de contribuição e sessões cinematográficas (FONTES, 1982, p. 190), dentre outras ações.

No dia 14 de setembro, a Comissão Executiva da Sociedade União dos Tecelões distribuiu um boletim sinalizando a situação geral em que se encontrava o movimento:

Aos Tecelões:

Não tendo logrado êxito completo, a mediação oferecida pelo Exm^o. Sr. Dr. José Álvaro Cova, no sentido de serem atendidas as reclamações apresentadas aos industriais pelos operários das fábricas de tecidos desta capital, à Sociedade União dos Tecelões da Bahia resultou consultar o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, o Sindicato dos Produtores Marceneiros, a União Defensora dos Sapateiros e a União dos Operários em Ferrovias, sobre a nova atitude a assumir em face da intolerância dos patrões.

Ouvidos os companheiros dessas associações e escutada a palavra do Dr. Agripino Nazareth, ficou resolvido que os tecelões se mantivessem em greve até que os industriais manifestassem, diretamente, o desejo de reabrir as fábricas com o atendimento às reclamações já conhecidas.²⁴

Como podemos perceber, o documento, que era voltado a estimular a categoria na luta diante de toda a adversidade, uma categoria formada, em sua maioria, por mulheres, traz referências feitas no masculino, marginalizando-as do processo, permitindo-nos identificar o perfil essencialmente patriarcal da entidade. O Sindicato dos Pedreiros também conclamava todas as categorias a se enfileirarem e a se manterem solidárias ao movimento e aos grevistas.

No dia 15 de setembro, após conferência no “Centro Industrial do Algodão”, a diretoria propôs um acordo que, no entanto, não correspondia às expectativas das/os operárias/os, que permaneceram em greve. Através de um folheto, a União dos Tecelões justificava a recusa das propostas patronais ao passo em que rebatia as ameaças feitas: “voltar ao trabalho mediante o mesquinho aumento de 5% (aliás, somente oferecido pelos tarefistas) importaria em aprofundamentos com as nossas próprias mãos o túmulo que de há muito vem cavando para nós pelo egoísmo patronal” (FONTES, 1982, p. 189)²⁵

CONCLUSÃO

O movimento das tecelãs/ões, através de luta e resistência foi capaz de questionar o sistema interno das fábricas (os regulamentos), as relações hierárquicas de poder, além de lutar pela garantia do direito de associação, suspendendo todas as atividades do ramo têxtil, através da greve. Aguerrido, apesar das circunstâncias totalmente adversas, foi a força e a necessidade de sobreviver através do fruto de seu trabalho que fizeram com que a categoria, formada primordialmente por mulheres, reivindicasse os direitos trabalhistas e a melhoria das condições de vida, elemento crucial para garantir sobrevivência e resistência ao movimento, mas

²⁴ APEB, Jornal de Notícias, 16 set. 1919.

²⁵ APEB, A Tarde, 17 de setembro de 1919.

que, face ao endurecimento das forças de pressão, aos poucos foi perdendo fôlego, possivelmente engolido pelas mesmas necessidades que lhe deram origem, fazendo com que as/os trabalhadoras/os envolvidas/os retornassem a suas atividades.

Uma importante questão a ser considerada em relação a esta greve refere-se à pouca cobertura jornalística dada em seus momentos cruciais fazendo com que muitos dos órgãos de imprensa deixassem de noticiar ou dar a importância devida aos seus desdobramentos finais.

REFERÊNCIAS

- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. *Salvador dos operários: uma greve geral de 1919 na Bahia*. Salvador: UFBA, 2001.
- DUMÊT, Eliana Bittencourt. *Luiz Tarquínio: o semeador de idéias*. São Paulo: Gente, 1999.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- FONTES, José Raimundo. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)*, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. Contexto: São Paulo, 2005.
- MATTOSO, Kátia M. *Bahia: a Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RUBIM, Antonio Albino; RUBIM, Jorge Canelas. As lutas operárias na Bahia (1917-1921). *Caderno do CEAS*, Salvador, n. 80, jul./ago. 1982.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia, na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.
- SAMPAIO, José Luís. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1930)*, 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- SILVA, Ligia Osório. A luta pela regulamentação do trabalho na Primeira República. *Revista Semestral do Centro de Estudos Everaldo Dias*. ano 1, n. 2, jul./dez. 1979.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP, 2001.

PERIÓDICOS

A Tarde (junho a setembro de 1919).

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Diário de Notícias (junho a setembro de 1919).

Diário Oficial do Estado da Bahia, 13-16 jan, 1920. Apud SAMPAIO, C., 1998, p. 146.

Jornal de Notícias (junho a setembro de 1919).

O Tempo (junho a setembro de 1919).

IMPrensa OPERÁRIA

AEL, O Germinal.

AEL, A Voz do trabalhador

RELATÓRIOS

Arquivo Público do Estado da Bahia. *Relatório da Direção da Companhia Empório Industrial do Norte*: parecer do Conselho Fiscal apresentados aos Srs. Acionistas na Sessão da Assembléia Geral ordinária de 31 de março de 1920.

PATRIARCADO E TRAJETÓRIAS FEMININAS¹

Silmária Souza Brandão

Ao longo dos últimos anos, as Ciências Sociais ampliaram seus objetos de estudo. A História não ficou alheia à mudança que então se processava, passando a integrar nas suas áreas de interesse o estudo do cotidiano, da vida privada, das minorias, gênero, sentimentos e mentalidades. Entre os novos temas e personagens que passaram a fazer parte deste cenário, encontram-se as mulheres que, por longo tempo, estiveram à margem da história, em especial, da história tradicional, onde sobressaem os heróis e vencedores, relegando-se ao silêncio as minorias e os vencidos, ofuscados pelo brilhantismo, revelado pelo olhar androcêntrico que dominou o relato e a escrita da história.

Este estudo tem por objetivo demonstrar como o patriarcado, considerado aqui como superestrutura e as relações de gênero se manifestavam, tendo como objeto de pesquisa as mulheres comerciantes e prestadoras de serviço, estabelecidas em Salvador entre 1850 a 1888. Também objetiva dar visibilidade a essas mulheres, através da reconstituição das suas práticas cotidianas e do exercício do trabalho tanto doméstico quanto fora do lar, priorizando as mulheres livres, independente de classe social.

A teorização de gênero desenvolvida por Scott, envolve as relações de poder, “o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”². A historiadora chama atenção para a necessidade de substituir a noção de “poder social como unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelos discursos nos campos de força”³.

Saffioti também aponta para a utilidade do conceito de poder formulado por Foucault, por entender que os “espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro que no plano macro”⁴, defendendo a necessidade de um buscar um conceito adequado.

¹ Dissertação: “No lar e no balcão: as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)” Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Brandão Aras.

² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989, p. 16.

³ Id. p. 14.

⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 184.

Para Saffioti “a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem, e, por conseguinte, dos interesses deste”⁵. Entendemos que homens e mulheres podem vivenciar o mesmo fato de maneiras diferentes e é nesta perspectiva que trabalharemos a experiência das mulheres objeto deste estudo, utilizando os conceitos de gênero e patriarcado aqui referidos.

O patriarcado está presente no nosso cotidiano, nas nossas práticas sociais, na forma como nos relacionamos com os outros, e aqui trabalhamos numa perspectiva de história das mulheres, abarcando o patriarcado como sistema de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres, que invade todos os espaços da sociedade, corporificando-se em manifestações ideológicas, institucionais, organizativas e subjetivas. Entretanto, adotamos a opinião expressa por John Shotter e Josephine Logan⁶, quando afirmam que “tentar compreender o patriarcado como um simples sistema de opressão que sempre serve aos interesses dos homens em detrimento das mulheres pode ser uma visão por demais estreita e equivocada”⁷.

A teoria feminista nos permite a construção de abordagens multidisciplinares caminho pelo qual optamos, tendo em vista a necessidade de reconstrução do cenário de opressão, resistência e estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres comerciantes e prestadoras de serviços em Salvador, na segunda metade do século XIX, sem deixar de observar as instituições normativas do comportamento, como o Estado, a Igreja, a escola e a sociedade.

O conceito de poder que almejamos utilizar está dissociado da teoria weberiana⁸, tendo em vista que não se caracteriza no universo estudado a obediência pura e simples da mulher ao homem, mas na maioria das vezes, uma impossibilidade de medir forças com o dominador, o que nos leva a buscar uma aproximação com a visão de poder demonstrada por Foucault⁹, pois ao abordar o espaço feminino e suas relações com outros, sejam homens, outras mulheres, crianças, cativas ou libertas, adentramos no nível micro, onde as grandes conquistas podem se revelar por pequenas atitudes e gestos de resistência.

⁵ SAFFIOTI, 1992, p. 197.

⁶ SHOTTER, J. Logan S. A Penetração do Patriarcado: sobre a Descoberta de Uma Voz Diferente. In: GERGEN, M. Mc Canney. *O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento*. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos. 1993.

⁷ Ibid. p. 91.

⁸ Para Weber o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade. (*Economia e Sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964).

⁹ Foucault afirma que talvez ainda não se saiba o que é poder. “Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda a parte, que se chama poder. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (*Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 75).

De igual forma, pretendemos questionar se quando observamos situações onde classificamos em que existe o poder não se trata apenas de resistência ou estratégia de sobrevivência. Afinal, em que medida as personagens estudadas tinham a noção do seu grau de autonomia? É possível o exercício do poder desvinculado da noção de autonomia e do desejo de mudar as estruturas sociais vigentes, ou mesmo de impulsionar mudanças no cotidiano? Para obter as respostas às perguntas que ora se impõem, optei por mergulhar no universo das pesquisadas, no cotidiano de mulheres simples, com o intuito de dar-lhes voz e, ao mesmo tempo, inquiri-las no silêncio dos arquivos, numa viagem que considere única e rica.

No cenário do Brasil imperial, conduzido por D. Pedro II, onde se destacava a grande propriedade e a monocultura, baseada no trabalho escravo, destacamos os estereótipos que comporiam o ideal da feminilidade, como submissão, emotividade e dependência em contraponto ao masculino, vinculado à inteligência, à força física e ao papel de provedor do lar. De igual forma, considerando que o patriarcado apresenta variações e se adapta a situações diversas, procuramos discutir neste estudo até que ponto a noção corrente de submissão da mulher ao marido dominador, adotando-se a premissa de que todos os homens seriam os provedores das suas famílias e, ainda, qual o papel da mulher para a construção da riqueza no Brasil.

Eni de Mesquita Samara¹⁰, nos seus estudos sobre a família no Brasil, discute a homogeneidade do pensamento de que o patriarcado foi o sistema que vigorou em todo o Brasil, atribuindo a generalização desses conceitos aos estudos de Gilberto Freyre¹¹ e Oliveira Vianna¹². Para Samara o patriarcado caracterizado pelas grandes famílias, vivendo sob o domínio do pai, chefe de família e seu provedor não resta configurado em algumas áreas, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais. Ao longo de seus estudos, percebe que o que predominava em relação à família era o pequeno número de pessoas vivendo na mesma casa, fato que contribuía para que a agricultura fosse uma atividade desenvolvida por esse pequeno núcleo, restando ainda demonstrado a grande quantidade de homens que optaram por se manterem solteiros.

Para Samara, o patriarcado encontrou amplas possibilidades de sobrevivência no Nordeste brasileiro, em especial, onde predominou o cultivo da cana-de-açúcar e os grandes engenhos. Neste cenário, admite a autora, são perfeitamente aceitáveis, as descrições do

¹⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 84.

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília (DF): INL-MEC, 1980. 573 p. (Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

¹² VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. 298 p. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 25).

cotidiano encontradas em *Casa Grande e Senzala*¹³, *Sobrados e Mucambos*¹⁴ e *Populações Meridionais do Brasil*¹⁵. Ao se referir ao estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata, a historiadora define o modelo de família: A família patriarcal era a base desse sistema mais amplo e, por suas características quanto a composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre parentes””¹⁶.

Até aqui, necessária se faz uma intervenção para ressaltar que os conceitos de patriarcado então referidos são distintos. Para os historiadores brasileiros que centraram seus estudos sobre a família, o enfoque dado ao patriarcado relaciona um modelo patrimonialista de família das classes abastadas. Para as feministas este conceito tem outro sentido, na medida em que define um campo do poder estruturado a partir da centralidade do masculino e que se estende para além desse modelo específico de família, envolvendo todas as relações sociais existentes.

O objeto deste estudo não é a figura da mulher no meio rural e, sim, mulheres no meio urbano da cidade de Salvador, mas é forçoso reconhecer o peso que a família patriarcal, considerada o domínio do masculino, exerceu sobre toda a sociedade, urbana ou rural, no Brasil do século XIX.

Sob a influência das relações configuradas pelo patriarcado, se localizam relações de poder assimétricas, numa sociedade conservadora, onde, para algumas mulheres a exemplo das brancas, ricas, pobres ou libertas, foi possível romper com os estereótipos vinculados à figura feminina, através do exercício de atividade produtiva, da busca do lucro, do enriquecimento financeiro, do comando da família e do exercício da autonomia em práticas cotidianas.

O contexto espacial que delimita o campo deste estudo é a cidade de Salvador na segunda metade do século XIX. Entretanto, sendo uma cidade vinculada a sua hinterlândia, formada pelos municípios do Recôncavo, onde predominava o trabalho escravo, a grande propriedade e o cultivo de cana-de-açúcar, inegável a influência do domínio dos grandes senhores e da sociedade como um todo, mesmo porque muitos desses senhores se transferiram, ao longo do tempo, para viver na capital da Província de maneira definitiva ou permaneciam temporariamente para fechar negócios, participar de festas e eventos religiosos, o que propiciou a este e a sua família, circular frequentemente entre esses dois espaços.

¹³ FREYRE, 1980.

¹⁴ FREYRE, 1977.

¹⁵ OLIVEIRA VIANNA, 1973.

¹⁶ SÂMARA, 1983, p. 10.

As mulheres que viviam no meio urbano, libertas ou escravas, não ficaram livres dessa influência, sendo, no entanto, possível identificar estratégias de lutas e resistências que permitiram a algumas mulheres driblar o poder do macho, transitar entre o público e o privado e, em alguns casos, exercer o papel de chefe de família, tomando nas suas próprias mãos as rédeas da sua existência.

Para Anna Amélia Vieira Nascimento¹⁷, embora se possa dizer que a sociedade era patriarcal, impõe-se diferenciar a família urbana e a rural. Nesta última, vigorava o que ela denominou “patriarcalismo indiscutível”.

Para Nascimento a autoridade do patriarca era desafiada dentro da própria família:

[...] A mulher, a esposa, a escrava, a cria, já usavam de subterfúgios para atenuar o autoritarismo do esposo, do senhor. A posição da mulher era muito curiosa: disfarçadamente mandava, sem parecer estar mandando, participava da administração dos negócios do marido, sem que este percebesse; a família muitas vezes obedecia a ela, talvez mais do que ao chefe paternalista. Sem alardes, a mulher usava as armas da insinuação, da perseverança, do trabalho diário e contínuo, da constância dos seus objetivos, que eram as únicas que lhes restavam, já que não era aparentemente voz ativa na família.¹⁸

O que precisa ser entendido é que o patriarcado é um sistema amplo, caracterizado pelas relações de dominação-exploração, uma estrutura hierárquica, onde predomina a dominação dos homens sobre as mulheres, entretanto, existem diferenças de grau no exercício desse domínio. A diferença da extensão do poder do patriarca entre a zona urbana ou rural, não revela a sua ausência ou mesmo enfraquecimento, revela sim, a sua grande capacidade de adaptação nos diversos momentos históricos e em diversos meios sociais. Discutimos o posicionamento de Nascimento, por entendermos que ela assinala a provável existência de poder exercido por algumas mulheres, como a esposa e filhas, quando em verdade, identifica estratégias de sobrevivência no sentido de não confrontar a autoridade do patriarca, configurada pela obediência, alternativa então viável, para garantir a tranquilidade e equilíbrio do lar, configurada a subordinação pura e simples.

Podemos apontar a presença do patriarcado, aqui reproduzido entre as mulheres, já que é possível a repetição e assimilação das práticas que configuram esse sistema em diversos níveis e grupos, independente da presença masculina, pois como nos diz Saffioti “A máquina funciona até mesmo acionada por mulheres”¹⁹, a partir da constatação de que entre as viúvas, algumas permaneceram com o nome de fantasia do estabelecimento comercial, que em alguns

¹⁷ NASCIMENTO, 1986, p. 112.

¹⁸ Id. 1986, p. 113.

¹⁹ SAFFIOTI, 2000, p. 3.

casos remetia diretamente ao nome do falecido esposo²⁰, enquanto uma grande parte delas optou por acrescentar à razão social da empresa o termo “viúva de” antes do nome do marido, em evidente ênfase à sua noção de pertencimento ou vinculação ao marido.

Saffioti²¹ ao analisar a relação de gênero e patriarcado, nos diz que em “outros termos, a dominação presume subordinação. Portanto, está dada a presença de dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado”, o que significa dizer que a subalternidade não implica na absoluta ausência de poder e que para a manutenção desta relação de subalternidade há necessidade da preservação da figura subalterna. Esta afirmação nos faz refletir que, no caso deste estudo, esta subordinação poderia ter origem na figura masculina representada pelo marido, tutor, tios, mas também pelos entes públicos que exerciam forte influência no comportamento, nas regras que ditavam e delimitavam o espaço de atuação feminina.

Cabe então observar como reflete Saffioti que o próprio sistema patriarcal, se nutre e se alimenta de elementos que podem representar seu enfraquecimento:

Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio, a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases²².

Esta linha de raciocínio não se coaduna com o pensamento de Anna Amélia Vieira do Nascimento²³, ao demonstrar como a mulher exercia o seu poder, demonstrando-se submissa e obediente ao chefe patriarcal, quando, em verdade, ali tecia suas estratégias de resistência e convivência no cotidiano, exercendo os papéis tradicionalmente atribuídos ao sexo feminino. Podemos pensar numa dialética das relações de gênero, tomando-se este termo para significar relações menos desiguais, numa alternância em algum momento das relações de poder. “Isto posto, considera-se errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente, atuam as duas partes. Tampouco se considera correta a interpretação de que, sob a ordem de gênero patriarcal, as mulheres não detêm nenhum poder”²⁴.

As mulheres no sistema patriarcal são objetos da satisfação sexual dos homens, o que envolve o controle sobre o corpo, a sexualidade da mulher²⁵, sua voz e postura disciplinadas em rígidas normas instituídas como forma de garantir a prestação de serviços sexuais aos machos. Em contraponto, encontramos mulheres exercendo atividades remuneradas,

²⁰ Foi a opção feita pela viúva Amélia Imbassahy da Silva, que durante mais de 14 anos manteve-se no mercado, administrando a loja de ornamentos “Flaviano” do seu falecido marido, Flaviano Inocêncio da Silva. APEB, Estante 1, Cx. 330^o, maço 631, doc. 3.

²¹ SAFFIOTI, op. cit, p. 9.

²² Id. p. 9.

²³ NASCIMENTO, 1986, p. 112.

²⁴ Id. p. 9.

²⁵ REIS, 2000.

umentando o seu círculo social, delimitando o seu espaço na teia de relações que se formam, exercendo o poder de que se investiu. “Que o poder seja central na discussão de gênero parece cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades”²⁶. Emerge desta afirmação a relação dialética que envolve o exercício do poder, que repartido, pode caminhar na direção da igualdade ou desigualdade entre os sexos, e que aqui nos interessa, na medida em que trabalhamos com mulheres exercendo posições de comando e exercendo sua autonomia nos negócios e na vida pessoal, em consonância com a definição de poder manejada por Foucault.

Para Foucault, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, concentrando-se aí os micro-poderes, que seriam a difusão do poder instituído, associado geralmente como “poder negativo, associado à forma jurídica”²⁷,

Assim, os micro-poderes podem ser vistos instituindo os corpos em relações dadas, que tem o mérito de excluir as generalizações abusivas, em termos de essências e papéis universais. Se este poder é difuso, ele se exerce no adensamento das relações sexuais e sexuais instituindo a sociedade, o imaginário hegemônico e as representações sociais que presidem a modelagem e a utilização dos corpos.²⁸

As representações femininas que induzem a pensar a mulher como um ser passivo, dócil e inoperante, fazem parte de um discurso articulado no sentido de dar a mulher um status inferior em relação ao homem a quem foi atribuído a força física, o papel de provedor e o dom de pensar.

Neste contexto precisamos atentar para perceber a mulher como agente de sua própria história, modificando relações hierárquicas ou, ao menos, forjando estratégias para resistir a elas, através das ações cotidianas. Aqui se inserem as mulheres que permearam o universo deste estudo, tomando por base o exercício da ocupação de comerciante. Este é o eixo temático seguido para desvendar a história de lutas, conquistas e amargura de mulheres que se destacaram em Salvador no período oitocentista, desafiando a ordem instituída.

Não devemos esquecer os preconceitos de que são vítimas as mulheres, traduzidos pelo sexismo e machismo em vigor, o que podemos chamar de dimensão material e social do patriarcado, que atinge as mulheres inclusive na sua postura corporal. Saffioti ao afirmar que o patriarcado serve aos interesses de grupos dominantes, cita Johnson dizendo que: “o sexismo é mais que mero preconceito: é preconceito mais o poder de agir de acordo com ele”.

²⁶ Id., p. 7.

²⁷ FOUCAULT, 1976, p. 250.

²⁸ SWAIN, Tânia Navarro. *Quem tem medo de Foucault? Feminismo, Corpo e Sexualidade*. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art05.html>>. Acesso em: 29 abr. 2006.

Este preconceito está revelado na descrição feita sobre a personalidade de Raymunda Porcina²⁹, uma proprietária de taverna, feita por Santiago³⁰ quando relata: “Pessoas que a conheceram contavam que ela subia aos andaimes para verificar a obra de seus escravos pedreiros. E, para facilitar a subida, usava calças”. Resta evidente que Raymunda Porcina transgredia a ordem vigente ao se apoderar de uma peça do vestuário masculino, especificamente a calça, investindo-se de um poder que a rigor não lhe pertenceria, o que lhe transferia o poder do macho e a habilitava agir como um deles, inclusive para submeter seus escravos do sexo masculino ao cumprimento das suas ordens e a sua constante fiscalização. Em verdade, Raymunda Porcina, se impôs socialmente, valendo-se de atributos considerados masculinos, pela sociedade patriarcal e machista de então, sendo provável que a sua independência financeira em muito contribuiu para sua inclusão na sociedade local, e pela conquista da admiração e respeito que lhe foram devotados. Entendemos entretanto, que não devemos generalizar a todas as mulheres e nem a todas as viúvas a ascensão, o exercício da autonomia e do enriquecimento como poderemos pensar inicialmente³¹.

Concordamos com Saffioti quando diz que:

[...] o agente social marido se constitui antes da figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar que se vive sob a lei do pai. Todavia, a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá a luz.³²

Tal assertiva tem origem no pensamento de Pateman³³, que afirmou que a interpretação do patriarcado como direito paterno, ocultou da origem da família a relação entre marido e esposa e que estes antes de serem pai e mãe, são marido e esposa (homem e mulher).

É notório que no momento histórico em que se situa o presente estudo, a figura do marido sobressai ao longo do tempo. Mesmo viúvas as mulheres continuaram vivendo à sombra destes, cultuando a sua memória, nas atividades comerciais, na criação dos filhos e filhas, na relação com seus escravos e empregados, na conservação do estado de viúvas, reproduzindo as práticas do patriarcado.

²⁹ APEB, Seção Inventários, Estante 7, cx. 3067, doc. 5.

³⁰ SANTIAGO, 1968.

³¹ [...] Eram, entretanto, as viúvas aquelas mulheres, únicas na cidade, que poderiam exercer, com independência, a autoridade familiar, como, entre as que haviam almejado ser meeiras, ou senhoras de fortuna apreciável, mantinham independência econômica, apenas ameaçada pelos filhos que atingiam a maioridade. As viúvas ricas foram as únicas mulheres no século XIX que puderam exercer negócios de alto nível, a maior parte das vezes herdados dos maridos, dando-lhes continuidade, especialmente quando os filhos menores eram mantidos sob sua tutela, e elas não contraíam novo matrimônio. As casas comerciais mantinham sua integridade, capitalizadas, não ameaçadas. NASCIMENTO, 1973, p. 129.

³² SAFFIOTI, 2000, p. 16.

³³ PATEMAN, 1988.

Assim como os homens, as mulheres também contribuíram no quesito de desobediência às posturas municipais, deixando de pagar as taxas e impostos, observar pesos e medidas relativos à suas atividades, notadamente pelo alto custo destas contribuições e muito pela forma arbitrária como eram cobradas. As mulheres envolvidas em pequenos negócios e retalhistas foram alvo constante da fiscalização e autuação por parte dos fiscais, gerando um clima de insatisfação e desconfiança, traduzido pelo número de petições dirigidas às autoridades municipais sobre o assunto e mesmo conflitos mais sérios, entre as mulheres ambulantes, fato revelado no estudo de Soares (2007)³⁴ sobre a mulher negra na Bahia do século XIX.

Entendemos, entretanto, que as resistências e transgressões no âmbito civil sempre ocorreram e demonstram formas de lutas contra o poder instituído, sem que se fizesse grande alarde de tais fatos. Temos como exemplo, uma viúva³⁵ que não procedeu à abertura do inventário no prazo posterior a morte do marido, sendo convocada pela autoridade a prestar as informações necessárias para apuração dos bens do espólio. Não localizamos um prazo legal para a abertura dos inventários, mas entendemos que o interesse das autoridades judiciais em tais casos, vinculava-se à necessidade de arrecadação dos impostos e custas relativas à sucessão dos bens.

No âmbito das disputas judiciais, os juízes se mostravam rigorosos nas questões que envolvem menores, geralmente nomeavam tutores³⁶ para os filhos menores mesmo que as mães estivessem vivas. Criando-se um laço de dependência econômica entre a mulher e o tutor, sendo necessária a autorização deste para movimentar bens e valores. As mulheres que tinham filhos ficavam obrigadas a, periodicamente, prestarem contas de todos os gastos com os filhos, juntando aos autos os respectivos comprovantes das despesas.

Em pelo menos dois casos, a mulher garantiu a tutoria dos filhos mediante o pagamento de fiança, o que representava um passo a mais no exercício da sua autonomia jurídica e individual, pois administraria os bens do filho sem a interferência direta do tutor, a quem deveria pedir autorização sempre que precisasse levantar valores ou vender bens. Um desses casos foi de Maria Petronilia do Sacramento Rocha³⁷ que pagou para ser tutora do seu filho Moisés, com dinheiro que seu pai, Francisco Xavier do Sacramento, lhe cedeu, em 1855. O outro exemplo é o de Maria Luiza dos Santos Sacramento³⁸, que em 30 de janeiro de 1852

³⁴ SOARES, 2007.

³⁵ Uma das viúvas intimadas pelo Curador Geral para proceder ao inventário foi Alexandrina Maria da Rocha Estebenet. APEB, Estante 8, cx. 3291, doc. 7.

³⁶ Severo Cândido do Nascimento Siza foi nomeado tutor dos filhos da viúva Alexandrina Maria da Rocha Estebenet e sua primeira prestação de contas foi feita em 13/07/1877. APEB, Estante 8, cx. 3291, doc. 7.

³⁷ APEB, Estante 5, Cx. 1670, maço 21240, doc. 6.

³⁸ APEB, Estante 7, Cx. 3111, doc. 6.

pagou fiança para ficar como tutora dos seus seis filhos: Leopoldina Torquata dos Santos com 18 anos, Maria Luisa dos Santos com 16 anos, Marcelino dos Santos Lima com 15 anos, Sinfrônio Olimpo de Santana com 12 anos, Boaventura com 7 anos e Maria Bernardina de 3 anos.

A mulher viúva que detinha a posse dos filhos era obrigada a prestar regularmente contas sobre os seus gastos em razão do valor estabelecido anualmente pelos juizes para os diversos gastos com os filhos. Entretanto, é possível encontrar mulheres³⁹ que, por necessidade ou exercício da autonomia individual, extrapolaram as cotas fixadas judicialmente, sendo então repreendidas, no sentido de só gastarem dentro dos limites estabelecidos no inventário. O fato de ultrapassarem a cota de gastos refletia diretamente sobre a mulher, visto que o controle dos juizes e dos promotores se tornava mais intenso, exigindo a prestação de contas em intervalos cada vez mais curtos, passando a mulher a ser considerada gastadeira, qualificação que encontra ressonância no estereótipo de consumismo vinculado às mulheres.

O exercício da autonomia individual e da liberdade de ir e vir foi determinante no papel que estas mulheres desempenharam. Há que se considerar que podiam transitar entre o público representado pela rua e, no caso específico, seu ponto comercial e o privado representado pela casa, espaço privilegiado para o exercício do seu poder. Nesta linha de pensamento encontramos amparo na reflexão de Costa⁴⁰.

Emerge daí a quebra do padrão para essas mulheres que necessitavam sair de casa para exercerem a atividade comercial, o que poderia ser feito juntamente com escravos trabalhadores do seu comércio ou não. Para adquirir mercadorias e negociá-las era necessário o contato constante com clientes, fornecedores empregados, fiscais municipais e, mesmo, com outros comerciantes. No caso das mulheres que comerciavam com produtos importados, a alfândega⁴¹ deveria ser mais um item entre os já referidos, em face da necessidade de desembaraçar mercadorias e pagar os impostos relativos a elas.

Em contraponto aos homens estabelecidos como grandes comerciantes, no ramo de importação de charque, bacalhau, farinha de trigo e azeite de oliva e na exportação de produtos primários, as mulheres, de maneira geral, ocupavam a fatia do mercado destinada

³⁹ Maria Luiza dos Santos do Sacramento, viúva de Marcelino dos Santos Lima, ao juntar a prestação de contas em 1862, foi advertida para não gastar mais do que recebia de rendimentos. Fonte: APEB, Estante 5, cx. 3111, doc. 6.

⁴⁰ A mulher, principal responsável pela reprodução, ficará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de participação social. O isolamento doméstico privará da experiência de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação. Essa submissão se vê reforçada ainda mais pela ideologia da feminilidade. COSTA, 1998, p. 49.

⁴¹ Repartição pública encarregada de vistoriar bagagens e mercadorias em trânsito e cobrar os correspondentes direitos de entrada e saída.

aos pequenos negócios como tavernas, armarinhos, lojas de louças, serviços de costura e venda de alimentos diretamente aos consumidores.

Algumas mulheres possuíam escravos de ganho,⁴² como forma de diversificar as atividades e garantir auferir maior renda. Presume-se que estes escravos ao serem contratados, forçavam obrigatoriamente uma avença⁴³ sobre preços e duração do trabalho, sendo então necessário o contato entre o senhor e o locador dos serviços. De igual maneira, algumas comerciantes possuíam imóveis locados, sendo obrigatório algum ajuste entre inquilino e locatário, o que por si já demonstra que essas mulheres não estavam assim tão isoladas como, às vezes, é possível pensar.

Embora seja corrente a idéia de que o espaço privilegiado da mulher seria a casa, devemos observar que, no caso de algumas das viúvas e mesmo de outras mulheres responsáveis pela manutenção da família, a extensão da sua autoridade e do seu poder vai além do que caberia em princípio, às mulheres casadas. Para algumas dessas mulheres, afora os encargos da manutenção do lar, eram responsáveis pela criação dos filhos, fiscalização e coordenação do trabalho dos escravos, em especial, os empregados no serviço de ganho.

Neste momento da história, a mulher já estava envolvida na dupla jornada, sendo responsável por pensar numa infinidade de interesses tanto na atividade comercial, quanto nas questões ligadas à família, incluindo aí as exigências dos juízes nos processos de inventário. Ao pensar nessa multiplicidade de atribuições, é necessário ponderar no que significava ter domínio da leitura, quando esta habilidade era mais comum aos homens, incentivados e preparados para freqüentar a escola.⁴⁴

As mulheres, em geral, declaravam-se analfabetas nos testamentos, existindo exceções em alguns inventários em que encontramos petições de punho próprio das herdeiras, o que revela estarem as mesmas em posição privilegiada numa sociedade em que o analfabetismo é comum, principalmente entre as mulheres. Exceção foi a viúva Maria Constança da Rocha Dias⁴⁵, que nos autos do inventário do marido João da Rocha Dias, em 8 de outubro de 1863, concedeu autorização para o casamento do filho João da Rocha Dias com a prima Eufrosina Carolina de Moura Requião, prática utilizada como garantia de permanência das fortunas entre as famílias.

⁴² Mattoso define escravo de ganho como carregador de palanquins ou mercadorias. MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁴³ Acordo ou ajuste.

⁴⁴ BESSE, Suzan, *Modernizando a desigualdade de Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Adusp 1999, p.126.

⁴⁵ APEB, Estante 5, cx. 2174, maço 643, doc. 38.

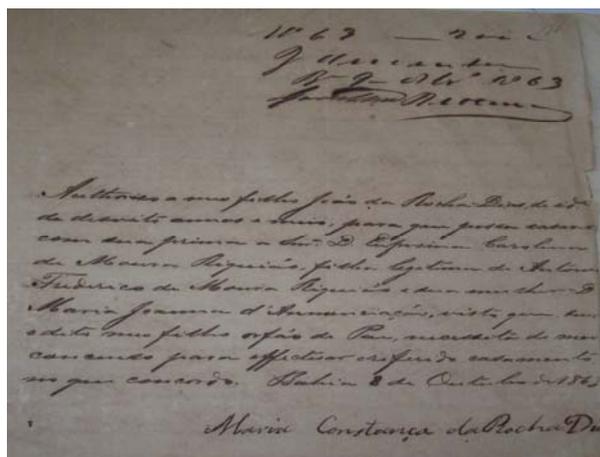


Figura 1 – Petição redigida por Maria Constança da Rocha Dias nos autos do inventário.
Fonte: APEB, Estante 5, cx. 2174, maço 643, doc. 38

Ao longo da pesquisa se evidenciou o empenho e a determinação de algumas mulheres no sentido de educar e formar os filhos varões, sendo possível encontrar na prestação de contas no inventário, gastos com professores particulares de francês, geografia, latim e primeiras letras para os filhos homens. Essa dedicação resultou na colação de grau dos filhos no nível superior, fato de grande relevância social e que encontrou seu equivalente em importância para as mulheres no casamento. Para as mulheres brancas e das classes mais abastadas, o matrimônio era um ideal a ser alcançado. Kátia Mattoso⁴⁶ concluiu, a partir do levantamento realizado nas Paróquias do Passo e Conceição da Praia, tomando por base a idade dos nubentes, mas sem especificar o extrato social a que pertenceriam os homens e as mulheres que compõem o estudo, que a maioria das mulheres se casava entre 15 e 24 anos e, os homens, entre 20 e 34 anos.

Quando estudou a situação das mulheres viúvas nas freguesias de Salvador, Anna Amélia Vieira do Nascimento, elaborou um questionamento: “Que soma de sacrifícios não seria exigida de uma mulher que ficasse viúva ainda jovem, para conseguir amparar e criar os filhos? Nem todas teriam a sorte nem o espírito empreendedor da viúva do Passo”⁴⁷. Entendemos como soma de sacrifícios a luta da mulher viúva pela sobrevivência e manutenção da família, garantindo um mínimo de instrução aos filhos homens, através de alguma atividade rentável ou mesmo no comando dos negócios herdados do marido.

A viúva a quem a autora faz menção é Maria Luiza dos Santos Sacramento, declarada crioula pelo recenseamento de 1855, com seis filhos, com idades que variavam de dezoito a três anos. Concluiu Nascimento que a viúva conseguira financiar o estudo dos filhos por conta do trabalho dos escravos. Em verdade, Maria Luiza dos Santos Sacramento, assumira os

⁴⁶ MATTOSO, 1992, p. 146.

⁴⁷ NASCIMENTO, 1986, p. 129.

negócios do marido de armador de igreja, valendo-se do auxílio do escravo Antonio, oficial de alfaiate para tocar os negócios, mas, também, do aluguel dos serviços dos outros escravos e dos aluguéis das casas herdadas, cinco ao todo. Apesar das despesas que demonstrou ter com aulas de latim, francês, geografia, filosofia racional e moral no colégio Liceu e no colégio Reverendo Lourenço de Santa Cecília, seu filho Marcelino dos Santos Lima, formou-se em farmácia, enquanto o outro, Sinfrônio estudou contabilidade e geometria no colégio Dois de Julho.

No estudo de Nascimento encontramos uma situação representativa da diferenciação entre os filhos homens e as mulheres ⁴⁸. No tocante às filhas mulheres, percebe-se a reprodução das histórias de suas antecessoras, destinadas unicamente às prendas do lar, não sendo encontrado nos documentos pesquisados nenhum gasto com a educação das filhas ⁴⁹.

Para Foucault, ⁵⁰ o poder se exerce também através de uma rede de discursos e práticas sociais. A Igreja Católica no Brasil desempenhou destacado papel no sentido de construir um discurso relativo à pureza, castidade como forma das mulheres alçarem ao casamento; é a construção do corpo e da sexualidade. São os corpos dóceis de que nos fala o filósofo, treinados para obedecer ⁵¹.

O instituto do casamento foi onde a atuação da Igreja se fez mais forte, pois, por mais de três séculos, o Brasil ficou sujeito às determinações do Concílio de Trento, que estabeleceu a indissolubilidade do casamento, admitindo apenas a separação de corpos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, foram incorporadas às determinações tridentinas ⁵² utilizadas como legislação complementar ao Código Canônico que, resultou na proibição de novas núpcias para quem contraiu o casamento católico, separando-se posteriormente.

Neste ponto destaca-se a presença maciça das mulheres viúvas no ramo de comércio, tocando adiante o comércio herdado dos maridos. É importante observar que, em nenhum dos casos estudados se comprovou tivesse a viúva contraído novas núpcias. Por quê? A resposta

⁴⁸ No quarteirão nº. 13 está expressa uma interessante situação. Ali, vivia uma parda de nome Maria Joaquina do Rosário, viúva, costureira, habitando com os filhos. A filha praticava a mesma atividade da mãe; entretanto, seus dois filhos, Antonio de Castro Lima e Ernesto José Gonçalves, freqüentavam a escola. Era esse o caso típico da mulher sendo sacrificada para dar lugar à ascensão social da família, através do elemento masculino. Id., p. 79.

⁴⁹ Na educação das crianças do sexo feminino poucos eram os pais que encaminhavam as filhas para o aprendizado das letras, pois a maioria era enviada desde cedo para o exercício dos trabalhos domésticos, o que contribuía para a existência de uma parcela significativa de mulheres analfabetas. TEIXEIRA, 2007, p. 73.

⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, a vontade de saber. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

⁵¹ Id., p. 131.

⁵² A legislação tridentina foi incorporada ao direito português em 1568. A partir desta data só a Igreja Católica tinha competência para celebrar casamentos, instituto elevado à condição de sacramento, sobressaindo a indissolubilidade como sua principal característica. Funcionavam como legislação canônica complementar à legislação tridentina as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, confirmadas pelo Decreto Imperial de três de novembro de 1827. Cahali, Yussef Said. Divórcio e Separação. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

mais provável para esta indagação talvez esteja no rígido código moral a que estavam submetidas, aliada as proibições legais em vigor, no contexto de uma sociedade conservadora e patriarcal. Resta ainda pensar na manutenção do status de viúva como uma estratégia de sobrevivência, de manutenção dos bens e da autonomia pessoal.

Contrair novo casamento obrigaria a nubente a fazer a partilha dos bens deixados pelo primeiro marido e com isso o enfraquecimento do patrimônio, subdividido entre os herdeiros, ficando a mulher destituída da administração dos bens, onde anteriormente poderia auferir renda, a exemplo de escravos de ganho e casas de aluguel. E havia, ainda, o temor de que a mulher pudesse ser vítima da esperteza de um novo pretendente ameaçando o patrimônio amealhado, que pudesse colocar em risco a manutenção do status financeiro e da autonomia pessoal alcançados.

Não fazia por menos com as viúvas o virtuoso e sábio Rei D. José que afirmava serem para elas ainda mais prejudiciais as desordens causadas, se contraíssem segundas núpcias, pois se deixavam levar pelos vadios e cubiçosos, que não buscam o estado do matrimônio para os santos fins, que a Igreja ensina, mas sim, para administrarem os bens de suas consortes, dilapidando-os ou usurpando-os, dando sensíveis prejuízos aos órgãos. E assim legislava o Rei que todas as mulheres viúvas que tivessem filhos ou netos e desejassem contrair novas núpcias, que se nomeasse para os sucessores, através da Mesa do Desembargo do Paço, um administrador honesto, e que fossem proibidas as tutorias⁵³.

Embora não existam referências à realização de novas núpcias ou mesmo de envolvimento afetivo que resultasse coabitação, nos testamentos são reveladas uniões espúrias a exemplo do concubinato, confessadas no momento em que se pressentia a chegada da morte, como forma de expurgar o pecado cometido, confessadas sob a expressão “união ilícita” ou “terem vivido em pecado”, numa alusão à condenação da Igreja Católica ao concubinato. As formas alternativas de convivência eram estigmatizadas pela Igreja que reduziu a mulher ao papel de esposa e mãe como nos diz Del Priore: “Ao transferir para a Colônia uma legislação Civil e religiosa que só reconhecia o estatuto social da mulher casada e mãe, a Igreja apertava o cerco em torno de formas não sacramentadas de convívio”⁵⁴.

É o caso de Maria Joaquina da Silveira que possuía uma loja de fazendas na Rua Direita de Santa Bárbara e alguns escravos carregadores de cadeiras e do serviço doméstico. Em seu testamento declarou-se solteira, confessando ter vivido em “união ilícita” com Vicente Ferreira de Freitas Guimarães, já falecido. Dessa união Maria teve uma filha, Clara Virginia Freitas Guimarães, também falecida a época do testamento.

Outras mulheres declaram a existência de filhos, alguns já falecidos, mas não fazem referência ao estado civil, a existência de um companheiro ou marido, deduzindo-se serem mães solteiras, que assim permaneceram em decorrência de relacionamentos com homens

⁵³ NASCIMENTO, 1986, p. 127.

⁵⁴ DEL PRIORE. 1995, p. 50.

casados, ou mesmo uma opção pelo estado de solteirice como é o caso de Maria das Mercês, proprietária de uma taverna na Estrada do Cabula, que declarou-se sem ascendentes e nem descendentes, deixando sua propriedade para uma escrava de nome Maria Assunção.

A opção pelo celibato foi confirmada no caso das mulheres estrangeiras, a exemplo de Frederica Reimers⁵⁵ que vivia com uma irmã e de Raymunda Porcina⁵⁶, que fez questão de constar no seu testamento o fato de ser solteira e de nunca ter convivido com ninguém, afirmando não ter tido filhos, tendo deixado boa parte de seus bens para escravos que denominou de protegidos e outras doações para Santa Casa de Misericórdia⁵⁷.

O estado civil é uma forte referência em meio às disputas por bens. A vida acontece e as relações de gênero e patriarcais se tornam visíveis, restando espaço para histórias de amor, desunião e rancor que no curso do inventário foram expostas pelo casamento de alguns herdeiros, do recato e da virgindade exigidos das nubentes.

Sobressaiu o caso de Guilhermina Matilde de Barros, enteada da viúva Caetana da Silva Lisboa, filha de união anterior de João Antonio de Barros⁵⁸ com Clara Balbino de Barros Lisboa. Guilhermina herdou 1 conto 265 mil 891 réis, mais dívidas ativas do negócio de seu pai, um escravo e duas casas em Salvador, que eram alugadas em nome dela. Presume-se que tinha condições materiais de manter-se e administrar sua vida. Em 1868, então com 19 anos, se viu envolvida numa querela judicial, decorrente da falta de autorização do seu tutor para contrair núpcias com Fortunato Antonio de Freitas, diretor de colégio e funcionário da Santa Casa de Misericórdia. A falta de autorização decorria do fato de já ser o pretendente viúvo e ter seis filhos do enlace anterior. A autorização foi concedida e nossa personagem seguiu rumo ao altar, para compor a nova família, junto ao seu marido, que passara a administrar seus bens, na contramão do caminho percorrido por sua madrasta, que além de mãe, madrasta e viúva, era proprietária de padaria na Rua do Tinguí e uma taverna na Rua da Preguiça⁵⁹.

⁵⁵ APEB, Seção Inventários, Estante 3, cx. 1056, maço 1525, doc. 5.

⁵⁶ APEB, Seção Inventários, Estante 7, cx. 3067, doc. 5.

⁵⁷ No caso de Raymunda Porcina a Santa Casa de Misericórdia recebeu ainda alguns imóveis após a morte dos escravos dela, beneficiados com o usufruto instituído no testamento. A expectativa de direito em relação aos imóveis fez com que a Santa Casa de Misericórdia acompanhasse o ciclo de vida dos escravos da benfeitora daquela instituição.

⁵⁸ João Antonio de Barros faleceu em 23/08/1856, deixando cinco filhos, três dos quais de seu casamento anterior. Fonte APEB, Estante 5, cx.1658, maço 2127, doc. 1.

⁵⁹ Indagamos até que ponto a história relatada encontra ressonância no pensamento de Rousseau na inabilidade das mulheres para a vida pública e na sua primordial função de viver em dedicação ao marido. Este sim um afortunado, pois teria uma esposa jovem, a quem caberia os trabalhos domésticos e a educação dos seis enteados e, quiçá, dos filhos que viesse a ter. “Rousseau, o grande democrata, entrava em pormenores sobre a natureza feminina que sujeitava as mulheres à autoridade masculina. As mulheres sentenciava ele, são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública. Em *Émile*, no qual Rousseau expunha a educação espontânea natural ideal para um homem distante das corrupções da sociedade, a educação de sua contrapartida feminina, a infortunada Sofia, é muito diferente. As mulheres devem ser educadas para agradar os homens e ser mães. Devem ser educadas na reclusão sexual e castidade que legitimam a paternidade. Devem aprender a estimular o desejo masculino e ao mesmo tempo impedir a

A reclusão sexual também foi observada neste caso, pois alguns dias antes do casamento, a noiva foi devidamente depositada na casa de um terceiro, Manoel Abreu Contreiras, e de lá saiu no dia do casamento, como forma de garantir a sua castidade até a chegada ao altar e a legitimidade da paternidade do seu futuro marido.

A honra da mulher constitui-se em um, conceito sexualmente localizado do qual o homem é legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento. Essa concepção impõe ao gênero feminino o desconhecimento do próprio corpo e abre caminhos para a repressão de sua sexualidade.⁶⁰

Evidencia-se o alcance do poder e supremacia do macho frente ao corpo feminino, na extensa rede de dominação amparada no patriarcado e nas relações de poder assimétricas. Não sem razão nos diz Saffioti: “Em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia”⁶¹.

Neste sentido caminharam as mulheres que compõem este estudo. A cidade de Salvador desenvolvia ativo comércio, destacando-se então os grandes negociantes no ramo de importação e exportação, detentores do grande capital que movia a economia e as decisões políticas na província da Bahia. Nos espaços menores e não menos importantes, estão inseridas as mulheres, lojistas, prestadoras de serviços, retalhistas e ambulantes. O mundo dos pequenos negócios fazia a economia girar, além de atender diretamente aos consumidores. No cotidiano do labor de vender, obter lucro, ganhar dinheiro e dirigir a casa e a família estão mulheres comuns, brancas, negras, pobres ou abastadas, cuja história nos chega pela trilha dos almanaques e inventários, possibilitando novas descobertas, num universo onde ainda há muito a ser estudado.

REFERÊNCIAS

- BESSE, Suzan. *Modernizando a desigualdade de reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: ADUSP, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder: mulheres e política na Bahia*. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM- UFBA, 1998. (Coleção Bahianas, n. 2).
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

lascívia dos homens. A sedução é própria de sua natureza; elas são desejosas de agradar, modestas, tolerantes da injustiça, ardilosas, vãs, e artísticas em grau menor. Na família os homens devem governar essas frívolas criaturas. (NYE, Andréa. *Teoria Feminista e as filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995, p. 20).

⁶⁰ SOIHET, 2001, p. 389.

⁶¹ SAFFIOTI, 2000, p. 184.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília (DF): INL-MEC, 1980.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio; Brasília (DF): INL, 1977. 2v.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira do. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Empresa Gráfica da Bahia, 1986.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, 1600/1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: Ed. Casa de Jorge Amado; Centro de Estudos Baianos, 2000.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SANTIAGO, Anfrísia. *D. Raimunda Porcina de Jesus (A CHAPADISTA)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1968. Caderno n. 50.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.
- SHOTTER, J. Logan S. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, M. Mc Canney. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Brasília: EDUNB; Rosa dos Tempos, 1993.
- SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUNEB, 2007.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp; Contexto, 2001.
- SWAIN, Tânia Navarro. *Quem tem medo de Foucault? feminismo, corpo e sexualidade*. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art05.html>>. Acesso em:
- TEIXEIRA, Maria das Graças de Souza. *Infância, sujeito brincante e práticas lúdicas no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

AS MULHERES NOS DOCUMENTOS DA IGREJA: DE VATICANO II AO NOVO CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO (1961 – 1983)¹

Ana Livia Vieira Rodrigues



Imagem cedida por irmã Ana Graça

CONCÍLIO VATICANO II E CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN

Tratar das mulheres nos documentos da Igreja é o mote desse artigo; referências a elas não é difícil de encontrar, no período estudado, mas tratar de sua participação na elaboração dos mesmos é tarefa nada fácil. Discussões sobre elas estiveram presentes no Concílio Vaticano II e nas conferências, mas os registros não aparecem nos documentos resultantes de tais eventos. A hierarquia, exclusivamente masculina e sexista, apagou das conclusões os rastros que uma reescrita feminista da História da Igreja tem o interesse de construir.

A partir da década de setenta, questões referentes às mulheres ou documentos dedicados a elas passaram a fazer parte do corpus oficial da Igreja Católica e se tornam mais intensos nos anos posteriores. Isso é verificado em um contexto pós Vaticano II, Conferências de Medellín e Puebla e, principalmente, a partir do movimento de ordenação de mulheres, que, em resposta, o Vaticano publicou alguns documentos para reafirmar sua posição quanto ao assunto.

No ano de 1974, nos Estados Unidos, onze mulheres da Igreja Episcopal foram ordenadas de maneira não convencional – no ano de 1977, essa situação foi regularizada. No mesmo período, 1972, foi ordenada a primeira mulher rabina, no mesmo país, motivações que fizeram as católicas estadunidenses discutirem a questão de maneira mais ampla. Primeiro

¹ Título da Dissertação: “Vozes Divergentes sobre o sacerdócio de mulheres na Igreja Católica”, sob a orientação da Profa. Dra. Lina Aras Brandão.

aconteceu um encontro, em Detroit, 1975, e no ano seguinte, se deu a criação da WOC – Conferência para a Ordenação de Mulheres.

Ainda em 1976, o Vaticano argumentou através de uma declaração sobre a questão da admissão das mulheres ao sacerdócio, proveniente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, que esse não era um direito a ser concedido; pois fundamentado na masculinidade de Jesus, não havia possibilidade para a ordenação de mulheres.

Com o passar do tempo foi se verificou-se que a ordenação de mulheres estava crescendo em diversos lugares do mundo entre as Igrejas da Reforma, ao mesmo tempo em que a ação das católicas se ampliava com diversos grupos e a ajuda da Teologia Feminista. Entre as formas de reivindicações, pode ser citado, o Movimento Mulher-Igreja. Este se caracteriza por se encontrar em pequenas comunidades e pelo ecumenismo², na vivência dos sacramentos sem contar com a presença do clero oficial, participando às vezes padres casados, com abertura para a participação de homens leigos e tendo como base o feminismo. Podendo ser encontrado em países como a Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Alemanha, Suíça dentre outros. O lema dessas comunidades é “ser Igreja”, de maneira renovada, tendo em vista que a posição da hierarquia não se modificou.

No entanto, o assunto da ordenação de mulheres não foi dado por encerrado como queria o Vaticano, pois as feministas começaram a combater os próprios conceitos de sacerdócio, hierarquia, poder e celibato dentro da Igreja Católica. Em resposta, nos documentos oficiais foi mantida a mesma opinião e, mesmo quando não esperado ou quando parece contraditório, ela está presente para ser reafirmada a impossibilidade da ordenação feminina.

Os documentos que tratam das mulheres ou outros que se referem a elas nos mais diversos aspectos, não só para lhes negar o sacerdócio ou qualquer outro ministério ordenado, carecem de análise para verificar os contextos em que foram escritos, qual foi a participação das mulheres na escrita dos mesmos e que tipo de linguagem é utilizada; para melhor entender essa ênfase na presença feminina principalmente na década de oitenta. Para isso é necessário retroceder no tempo e chegar ao ano de 1962, início do Concílio³ Vaticano II e marco na vida da Igreja na contemporaneidade.

Mesmo sendo uma Igreja centralizada, João XXIII surpreendeu quando convocou um novo concílio dois meses após ter assumido seu pontificado, em dezembro de 1961. O 21º concílio ecumênico propôs a mudar a concepção de Igreja em um mundo que havia passado

² Diálogo com outras religiões onde as comunidades feministas existem.

³ Os concílios ou sínodos constituem como instituição eclesial, uma assembléia em que se delibera e se tomam decisões nos campos dogmáticos, canônico, litúrgico, moral ou disciplinar. O grau de participação ou representatividade (papa, bispos, outros membros do Povo de Deus); o caráter de tais assembléias (desde o âmbito da Igreja universal até o de uma região ou província eclesiástica).

por profundas transformações desde seu último concílio: a Revolução Russa (1917), as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), a Guerra Fria, a Revolução Cubana (1959), todo avanço científico-tecnológico, a busca de novos paradigmas de comportamento social e a mais longa revolução – a emancipação da mulher.

Porém, João XXIII só participou da primeira sessão do concílio. Faleceu o Papa considerado pelos meios de comunicação como um pontífice de transição devido a sua idade avançada. Um novo conclave foi instaurado e, mais uma vez, foi eleito um romano para ser papa, o bem relacionado, Paulo VI, amigo do primeiro ministro italiano: “[...] em 1º de novembro de 1954, foi nomeado arcebispo de Milão e, paralelamente, desempenhou a tarefa de Capelão da Juventude Universitária Italiana, cujo presidente era Aldo Moro” (GUTIERREZ, 1995, p. 57).

Em setembro de 1963, Paulo VI iniciou a segunda sessão, e em dezembro de 1965 encerrou o concílio. Aqueles foram tempos de grande efervescência para a Igreja, devido ao contexto mundial e, para a América Latina, especialmente após a Revolução Cubana, onde a simpatia por parte de religiosos e leigos pela teoria marxista, preocupava a alta hierarquia da Igreja.

Durante o concílio se imprimiu um novo modelo eclesiológico⁴, diferente do modelo institucional-hierárquico que caracterizou o Vaticano I, pois a proposta vinda principalmente por parte dos teólogos especialistas em concílio foi do modelo comunitário-carismático. Nesse, a Igreja de uma instituição centralizada no papa e na cúria, onde os bispos são mais vigários do papa que pastores, e os leigos apenas seres sem iniciativa, passou a ser Igreja “Povo de Deus”⁵: “exprimindo a fundamental igualdade e a comum dignidade de todos os membros da Igreja” (ALMEIDA, 1988, p. 322).

Não obstante, dois modelos eclesiológicos conviveram durante o concílio: de um lado, os que desejavam uma Igreja que mantivesse o caráter jurídico e pastoral e do outro, os que desejavam mais espaço para a colegialidade⁶ episcopal, e voltada para o mistério de comunhão. Um exemplo, do centralismo da Igreja é que em toda fase de preparação do concílio, as decisões estiveram nas mãos da cúria romana e “o Brasil foi muito pouco contemplado na preparação do concílio” (BEOZO, 1994, p. 73).

⁴ Todo modelo é uma simplificação e uma esquematização. [...] Em eclesiologia, pode ser elaborados inúmeros modelos. Poucos, porém, são eficazes para ajudar-nos a compreender o fenômeno Igreja num contexto histórico determinado.

⁵ Expressão que emerge no segundo capítulo do Lumen Gentium.

⁶ Propriedade do episcopado segundo a qual todos os bispos formam em conjunto um corpo ou uma unidade funcional solidariamente responsável pela Igreja universal e pela evangelização do mundo, são juizes da fé e legisladores supremos sob a autoridade do bispo de Roma.

Se a participação dos bispos do Brasil e de outras nações foi assim, o que dizer das mulheres? A despeito de não fazer parte das tomadas de decisões, nem mesmo na fase preparatória, mulheres, fossem elas religiosas ou leigas, na sua maioria teólogas se envolveram nos debates informais:

[...] Apesar de não poderem penetrar nas tacanhas formas de pensar e agir que caracterizavam uma hierarquia praticamente toda masculina, a comunidade católica, a partir dos anos 60, lucrou com os consideráveis talentos e intuições – bem aceitos ou não – de mulheres de boa formação teológica. Isso fazia parte da mentalidade geral de abertura e experimentação que predominou nos anos conciliares e pós-conciliares (HUNT, 2001, p. 59).

Comparando os aproximadamente 2.500 homens participantes, e as 7 mulheres sem direito de voto (MARCÍLIO, 1984, p. 31) e, conseqüentemente, sem influência nas tomadas de decisões, pode ser considerada insuficiente a presença feminina, se levado, em consideração a presença das mulheres na Igreja Católica tanto entre as leigas como religiosas. O Cardeal Suenens e alguns bispos ficaram admirados de que se procedesse como se as mulheres não existissem:

No início da 2ª Sessão do Concílio Vaticano II, em 1963, o Cardeal Suenens, então arcebispo de Malines Bruxelles, fez uma insólita intervenção na aula conciliar, na qual se perguntava: “Mas onde está aqui a outra metade da humanidade” e fazia a proposta de que também as mulheres fossem admitidas no concílio na qualidade de ouvintes. A proposta será aceita, ainda que uma análise das intervenções conciliares sobre o tema da mulher apresente resultados bastante modestos. (GIBELLINI, 1992, p. 110).

O concílio, entretanto, tomou posição a favor das mulheres ao combater sua discriminação na vida social e cultural, insistindo que a educação acompanhasse os novos tempos e proporcionasse homens e mulheres cultos e de personalidade forte (nº. 294), defendeu os dois como autores da cultura (nº. 206) e protegeu interesses específicos das mulheres:

Na verdade, nem todos os homens se equiparam na capacidade física, que é variada, e nas forças intelectuais e morais, que são diversas. Contudo qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja ela social ou cultural, ou funde-se no sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião deve ser superada e eliminada, porque contrária ao plano de Deus. É de lamentar realmente que aqueles direitos fundamentais da pessoa não sejam ainda garantidos por toda a parte. É o caso quando se nega à mulher a faculdade de escolher livremente o seu esposo, de abraçar seu estatuto de vida ou o acesso à mesma cultura e educação que se admitem para o homem (Gaudium et Spes, nº. 289, p. 172).

Porém, a questão da mulher na instituição pouco modificou, tem sim ampliado, desde então, a sua atuação enquanto leiga, como demonstra o Decreto Apostolicam Actuositatem: “[...] Mas porque, nos nossos dias, as mulheres têm, cada vez mais, sido parte ativa em toda a vida da sociedade, é de grande importância uma participação mais ampla delas também nos vários campos do apostolado da Igreja” (nº. 1366).

Devemos entender apostolado apenas enquanto serviço como leiga – sem poder de decisão. O próprio Vaticano II foi quem autorizou o diaconato permanente como ministério

ordenado no seu artigo da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja e aí, mais uma vez, as mulheres foram excluídas do serviço hierárquico:

[...] Mas como estes ofícios, muito necessários para a vida da Igreja, não podem se cumpridos na disciplina da Igreja latina hoje vigente senão com muita dificuldade, o diaconato futuramente poderá ser restaurado como um grau próprio e permanente da hierarquia. Cabe as várias espécies de competentes grupos territoriais de bispos, com a aprovação do Sumo Pontífice, decidir se e onde é oportuno instituir tal tipo de Diaconato para o bem das almas. Com o consentimento do Romano Pontífice este diaconato pode ser conferido a homens de idade mais madura, mesmo casados, ou a moços idôneos, para os quais, porém, deve continuar firme a lei do celibato (nº. 29, p. 76).

Convém ressaltar que as atividades pertencentes ao diaconato são: administrar solenemente o batismo, conservar e distribuir a eucaristia, assistir e abençoar o matrimônio em nome da Igreja, presidir o culto, levar o Viático aos que estão para morrer, ler o evangelho, officiar exéquias e enterros. É só não ter o padre ou diácono que as mulheres que executam quase todas as tarefas, sendo exceção apenas a realização do casamento.

O que motivou a liberação da ordenação diaconal pelo concílio? Já na década de sessenta a Igreja não podia esconder a escassez de sacerdotes e, mais uma vez, foi estimulada, por parte das feministas da Igreja, a questão que as mulheres são a maioria no exercício das funções diaconais; mas apenas o exercício de tais atividades pelos homens passou a ser legitimado. Como afirma Fiorenza: “[...] os ministérios femininos são despojados do poder de promover mudanças fundamentais na Igreja” (SCHÜSSLER-FIORENZA, 1995, p. 41). Na distribuição das competências a Igreja se verifica da seguinte forma:

A Igreja, fundamentalmente, está organizada em três grandes corpos: a hierarquia que vai do Papa até o diácono; os leigos que são batizados e que não participam da condução da comunidade cristã e os religiosos, que ficam entre os leigos e a hierarquia, possuindo algo de ambos. Nesta questão das competências os religiosos são contados no número dos hierarcas (BOFF, 1982, p. 54).

Muitas teólogas feministas, a exemplo de Gebara, analisam que não adianta desejar que as mulheres passem a fazer parte nem da alta hierarquia - como bispas, nem da baixa - como diaconisas, pois sem transformações nas estruturas eclesiais o sexismo continuará. E criticam as que desejam por demanda de igualdade exigir a inclusão das mulheres dentro dessa estrutura patriarcal. Outras como Fiorenza (1995) acreditam que só pleiteando os cargos mais altos elas podem trazer mudanças:

O movimento contemporâneo em favor da ordenação de mulheres parece haver se inspirado no movimento feminista moderado da virada do século, ao defender a admissão de mulheres a postos subordinados na liturgia, sem exigir plena autoridade e poder sacramental do *múnus* episcopal para as mulheres. No entanto, julgo que as mulheres só terão plena “liberdade” para servir em postos subordinados depois de conseguirem acesso aos mais elevados ofícios da Igreja (BOFF, 1992, p. 42).

Sem poder de decisão nos baixos escalões da Igreja, caso tivessem sido incorporadas ao diaconato, as mulheres continuariam sem poder de decisão devido às formas de

organização das estruturas; não conseguindo lutar por igualdade dentro da instituição. Por isso, Fiorenza ressalta a necessidade de alterações estruturais na sociedade e na Igreja, para que uma influencie a outra na conquista dos plenos direitos femininos.

Os movimentos de emancipação das mulheres comprovam o mesmo, a igualdade não é alcançada ao colocar mulheres nas ciências, no poder político, ou como pastoras, até mesmo porque algumas mulheres que passaram a ocupar tais espaços se conformaram com suas estruturas patriarcais e outras, feministas, não foram em número suficiente para promover as mudanças necessárias.

Para as mulheres católicas, as mudanças no concílio não foram das mais significativas, principalmente como fiéis, mas permitiram abertura para as CEBs, conselhos paroquiais e diocesanos de pastoral e assembleias diocesanas, ou seja, novas formas de eclesialidade, com mais participação dos (as) leigos (as) na vida da Igreja. O pensamento e as preocupações da Igreja foram se modificando e a ressonância disso para a América Latina foram as conferências – sendo primeira a de Medellín.

Com o título de *Presença da Igreja na atual transformação da América Latina*, três anos após o encerramento do Vaticano II, o episcopado do continente se reuniu na cidade de Medellín, na Colômbia, para a sua II Conferência, em 1968. No entanto, o desejo de transformação já era percebido antes da conferência, o próprio episcopado brasileiro saiu do concílio em 1965 com um Plano de Pastoral de Conjunto – PPC e a Campanha da Fraternidade – CF.

A doutrina social levou parte das (os) fiéis a uma caminhada de Igreja atenta ao que é chamado de “sinais dos tempos” na própria Igreja e na sociedade, o que significou um olhar preocupado com a realidade social e proporcionou questionamentos de como modificar as injustiças percebidas. Assim, temas como Igreja Povo de Deus e dos Pobres (nº. 8 da *Lumen Gentium*), que emergiram do concílio já haviam começado a fazer parte na vida da Igreja na América Latina e foram retomados em Medellín:

Da preocupação de como aplicar o Vaticano II às circunstâncias próprias da América latina, chegou-se três anos depois, em Medellín. Ele não repete o Vaticano II, Medellín refaz, num certo sentido, o Vaticano II e, em muitos pontos, dá um passo além: aí emerge pela primeira vez a importância das comunidades de base, esboça-se a teologia da libertação, aprofunda-se a noção de justiça e de paz ligadas aos problemas da dependência econômica, coloca-se o pobre no centro da reflexão da igreja no continente (BEOZZO, 1994, p. 117).

Tendo em vista, a conjuntura social e de Igreja, o desejo por parte do episcopado presente em Medellín era de um modelo eclesiológico ainda mais aberto do que foi no Vaticano II: Igreja a partir dos pobres, caminho pela qual a desejada libertação política e religiosa seria alcançada:

O eixo estruturante deste modelo são os pobres. Eles não são encarados individualmente, mas coletivamente; não são analisados acriticamente, mas sociológica e economicamente, perante eles não se adota uma atitude assistencialista e paternalista, mas solidária e propriamente política (ALMEIDA, 1988, p. 337).

O sujeito histórico passou a ser o povo oprimido, que tomando consciência da sua situação, se articula e busca novas práticas de vida, uma sociedade alternativa, onde não sejam injustiçados. A Juventude Universitária Católica e a Ação Operária Católica além de outros grupos participaram desse processo e acreditaram na libertação vinda do povo e com o povo.

Estudar a Bíblia na ótica dos pobres formando os “círculos bíblicos” geralmente foi um primeiro passo na constituição de pequenas comunidades de base dentro da Igreja Católica, que partiam do aprofundamento da fé até uma libertação não só do pecado pessoal, mais do econômico, político e cultural que os oprimiam.

Essa vivência eclesial gerou uma nova distribuição do poder nas comunidades, a visão piramidal foi se tornando mais participativa, toda a Igreja passou a ser encarada como sacramento, as celebrações nas comunidades que adotaram esse modelo passaram a ser mais criativas, incorporando elementos da realidade local, modificando uma liturgia puramente romana. Leonardo Boff (1982, p. 25) se referiu a uma “verdadeira eclesiogênese, a Igreja nascendo da fé dos pobres”. No entanto, outras formas de ser Igreja na América Latina conviveram nesse período.

Onde estavam às mulheres nessa eclesiogênese a partir de Vaticano II e Medellín? Assim como no concílio, a participação feminina na elaboração do documento foi pouca, interferindo mais de forma indireta, nos debates fora da conferência. Pouca referência ao fato é encontrada na bibliografia estudada sobre os documentos: “Cabe assinalar que outros brasileiros estavam presentes na Assembléia [...] Irmã Irani das Missionárias de Jesus Crucificado” (BEOZZO, 1994, p. 159), ela é o único nome feminino citado pelo autor, o que é um avanço se comparado aos que nem isso faz.

O documento de Medellín é considerado um progresso no campo de compromisso social, ao tratar da libertação do pobre; por outro lado, continuou sem utilizar de uma linguagem inclusiva, sendo a mulher tratada entre os pobres, isso não assinala que entre estes geralmente as mulheres são as mais pobres. Na introdução do documento, já se percebe, a invisibilidade feminina que havia sido também utilizada no Vaticano II:

Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral de seu episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Assim sendo, não se acha desviada, mas voltou-se para o homem, consciente de que para conhecer Deus é necessário conhecer o homem (PAULO VI, p. 37).

Geralmente, o termo mulher, e quase nunca mulheres no plural, pois quando trata da mesma, é uma mulher genérica no singular, geralmente aparece nos documentos oficiais que

aborda a Igreja como um todo, em tópicos como: família, liturgia e, às vezes, entre os leigos e religiosos. O documento de Medellín, não foi tão diferente nesse aspecto: "Recomendamos antes de tudo que a vida religiosa leiga, tanto para homens como para mulheres, constitui em si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos" (Documentos de Medellín, Religiosos e leigos, nº. 18, p. 178).

Na falta de um sacerdote — parte da hierarquia — os religiosos que podem optar ou não em receber o sacramento da ordem e também se tornarem padres - e as religiosas, que são sempre leigas, são consideradas um apoio importante nas comunidades:

Os religiosos leigos poderão prestar frequentemente um apoio valioso ao ministério hierárquico. Deste modo é que adquire especial importância, na situação atual, o trabalho que realizam, por exemplo, as religiosas encarregadas de paróquias nos lugares em que a presença sacerdotal não é permanente (Idem, *Ibidem*, nº. 20, p. 179).

Na prática, o que vigora é que nas comunidades mais distantes e mais pobres, quem estão presentes são os religiosos de ambos os sexos atuando como líderes ou animadores (as) das comunidades, como são chamadas (os), sendo que entre eles as mulheres são maioria. A preocupação presente no documento é que durante o período de formação dos religiosos sejam oferecidos estudos, principalmente, de formação acadêmica, na área de Filosofia para os futuros sacerdotes (Idem, p. 185), sendo assim, as mulheres não estão incluídas.

Pode ser considerado um avanço o item sobre a renovação de estruturas pastorais para as comunidades cristãs de base, mesmo permanecendo uma visão ainda hierarquizada. A mulher é reconhecida entre as lideranças, até mesmo porque se negassem as mulheres tal função a maioria das comunidades ficariam sem as ditas animadoras comunitárias:

Elemento capital para a existência de comunidades cristãs de base são seus líderes ou dirigentes. Estes podem ser sacerdotes, diáconos, religiosos, religiosas ou leigos. É desejável que eles pertençam à comunidade por eles animada. A escolha e formação dos líderes deverá ter acentuada preferência na preocupação dos párocos e bispos, os quais terão sempre presente que a maturidade espiritual e moral depende em grande parte de assunção de responsabilidade em um clima de autonomia (Idem, *Comunidades cristãs de base*, nº. 11, p. 208).

Esse tipo de liderança nas comunidades de base é possível através da visão de "Igreja dos Pobres" que nasceu a partir de Vaticano II e de Medellín. Porém, foi a partir de Puebla que a mulher passou a ser vista como parte integrante da evangelização, temática da III Conferência do Episcopado da América Latina. Mas, de 1968 a 1979, muitas rupturas e permanências ocorreram na história da Igreja e na sociedade.

AS MULHERES NA CONFERÊNCIA DE PUEBLA

Em julho de 1978, as feministas norte-americanas reclamavam que estava acabando o prazo e o congresso de seu país, não havia aprovado a emenda que recebeu o nome de *ERA* —

Equal Rights Amendment, que traria igualdade de direitos para as mulheres e complementaria a lei que proibia discriminação por sexo. A denúncia por parte das feministas era a de que:

As pessoas a favor da emenda alegam jogo sujo na política, dizem que muitas acusações não têm relações com os direitos legais femininos, alegando que a emenda irá incorporar o homossexualismo, o marxismo e banheiros comuns para os dois sexos, que os oponentes à emenda se utilizam de histórias de horror nas quais as mulheres foram forçadas a lutar e foi permitido o casamento de homossexuais. (Jornal A Tarde, 09/07/1978, p. 3).

Os oponentes à emenda não pararam por aí contaram ainda com as donas-de-casa, que estavam horrorizadas em ter que trabalhar no caso de aprovação, e em defesa delas quererem ser sustentadas por seus maridos. Eles argumentaram com os legisladores que, se aprovada, a emenda poderia arruinar com o modo de vida no país, as mulheres e as crianças não ficariam mais em casa!(Idem, Ibidem, p. 3).

No mesmo mês, nasceu na Inglaterra o primeiro bebê de proveta, e a Igreja Católica mais uma vez não modificou sua posição quanto à inseminação artificial. No Brasil, o cardeal Dom Evaristo Arns declarou que “milhares e milhares de menores carentes estão nascendo diante de nossas vistas, sem que nos lembremos deles, enquanto se discute em todo o mundo, o feito do médico inglês” (Jornal A Tarde, 27/07/1978).

Dias depois, 6 de agosto de 1978, morreu o chamado “papa peregrino”, Paulo VI, vítima de um ataque cardíaco. Um novo conclave foi convocado e, após as consultas informais, teve início sem que os cardeais, como menos de oitenta anos, como havia determinado o papa falecido, tivessem direito a voto. A tradição foi mantida e foi eleito um italiano; e o mais importante, na visão de muitos dos eleitores, segundo o jornal A Tarde da cidade do Salvador, que a escolha foi para manter a linha moderada do papa anterior, uma tentativa de agradar reformistas e conservadores (Idem, 25/08/1978).

No dia vinte e sete do mesmo mês, foi eleito o cardeal Luciani, cuja principal característica apontada era o fato de ser pastor, assumindo o pontificado com o nome de João Paulo I. Trinta e três dias após a eleição, o já considerado “papa sorriso” foi encontrado morto depois de uma noite de sono. Um novo conclave e desta vez marcado por muitas especulações: João Paulo I foi assassinado? Seria eleito um papa bem mais jovem para não se enfrentar outro pontificado tão curto?

Devido à situação, o conclave acabou coincidindo com o período em que seria realizada a Conferência de Puebla, que foi então adiada para o ano de 1979. E os 111 cardeais reunidos demoraram mais dessa vez a escolher o novo chefe da Igreja. Naquele momento, Dom Paulo Evaristo Arns assumiu publicamente que era o momento de escolher uma papa latino. Não deu um latino, nem africano, mas o resultado também surpreendeu. Depois de 455

anos não foi eleito um italiano, mas um originário de país comunista: o cardeal polonês Karol Wojtyła, de 58 anos, considerado pela imprensa como um teólogo conservador.

Aos dezenove anos, o jovem Wojtyła, viveu em seu país o drama do nazismo, dos seus trinta e seis colegas do ginásio, dezoito morreram nos campos de batalha e três nos campos de concentração (ALVES, 1979, p. 24), foi testemunha dos sofrimentos vividos pela população de Varsóvia. Após a II Guerra Mundial, a Polônia sem autonomia e liberdade se tornou presa do totalitarismo stalinista, o então cardeal Wojtyła lamentava:

Atravessamos dias dolorosos. Fomos testemunhas da arrogância a qualquer liberdade de pensamento, a qualquer postulado por mais justo que fosse, a qualquer reivindicação. A nossa tragédia é consequência das humilhações pelas quais a nossa sociedade, o nosso povo foi obrigado a passar nos últimos anos, humilhações que não pouparam nem a Igreja (ALVES, 1979, p. 25).

Proibido muitas vezes de realizar cerimônias religiosas quando era ainda era padre, o cardeal, levou para seu pontificado as marcas das experiências vividas na Polônia. Ao assumir no fim de outubro de 1978, já estavam traçadas as linhas principais do seu papado: a continuidade das reformas eclesiais, o governo colegial compartilhado entre o papa e os bispos, e a aproximação da Igreja com outras religiões.

O papa polonês vinha de uma Igreja que lutava por sobrevivência e não polemizava questões como divórcio, sacerdócio de mulheres, aborto, fim do celibato e outros como faziam os católicos ocidentais. O Brasil também passava por mudanças e não só no campo religioso católico...

O início da abertura política (1974-1979), com o presidente Ernesto Geisel, relaxando parte da pressão sobre a sociedade civil e a Igreja, coincidiu igualmente com a eleição de João Paulo II e com o movimento já então bem definido de “volta à grande disciplina”, como o chamou Libânio, num livro premonitório (BEOZZO, 1994, p. 212).

O historiador Eamon Duffy (1998, p. 292) descreve a imagem do papa vista pelos fiéis na segunda metade da década de noventa: “Foi enaltecido por alguns como a resposta de Deus ao Vaticano II e denunciado por outros como um opressor de mulheres”. O que confirma o que foi apontado pela imprensa desde sua eleição, o conservadorismo foi o que prevaleceu na Igreja Católica até 2005, ano de sua morte.

O ano de 1979 começou na Igreja da América Latina numa tensa expectativa de como seria a III Conferência do continente: O novo Papa condenaria a Teologia da Libertação? Como se resolveriam as divergências entre progressistas e conservadores durante a conferência? Essa conferência seguiria um novo modelo-político baseado nas experiências das comunidades de base?

Esta campanha organizada contra a Teologia da Libertação, na qual toma parte o próprio secretário-geral do CELAM, Dom Lopes Trujillo, encarregado da preparação de Puebla, não deixa de causar inquietação e de ser uma sombra nesta preparação para Puebla (BEOZZO, 1994, p. 139).

Dom Avelar, que havia presidido a II Conferência em Medellín, afirmou a imprensa baiana que “tanto os progressistas como os conservadores atenderiam ao pedido do papa e o clima seria de conciliação durante o evento” (JORNAL A TARDE, 04/02/1979) e confirmou sua opinião após a abertura, de que o clima de tranquilidade seria mantido, comunismo e capitalismo não seriam temas e a pedido do pontífice tratariam de direitos humanos. Após a conferência o cardeal de Porto Alegre, Vicente Scherer, rotulou como “inverídica” a condenação da Teologia da Libertação pelo papa (Idem, 20/02/1979).

Enquanto a Igreja Católica nos Estados Unidos discutia a questão do sacerdócio feminino e firmavam um combate ao clericalismo e sexismo na instituição, na América Latina estas questões ainda não eram debatidas, e tidas como exagero das feministas católicas de lá, assim pensava o clero! E desta vez as mulheres foram registradas também pela imprensa bahiana como participantes da conferência – contraventoras da ordem estabelecida pela Igreja, o que se esperava delas – silêncio, serviço, humildade, tudo a exemplo de Maria – a imagem que não poderiam macular:

O arcebispo mexicano de Durango, Antonio Lopes Avinã, criticou um grupo de mulheres presente em Puebla. Este grupo, do qual participaram muitas religiosas, divulgou idéias consideradas revolucionárias e de índole marxista.

Avinã disse que a atitude dessas religiosas constitui uma ofensa às outras consagradas em todo o mundo, que vivem santamente dedicadas ao cumprimento de seus votos religiosos, servindo, assim, eficazmente, às comunidades cristãs que vivem (JORNAL A TARDE, 08/02/1979).

Fica perceptível, então, a contradição em ser Igreja, a idéia de universal se dilui nos diversos conflitos internos: as mulheres reivindicavam seus direitos e surpreenderam bispos conservadores como Avinã e pode ter acontecido o mesmo com os progressistas, que eram a favor até mesmo de padres pegar em armas para lutar ao lado dos pobres para fazer a revolução:

O jesuíta paraguaio, José Munarritz, chegou a afirmar que os padres podem, até, empunhar o fuzil se for necessário, para lutar pela justiça. [...] observou ainda, que depois da II CELAM, em Medellín, Colômbia, a Igreja organizou os padres para que defendessem seus direitos, mas a resposta foi a prisão de todos os que lutavam pela justiça (Idem, 08/02/1979).

Mas, demonstraram pouca preocupação quanto à questão da mulher no campo social e, principalmente, na Igreja. A CNBB se reuniu em Assembléia Geral Extraordinária na cidade de Itaici, São Paulo, entre os dias 18 a 25 de abril de 1978, e organizou um texto onde enfocou a realidade latina americana no desejo de contribuir na elaboração de um diagnóstico global do continente. Em um único dos seus itens aponta: “50. A marginalização cultural do povo traz conseqüências sérias para a vida de fé e para a convivência social; a marginalização

da mulher, que ainda aparece em nosso continente, debilita a vitalidade construtora da sociedade e da Igreja” (CNBB, Subsídios para Puebla, item 50).

Vale ressaltar que são sempre os homens querendo retratar a realidade das mulheres, não estava no relatório da CNBB que elas deveriam ser parte integrante na conferência, Maria, sim, é contemplada mais de uma vez como, Mãe da Igreja, e a forte manifestação religiosa do continente a ela.

Por outro lado, como salienta Gebara, o documento das Conclusões de Puebla se referiu bem mais às mulheres que os anteriores:

Em Puebla, algumas mulheres tentaram ficar nos bastidores para fazer passar algumas idéias que lembrassem a dignidade da mulher latino-americana. Conseguiram, a custo de serviços os mais variados, mostrar que estão presentes na igreja. O documento final de Puebla reconhece seu valor e lhes consagram algumas linhas que salientam sua dignidade e contribuição à evangelização do continente (GEBARA, 1989, p. 5).

Já no discurso de abertura do Papa João Paulo II, não consta a menção direta à mulher, o uso da linguagem inclusiva não se deu, a conferência contou com 300 representantes, como está assinalado na introdução a leitura do documento (PUEBLA, Pe. Beni dos Santos, p. 55.). Enquanto Gebara aponta a presença de algumas mulheres e nos bastidores; dentre os setores mais necessitados da evangelização a mulher aparece da seguinte forma “A Família (a Mulher)”, todavia, em seu nº. 57 trata da deterioração dos valores básicos da família, da não responsabilidade de todos os seus membros, divórcio, e se refere ao abandono do lar, sem salientar o quanto os homens fazem isso e as mulheres sozinhas assumem as obrigações da família, mas destaca de que em “alguns” grupos culturais é a mulher que se encontra em condição de inferioridade. (1989, p. 53, grifos da autora).

A opção preferencial pelos pobres é o eixo do documento, sem aprofundar que entre os pobres são as mulheres que enfrentam o maior grau de pobreza, como já foi dito. Afirmou, ainda, que entre opressores e oprimidos a Igreja tomava partido dos oprimidos e que isso era uma decisão evangélica, pois Jesus esteve do lado dos pobres e era também uma decisão política, devido as estruturas sócio-política que geravam a opressão. Podendo ser afirmado, no tocante a essa questão, influência da Teologia da Libertação, que se centra na categoria pobres.

E, mais uma vez, a importância das CEBs foi destaque para a vida da Igreja Católica e condenou que interesses políticos estivessem afastando a caminhada dessas comunidades de seus bispos (nº. 98), sem, contudo, explicitar que eram as mulheres as suas principais formadoras e lideranças. A caminhada de CEBs refletia uma Igreja bastante comprometida com a realidade social e que denunciava as injustiças, isso não era de agrado de todos os bispos da América Latina, até mesmo por que:

A Igreja na América Latina esteve presente no processo de consolidação do bloco hegemônico, atuando, tendencialmente, como agente conservador e legitimador, da forma um campo religioso-eclesiástico policlassista, refletindo dela os conflitos que atravessam a tecedura social, mas formando o seu bloco hegemônico eclesiástico com o poder todo nas mãos da relação papa – bispos – sacerdotes (BOFF, 1982, p. 180).

Não é de estranhar que os teólogos da libertação não foram incluídos entre os representantes da conferência, mas foram convidados por numerosos bispos (DUSSEL, 1981, p. 576); e que Pe. Comblin, deixado de fora, tenha reclamado da pequena representação do Terceiro Mundo nos comandos da Cúria e da troca de bispos progressistas por conservadores na Conferência Episcopal Latino Americana – CELAM, após Medellín (Jornal A Tarde, 08/02/1979, p. 9). Porém, como afirmou o arcebispo de Salvador, o clima da conferência foi cordial.

A escassez de padres diante do aumento populacional foi outro ponto aprofundado e, como não tinha entre os presentes quem reivindicasse o sacerdócio para as mulheres, esse não foi um argumento utilizado para preencher o espaço sacerdotal vago. Constatou-se que o ainda recente diaconato permanente era insuficiente, e foi abordado o papel dos leigos na Igreja, além de ressaltar a abertura que devia ser dada a tal ministério. Daí ressaltar a importância das mulheres como leigas:

A mulher merece uma menção especial: tanto a religiosa quanto a dos institutos seculares e as simples leigas participam atualmente, cada vez mais, das tarefas pastorais atualmente, cada vez mais, das tarefas pastorais, embora, em muitos lugares, ainda exista o medo dessa participação (Documentos de Puebla, nº. 126, p. 115).

Ou seja, abria-se mais espaço para as mulheres leigas, visto que o ministério ordenado sempre esteve fora de cogitação nesses espaços. E caso não propiciasse essa abertura, não teria quem assumisse as mais diversas atividades dentro da instituição, já que ela não pode se constituir só de sua hierarquia: “A possibilidade de confiar às mulheres ministérios não ordenados lhes abrirá novos caminhos de participação na vida e missão da igreja” (Idem, nº. 845, pp. 294-295).

Apesar de também ser dado espaço a outras dimensões da vida de Maria, não só a de mãe, pois é vista como a que canta a liberdade no *Magnificat* (Lc. 1, 46-55), na cruz foi forte e fiel, logo a maternidade é ressaltada: “é forte, fiel e aberta a uma acolhida materna universal” (nº. 844). Em seguida a mulher é tratada enquanto leiga e dito que sua contribuição deve ser de acordo as “suas aptidões características” (nº. 845) e ao discutir seu papel fundamental foi defendido que: “Sublinhamos o papel fundamental da mulher como mãe, defensora da vida e educadora do lar” (nº. 847). A mulher deve contribuir “com o seu ser próprio de mulher” (nº. 848) na transformação da sociedade junto com o homem.

A eterna essência feminina que a Igreja não deseja se desprender, torna necessária essa naturalização do ser mulher, reafirmação de seu papel de mãe; como se não houvesse outras

dimensões na vida das mulheres. Até mesmo enquanto religiosa, casta e, naturalmente, sem gerar filhos, a mulher é tida como mãe; a freira é a mãe espiritual, a que cuida da comunidade de forma materna, a que tem que estar trabalhando sempre, não lhe sobrando tempo para outras atividades como o estudo, uma vida como intelectual, como é propiciada aos sacerdotes.

Ao mesmo tempo em que se reforçam as relações de gênero, o documento faz uma análise crítica e real da situação da mulher latino americana: ao condenar e mostrar como a mulher é marginalizada na sociedade (nº. 834), denunciar porque é prostituída (nº. 835), a falta da devida proteção à mulher no mundo do trabalho além da carência de reivindicação para sua melhoria (nº. 836). A jornada dupla da mulher que trabalha fora do lar foi abordada (nº. 837), a exploração das domésticas (nº. 838), a própria Igreja que não a valoriza o suficiente (nº. 839); e incentiva os sinais positivos que estão ocorrendo em todos os âmbitos e reconhece como luta de “organizações femininas” (nº. 840). No entanto, a libertação feminina traz, ao mesmo tempo, elementos negativos:

A juventude feminina está passando por uma crise de identidade, por causa da confusão reinante acerca da missão da mulher hoje. Os elementos negativos referentes à libertação feminina e um certo machismo ainda existente impedem uma sábia promoção feminina, como parte indispensável da construção da sociedade (Documentos de Puebla, nº. 1174, p. 361).

O que é negativo não fica posto e “um certo machismo” na América Latina no fim da década de setenta é um tanto anacrônico, a não ser que houvesse tanta regressão, pois ainda hoje é grande o machismo em nossa sociedade e, principalmente, na Igreja Católica, quando ainda se espera das suas fiéis do mundo inteiro sejam apenas subservientes e não lhes admite espaço nas tomadas de decisões. Não adianta, o compromisso da Igreja na promoção da mulher (nº. 443) se é conforme a visão, que eles, o clero, acham que é a identidade específica da mulher, podendo assim afirmar que em Puebla a libertação da mulher na Igreja não avançou.

Por outro lado, a Teologia da Libertação saiu ganhando apesar do receio inicial, com as conclusões do documento de Puebla e também com a viagem do Papa ao Brasil no início da década de 80. A opção preferencial pelos pobres como queria os teólogos da libertação foi reafirmada e a viagem papal deu a impressão que João Paulo II estava acolhendo o que fazia a Igreja no Brasil, com suas CEBs e o compromisso social. Mesmo que na prática, a Igreja no Brasil não fosse mais tão atuante, no que se refere a posição dos bispos, como havia sido com Dom Hélder e antes da Ditadura Militar. Como reflexo de sua época, essa era uma Igreja tida como moderada, onde o espaço dos progressistas era menor; os seus mártires, no entanto, demonstram que na base era uma Igreja atuante nos conflitos sociais:

Em 1986 foram assassinados os Pe. Ezequiel Ramim, missionário italiano na Igreja de Ji-Paraná (Ro), a Irmã Cleusa Coelho (Am), a Irmã Adelaide Molinari, em Marabá (Pa), e em 09/05/86 o Pe Josimo Tavares coordenador da CPT, na região do Bico do Papagaio, uma das mais conflitantes do país (BEOZZO, 1994, p. 64).

Mulheres e homens, mortos por lutar por justiça. Assim como os homens as mulheres da Igreja Católica são capazes de se comprometer com as suas crenças até as últimas conseqüências, o martírio é outra experiência que não faz diferença entre os sexos.

Um marco na vida da Igreja Católica, ainda no início dos anos oitenta foi a publicação do revisado *Código do Direito Canônico*, em 25 de janeiro de 1983. Também essa foi uma renovação desejada por João XXIII, ainda anunciada no ano de 1959, e tinha como objetivo a reforma do código vigente que era de 1917. Na sua elaboração se repetiu o reflexo de uma Igreja sexista, como já salientado em outros documentos:

Em todas as fases desse empreendimento, participaram dos trabalhos perito, escolhidos de todas as partes do mundo, isto é, homens especializados na doutrina teológica, na história e sobretudo no direito canônico (CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO, 1983, p. 11).

Nessa Comissão Internacional para a Reforma do Código do Direito Canônico, não participaram mais de três mulheres (RODRIGUEZ, 1984, p. 31) e, mais uma vez questões pertinentes pouco ou nada avançou, como a sexualidade feminina, por exemplo, e o sacerdócio feminino não refletiu mudanças como também esperavam as feministas, em um grupo de especialistas com duzentos homens não preocupados em defender a questão: “Só um varão recebe validamente a ordenação sagrada” (Cân. 1024).

No período histórico de sua promulgação, por João Paulo II, não poderiam ser confirmadas questões discutidas no último código como comparar as mulheres eclesialmente às crianças e aos loucos, mas igualmente manteve a linguagem não inclusiva desde a saudação inicial onde se cumprimenta toda hierarquia até chegar o povo de Deus. Talvez elas estejam aí incluídas, e na conclusão se aborda a importância do código para facilitar o conhecimento, sobretudo dos ministros sagrados; neste caso, as mulheres realmente não estão incluídas entre os “ministros sagradas”, mesmo que a palavra “sobretudo” não as excluem totalmente, mas o documento confirma o olhar excludente sobre as mulheres e, especialmente, as fiéis católicas. A visibilidade feminina é insuficiente no código, como geralmente o é em outros documentos.

Os argumentos oficiais para manter as mulheres afastadas do sacerdócio refletem uma hierarquia centrada em um discurso patriarcal: o acesso a Cristo se dá através da linha oficial do ensino apostólico, por tanto, só homens podem exercê-lo; a tradição não pode ser alterada, a hierarquia não tem poder para isso, podendo ler neste caso que não tem interesse; a justificativa biológica devido ao sexo de Jesus. De igual forma é reproduzido o patriarcado

através das ações: a presença feminina é pequena nas Comissões, Sagrada Congregações, Concílios e Sínodos; como aqui demonstrados.

O discurso oficial além de contraditório não é coeso. Vozes do próprio clero destoam: vários bispos, em 1971, no Sínodo dos Bispos, solicitaram ao Papa um comitê para tratar da possibilidade do sacerdócio de mulheres; na 2ª. Sessão do Concílio Vaticano II, em 1963, o Cardeal Suenens questionou sobre a ausência das mulheres nesse momento de renovação da instituição.

Diante das pressões internas e, principalmente, externas, devido aos movimentos feministas e de mulheres, a ordenação de mulheres em outras Igrejas; a hierarquia teve que modificar o vocabulário e defender a igual dignidade entre homens e mulheres, não cabendo mais construções, tais como da inferioridade de mente e alma das mulheres em relação aos homens ou menor autocontrole moral e uso da razão.

Os documentos da Igreja, aqui apresentados, foi um fio condutor para analisar como a Igreja Católica participa na criação da identidade de gênero, as reflexões de teólogas feministas, como Ivone Gebara, um contraponto diante dos argumentos da hierarquia sobre a mulher.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio José de. Modelos eclesiológicos e ministérios eclesiais. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 48, n. 190, jun. 1988. p. 310-352.
- ALVES, J. *O papa que veio de longe*. São Paulo: Paulinas, 1979.
- BARROS, Paulo César. A eclesiologia do Concílio Vaticano II. *Revista Convergência*, ano XL, n. 384, CRB, jul./ago. 2005.
- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a San Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder; ensaios de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução CNBB. São Paulo: Loyola, 1983.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituições, decretos, declarações, documentos e Discursos Pontifícios. São Paulo: Paulinas, 1967.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. *Conclusões da Conferência de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1968.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. *Conclusões da Conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979.

- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Salvador: CESE/Paulinas, 1978.
- DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac e Naify, 1998.
- DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, 1981. v. I. De Medellín a Sucre.
- EYDEN, René Van; FIORENZA, Elisabeth Schüssler; HUNT, Mary. *Olhares feministas sobre a Igreja Católica*. São Paulo: CDD, 2001.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Discipulado de iguais: uma ekklesia-logia feminista crítica da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GEBARA, Ivone. *As incômodas filhas de Eva na Igreja da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- GEBARA, Ivone. Mística e política na experiência das mulheres. *Grande Sinal: Revista de Espiritualidade*. Petrópolis, v. XLIV, 1990.
- GIBELLINI, Rosino. A outra voz da teologia. In: CHENU, Marie-Thérèse Van Lunen; GIBELLINI, Rosino. *Mulher e Teologia*. São Paulo: Loyola, 1992.
- GUTIERREZ, Exequiel R. *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARCÍLIO, Maria. Luiza (Org.). A mulher pobre na história da Igreja latino-americana. In: LEÓN, M^a. A, Rodrigues. *A discriminação da mulher na Igreja Católica*. São Paulo: CEHILA/Paulinas, 1984.

DIVISÃO ETÁRIA E SEXUAL DO TRABALHO

O SEXO E A IDADE NA DINÂMICA DO CAPITAL FLEXÍVEL: UM ESTUDO DE CASO ENVOLVENDO UMA UNIDADE PRODUTIVA DE CALÇADO EM IPIRÁ-BA

Zilmar Alverita da Silva

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo apresentar alguns resultados da pesquisa de mestrado que realizei no período de 2006 a 2008¹. Trata-se de um estudo feito a partir de pesquisa empírica que teve como campo uma unidade produtora de calçado implantada, há cinco anos, no Município de Ipirá, no Estado da Bahia.

Tomando como base algumas experiências com pesquisas científicas já realizadas no campo dos estudos feministas², a identificação de um perfil predominantemente jovem e significativamente feminino da mão-de-obra empregada na produção de calçado, com homens e mulheres recebendo o mesmo valor por hora trabalhada, chamou a atenção, na medida em que tal constatação apontava para a existência de uma igualdade salarial entre os sexos, algo pouco comum na literatura sobre gênero e trabalho. Isso determinou a escolha de investigar a problemática da divisão etária e sexual do trabalho no contexto do processo de acumulação flexível do capital, articulando, na análise, as dimensões de gênero e gerações, tomando os processos de precarização do trabalho suscitados pelos processos de reestruturação produtiva³ como contexto de exame.

Nesse sentido, as contribuições teóricas de Hirata (1998; 2001) foram fundamentais, graças ao exame dos processos de reestruturação produtiva realizado por essa autora que leva em conta as relações de gênero, ou seja, incorpora à análise uma leitura sexuada das relações e das condições de trabalho no contexto da precarização, considerando as diferenciações por sexo. Ao fazê-lo, Hirata (1998) apresenta, como uma das decorrências do processo de

¹ Este trabalho baseia-se na dissertação de mestrado intitulada “Divisão Etária e Sexual do Trabalho: o sexo e a idade numa unidade produtiva do setor calçadista baiano”, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Britto da Motta e foi desenvolvido com apoio da CAPES, no período de março de 2006 a março de 2008.

² Através da participação em projetos relacionados à temática de Gênero e Gerações, coordenados pela Professora Alda Britto da Motta em 2002, 2003 e 2004, e à temática de Gênero e Saúde no Trabalho, envolvendo o setor calçadista baiano, coordenado pela Professora Petilda Serva Vazquez, em 2005, ambas pesquisadoras associadas ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA).

³ A reestruturação produtiva é “um processo permanente de transformação da organização do trabalho pelas empresas, cujos objetivos são: encontrar sempre novas formas de lucro e poder e diminuir o custo do trabalho. Isto se faz mediante estratégias, como diminuir o custo salarial direto e usar o progresso técnico e a intensificação do trabalho para aumentar a produtividade e contornar as legislações da saúde e do emprego” (THÉBAUD-MONY, 2000, p. 171).

precarização, a extensão ou generalização do trabalho precário das mulheres aos homens – tese que foi apresentada por Trat, em 1995, como um “cenário possível”. Em 2001, Hirata volta à temática, recolocando a questão. Para ela, esse “modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível” (feminino) “pode constituir um modelo que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino”. Só que, mais uma vez, a questão é colocada apenas como um “cenário” (2001, p. 144).

De forma semelhante, contribuiu para este estudo, o contato com a literatura específica sobre a indústria calçadista brasileira, mais especificamente um estudo realizado por Santos (2004), envolvendo o pólo calçadista gaúcho⁴ – o segundo maior do nosso país – no contexto da reestruturação produtiva. Dos resultados apresentados pela autora, importa, para este estudo, destacar que, segundo a mesma, o trabalhador ‘coringa’⁵ “tende a desaparecer pela incorporação do cargo de ‘auxiliar de chefia’ e também como resultado da tendência à flexibilização, que faz com que as empresas procurem transformar cada trabalhador em um ‘coringa’” (p. 69), ou seja, em um trabalhador multifuncional.

Com o início da pesquisa de campo, na entrevista com a chefe do Departamento de Pessoal, pôde-se identificar a existência do cargo de *auxiliar de chefia* e, ainda, que, abaixo deste, todos os/as trabalhadores/as da produção trabalham como multifuncionais, com carteiras assinadas como “serviços gerais”, “trabalhadores polivalentes” ou “operadores em calçado”. Desse modo, o que a literatura apresentava como um “cenário possível” expressava-se no pólo gaúcho como uma tendência e parecia ter se concretizado na unidade produtiva implantada em Ipirá, um território sem tradição na produção industrial.

Frente a essa verificação, uma interessante discussão se colocava: aquele “modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível”, anunciado por Hirata (2001), que estaria sendo implantado na indústria calçadista baiana, tinha expressão na igualdade salarial entre os sexos e, mais do que isso em relação às atividades produtivas? Se sim, o que a pouca idade dos trabalhadores (e, em decorrência disso, a inexperiência profissional e, talvez, política) tinha a nos dizer sobre a questão? Além de igualar os salários entre homens e mulheres, que outras experimentações ou inovações no uso da mão-de-obra poderiam ser identificadas?

Através destas questões⁶ buscamos compreender, ao longo da investigação, quais os impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho masculino e o feminino na unidade produtiva escolhida, segundo a idade dos que trabalham.

⁴ Matriz da empresa implantada em Ipirá, na Bahia.

⁵ Um tipo de trabalhador “em giro” que desempenha tarefas de outros funcionários, sempre que necessário.

⁶ As questões que nortearam a pesquisa empírica foram: 1) Do ponto de vista da divisão sexual das atividades na produção, nesse contexto específico, pode-se afirmar que as fronteiras entre trabalho masculino e trabalho feminino vêm sendo borradas/deslocadas por conta da precarização? 2) Será que a precarização vem se generalizando para ambos, ou seja, vem transpondo as desigualdades entre homens e mulheres naquele

Este ensaio busca apresentar alguns dos resultados encontrados relacionados à compreensão de como o sexo e a idade – os mais antigos critérios de divisão social do trabalho – vêm sendo utilizados pelo capital, em crise, no contexto atual de acumulação flexível, através da ocupação de novos territórios produtivos, sem tradição na produção industrial.

A INDÚSTRIA CALÇADISTA NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A produção de calçados é, historicamente, uma atividade tradicional da produção industrial, que, até o final do século XVIII, produzia de forma predominantemente artesanal (RUAS, 1985 apud NAVARRO, 2006). Apesar da identificação de algumas mudanças em termos de avanços tecnológicos, ainda hoje, esse ramo da produção industrial se caracteriza pelo uso de tecnologias de produção relativamente simples e tradicionais (RUAS, 1993), guardando características artesanais, sobretudo no segmento de calçado de couro.

Porém, em função da crise do capital, nas duas últimas décadas, com a adesão dos produtores à reestruturação produtiva, um movimento de caráter estrutural que emergiu como uma reação ao regime fordista/taylorista⁷ e cuja atuação se dá no âmbito produtivo, onde se realizam as necessidades da globalização (DRUCK, 1996), esse ramo produtivo vem experimentando mudanças significativas que têm como objetivo principal a redução de custos, através de formas enxutas de produção. O lema do regime em gestação parece ser “Não há longo prazo” (SENNETT, 2006, p. 21).

A partir da recessão instalada em 1973, a produção ‘flexível’ ou em curto prazo, que teve início com a crise do modelo fordista de produção, encetou um movimento de transição no interior do processo de acumulação de capital (HARVEY, 1992), buscando superar esse modelo, predominante na grande indústria capitalista ao longo do século XX. (ANTUNES, 2006).

Esse curto prazo “impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças” (DRUCK, 2005, p. 3). Assim, para produzir mais e em menor tempo, a exigência de inovação vai além do plano tecnológico, atingindo os homens e

contexto específico? 3) Se sim, além da identificação de algumas mudanças, o que se tem em termos de permanências? Será que a ideologia de gênero (incorporada por homens e mulheres, gerentes, chefes e trabalhadores/as) vem freando as supostas aproximações entre os sexos?

⁷ Trata-se de um modelo de origem norte-americana que se caracteriza pela produção padronizada e em massa, adequada à economia de escala. O trabalho organizado a partir de princípios fordista/taylorista é fragmentado, com cada operário/a, especializado/a, executando uma pequena parte da produção. O controle do tempo de cada operação é outra importante característica dessa forma de produção. Para mais informações, ver Hirata (1998).

as mulheres que vivem do trabalho. Esses/as “precisam também ser ágeis, não podendo continuar numa inserção estável no trabalho”, o que os/as torna descartáveis como as mercadorias que produzem. Ou seja, o que está em questão é a “saúde econômica das empresas” (THÉBAUD-MONY, 2000, p. 175).

Em muitos setores produtivos, aquela transição tem expressão na fusão entre ‘velhos’ e ‘novos’ modelos, ou seja, os modelos antigos (fordismo/taylorismo) mesclam-se com práticas do toyotismo⁸ ou “modelo japonês”. O lado mais perverso desse processo talvez esteja, sobretudo, na junção entre o que há de pior nos três modelos produtivos: a produção em série e cronometrada (do fordismo/taylorismo) com a ‘polivalência’ da força de trabalho (do toyotismo). Daí decorre a existência, em alguns setores, da polivalência na linha de produção.

Em função disso, tendemos a concordar com autores como Harvey, no que se refere à rejeição das teses que decretaram a “morte do fordismo” pois, para ele, a acumulação flexível é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo” e “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Entre outros aspectos, destaca ainda Harvey que a acumulação flexível “envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual”, mencionando aquelas que se dão “entre regiões geográficas”, criando “conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]” (1992, p. 140).

A adesão dos produtores de calçado à reestruturação produtiva alterou a política organizacional das empresas, alterações essas que se deram, praticamente, em dois níveis: no âmbito da organização da produção e no âmbito das relações de trabalho, levando ao recurso da flexibilidade, que, conforme definição de Castel, é interna e externa, ou seja, investe na multifunção da força de trabalho e utiliza práticas de subcontratação e terceirização. Assim sendo, é sobre a classe trabalhadora que recaem as conseqüências da flexibilização, uma vez que essa

[...] exige que o operador esteja imediatamente disponível para adaptar-se às flutuações da demanda. Gestão em fluxo tenso, produção sob encomenda, resposta imediata aos

⁸ Segundo Antunes esse modelo se diferencia, em maior ou menor intensidade, dos modelos fordista/taylorista basicamente nos seguintes traços: “1) é uma produção mais diretamente vinculada aos fluxos da demanda; 2) é variada e bastante heterogênea e diversificada; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariada e flexibilidade de funções, na redução das atividades improdutivas dentro das fábricas e na ampliação e diversificação das formas de intensificação da exploração do trabalho; 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque, que no toyotismo deve ser mínimo. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a ‘terceiros’ grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela” (2005, p. 230).

acazos dos mercados tornaram-se os imperativos categóricos do funcionamento das empresas competitivas (CASTEL, 1998, p. 517).

Tendo em vista atender às demandas do capital, significativas mudanças foram realizadas no interior das empresas, não sendo diferente o caso daquelas ligadas ao ramo calçadista, algumas das quais reorganizaram a produção, muitas vezes fundindo modelos produtivos completamente diferentes, como o fordismo/taylorismo e o toyotismo (SANTOS, 2004), resultando daí o trabalho multifuncional na linha de produção, a exemplo da atividade de pespontar o cabedal e, ao mesmo tempo, cortar e queimar a linha. (NAVARRO, 2006). Assim, nesse setor, a “polivalência do trabalhador [...] vem se firmando como um requisito fundamental para a garantia do emprego e para aqueles que buscam um lugar no mercado de trabalho” (NAVARRO, 2006, p. 415).

No que diz respeito à flexibilidade externa, observa-se um processo de desindustrialização com a descentralização da produção (ou parte dela), através da terceirização. Assim, o desemprego nas tradicionais regiões produtoras levou muitos/as trabalhadores/as a produzirem a costura e o pesponto em bancas ou ateliês e nos domicílios. Nesse contexto, o número de bancas no segundo maior pólo produtor de calçado no nosso país se ampliou a ponto de fazer com que bairros habitacionais periféricos de Franca se transformassem em “bairros industriais sem indústrias [...]” (NAVARRO, 2003, p. 35).

Como vimos anteriormente, a ocupação de novos territórios produtivos em regiões não industrializadas faz parte deste processo de profundas mutações produtivas. A implantação de unidades de calçado na Região Nordeste, a partir de meados da década de 1990, é uma decorrência prática de tais transformações, e foi realizada, inicialmente, pelas grandes corporações que implantaram empresas subsidiárias em alguns Estados como a Bahia e o Ceará (ANTUNES, 2006) no contexto da “guerra fiscal”.

As motivações dos investidores do Sul e Sudeste do Brasil são muitas e diversificadas. Além da política de incentivos fiscais e creditícios, eles encontraram abundante mão-de-obra, barata e muito dependente do emprego formal, sem tradição na luta política e sindical. Outro elemento igualmente importante tem a ver com o fato de a Região Nordeste possuir uma localização estratégica para os exportadores, pela proximidade com alguns mercados, como os EUA, Canadá e Europa.

Por receberem apoio das suas matrizes, as empresas subsidiárias implantadas conseguiram constituir distritos industriais dispersos, em vários municípios da Bahia, o que dificulta a organização dos/as trabalhadores/as enquanto classe. Veremos adiante o caso do Município de Ipirá, na Bahia.

O SEXO E A IDADE NA DINÂMICA DO CAPITAL FLEXÍVEL

As categorias biossociais *sexo* e *idade* são os mais antigos critérios de divisão do trabalho encontrados entre os grupos sociais (BLAY, 1978). No contexto do trabalho assalariado, essas categorias podem ser articuladas tanto como qualificadoras quanto como desqualificadoras da força de trabalho (SARDENBERG, 2004).

O sexo, geralmente identificado como algo genuinamente biológico, é, na verdade, culturalmente definido: inscreve-se em um corpo socializado em uma determinada cultura e traz em si suas marcas. Assim sendo, tem como referência o “biossocial”, expressando-se na cultura enquanto gênero (MOTTA, 2005), ou seja, como um construto social do masculino e do feminino – e, por extensão, do “ser homem” e do “ser mulher”.

Essa diferenciação social estabelecida a partir de uma leitura sobre o sexo (gênero) é o que fundamenta a divisão sexual do trabalho existente em todas as sociedades que se refere “a uma modalidade da divisão social do trabalho” (KERGOAT, 1987, p. 2), na qual o trabalho produtivo foi (e, em menor medida, segue sendo) imputado ao homem e o trabalho doméstico foi (e continua a ser) imposto exclusivamente às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2003).

Em função das hierarquias sociais existentes na nossa sociedade, no caso da divisão sexual, o trabalho masculino é visto como superior ao trabalho feminino (HIRATA, 2001). Assim, o “valor⁹ distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 13). Por isso,

[as] diferenças observadas no tratamento que nossas sociedades reservam aos homens e às mulheres no campo do trabalho [...] devem ser relacionadas [...] a diferenças, contradições entre os dois sexos, a relações sociais, em suma [...] Existe uma relação social específica entre homens e mulheres [e há] práticas sociais diferentes segundo o sexo [...]” (KERGOAT, 1987, p. 7).

A idade é outro importante elemento de organização das relações da vida social (MOTTA, 2007) as quais, em todas as épocas, atuam no sentido de prescrever “limites” a cada um, na vida social (MOTTA, 2005). Enquanto componentes bio-sócio-históricos, às idades são atribuídos sentidos culturais, políticos e econômicos, expressos sob a forma de direitos e deveres ou de possibilidades e interdições e, por isso mesmo, elas se tornam, também, definidoras do tempo de entrada e de saída do mercado de trabalho.

As demarcações por idades são arbitrárias, conforme expressa Bourdieu (1983) e sofrem variações de uma sociedade para outra, de um modo de produção para outro, de uma profissão para outra, porque expressam o jogo de poder entre as gerações (LENOIR, 1998). Nesse sentido, pesquisas voltadas para o campo do trabalho têm informado as distintas regras

⁹ Empregado em um sentido antropológico e ético.

de envelhecimento vigentes nos mercados de trabalho, a depender das ocupações (GUIMARÃES, 2004), da região¹⁰ e do contexto econômico.

Sobre esse último aspecto, vale mencionar o setor calçadista que, historicamente, tem empregado tanto mulheres quanto jovens na produção (inclusive crianças), porém, com exceção das costureiras, que eram vistas como força de trabalho complementar, realizando atividades auxiliares, como a colação¹¹. Porém, com a reestruturação produtiva, esse ramo da produção industrial vem empregando trabalhadores/as mais jovens e aumentando o número de mulheres no interior das fábricas, como vêm apontando algumas pesquisas.

Foi essa a constatação de Santos, ao investigar algumas fábricas do Vale dos Sinos onde as mulheres representam 49,3% enquanto os homens representam 50,7%, que observou ainda **tratar-se** de uma força de trabalho bastante jovem. Dos 187 trabalhadores/as entrevistados na pesquisa, a maioria é jovem, sendo, entre esses, “43% de mulheres e 41% de homens; idade intermediária, com 38% de mulheres e 40% de homens; mais velhos englobando 19% de mulheres e 41% de homens” (2004, p. 59).

Data do mesmo período, a pesquisa realizada por Rigotto envolvendo uma unidade produtiva de calçados instalada em Maranguape, no Ceará, na qual encontramos a mais alta taxa de participação das mulheres na produção do calçado, 66% da força de trabalho, de um total de 2.500 trabalhadores/as. A força de trabalho empregada é “jovem, muito jovem” e inexperiente, o que significa, do ponto de vista da empresa, uma força de trabalho “sem vícios”.

Pesquisa realizada por Vazquez, em 2007, envolvendo trabalhadores/as de vários municípios baianos, como Itapetinga, Jequié, Ipirá, Juazeiro, entre outros, encontrou trabalhadores muito jovens nas unidades fabris, o que aponta para um processo de exclusão dos/as trabalhadores/as com idades acima de 40 anos dos processos seletivos da empresa. Entre os/as 172 trabalhadores/as que responderam ao questionário da pesquisa, 52,7% estão com idades entre 17 e 26 anos e 82,6% possuem idades entre 17 e 35 anos de idade. Daquele universo, 66% são mulheres. Além de jovens, a categoria é constituída predominantemente de solteiros/as. São 59,9% de solteiros/as contra 28,4% de casados, sendo as mulheres solteiras e casadas mais numerosas que os seus pares nos estados civis mencionados: 37,2% e 20,3%, (respectivamente) contra 22,7% e 8,1%.

¹⁰ Pesquisa realizada por Sardenberg (2004) informa que de uma região para outra o perfil etário das mulheres trabalhadoras muda significativamente. Ao comparar os dados das Regiões Nordeste e Sudeste, a autora identificou que enquanto nesta região (a mais industrializada do país) as trabalhadoras mais jovens (as filhas) eram bem mais numerosas no mercado de trabalho, naquela região (menos industrializada, marcada pelo trabalho informal) as trabalhadoras com idades entre 30 e 39 anos (as esposas) eram mais “ativas”.

¹¹ Ver Navarro (2006).

Assim, mulheres e homens jovens, de força de trabalho “complementar” parecem ter se tornado força de trabalho prioritária na produção de calçado. Por isso, tendemos a concordar com Castro quando afirma que:

o capital não é sexista, e se na segmentação da força de trabalho inclina-se por outro gênero, e por trabalhadores de determinada idade, ou, no caso das mulheres, determinada posição no grupo familiar, pauta-se por vantagens comparativas, principalmente em relação ao preço e ao controle de trabalho. Condicionantes ideológico-culturais e a responsabilidade da mulher, no âmbito da família, com a reprodução da existência tornam a mulher mais propícia à exploração no mercado. (1989, p. 23).

O atual estudo busca dar conta desta questão ao analisar o perfil dos/as trabalhadores/as e de suas atividades na produção, levando em consideração as práticas flexíveis de produção.

O CASO DA UNIDADE PRODUTIVA DE CALÇADO NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ-BAHIA¹²

A seguir apresentamos algumas características do Município de Ipirá, escolhido pela empresa pesquisada para implantar uma unidade de produção. Em seguida, a empresa será apresentada, bem como o perfil da mão-de-obra por ela utilizada, para, a partir destas informações, compreendermos alguns aspectos da divisão etária e sexual das atividades produtivas.

3.1 Perfil do Município

Ipirá é uma palavra de origem tupi, que significa “Rio do Peixe”: *ipi* significa rio e *rá*, peixe. O Rio do Peixe banha o Povoado do Malhador, um dos Distritos do Município, que, possui mais de cem anos de tradição na confecção do artesanato em couro. Em 1973, segundo censo realizado pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Ipirá possuía quatro indústrias ligadas ao setor coureiro-calçadista: a Couro Barbosa, fundada no Povoado do Malhador, em 1963, produzia selas, arreios, cabrestos, bolsas e assentos de peles curtidas; a Casa de Couro Bonfim, também do Malhador, fundada em 1965, fabricava selas, cabrestos, bolsas e assentos para montaria; a Curtume São Liberato, de 1967, produzia solas e raspas; a

¹² A pesquisa envolve análise de fichas de filiações doadas pelo SINDICAL, dados doados pela empresa, além de dados qualitativos produzidos através da realização de entrevistas com trabalhadores/as e ex-trabalhadores/as da produção, chefes e ex-chefes, supervisoras e o ex-prefeito do município. Também visitamos a fábrica, os produtores locais ligados ao setor coureiro-calçadista e o curso de capacitação para a costura industrial, promovido pelo SENAI.

Sapataria Bastos, fundada no Centro de Ipirá, em 1968, produzia alparcatas, chinelos e sandálias de couro para homens e mulheres¹³.

Mais recentemente, pesquisa realizada pelo Sebrae/Ba, em 2004, sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) mostrou que o pólo de artefatos de couro ipiraense é composto por fábricas em grande volume, apresenta alto grau de informalidade e 46% das fábricas têm mais de dez anos no mercado. A indústria de artefatos de couro possui 131 fabricantes, sendo que 68,53% produzem carteiras, 2,8% bolsas, 4,9% cintos, 2,8% sandálias e 6,29% artigos de selaria (selas, arreios, gibão, chapéu, perneira, etc.), além de contar com dois distribuidores de insumos, um fabricante de porta documentos e um fabricante de máquina para carteiras¹⁴. Apesar disso, o município enfrenta sérios problemas decorrentes do desemprego, como as migrações, roubos constantes e violência (no campo e na cidade), entre outros.

3.2 Perfil do Distrito Industrial de Ipirá

O distrito industrial de calçados implantado em Ipirá data de abril de 2003. Como se trata de uma produção em couro, voltada para a exportação para países como a Itália, referência mundial na produção do sapato com essa matéria-prima, a escolha do município levou em conta aspectos como a tradição centenária do município na produção artesanal, mais notadamente, em artefatos de couro. Sobre os fatores que contribuíram para a escolha do município, a Chefa do Departamento de Pessoal destacou:

– A questão de ser perto ou longe, da questão para distribuir, a questão para poder ter vias de acesso, então, chega muito material do Sul, então as estradas têm que estar boas, né? não poderia ser num lugar muito afastado, de modo que você não pudesse chegar num caminhão, teve também a questão de que Ipirá já produzia bolsas e artefatos de couro, então a mão-de-obra daqui já tinha algum conhecimento nesta área, né?

A administração da época, aliada à política do Governo do Estado, também contribuiu para a instalação da fábrica no município. Sobre a questão, o médico e prefeito de Ipirá¹⁵ daquela época afirmou:

– Quando fui candidato a prefeito em 1997, uma das minhas preocupações era a geração de emprego... E naquele tempo o Governador Paulo Souto estava interiorizando as indústrias

¹³ Ainda segundo aquela fonte, Ipirá possuía, naquele período, cinco fábricas de sisal beneficiado e/ou cordas de sisal. Essa produção aparece com destaque em outros municípios que, atualmente, possuem fábrica de calçados, como Valente, Conceição de Coité, Santa Luz, Riachão do Jacuípe, entre outros.

¹⁴ Informações disponíveis em: <http://www.comunidade.sebrae.com.br/COURO_CALCADOS/Artigos/1609.aspx?UserName=Anonymous>.

¹⁵ O prefeito foi entrevistado no dia 28 de dezembro de 2007, na Clínica Santa Helena, localizada no Centro de Ipirá.

na Bahia. E ‘casando’ esse nosso interesse com este trabalho de Paulo Souto nós começamos a buscar condições para que Ipirá se candidatasse a ser sede de uma dessas fábricas de calçados. E o Governador... nos convidou uma vez para participar de uma reunião com os empresários do Sul... Depois quando ele saiu... César Borges foi muito atencioso com relação ao nosso pleito de Ipirá. **Aí** ele nos colocou em contato com este grupo que veio aqui em Ipirá e conheceu as potencialidades de Ipirá e definiram pelo Grupo¹⁶ [empresa investigada] para instalar a fábrica de calçados aqui que foi iniciada na época do Governador Paulo Souto.

Os produtores contaram com a contribuição dos governos estadual e municipal. Os jornais informaram que a administração municipal doou terrenos, além de dispor de dois anos de isenção de impostos. Já o governo estadual, através da Secretaria de Indústria e Comércio, contribuiu com investimentos na construção dos galpões¹⁷, além da seleção e capacitação dos/as funcionários/as, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A empresa instalada em Ipirá produz tênis, sobretudo em couro, para marcas estrangeiras: Adidas (alemã) e Diadora (italiana). Segundo informações da empresa, a produção diária é de 5.000 pares de calçados¹⁸. Mas, o Sindical¹⁹ contesta esses dados e afirma que a empresa produz o dobro deste valor.

E para tornar seus produtos mais competitivos no mercado internacional, a empresa investiu, entre outros, em máquinas programáveis nos setores do bordado e da costura, imprimindo ritmo aos que trabalham manualmente. No referente à mecanização da produção, a chefe do Departamento de Pessoal nos informou que a produção:

– É muito manual e é por isso que tem tanta mão-de-obra, né? tem muita coisa que é feita só pela pessoa mesmo, né? não tem como colocar máquina. Têm outras que a máquina consegue fazer, né?, por exemplo, a gente tem a máquina de bordar e de costura programada porque o nosso tênis ele é muito trabalhado, ele tem muitas costuras e se fosse para colocar toda aquela parte de costuras com pessoas [...] o tempo de produção ia se tornar muito grande, então hoje a gente tem algumas coisas que são automatizadas, né?

A empresa tem como princípios produtivos básicos (ou como uma ‘norma’) a qualidade e a eficiência. A produção, sem estoques, tem levado à pressão para que se produza no menor tempo e com a melhor qualidade possível. Sobre isso, um auxiliar do setor do corte informou:

¹⁶ Em todas as citações nas quais o nome da empresa for mencionado trocaremos este pela expressão “empresa investiga”.

¹⁷ FONTE: *Jornal da Região*. out. 2003. Negócios.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento de Couro, Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Artefatos de Couro, de Calçados, Carteiras, Cintos, Bolsas e Afins do Município de Ipirá.

– Lá tem uma norma que diz assim ‘faça o certo pela primeira vez’. Eu não acho isso certo. Quando eles dão material, eles já querem dar para a pessoa já sabendo. Então é o que eu falei da eficiência; a eficiência que a gente fala é fazer as coisas sempre rápido. Mas é eficiência e qualidade. Aí eles falam assim: ‘eficiência em primeiro lugar para depois qualidade’. Aí eu digo ‘de que adianta fazer rápido para daí a pouco sair errado?’. Eles sempre estão pedindo rapidez, aí eu digo ‘se quer uma coisa com qualidade, pra quê rapidez?’ A norma deles é ‘eficiência e qualidade’[...].

A narrativa acima aponta para uma questão importante para o que pretendemos discutir neste ensaio: a intensificação do trabalho. O perfil da mão-de-obra empregada na produção tem a ver com esta questão.

3.3 Perfil dos/as trabalhadores/as

– Quando você pega uma pessoa que já trabalhou em muitas empresas eles fazem muitos comparativos, né? ‘ah, na empresa que eu trabalhava era assim e eu quero continuar trabalhando daquele jeito’. E cada empresa hoje tem uma cultura, né? Então quando você pega funcionários jovens eles vão absorver a tua cultura, né? (Fala da chefe do DP).

Os/as trabalhadores/as que se encontram na produção, no “chão da fábrica”, são predominantemente jovens. No início da pesquisa, a unidade produtiva investigada empregava 1.733 trabalhadores/as, dos quais 1.061 possuíam idades entre 18 e 25. Após os 40 anos, apenas 19 homens e 13 mulheres conseguiram uma vaga na fábrica. Daquele total, 884 são homens e 849 são mulheres. Entre ambos, predominam os/as solteiros/as. Entre 719 trabalhadores/as filiados/as ao Sindical, juntos, homens e mulheres solteiras/os, totalizam 567. Trata-se de um segmento com escolaridade acima das exigências da empresa, pois, a maioria dos homens e das mulheres possui segundo grau incompleto ou completo. (78,78% das mulheres contra 68,42% dos homens). Além disso, a maioria encontra-se no seu primeiro emprego, com ‘carteira fichada’. Ou seja, a maioria dos/as contratados/as não traz consigo nenhuma experiência de trabalho formal. Desse modo, convém destacar que se trata de uma mão-de-obra inexperiente com a luta política e sindical.

3.4 Divisão sexual e etária das atividades produtivas

– A mulher, por exemplo, na área de produção ela é exatamente para trabalhar com coisas que exijam detalhes. Então se você diz, por exemplo, para um chefe de setor ‘eu vou te dar um homem aqui, às vezes ele nem quer, ele quer que seja uma mulher quando é uma coisa

que exige detalhe, aí a mulher faz melhor [...] Agora quando é uma coisa que exige força, o homem acaba se sobressaindo [...]. (Supervisora do DP).

– Agora a gente dá preferência até os 40 anos [...]. As pessoas com essa idade têm uma dinâmica de aprendizagem melhor, aprende bem mais rápido porque nossas atividades elas são simples, mas mesmo assim tem que ter certa habilidade, principalmente a costura. Quando você vai trabalhar com uma máquina as pessoas têm que ter certa habilidade, e as pessoas mais jovens elas acabam tendo uma habilidade melhor. (Supervisora do DP).

As transcrições acima apontam para um elemento fundamental: a política da gestão da mão-de-obra é sexuada, ou seja, ela explora noções de feminilidade e de masculinidade, como a delicadeza feminina e a força física masculina. Assim, supostas habilidades de gênero são utilizadas através do emprego de homens e mulheres em atividades condizentes com as mesmas. Desse modo, os homens e as mulheres podem ser identificados em todos os setores de produção (solado, corte do couro, costura e bordado, serigrafia e montagem), porém, quase invariavelmente, realizam atividades distintas, embora a carteira de trabalho de ambos esteja assinada como “serviços gerais”, “trabalhadores polivalentes” ou “operadores em calçado”.

As mulheres realizam as funções de preparação, acabamento e revisão porque são vistas como mais eficientes nas atividades que exigem atenção “aos detalhes”, como limpeza e beleza do produto. Para a Chefa do Departamento de Pessoal, a mulher “é exatamente para trabalhar com coisas que exijam detalhes”, acrescentando que “se você diz, por exemplo, para um chefe de setor ‘eu vou te dar um homem aqui, às vezes, ele nem quer, ele quer que seja uma mulher quando é uma coisa que exige detalhe, aí a mulher faz melhor”. Por isso, estas estão presentes, sobretudo no setor da costura, mesmo quando este emprega máquinas programáveis. Dos/as 195 trabalhadores/as ocupados/as na costura e bordado (incluindo atividades como prender forro, fechar o zig, entre outras), 120 são mulheres e 75 são homens.

Ainda segundo a Chefa do Departamento de Pessoal,

– Tem o setor de costura, aonde o trabalho é mais detalhista e tal, então as mulheres são mais numerosas apesar de que a gente também tem costureiros homens, né?, mas, no geral, são mulheres. No setor de revisão também tem mais mulheres porque a mulher vê mais os detalhes, então ela pega melhor se tem alguma coisa errada no sapato, se tem algum conserto para fazer, então esta parte da revisão é basicamente, é muito de mulheres, as coisas que exigem atenção porque a mulher é muito mais atenciosa.

De fato, nas montagens as localizamos fazendo revisão. E no banco de dados também: de um total de 35 revisores/as, 26 são mulheres. Lá elas estão colocando atacador (cadarços) e eram as únicas nas atividades de encaixotamento.

Sua participação nas atividades que envolvem pré-revisão, como o abastecimento, é explicada por um dos chefes da montagem. Para ele,

– Mulher no abastecimento é ‘show’ porque a mulher confere tudo certinho e se tiver errado ela não manda. Às vezes, pode até passar um erro porque ninguém é perfeito [...] Na esteira do meu colega, vizinho, a abastecedora é uma mulher e é difícil dar um ‘rolo’ na esteira dele e na minha sempre vem uma solinha errada, um cabedal errado. Eu, ‘rapaz, tem que olhar’ [...].

Ele destacou que “as mulheres são muito cuidadosa, dedicada [...] Não que o homem não seja, mas que a mulher tem o ‘toque’”. A participação das mulheres em atividades manuais e minuciosas foi comentada por uma das trabalhadoras da montagem:

– Eu acho que eles [os chefes] pensam assim que a mulher é mais dedicada. Ela cuida mais do que ela está fazendo. Eles usam um pincel para passar a cola e a mulher é mais delicada. Eles aproveitam as mulheres para o trabalho que eles acham que as mulheres têm capacidade e que são melhores do que os homens. Por exemplo, a revisora é mulher.

Em todas as narrativas – de chefias, masculinas e femininas, e também das próprias trabalhadoras – há um reconhecimento das habilidades manuais das mulheres em determinadas atividades. Porém, por outro lado, existe uma desvalorização das mesmas do ponto de vista da remuneração. Porém, nesta unidade produtiva, o mesmo vem ocorrendo com os homens. Estes se ocupam principalmente das atividades consideradas mais pesadas, de modo que, “quando é uma coisa que exige força, o homem acaba se sobressaindo [...] tem um setor que é chamado solado aqui que é aonde faz a sola, então tem que trabalhar com uma matriz muito pesada, aí tem mais homens” (Chefa do Departamento de Pessoal). Neste, operam máquinas muito quentes, como pode ser observada através do relato de um dos trabalhadores deste setor. Vejamos:

– Eu faço sola do sapato, da hora que eu chego até a hora que eu saio... [trabalho] com uma matriz, uma máquina com temperatura de 230° graus, é muito quente. Lá é assim, a pessoa chegou, entrou 5:00 horas [da manhã], pronto! a hora de parar só com as necessidades de ir ao banheiro, a não ser só na hora de sair para almoçar mesmo e na hora de ir embora [...] É quente e não tem ventilador [...]. (Trabalhador do solado, 20 anos, moreno claro, solteiro).

Na montagem, eles são os únicos a realizarem atividades como a lixação, além de serem os responsáveis pelas atividades que envolvem uso de formas, como formar, desenformar, conformar o bico, bem como nas que envolvem uso de alicates. Sobre isso, vejamos como um dos trabalhadores da montagem descreve sua atividade e seu setor:

– É um serviço mais pesado e mulher não tem como praticar aquele serviço. É serviço mais grosso. É fechar, é lixar, é colar lado, essas coisas mais pesadas e mulher não tem

capacidade (a esposa responde “capacidade nós tem”) tem, mas eles [os chefes do setor] não botam porque o serviço é muito pesado e mulher nenhuma quer ficar [...] eles [chefes] não botam porque não fica [...]. (Trabalhador da montagem, 29 anos, branco, casado).

A situação dos que trabalham como ‘auxiliar de setor’ não é diferente.

– O meu trabalho agora está muito pesado e eu já pedi até para eles colocarem alguém lá para me ajudar e eles disseram que não tem condições, mas só que tem condições. Tá muito pesado. Tem que tá pegando muito rolo de material, peso assim de 50, 60 quilos, praticamente o dia todo e quando chega determinado horário eu já estou muito cansado [...] eu já cheguei a dizer a eles que estou parecendo um ‘jegue de carga’ lá de junto das máquinas, carregando peso, pra cima e pra baixo. (Auxiliar do setor de corte do couro, mais ou menos 30 anos, solteiro, negro).

A análise das condições de trabalho, que, conforme as narrativas acima são muito precárias, marcadas por jornadas extensas de “8.8” (oito horas e quarenta e oito minutos), marcadas por ritmos intensificados, com trabalho muito controlado pelas chefias e seus auxiliares, com férias fragmentadas em dois períodos (e, antes, a imposição do banco de horas), e, principalmente, marcadas por ameaças de demissões, entre outros, ajudou-nos a compreender o segundo aspecto: o perfil etário dos/as trabalhadores/as. Neste sentido, o relato de um auxiliar do corte do couro é revelador. Para ele, o jovem “tem mais energia pra dar, mais força pra dar pro trabalho” enquanto que “essas pessoas mais velhas não têm, elas estão um pouco mais desgastadas para esses serviços” (excessivamente pesados).

A exclusão dos/as mais velhos/as e a inclusão precarizada dos/as mais jovens estão relacionadas a um modelo de gestão flexível, que utiliza o desemprego estrutural como arma para ameaçar os que trabalham e submetê-los, precarizando cada vez mais as condições de trabalho. Assim, o desemprego cumpre um importante papel neste cenário: desestabilizar os estáveis (CASTELL, 1998).

Sobre esta questão, Bourdieu (1998) informa que a “precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração”. Trata-se de uma “gestão racional da insegurança”. Ainda segundo esse autor,

Quando o desemprego [...] atinge taxas muito elevadas e a precariedade afeta uma parte muito importante da população, operários, empregados no comércio e na indústria, mas também jornalistas, professores, estudantes, o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. (1998, p. 122).

O controle passa a ser exercido sobre a classe que vive do trabalho a partir do medo e da insegurança. Medo que tem levado muitos à aceitação da intensificação do trabalho. E,

com isso, ao adoecimento, físico e psíquico. Esta gestão pautada no medo e na insegurança parece ter maior eficácia entre os mais jovens e entre as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

– O que mais me deixava indignado é que todos são iguais, não tem distinção salarial. Quem tem mais responsabilidade ganha o mesmo que quem tem menos responsabilidade; o costureiro ganha igual ao passador de cola [...] (ex-trabalhador da serigrafia, 28 anos, demitido por questionar, constantemente, o chefe).

Vimos que o setor calçadista – que é de base técnica tradicional – ao aderir à reestruturação produtiva recorreu à flexibilidade externa (subcontratação e terceirização) e interna (multifunção), inovando, sobretudo, na gestão da força de trabalho, o que significou ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

É neste contexto que se insere a empresa de Ipirá. A instalação de um distrito industrial de calçados neste município foi motivada pela necessidade de produzir sem custos para o capital e sem perdas na qualidade do produto. Desta forma, a empresa escolheu o município de Ipirá, cuja tradição artesanal é centenária, o que dispensa maiores investimentos em cursos de capacitação da mão-de-obra. Além dos atrativos fiscais e creditícios, a falta de emprego no município (sobretudo o emprego formal), a existência de uma massa jovem, com razoável nível de escolaridade, solteira e sem tradição na luta política e sindical atraíram os investidores.

Na unidade investigada, observamos que a precarização se generalizou para homens e mulheres. Aquele “modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível”, anunciado por Hirata (2001), foi utilizado no pólo calçadista implantado em Ipirá, na qual uma série de inovações vem sendo realizada, a saber: no referente ao salário correu um nivelamento “por baixo”, igualando salário por sexo, por raça e etnia; todos recebiam, em 2007, R\$1,77 por hora trabalhada (e R\$1,73 por hora para os três primeiros meses, de experiência). Com isso, ocorreu um nivelamento, “por baixo”, entre categorias profissionais, como costureiras e cortadores da matéria prima e, segmentos que trabalham nas atividades de preparação, como a colação.

Tais mudanças foram possíveis de ser realizadas através da ocupação de territórios produtivos sem tradição na produção industrial fordista/taylorista, nos quais inexistem fortes organizações sindicais ligadas à indústria e num contexto de desemprego, tanto nos tradicionais centros industriais do país (o que dificulta os movimentos migratórios) quanto nos municípios baianos. Além disso, tais inovações no uso da mão-de-obra foram realizadas

envolvendo trabalhadores com pouca idade, no seu primeiro emprego formal. Assim, a empresa vem inovando centralmente no uso da força de trabalho.

Porém, em meio a tantas inovações, esta pesquisa constatou que, no que diz respeito à divisão sexual das atividades na produção, existe um reforço da ideologia de gênero que nutre um modelo de divisão sexual do trabalho segundo o qual as atividades mais leves são culturalmente impostas às mulheres e as consideradas mais pesadas são destinadas aos homens. Isto porque num contexto em que pouco se investe em capacitação da mão-de-obra e em que se tem uma demanda por produtividade, eficiência e qualidade, a empresa explora conhecimentos adquiridos pelos homens e pelas mulheres nos processos de socialização de gênero, da infância até suas primeiras experiências de trabalho (doméstico e não doméstico).

Assim, uma rígida divisão sexual das atividades produtivas foi identificada, através da qual as mulheres realizam atividades de costura, preparação, acabamento e revisão, que são requerentes de suas supostas habilidades de gênero, como delicadeza e atenção aos detalhes, enquanto que os homens encarregam-se do trabalho pesado, grosso e perigoso, que exige muita força física. Por se tratar de um trabalho muito pesado – para homens e mulheres porque é intensificado – os mais velhos, vistos como herdeiros da cultura fordista (ANTUNES, 2007), são excluídos do processo seletivo da empresa que prefere empregar trabalhadores/as mais jovens e formá-los para uma nova cultura de trabalho, flexível e multifuncional.

Esta nova cultura de trabalho faz uso de velhas práticas sociais geracionais e de gênero, como as atividades diferenciadas por idade e por sexo, utilizando-se destas categorias biossociais como justificativas dos baixos salários, ou seja, como desqualificadores da mão-de-obra. Assim, a empregabilidade de jovens, mulheres e homens, se dá com o objetivo de explorar, através da intensificação dos ritmos de trabalho e da atualização de relações de dominação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, S.P: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BLAY, Eva. *trabalho domesticado: a mulher na indústria brasileira*. São Paulo: Ática, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- CASTEL, Robert. Os supranumerários. In: _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 513-559.
- CASTRO, Mary Garcia. A Realidade da Mulher Brasileira no Mercado de Trabalho dos Anos Oitenta. Subsídios para a Discussão das Leis Complementares sobre Creche. Brasília, outubro de 1989 (mimeo).
- DRUCK, Graça. *Flexibilização e precarização do trabalho: novas formas de dominação social e política*. In: XXV CONGRESSO DE LA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre, Brasil, 2005.
- DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. *Caderno do CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 21-40, jan./dez. 1996.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA. Cadastro das Indústrias da Bahia. 1973.
- GUIMARÃES, Nádia Araujo. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 139-156, 2001.
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-123.
- KERGOAT, Daniele. *Da divisão do trabalho entre os sexos*. 1987. (mimeo)
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIE, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MOTTA, Alda Britto da. O par relutante. In: XIII ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE. *Anais...* Maceió (AL): UFAL, 03 a 06 de setembro de 2007, Trabalho apresentado ao GT 01: Gênero e Geração, Articulação fundante da vida social.
- MOTTA, Alda Britto da. *Teoria das gerações na perspectiva de gênero*. In: CRUZ, Maria Helena S.; ALVES, Adelina C. de Faria (Orgs.). *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos: multiplicidade de questões feministas*. REDOR; NEPIMG; Centro de Ciências Sociais Aplicadas/UFSe, 2005.
- NAVARRO, Vera Lúcia. *Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NAVARRO, Vera Lúcia. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. *São Paulo em Perspectiva*, 17 (2), p. 32-41, 2003.
- RIGOTTO, Raquel M. *O “progresso” chegou? e agora? as tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento*, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice Rangel Paiva; SORJ, Bila. *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

SANTOS, Tânia Steren dos. *Divisão sexual do trabalho na indústria calçadista do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul*: visibilizando práticas e representações. 2004. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo4.pdf>>.

SARDENBERG, Cecília. O gênero do trabalho no complexo metalúrgico norte-nordestino. In: _____. (Org.). *A face feminina do complexo metal-mecânico*: mulheres metalúrgicas no Norte e Nordeste. Salvador: UFBA/FFCH/NEIM;REDOR; São Paulo; CNM/CUT, 2004.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, José dos Santos. Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

THÉBAUD-MONY. Trabalho e saúde na nova ordem econômica mundial. In: SCAVONE, Lucila; BATISTA Luís Eduardo (Orgs.). *Pesquisas de gênero*: entre o público e o privado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras; Laboratório , 2000. p. 169-179.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Projeto Gênero e Saúde no mundo do trabalho*: a experiência das mulheres no setor de calçados na Bahia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Bahia. Universidade Federal da Bahia, 2005.

NANCY CHODOROW: NÃO SE NASCE MÃE

Ana Regina Reis

INTRODUÇÃO

Escrever um artigo a partir de uma dissertação de mestrado me deu a sensação de criar um *bonsai*, aquelas árvores pequenininhas, obtidas por mutilações. Não que a minha dissertação seja uma árvore grandiosa, mas, dada a minha dificuldade em resumir, preferi escolher um capítulo²⁰. Entre os discursos de feministas brancas que escolhi para trazer as visões sobre a maternidade, o de Nancy Chodorow me parece o menos lido, dada a atribuição que esta autora recebeu de “maternalista”, o que significa praticamente qualificá-la de “essencialista, o que, na minha leitura, não corresponde à verdade.

Além disso, Chodorow oferece uma preciosa análise das diferenças da formação de identidades femininas e masculinas, destacando as fontes sociais do desprezo dos homens por aquilo que se constrói como características da “natureza” das mulheres. O fato de trabalhar com o conceito de gênero de Gayle Rubin suscita interessantes indagações sobre se o mesmo poderia ser feito com aquele de Joan Scott, para tratar da maternidade.

Espero que tenha conseguido “traduzir” a nem sempre palatável linguagem psicanalítica, tarefa difícil para quem teve contatos breves com essa teoria, na sua formação médica.

SEPARANDO O BIOLÓGICO DO SOCIAL

Os *fatos* da biologia, para Simone de Beauvoir, atrelam a mulher à reprodução, mantendo-a na imanência e na posição de segundo sexo. Admitindo esses fatos biológicos, Shulamith Firestone propôs aboli-los pela tecnologia controlada pelas mulheres. Nancy Chodorow em *The Reproduction of Mothering* (1978) separa, da maternidade (gestação e parto), a função dos cuidados com a criança, a *maternação*, que define como o aspecto que fundamenta a organização social do gênero, como a base para a divisão sexual do trabalho. A reprodução da maternação pelas mulheres gera uma psicologia e uma ideologia da dominação masculina, assim como o discurso sobre capacidades e “naturezas” diferentes entre mulheres e homens. Não se nasce mãe..., poderia ter dito ela:

Podemos dizer que um homem “maternou” a criança, se ele foi a principal pessoa a cuidar dela, ou se está agindo de maneira a alimentá-la e ampará-la. Mas nunca poderíamos falar de uma mulher “paternar” um filho, mesmo nas raras sociedades, nas

²⁰ Este artigo baseia-se na dissertação intitulada “Do Segundo Sexo à Segunda Onda: Discursos Feministas sobre a Maternidade” sob a orientação da Profª. Dra. Cecília B. Sardenberg.

quais uma mulher, de alta linhagem, pode tomar uma esposa e ser o pai social dos filhos de sua mulher. Nesse caso nós a chamamos de pai social da criança, e não dizemos que ela paternou seu filho. Ser mãe, portanto, não é só dar `a luz um filho- é ser uma pessoa que socializa e cuida (CHODOROW, [1978] 2002. p.27-28)²¹.

Essa inscrição na linguagem denota a força, na construção social, com que é associada, à mulher, a função do cuidar da criança, estendendo aos cuidados o fato biológico do gestar e parir. É com esse exemplo que Chodorow introduz o objeto de seu estudo, onde se propõe a entender por quê as mulheres maternam e como a maternação pelas mulheres é reproduzida através das gerações.

Nancy Chodorow, nascida em 1944, em New York, foi professora da Universidade da Califórnia, Berkeley e tem uma dupla formação em sociologia e psicanálise. É nesses campos do saber que se propõe a articular “certas amplas e universais assimetrias dos sexos na organização do gênero, em decorrência da maternação das mulheres” (RM, p. 25). Seu estudo teve origem no movimento feminista, em um grupo que discutia o significado das mulheres cuidarem de mulheres, especificamente com participantes de um grupo que discutia as relações mãe-filha (RM, p.13).

Numa visão diferente daquelas de Beauvoir e Firestone (às quais não faz menção nominal, na referida obra) separa a maternidade em suas componentes biológicas e sociais e procura uma explicação teórica para o porquê das mulheres serem as principais responsáveis pelos cuidados das crianças, dentro e fora das famílias. Ela parte do pressuposto de que as mulheres, *em geral*, querem maternar, têm prazer nessa função e que, “com todos os conflitos e contradições”, têm tido êxito na maternação. Uma visão positiva pois, da vivência subjetiva da maternação, pressuposto que ela afirma ser uma ”verdade inquestionável” (RM, p.22). Constata que apesar das exigências biológicas da gravidez e da amamentação terem diminuído, na contemporaneidade, tanto pelo número menor de filhos, quanto pelo uso disseminado do aleitamento artificial, a maternação, cada vez mais isolada e exclusiva de uma só mulher, absorve um tempo maior da dona-de-casa.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o papel econômico da mulher, na família, decresceu, aumentando o seu papel emocional e sua função maternal psicológica, acentuando-se, também a centralidade desse papel na vida e na definição social das mulheres. Nas sociedades ocidentais da segunda metade do século XX, malgrado as mudanças consideráveis no seu *status* consolidadas no aparato jurídico e em políticas públicas, as mulheres ainda sofrem discriminações e violência; trabalham, podem ser independentes, mas ganham menos

²¹ De agora em diante referido como RM.

que os homens. E continuam a maternar, o que revela que alguns modos de organização social das relações entre mulheres e homens persistem.

A psicanalista e socióloga questiona as análises que fizeram, até então, as feministas liberais e radicais, por se revelarem insuficientes, o que demanda outros instrumentos de análise :

o mesmo reconhecimento da persistência da assimetria dos sexos e sua desigualdade, diante das avassaladoras mudanças históricas, tem estimulado as investidas feministas, no sentido de articular teoricamente a natureza sistêmica da organização social do gênero, para ir além das generalizações descritivas sobre sexismo, patriarcado ou supremacia machista, para a análise de como a assimetria e desigualdade dos sexos se constituem, se reproduzem e mudam (RM, p.21).

O caráter *sistêmico* da organização social que produz e reproduz a desigualdade entre os sexos, ela toma do conceito elaborado por Gayle Rubin ([1975]1983), que lhe fornece uma das duas formulações em que vai basear sua análise:

A primeira dessas formulações argumenta em favor da autonomia analítica e significação social da organização do gênero. Gayle Rubin declara que toda sociedade é organizada por um “sistema sexo /gênero”- modos sistemáticos de lidar com sexo, gênero e bebês - bem como por uma organização específica da produção. O sistema sexo-gênero (que eu venho chamando de organização social do gênero) é, assim como o modo de produção dominante de qualquer sociedade, um elemento determinante e constituinte dessa sociedade, construído socialmente, sujeito a mudança e desenvolvimento histórico, e organizado de modo a que possa ser reproduzido sistematicamente (RM, p.23).

Chodorow coloca-se, portanto, dentro da perspectiva da *organização social do gênero* , acentuando a autonomia analítica do conceito. Ela conhecia os trabalhos de Robert Stoller²² a quem recorre para discutir a dissociação entre sexo, orientação sexual e gênero, na sua crítica a Freud.

Mas, para trabalhar a maternidade, escolheu o conceito de sistema sexo/gênero. Ela não faz a discussão da razão da escolha, mas destaca que o sistema sexo/gênero, que ela prefere chamar de organização social do gênero, inclui sexo, gênero e bebês.

²² Robert Stoller (1925-1991) foi um psiquiatra que trabalhava com indivíduos cujo sexo biológico era indefinido ou que tinham uma percepção de si mesmos não conforme com o sexo que lhes tinha sido atribuído. Stoller passou a usar então gênero para designar a masculinidade e a feminilidade construídas socialmente. O conceito de gênero tem, na sua gênese, essa conotação de separar o sexo biológico do social, nos casos de indefinição biológica física ou de percepção subjetiva (JAMI, 2003, STOLKE, 2004).

A segunda formulação teórica em que se baseia, diz respeito à maternação das mulheres e foi formulada por Michelle Rosaldo Sherry Ortner e Chodorow em *A mulher, a Cultura e a Sociedade* ([1974]1979). Essa formulação coloca a maternação como o aspecto central definidor da organização social do gênero e tem como consequência a construção e a reprodução da dominação masculina. Ao colocar a *maternação* e não a *maternidade*, no centro da organização social do gênero, a formulação do conceito de gênero é baseada não nas diferenças biológicas entre os sexos, mas na função diferente do cuidado dispensado pelas mulheres.

O aspecto central e definidor da organização social do gênero atribuído à maternação, construindo e reproduzindo a dominação masculina, é tido como a base da domesticação das mulheres e ser o principal elemento definidor do seu lugar na sociedade:

mães e filhos formam o núcleo da organização doméstica; os laços domésticos baseiam-se em relacionamentos exclusivos, específicos entre as pessoas, e se presume que sejam naturais e biológicos. Por causa das suas responsabilidades no cuidar das crianças, a posição social das mulheres é principalmente doméstica (RM, p.24).

Os homens têm uma posição definida, sobretudo na esfera pública, na qual são feitas as normas para as relações destes com as unidades domésticas e as relações dos homens entre si. A esfera pública é o que se considera que seja “a sociedade” e a “cultura” e onde se exerce o controle político. A sociedade é, assim, definida como masculina. A instituição que confere aos homens o direito e o controle das capacidades sexuais e reprodutivas das mulheres é o casamento. As esferas pública e doméstica estão em relação de caráter hierárquico, a primeira dominando a segunda. Essa separação entre as esferas acentuou-se com o desenvolvimento do capitalismo industrial, resultando numa forma de família reduzida ao que a funda: a maternação pelas mulheres, o casamento heterossexual que reproduz e continua a dominação masculina.

Analisando a bibliografia médico-biológica, ela nega que as explicações genéticas, hormonais, fisiológicas e evolucionistas possam justificar a maternação das mulheres:

Podemos tirar várias conclusões sobre a base biológica da maternação. A evidência do estudo das culturas vincula a mulher aos cuidados primários, por causa das suas funções de gravidez e lactação, e não por causa de uma maternalidade instintual além dessas funções....Não há prova para mostrar que hormônios ou cromossomos femininos fazem alguma diferença na maternalidade humana, e há considerável evidência de que mães não biológicas, crianças e homens podem proporcionar cuidados maternos e paternos tão adequadamente quanto as mães biológicas e sentir-se tão maternos quanto elas (RM, p.48).

A visão histórica e sociológica oferece um poder explicativo mais complexo e abrangente:

(..) a maternação das mulheres não acontece isoladamente. Ela é um aspecto constituinte fundamental da divisão do trabalho por sexos. Como parte da divisão do trabalho por sexos, ela se encontra de maneira causal e estrutural relacionada a outros arranjos institucionais e a formulações ideológicas que justificam a divisão do trabalho por sexos. A maternação também contribui para a reprodução da desigualdade de sexos através de seus efeitos sobre a personalidade masculina (RM, p.52).

Sendo o papel da mulher um produto histórico, a maternação pode, portanto, ser mudada. Se não há causa biológica que explique a maternação das mulheres, ela tampouco se deve à educação para a função. Quanto a esse argumento, sem citar nominalmente, questiona teóricas e escritoras feministas que usam o argumento da “educação para a função”, que as meninas recebem. Bonecas, as roupas cor de rosa, depois as revistas femininas, livros, uma série de discursos sobre a feminilidade e sobre a maternidade fariam com que as meninas se identificassem com as mães e terminassem desejando ter crianças. Chodorow explica que essa visão implica em supor que a maternação das mulheres é um produto de conformidade comportamental e de intenção individual.

A prática com crianças internadas em instituições como abrigos e hospitais mostra que apenas o comportamento, mesmo que correto, de alimentá-las e mantê-las limpas, não é suficiente para mantê-las vivas e desenvolvendo-se. Por outro lado, não é possível o uso de coerção para exercer a maternação, pois ela é uma função de forte base *psicológica*, uma experiência pessoal e psicológica de um *eu* com a criança.

Como avaliação empírica do argumento contra o comportamento aprendido ou forçado, refere-se a investigações sobre a maternação por mulheres negras escravizadas, que foram consideradas boas “mães”, o que inclusive é lembrado na literatura branca, de maneira afetuosa²³.

Diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-industriais, a “socialização” das crianças na contemporaneidade assume um caráter psicológico, pois supõe que se as torne aptas para assimilar e organizar internamente, na personalidade, capacidades generalizadas e não apenas para exercer uma função específica.

Para que a função da maternação se reproduza e mantenha um mundo hierarquizado e separado por sexos, a sociedade precisa que as mulheres reproduzam física e também psicologicamente, no dia-a-dia e entre as gerações, as crianças, as atribuições de gênero a *si mesmas*. Chodorow observa que as teorias sobre a família tendem a ignorar esse aspecto, quando falam desta como lugar de refúgio emocional. Nas situações das famílias

²³ Essa presença da “mãe preta” ou da babá (não necessariamente negra) carinhosa, como sabemos, ainda é atual na sociedade brasileira.

contemporâneas (ela fala, evidentemente, das famílias estadunidenses brancas de classe média), as mulheres vivem mais isoladas do que em outros contextos históricos e sociais. Ninguém as apóia, enquanto mulheres, no dia a dia, afetiva ou emocionalmente, mesmo as que integram o mercado de trabalho. Os homens, assimétricamente, são reproduzidos psicologicamente, no cotidiano, pelas mulheres e no espaço público.

Essa explicação é um exemplo de como a utilização do conceito de gênero permite compreender a condição feminina, articulando-a com a construção da masculinidade. Em todo o diálogo crítico com a psicanálise, essa categoria de análise vai ser usada, mostrando as limitações e o viés androcêntrico de Freud.

A análise psicanalítica de Chodorow, da maternação e sua reprodução, é feita apoiando-se na *teoria das relações objetais*.

A PSICANÁLISE FORA DO DIVÃ

Segundo o historiador Eli Zaretsky (2003²⁴) a teoria das relações objetais expressou, dentro da psicanálise, uma nova orientação para a vida pessoal. Constituiu uma ética baseada na personalidade relacional, sendo, efetivamente, uma alternativa feminina ao trabalho de Freud – a ética do cuidado em vez da ética da justiça²⁵. Essa nova orientação teve várias influências: o interesse na questão da *maternidade* que remonta aos anos 1920, quando muitos intelectuais aceitaram as idéias do antropólogo Johan Jakob Bachofen (1815 – 1887), referentes ao matriarcado como forma primária de organização social; a contribuição das evidências trazidas pelos antropólogos da Universidade de Cambridge da existência das deusas maternas, evidenciadas nas escavações da civilização Minóico-Micênica, na ilha grega de Creta; assim como a compilação de James Frazer (1854- 1941) dos mitos da fertilidade, no extenso trabalho em *The Golden Bough* (1922). (*O Ramo Dourado*). Foi importante, também, o impacto das interpretações de tom matriarcal que Jane Harrison (1815-1928)²⁶ fez da tragédia grega clássica, bem como os relatos do antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942) que voltou das ilhas Trobriand, depois da Primeira Guerra, afirmando que não havia encontrado um só mito de origem que desse ao pai um papel na procriação. Esses achados arqueológicos e antropológicos e o estudo da literatura, da mitologia e das religiões fortaleceram a crítica à insistência de Freud na universalidade do complexo de Édipo e da inveja do pênis.

²⁴ Signos Filosóficos, enero-junio, número 009. Disponível em redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/343/34300714.pdf. Acessado em 02.jan,2008. Tradução da Autora.

²⁵ Para os psicanalistas da teoria das relações objetais a responsabilidade ética era menos uma questão de respeitar normas morais universais (a interdição do incesto, que Freud articulou no complexo de Édipo) que de vincular-se com os demais indivíduos por meio de obrigações concretas.

²⁶ Jane Harrison (1815-1928) arqueóloga, lingüista, classicista e feminista britânica.

A grande teórica das relações objetais foi Melanie Klein (1882- 1960), que além dessas influências, teve como primeiros contatos, quando deixou a Áustria para viver na Inglaterra, o grupo de Bloomsbury,²⁷ formado por artistas e pensadores que, desafiando os padrões conservadores, faziam arte e experimentavam novos arranjos sexuais, professando a ética das relações e da convivialidade com os amigos, para além da família. Melanie Klein não tinha nenhum diploma universitário. Analisada por Sandor Ferenczi (1873-1933) e depois por Karl Abraham (1877-1925) estudou com ambos, além de ter lido os trabalhos de Freud. Começa sua prática psicanalítica analisando seu próprio filho, com quem desenvolveu a técnica do jogo, através da qual encontrou o acesso ao inconsciente das crianças.

Outro fator da mudança na orientação da psicanálise foi a entrada das mulheres nesse campo discursivo. No fim dos anos de 1920, muitas analistas, a maioria das quais tratava de crianças, foram admitidas nas sociedades européias de psicanálise. As mulheres eram 40% da Sociedade Britânica. Melanie Klein, em meados dos anos trinta, deslocando a visão do pai/filho para a relação mãe/criança, já havia configurado uma interpretação psicanalítica da situação humana muito diferente da proposta por Freud.

Zaretsky resume as principais diferenças:

Tanto para Freud como para Klein o sujeito luta por conseguir certa *bondade*, mas para Freud a luta era kantiana e moral, enquanto que para Klein era concreta e relacional. Para Freud, o superego era um imperativo categórico e despersonalizado; para Klein, se referia aos outros particularizados e concretos. Para Freud, o mundo interno estava dominado por conflitos de autoridade; para Klein, estava dominado pela responsabilidade para com a particularidade dos outros com quem se incorre em obrigações, não em virtude de ser parte do gênero humano, como em Kant, mas porque se está em relações e circunstâncias específicas (ZARETSKY, 2003, p.281, Tradução da Autora).

O centro moral, para Freud, era configurado pelos conflitos derivados da *legalidade* constituinte de nossa humanidade, instaurada pelo tabu do incesto. Melanie Klein via os conflitos como reflexos das frustrações nas necessidades básicas, envolvendo raiva e inveja, que deviam ser reparadas em relações concretas interpessoais motivadas pelo desejo de reparar e retribuir.

Para Zaretsky, Melanie Klein não propôs uma leitura de uma psicologia feminina, mas uma visão válida para mulheres e homens. Avalia ele que a psicanálise, a partir de então, sem dúvida se enriqueceu com as contribuições das experiências das mulheres.

As experimentações vanguardistas, dos anos da década de 1920, de reformulação da família e dos papéis de gênero retrocedem, na década seguinte. Com a Grande Depressão

²⁷ Formado, entre outros, por Virginia Woolf (1882 - 1941), o escritor e cientista político Leonard Woolf (1880 – 1969), o escritor E. M. Foster (1879 – 1970), o economista John Maynard Keynes (1883 – 1946), a pintora Vanessa Bell (1879 - 1961) irmã de Virginia e seu marido o crítico de arte Clive Bell (1881 – 1964).

econômica deflagrada pelo *crash* da bolsa de New York, as mulheres são forçadas a voltar para as tarefas domésticas. Com a subida do fascismo e do nazismo, foi assignada para os homens, a luta; as crianças, a cozinha e a igreja para as mulheres²⁸. Com a Segunda Guerra Mundial, as mulheres brancas voltam ao espaço público em maior número. Particularmente na Inglaterra, o sentimento comunitário é avivado, sobretudo após os bombardeios de Londres, em virtude dos quais 3,5 milhões de crianças são removidas para o campo. As questões da psicologia infantil atingem uma proporção social, os traumas da separação e perda passam a ser assunto de política pública. Nesse contexto, os psicanalistas assumem um papel importante, sobretudo os neo-kleinianos, como Donald Winnicott (1896-1971), que retoma os temas da mãe, da responsabilidade ética e da conexão. Essa retomada retirou da esfera doméstica o locus de investimento político renovador para trazer para a esfera pública a dinâmica das relações, exaltando o “espírito grupal” e, ao invés da existência individual, que se poderia contrapor às normas sociais, os neokleinianos colocam-se a serviço da racionalização da sociedade. O discurso da maternidade domesticadora, aos poucos recupera o seu papel de retirar a liberdade de mulheres e crianças que a situação da guerra havia, de maneira trágica, propiciado. A necessidade da relação mãe-criança e a mãe sentimental passam a ser os temas a serem difundidos pelos conselheiros através de programas de rádio e livros de divulgação, como os de Winnicott na Inglaterra e os de Benjamin Spock (1903-1998) nos Estados Unidos. O maternalismo com foco na criança passa a ser a prática e o discurso dos especialistas, impregnando inclusive os discursos da esquerda.

Chegara a hora de Simone de Beauvoir dizer a sua fala.

A PSICANÁLISE E O GÊNERO

As atribuições de gênero constroem personalidades, aptidões, defesas e necessidades, que configuram os papéis sociais de mulheres e homens. A psicanálise, estudando a estrutura psíquica, os processos mentais e os afetos, faz a ponte necessária para compreender as articulações entre a instituição “família” e o seu papel de reprodução da sociedade.

Ao criticar as teorias psicanalíticas, nos anos da década de 1970, Chodorow centra sua análise nas construções da feminilidade e da masculinidade. Esse enfoque traz a atenção, dada prioritariamente à criança, nas abordagens anteriores, para as relações desiguais entre mulheres e homens. Seu principal aporte foi o de demonstrar a existência e como operam os processos mentais inconscientes, suas relações com o comportamento das pessoas sem que elas tenham acesso a eles, com uma visão das relações de gênero.

²⁸ Em alemão, as três palavras começam com K: Kinder, Küche e Kirche. Notar a ressonância das iniciais com a KluKluxKlan a organização racista e fascista estadunidense.

Não cabe, aqui, discorrer sobre a complexidade das conceituações da dinâmica das instâncias psíquicas e do processo de desenvolvimento infantil, segundo as diversas escolas, os diálogos com a teoria freudiana e a kleiniana e seus questionamentos, apresentados por Chodorow. É necessário, no entanto, destacar os conceitos principais com que ela trabalha e com os quais formula sua teoria da reprodução da maternação pelas mulheres.

Concorda com Gayle Rubin (1975), ao entender que o viés androcêntrico de Freud não invalida a sua teoria pelo fato de ser uma análise que oferece a visão da reprodução do sexo e do gênero, tal como se dá na sociedade. Segundo Chodorow, Freud e seus seguidores,

demonstraram como a repressão sexual da família produz o bebê, potencialmente bissexual, perverso, polimorfo, como adulto genitalmente heterossexual monogâmico, com meninos adquirindo suas prerrogativas masculinas e as meninas consentindo em sua subordinação e passividade femininas (RM, p.62-62).

Além do mais, demonstraram como as neuroses são relacionadas com esse processo “normal”. Segundo a psicanálise, uma criança introjeta, ou toma como *objeto interno*, uma imagem materna que alimenta e protege. Essa imagem é vivida ininterruptamente, independentemente da mãe estar ou não ali, ou vivencia a rejeição e o abandono, mesmo com a presença materna, porque internalizou um objeto negativo.

Na descrição do desenvolvimento infantil, Freud coloca a agência libidinal como instintiva, na criança: meninas e meninos dirigem sua energia pulsional para a mãe, depois fantasiam a castração (no caso dos meninos) ou constata-na (nas meninas), dirigem seu amor para o pai ou se identificam com ele, desprezam a mãe por não ter pênis (os meninos) e as meninas hostilizam-na por não terem dado a elas um pênis. Ambos fantasiam seduções dos adultos²⁹.

A interpretação da teoria das relações objetais de Nancy Chodorow afasta-se de Freud e seguidores (inclusive de Melanie Klein), discordando do caráter instintivo dos impulsos na formação e expressão da sexualidade e, portanto, privilegia as relações com as pessoas, relações essas impregnadas pela cultura. Para ela, a construção de gênero é introjetada pela criança, mas é construída pela cultura:

Freud explica o aparecimento do desprezo dos meninos pelas mães como resultante de sua percepção das diferenças genitais, sobretudo a “castração” da mãe. Ele não considera essa percepção como mediada pela experiência social, e dispensa explicação. Como muitos comentaristas assinalaram, não ocorreu a Freud que essa valoração diferencial e o decorrente menosprezo não estavam na ordem natural das coisas (RM, p.218).

²⁹ O que não quer dizer que muitas vezes as seduções não ocorram na realidade. Os casos de abuso sexual doméstico que vêm à luz atualmente permite, inclusive, um questionamento do sentido do dispositivo do tabu do incesto instituído pelos homens.

Essa corrente psicanalítica desloca os fatores que estruturam a personalidade do âmbito dos instintos e das regiões erógenas para as interações sociais, que vão afetar, diferentemente, as crianças nas vivências com essas zonas corporais durante o seu desenvolvimento. Os estímulos culturais, ao serem internalizados, são mediatizados por fantasias, deslocamentos, e defesas, entre outros mecanismos psicológicos, proporcionando a variabilidade das personalidades, dentro de limites.

Para Chodorow especialmente, e é essa a sua contribuição, a análise das experiências diferenciais entre meninos e meninas é fundamental para explicar a constituição dos papéis de gênero. A criança vivencia conflitos e ambivalências, organiza-os ativamente, canaliza a libido e a agressão, de modos padronizados, mas em função das experiências relacionais com as pessoas que lhes prestam cuidados. Todo o sistema psíquico é envolvido nesses processos; portanto, as camadas mais profundas, não apenas as conscientes, organizam-se *em relação*. Assim, a sociedade se constitui psicologicamente, não apenas no superego, a instância da censura e da observação do ego, como Freud postulava.

Os elementos da estrutura social, ou seja, a organização de gênero, transmitidos pelos cuidados com as crianças, são adquiridos segundo os aspectos familiares, tornando-se inconscientes e vindo a influir na vida afetiva e relacional da pessoa ao longo de sua existência. Essa *internalização* é sempre mediada pelas fantasias, defesas e transformações, a depender da qualidade do afeto no relacionamento e do estágio de maturação da criança.

As primeiras internalizações são pré-verbais, sua vivência é feita, portanto, de maneira grandemente somática. Se as crianças são maternadas pelas mulheres, o primeiro *objeto* internalizado é a mãe (ou outra mulher), que dispensa os cuidados dos quais a criança é vitalmente dependente.

A passagem para a individuação, na fase edípica forma as identidades de gênero diferenciadas e com diferentes conflitos:

Como todas as crianças se identificam primeiro com a mãe, o gênero de uma menina e os processos de identificação da função do gênero são contínuos com as suas mais primitivas identificações. Os do menino, não. A identificação edípica da menina com sua mãe, por exemplo, é contínua com a sua mais primitiva identificação primária[...] Já a crise edípica do menino deve capacitá-lo a transitar a favor de uma identificação com o pai. Ele abandona, além do seu apego edípico e pré-edípico à sua mãe, a sua identificação primária com ela (RM, p.218-219).

Isso vale para o aprendizado da função de gênero. A formação da masculinidade é feita pela negação, pelo sentimento de separação dos outros. Os meninos negam e reprimem, portanto, relação e conexão, no seu processo de desenvolvimento. As meninas são menos estimuladas a se separar de sua identificação primária (fusional) com as mães, resultando num senso do eu

mais conectado, contínuo com os outros, o que conserva capacidades para a empatia. Nos meninos essas qualidades foram diminuídas, porque eles foram primitivamente tratados como opostos por sua mãe. A base relacional para a maternação é ampliada nas mulheres, e inibida nos homens, que se sentem como mais separados e distintos dos outros e assim se reproduz, geracionalmente, a maternação exclusiva pelas mulheres. A internalização tão profunda de relações primárias, num período pré-verbal é o que, nas análises biologicistas, acaba sendo confundida com o “instinto materno” ou pulsões naturais pela maternação, que justificariam, por sua suposta natureza, a maternação exclusiva das mulheres. Chodorow não faz a apologia do cuidado materno, ao contrário, questiona o excesso de mãe:

a excessiva presença da mãe resulta da relativa ausência do pai e cuidado quase que exclusivamente materno prestado por uma mulher isolada num lar nuclear. Cria, nos homens, desprezo e pavor pelas mulheres, e sua busca de mulheres não ameaçadoras, não exigentes, dependentes, até mesmo infantis- mulheres que sejam “simples, e pois, seguras e acolhedoras”. Por esses mesmos processos, os homens vêm a rejeitar, desvalorizar, e até mesmo ridicularizar as mulheres e coisas femininas (RM, p.231).

Os mecanismos que reproduzem a maternação pelas mulheres fazem também a reprodução das relações de gênero:

A maternação das mulheres produz um complexo psicológico e ideológico nos homens referente à valorização secundária e à desigualdade sexual das mulheres. Como as mulheres são responsáveis pelos primeiros cuidados infantis e também pela maior parte da socialização delas mais tarde, como os pais estão mais ausentes do lar, e como as atividades dos homens em geral os afastaram da casa enquanto as mulheres permaneceram nela, os meninos têm dificuldade em atingir uma estável identificação do papel do gênero masculino. Os meninos fantasiam e idealizam o papel masculino e seus pais, e a sociedade define esse papel como desejável (RM, p.231).

A fantasia dos meninos é amplamente manipulada e determinada pelo controle que têm os homens do discurso formador da masculinidade na cultura e nas normas, detendo ainda os meios ideológicos de impô-las. O sistema valorativo da superioridade masculina, as negações de afeto e apego, a rejeição do mundo das mulheres, favorecem além do mais, o sistema capitalista, dependente de trabalhadores disciplinados, sujeitos à autoridade externa, à hierarquia, com capacidade de incorporar valores de outros como se fossem próprios.

A construção da feminilidade é feita pelo estímulo, por parte do pai, à passividade e à submissão, sendo que a passividade é conectada com a heterossexualidade, gratificada com carinho, ao passo que a agressividade e a atividade são inibidas. Essa passagem para a heterossexualidade é definida por Freud como a renúncia do clítoris (fálico) pela vagina, que deve passar a ser a sede do prazer feminino. As pesquisas feitas por Masters e Johnson,

publicadas em 1966 desmentiram a separação entre os orgasmos clitorianos e vaginais de Freud.³⁰

Na visão de Chodorow, a menina continua apegada à mãe pré-edípica, externa e internamente relacionada a ela; tem problemas com a separação, com a identificação sem fusão, com a diminuição da dependência e para se libertar dos conflitos da ambivalência.

Destacando o papel ativo dos adultos na orientação heterossexual, uma vez que o processo é relacional e não instintivo, afirma repetidas vezes que a heterossexualidade é transmitida às crianças. Reconhece, nas suas conclusões, respondendo já a críticas de amigos e colegas, que seu enfoque é por demais generalizado e que, de fato, nem todas as mulheres são mães ou querem ser mães, e nem todas são maternais ou cuidadoras.

Um possível viés que seu trabalho revela é resultado do fato de estar falando de mães e não de mulheres que optaram por não serem mães. A sua visão da maternação, sobretudo prazerosa, pode também se dever ao contexto no qual surgiu o estudo, num meio em que a maternidade já se dava em situações de maior possibilidade de escolha da mulher, o que pode ter reduzido os conflitos com o peso do cuidado dos bebês nos relatos em que se baseou.

Finalmente, é surpreendente como algumas afirmações que compõem o *corpus* do discurso apresentado por Chodorow não são objeto de maior reflexão nos textos de autoras quando citam a *Reproduction* e que dizem respeito às bases psicológicas das relações de gênero.

Uma delas é a ênfase que Chodorow dá à questão do desprezo que têm os homens pelas mulheres, elemento importante para a discussão do sistema valorativo que inferioriza as mulheres e mantém, simbolicamente, a superioridade masculina.

Outra questão é a das meninas não se voltarem, da mãe, de maneira absoluta para o pai, mas acrescentarem o pai ao seu mundo de objetos primários. Apesar do êxito, na maior parte dos casos, do processo edípico em formar mulheres heterossexuais, pelo papel sedutor do pai (ou a fantasia deste, no caso de sua ausência), o peso emocional do apego à mãe faz com que o pai e, conseqüentemente, os homens, sejam objetos *eróticos* primários, mas *emocionalmente* secundários.

Essa característica relacional emocionalmente secundária com os homens tem a ver com o mito do caráter romântico dos processos de decisões femininas. Adultas, as mulheres são economicamente dependentes dos homens, como o foram, concretamente, de seus pais, para escapar à dominação materna. Essa situação tem conseqüências:

³⁰ Ter sido preciso uma pesquisa médica para decidir sobre o orgasmo feminino é uma evidência do efeito de verdade (sempre cambiável) desse campo discursivo sobre o corpo das mulheres, normatizando as experiências mais subjetivas.

Sua desenvolvida capacidade para romantizar decisões racionais (ignorar ou mesmo idealizar as falhas de seu pai e de seus homens por causa de sua dependência) é útil às mulheres nessa situação adulta (RM, p.246).

No entanto, dada a distância afetiva em relação ao objeto masculino, a mulher adquire uma capacidade real de racionalidade nos relacionamentos. Em função da dependência econômica, dela e dos filhos, a mulher pode fazer cálculos racionais. Ao mesmo tempo, fantasia as falhas masculinas e as minimiza, numa reação emocional e ideológica a sua própria dependência, o que explica um romantismo aparente, mitificado pela sociedade.

A constatação de que a maioria dos divórcios passou a ser de iniciativa da mulher, com o acesso maior ao trabalho e graças ao afastamento do estigma da mulher “separada” conseguido pelo movimento feminista, é prova da aparência desse romantismo.

Por outro lado, as mulheres procuram satisfazer suas necessidades emocionais revivendo, na maternação, a situação fusional com a mãe. Dadas as dificuldades dos homens com o amor, voltam-se para as amigadas com outras mulheres, com quem têm vínculos mais fortes o que não acontece, em geral, entre os homens.

A meu ver, a mais surpreendente revelação que Chodorow faz, ao analisar as críticas de Karen Horney (1885-1952), Melanie Klein e Ernest Jones (1879-1958) e às labirínticas explicações de Freud sobre a masculinidade inicial da identidade da menina (por causa do caráter ativo ao desejar a mãe, e da sexualidade clitoriana) é a citação de Jones, em artigo publicado em 1931, onde afirma que “a questão maior é se uma mulher nasceu ou foi feita” (RM, p.151).

Como não há nenhuma menção a Simone de Beauvoir em *Reproduction*, pode-se até supor que Chodorow não a tivesse lido, quando escreveu o livro. O que intriga é que as leitoras de Chodorow não tenham feito referência à antecedência de Jones quanto à famosa frase de *O segundo sexo* que, provavelmente estava respondendo à questão do psicanalista, sem o citar. Essa suposição tem fortes probabilidades de ser correta, uma vez que, em *Balanço final*, Simone de Beauvoir reconhece que a tese *não se nasce mulher, torna-se* ”deveria ser completada pela frase ”ninguém nasce homem, as pessoas se tornam homens” (BEAUVOIR, ([1972]1982, p.487).

Por fim, considerando o peso que confere à maternação para a organização social e econômica, Chodorow não prescreve simplesmente uma maior participação dos homens no cuidado com as crianças. Constata que apesar dos papéis criados pelo sistema sexo-gênero estarem em crise, a mudança depende da organização consciente e ativa de mulheres e homens que reconheçam que ambos têm interesse na eliminação das desigualdades entre os sexos.

REFERENCIAS:

- BEAUVOIR, Simone de. *Balanço Final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.487.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, [1978] 2002.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist, LAMPHERE, Louise. *A mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra [1974]1979.
- RUBIN, Gayle . The traffic of women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (Ed). *Toward an anthropology of women*. New York Monthly Review Press, 1974. p. 157-210. Tradução SOSCorpo, 1993.
- ZARESTSKY, Eli. El destino irónico del psicoanálisis feminista : el caso de Melanie Klein. *Signos Filosóficos*, enero-junio, n.009. Universidade Autonoma Metropolitana Iztapalapa. Distrito Federal Mexico. p. 271-292, 2003. Disponível em: <http://148.206.53.230/revistasuam/signosfilosoficos/include/getdoc.php?id=246&article=232&mode=pdf> >. Acesso em 9 nov. 2006.

AUTOR/AS

Ana Livia Rodrigues é Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia .

Darlane Silva Vieira Andrade, baiana, psicóloga clínica e social, Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo e doutoranda pelo PPG-NEIM/UFBA. Tem publicações em anais de congressos nacionais e internacionais. Trabalhos selecionados: *Conceitos e significados acerca do estilo relacional ficar: uma análise de discurso entre adultos jovens* na revista eletrônica CienteFico.

Eric Ferreira Souza é graduado em História pela Universidade Católica de Salvador; Mestre Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo pelo PPG-NEIM/UFBA; Professor do ensino médio da rede privada e pública da Bahia e de nível superior na Faculdade Unirb.

Helena Miranda dos Santos é Psicóloga, Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo pelo PPG NEIM- UFBA. Publicações: A Construção da Imagem “Ideal” da Mulher na Mídia Contemporânea – artigo publicado no *CD-ROOM da IXª Jornada de Historia de las Mujeres e IVº Congreso Iberoamericano de Estudios de Género: los caminos de la libertad y la igualdad en la diversidad*.

Sabrina Uzêda da Cruz é antropóloga, especialista em Mulher, Gênero e Desenvolvimento e Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia - PPG-NEIM/UFBA. Foi bolsista do PIBIC e monitora do Programa de Pesquisa e Extensão pela Universidade Federal da Bahia, tendo sempre como tema as relações de gênero e poder. Atualmente é docente da Faculdade de Tecnologia e Ciência. Tem artigos que discorrem sobre as temáticas: gênero, corpo e mídia.

Silmária Souza Brandão tem graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (1986) e em Direito, pela Universidade Católica do Salvador (1990), Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela PPG NEIM da Universidade Federal da Bahia (2007). Atualmente é Professora titular - Secretária de Educação do Estado da Bahia.

Vanessa Cristina Santos Matos. Licenciada pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Virgínia Falcão de Seixas é graduada em Biologia pela Universidade Católica do Salvador (1974), tem Curso de Especialização em Saúde Pública (1989) pelo Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde e Mestrado em Estudos Interdisciplinares, Mulheres, Gênero e Feminismo PPG-NEIM/UFBA (2008). Docente no Departamento de Biologia Geral do Instituto de Biologia da UFBA. Tem larga experiência na

área de Saúde Coletiva, tais como: elaboração e execução de projetos, desenho de Estratégias de Inclusão Social pela via Educativa.

Zilmar Alverita da Silva possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Está se especializando em Gênero, Desenvolvimento Regional com concentração em Políticas Públicas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). É mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA).

Ana Regina Gomes dos Reis formou-se em 1972 pela então Escola Paulista de Medicina (atual Universidade Federal de São Paulo UNIFESP), Trabalhou com planejamento e políticas de saúde (II PRONAN, PIASS e PAISM), com implantação de redes básicas e formação de agentes de saúde. Atua no movimento feminista. Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia.

O sonho de criar um programa de Pós Graduação tendo como tema “Mulheres, Gênero e Feminismo” não nasceu agora. Fez parte dos ideais do Feminismo Acadêmico desde que este entrou nos espaços das universidades e foi construído através de uma militância engajada, comprometida e responsável.

O amadurecimento da experiência das pesquisadoras do NEIM, resultou na criação do Programa de Pós-Graduação EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM/UFBA), em 2006.

O primeiro Programa de Pós-Graduação sobre Estudos Feministas, com esse formato e com esse tema, no Brasil e na América Latina, apresenta aqui seu primeiro produto, com textos produzidos a partir das dissertações defendidas pela primeira turma.

